

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

301.444
P4360
T

4C 215066 INVOS-
U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



04

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

BOCA-DE-FORNO

"A RESISTÊNCIA DO OPERÁRIO
METALÚRGICO NO PROCESSO
DE INDUSTRIALIZAÇÃO SIDE
RÚRGICA."

JANUÁRIO 2004
196249604

Neusa Beatriz Henriques Guimarães Pereira

DATA DE APROVAÇÃO: ___/___/___

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Educação na Facul
dade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais, como re
quisito parcial à obtenção do tí
tulo de Mestre em Educação - área
de Concentração - Ciências Soci
ais Aplicadas à Educação

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA DA 142ª (Centésima Quadragésima Segunda) APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO NO COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA FAE/UFMG.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, realizou-se na sala nº 421 do prédio da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, mais uma reunião para apresentação da dissertação: "BÔÇA DE FORNO - A Resistência do Operário Metalúrgico no Processo de Industrialização Siderúrgica", da aluna **NEUSA BEATRIZ HENRIQUES GUIMARÃES**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Miguel González Arroyo - Orientador, Maria de Lourdes Rocha de Lima e Cynthia Greive Veiga. Os trabalhos iniciaram-se às quatorze horas e quarenta minutos com a síntese da dissertação feita pela mestranda. Em seguida os senhores membros da banca examinadora fizeram uma arguição pública a candidata. Após o relato do orientador a banca foi unânime em aprovar a dissertação de **NEUSA BEATRIZ HENRIQUES GUIMARÃES** que passa a Mestre em Educação, devendo encaminhar a Secretaria do Curso a versão final em 05 (cinco) exemplares. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Assis Alves, Secretária do Curso de Mestrado em Educação, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será por mim assinada e pelos membros da banca examinadora. Belo Horizonte, 27 de novembro de 1989.

Miguel González Arroyo
MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO - Orientador

Maria de Lourdes Rocha de Lima
MARIA DE LOURDES ROCHA DE LIMA

Cynthia Greive Veiga
CYNTHIA GREIVE VEIGA

Lúcia Assis Alves
LÚCIA ASSIS ALVES

Secretária do Curso de Mestrado em Educação - FAE/UFMG

S U M Á R I O

RESUMO	2
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I	
TRANSFORMANDO O ESPAÇO, CRIANDO NOVO PERFIL	
INDUSTRIALIZAÇÃO SIDERÚRGICA	
INTRODUÇÃO	13
I Fase	
Nascendo e criando raízes	
1 - Começo da industrialização Siderúrgica em Divinópolis-1943/1950	19
2 - Aceleração do processo de industrialização	25
II Fase	
O Vôo do Pica-pau	
1 - Expansão e crise do setor siderúrgico	29
2 - O capital inicial	31
III Fase	
Rompendo fronteiras	
1 - Avanço tecnológico, aumento de produtividade	37
2 - As matérias-primas	39
3 - Crise energética e salto tecnológico	43
4 - As exportações	47
5 - Deficiência dos Meios de Transportes	48
6 - Korf-Tecnologia Siderúrgica Ltda - KTS	49
7 - Conclusões	50
Anexo do Capítulo I.	52
CAPÍTULO II	
O PERFIL DO METALÚRGICO E OS AGENTES DE SUA TRANSFORMAÇÃO	
1 - Quem são?	
Mão-de-Obra	59
2 - A nova realidade social "nas ações e no discurso"	
se revela	69
3 - O ritual dos novatos	95
4 - Repisando a dor	111
5 - Conflito - Conflituante	114

CAPÍTULO III

DENTRO DA FÁBRICA E FORA DA FÁBRICA

INTRODUÇÃO	123
I - Associação	
De onde vem e para onde vai?	125
II - Sindicato	
1 - Do verso ao reverso	
De Associação para Sindicato	132
2 - Se não me deixam ficar, ir eu não posso!	135
3 - 1960 - Querer - querendo	
As greves não acontecem	144
4 - A outra boca-do-forno	
Desemprego.	157
5 - 1962 - Pressão sobre pressão	163
6 - 1964 - Assumiram o que não lhes pertencia	
Intervenção no Sindicato	166
7 - Nem tudo que se produz é ferro	176
8 - 1972 - Silêncio no Sindicato	
Nas siderúrgicas cresce a resistência	179
9 - Da resistência nasce o novo	
Oposição metalúrgica e a primeira greve	185
10 - O existir coletivo	
A primeira greve	192
11 - Celebrando a esperança	
Os metalúrgicos continuam a luta	200
12 - A luta por dias melhores	
Assumindo o Sindicato	211

CAPÍTULO IV

DA FÁBRICA AO SINDICATO

INTRODUÇÃO	231
1 - A luta contra a exploração da força de trabalho	231
2 - O conflito fabril fora da fábrica	
As greves de 1988	239
3 - Metalúrgicos em busca da identidade sindical	
O Sindicato e a categoria	280
CONCLUSÃO	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297

Dedico este trabalho

a meu pai José Henriques Ferreira,
escrivão aposentado,

a minha mãe Argentina Guimarães,
doméstica.

Agradecimentos

Este é um trabalho feito por muitas mãos. Mãos finas, cuidadosas, macias. Mãos calejadas, marcadas, endurecidas. Mãos que retratam a vida.

- A Célio, Felipe, Amanda e Inês, que com partilham comigo o dia-a-dia, meu imenso afeto, por terem possibilitado, amorosamente, o tempo necessário para produzir este trabalho.
- Leonardo Lucas Pereira, companheiro que acompanhou minha trajetória de estudante de graduação e mestrado. Sem ele eu não teria elaborado esta dissertação. Foi o companheiro de todos os momentos. Atento, criticou e provocou muitas indagações e me fez ir além do imediato, do aparente.
- Dejanira Gontijo que, abrindo mão de seus afazeres, pacientemente discutiu comigo a composição do texto final. A esta grande mulher que descobri, nesta fase, eu quero agradecer.
- Ao Miguel que sempre disse: você pode, faça mulher! Que durante toda a pesquisa esteve atento questionando minha parcialidade, exigindo sempre mais.
- A todos os professores do mestrado que me fizeram descobrir novos caminhos, em especial a Lúcia na Secretaria que se emocionou vivendo comigo o momento da entrega da tese.
- Aos operários que, carinhosamente, me receberam abrindo mão de seu descanso. Que conversaram e contaram sua história de vida. A todos metalúrgicos que, indistintamente, tornaram possível esta pesquisa.
- À atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos que me permitiu acesso ao arquivo do mesmo (atas, documentos, fichários), em especial ao presidente Luis Roberto, que me concedeu seu depoimento.
- Aos industriais, diretores e gerentes que me concederam entrevistas, em especial ao Ronan Eustáquio e José Lima, que se colocaram de forma tão sensível a esta pesquisa, indicando fontes, fornecendo dados.

- Às minhas alunas Maria das Graças, Sidéia , em especial à Lucinha e Iara, que me acompanharam durante toda fase de coleta de dados.
- Aos meus professores, aos companheiros de trabalho e à atual diretoria do INESP e da FUNEDI que, na medida do possível, me ajudaram. Ao pessoal da Secretaria, em especial à Norma, que datilografou minha tese.
- Às minhas irmãs Ivone e Geralda Célia, que tornaram menos pesadas minhas muitas lidas neste período.
- À Maura que muitas vezes abriu mão de seu horário de almoço para que eu pudesse trabalhar. À Rosa que transcreveu as fitas.
- À Helena Alvim Ameno, que gentilmente fez a tradução do Resumo.
- E também a
Maria Aparecida Henriques
Celso Aquino
Leonice S.Lara
Marta Tavares
Márcio Zacarias Lara
Romilda Mourão Gontijo
Antônio Greco Rodrigues
Gilda de Castro Rodrigues
Maura Soares
Wilhelmus L.de Rooiy

"Boca-de-forno

Forno é!?!...

Fareis tudo que eu mandar?

Faremos, sim senhor!

E se não fizer?

Ganharemos bolo.

Vai remando... vai remando..."

(brincadeira do folclore brasileiro)

R E S U M O

Esta dissertação refere-se ao processo de industrialização do Parque Industrial Siderúrgico de Divinópolis, em 1947, pioneiro na região e no Estado enquanto usina não integrada. Foi feito o acompanhamento desde a implantação: obstáculos, crescimento, crises. Observou-se um avanço tecnológico provocado pelos períodos de crises, uma necessidade de suprir carências de matérias-primas, de fontes energéticas e de mercado. Falou-se da conquista do mercado externo, da concorrência, da deficiência dos meios de transporte e das possibilidades de crescimento. Foram questões centrais a formação da mão-de-obra, o recrutamento da mesma na zona rural, a incorporação de novos valores, a identidade recriada nas novas formas de relações sociais, as novas condições de trabalho e de vida do operário-metalúrgico dentro e fora da fábrica. A resistência nascida das relações vividas pelos operários dentro e fora da fábrica ganharam forma e se tornaram expressão-pública quando estes enquanto categoria profissional se rebelaram enfrentando todo aparato institucional burguês. Neste contexto eles foram vistos enquanto sujeitos, autores de seu próprio processo. Toda história do movimento operário-metalúrgico foi analisada enquanto processo, numa tentativa de compreender como a consciência se manifestou em determinadas condições objetivas.

SUMMARY

This dissertation refers to the Parque Industrial Siderúrgico de Divinópolis implanting process, in 1947, pioneer in the region and the State, as a non-integrated factory . The process was followed since its implantation : obstacles, growing, crises . It was observed a technological advance caused by crisis periods, necessity for supplying raw-material, energy source and market lack. The foreign market conquest, the competition, transportation deficiency and growing possibilities were discussed Hand labor formation, its recruitment in the rural zone, the new value incorporation, the identity recreated in the new social relationship forms and the metallurgist's new work and life conditions, were central questions . The resistance arisen from the relations lived by the workmen inside and outside the factories, and became public expressions when they, as a professional category , became insurgent against the institutional bourgeois apparatus . In this context, they were seen as subjects, authors of their own process . The whole history of the metallurgical worker movement was analysed, while being a process, in an attempt to understand how conscience came out in determined objective conditions.

HINO DOS METALÚRGICOS

Letra e Música de:
CARLOS BATISTA DE LIMA

Metalúrgicos orgulho de nossa arte,
Trabalhamos para grandeza da nação,
Metalúrgicos, teremos de lutar,
Com coragem e ardor no coração.

Metalúrgicos!... Avante,
Cada um na sua profissão,
Todos unidos seremos forte,
Para nossa maior proteção.

Seja ferreiro, mecânico, fundidor,
Eletrecista, serralheiro, modelador,
O Sindicato defende nossas lidas,
Devemos apoiá-lo com ardor.

Metalúrgicos!... Avante,
Cada um na sua profissão,
Todos unidos seremos fortes,
Para nossa maior proteção.

I N T R O D U Ç Ã O

Este trabalho é uma forma de contribuir no estudo de questões que julgo de maior importância para o crescimento de meu país, e a autonomia de minha gente. Escolher um tema representou uma opção política, desenvolver a pesquisa, um ato pedagógico.

O trabalho discute a formação de mão-de-obra e a emergência de sua resistência enquanto sujeito em um processo, a partir da industrialização siderúrgica de Divinópolis desde 1943 a 1989. A organização do trabalho, a formação da mão-de-obra, o Sindicato e as greves, as condições de vida são analisados como elementos determinantes na manifestação dessa resistência.

A pesquisa foi desenvolvida em Divinópolis, uma cidade situada no Vale do Rio Itapecerica, Região Centro Oeste de Minas Gerais. Divinópolis possui área fisiográfica de 716 Km², confrontando com os seguintes municípios: Nova Serrana e Perdigão, ao Norte, São Gonçalo do Pará e Carmo Cajuru, a Leste; São Sebastião do Oeste e Santo Antônio do Monte, a Oeste; e Cláudio, ao Sul.

Sua posição geográfica é privilegiada, estratégica. Divinópolis representa o principal pólo urbano do Centro Oeste Mineiro, estabelecendo com as cidades da região relações de interdependência a nível de produção industrial, da circulação de mercadorias, da prestação de serviços; e a nível cultural.

O crescimento econômico de Divinópolis

se deu nos anos 50, com a atividade siderúrgica em plena expansão. No país crescia a demanda por ferro e aço, começava o "Ciclo do Ferro e Aço", e um intenso processo de industrialização no setor de bens duráveis.

Com o processo de industrialização nas últimas décadas, a população urbana de Divinópolis cresceu muito, enquanto a população rural decresceu continuamente. A mão-de-obra local foi formada por migrantes vindos da zona rural, e dos municípios da região. Esta migração, 55% (cinquenta e cinco por cento) contribuiu para o crescimento urbano entre 1970 a 1980. Em 1985, o IBGE estimou uma população de 142.633, com uma taxa de crescimento 3.8. Para 1990 estimou-se que a população de Divinópolis atingirá cerca de 170.000 habitantes e, no ano 2000, 231.000 habitantes. (Divinópolis: Hoje e amanhã, Diagnóstico Urbano"1986 - Prefeitura, Div.)

O desenvolvimento industrial particular de Divinópolis provoca um desenvolvimento urbano diferente das outras cidades da região. Com o crescimento vertiginoso na estrutura física a cidade muda sua fisionomia, muda seu ritmo. Com este crescimento e abertura a novos mercados, tem-se brusca mudança de comportamento, de hábitos, de valores. É uma cidade nova, com uma população nova, sem o punho forte das antigas e tradicionais famílias mineiras. Não possui tradição política como outras cidades da região, seu desenvolvimento adveio de sua dinâmica industrial. Grande parte de sua população é mão-de-obra assalariada e possui experiência de luta.

A pesquisa foi realizada no período entre novembro de 1988 a março de 1989. Os dados referentes à

industrialização foram conseguidos através de entrevistas com os investidores ou industriais no setor. Foram feitas 10 (dez) entrevistas com industriais que, na maioria, foram pioneiros, participaram do processo de implantação, estão em atividade e continuam na direção da indústria.

Para o capítulo sobre formação da classe operária, com o título: "*O perfil do metalúrgico e os agentes de sua transformação,*" foram feitas entrevistas com a preocupação de ouvir os depoimentos dos operários. E para o capítulo sobre "*Conflitos a partir da Organização do Trabalho - Movimento Sindical e Greve*" foram feitos levantamentos de documentos e atas. Todo o arquivo do Sindicato foi pesquisado desde sua criação até a gestão atual. As greves foram contadas pelos sujeitos que as viveram. Foram aplicados 80 (oitenta) questionários com dados objetivos (idade, sexo, origem, função, escolaridade, religião, etc.) e 20 (vinte) entrevistas.

Um aspecto considerado importante pela autora do trabalho foi a tentativa de se produzir um texto de caráter próprio, ou seja, tentou-se respeitar a forma como os operários, industriais e técnicos em seus depoimentos foram contando os acontecimentos, foram descrevendo sua experiência dentro da fábrica. Articularam-se os depoimentos tentando construir um texto em que os sujeitos por si dissessem, descrevessem sua resistência, a partir dos conflitos que viveram no cotidiano da fábrica.

Para cada capítulo foram elaboradas algumas questões centrais que serviram de fio condutor, e que ao longo do trabalho foram mudando; algumas se perderam, outras foram redimensionadas, mas elas existiram e permearam

todo o trabalho, possibilitaram uma articulação lógica entre os capítulos.

"A Resistência Operária" dentro e fora da fábrica foi o que se procurou detectar, mesmo quando os acontecimentos vistos no seu próprio contexto, e analisados isoladamente apresentavam, de forma convincente, uma desarticulação, um grupo de operários alheios a seus interesses. A reconstrução histórica evidenciou, em diferentes momentos, muita resistência, consciência de luta, e um saber que está sendo reelaborado na práxis daqueles que mitificam a própria fala para se resguardar da vigilância fabril.

Na estrutura da indústria siderúrgica não existe um departamento de relações humanas para tratar especificamente da organização do trabalho, normas e disciplina fabril, mas elas estão presentes através do desempenho dos papéis que compõem a hierarquia fabril. A forma hierárquica na distribuição dos papéis objetiva fazer de cada companheiro um fiscal do outro, o que quebraria a solidariedade entre eles. Essa intenção implícita da empresa acontece? Os operários buscam formas de resistir a esse desempenho?

A organização do trabalho fica subordinada à produção, que, por sua vez, vai determinar a produtividade do trabalho, em função da demanda, do mercado consumidor. Mesmo no caso da Pains, que sendo a única usina integrada em Divinópolis, com uma produção superior às outras, com uma estrutura comercial bem mais sólida, não possui um departamento de relações humanas, necessário à sua condição. Os conflitos nascidos das relações de trabalho são tratados no momento em que se evidenciam, com métodos radicais, coercitivos e desumanos. Os operários, cientes dessa repressão e ca

rentes de um Sindicato forte, representativo, encaminhavam suas lutas de forma espontânea, imediata, enfrentando a repressão.

O Capítulo I se refere à criação do Parque Industrial Siderúrgico de Divinópolis em 1943.

A mão-de-obra se formou com a vinda dos migrantes rurais, que iam aprendendo enquanto produziam o ferro.

O crescimento do setor siderúrgico é polêmico porque, de um lado, ele se constitui a maior fonte de renda, de empregos diretos e indiretos do município; de outro, provoca transformações ambientais, culturais e mantém em permanente estado de mudança toda uma estrutura de vida e valores da comunidade. A obtenção de uma das suas materias-primas principais, o carvão, provoca o desmate da região. Pode-se considerar que a cidade não surgiu em função deste setor econômico, mas não se pode desconsiderar que o mesmo foi determinante para o seu crescimento.

Estas transformações podem ter sérias consequências, se considerarmos o grau de consciência e organização dos operários e da população local. Como em outras cidades brasileiras, discutir a viabilidade de uma atividade econômica, seu crescimento, e como a força de trabalho humano é utilizada, o grau de exploração, a extração da mais valia relativa, é algo proibitivo. Existe por parte das indústrias, com suas diretrizes administrativas centralizadas nas diretorias, todo um projeto administrativo fundamentado em um código disciplinar rígido, autoritário, de caráter militar. Os operários são considerados instrumentos de trabalho, seres anônimos, domesticáveis.

A perspectiva da indústria local é de crescimento voltado para a exportação, mas, apesar deste dado, a grande maioria das indústrias locais, no momento, não possuem projetos de expansão imediata das usinas. Porém, lendo o II Plano Siderúrgico Nacional (PSN) fica evidente a expansão do setor até o ano 2.000, e Divinópolis, como parte integrante do Parque Industrial Siderúrgico Nacional, deverá alcançar novos horizontes.

Estas questões vão surgindo, aprofundam e criam novas polêmicas, novas vertentes. Com a modernização e automação da produção, o número de empregos diretos seria reduzido? Isto, conseqüentemente, levaria a uma redução de jornada de trabalho, ou simplesmente elevaria a produtividade da mão-de-obra? Poderia o trabalhador usufruir dos benefícios criados com seu trabalho? Estaríamos na era da automação vivendo o revigoramento, o fortalecimento do Modo de Produção Capitalista, e a intensificação da exploração da força de trabalho? Seriam novas formas de manter o imperialismo o domínio sobre o terceiro mundo? O operário-metalúrgico, através de seu discurso e de sua ação, manifesta a emergência de um novo sujeito que não se submete passivamente à repressão patronal?

Devido a sua importância econômica, seu potencial industrial em desenvolvimento, Divinópolis não poderia ser estudada para a compreensão de um problema local ou regional. Sua produção, e a comercialização dos seus produtos industrializados, a inserem no contexto mundial. Comercializa com os países tecnologicamente mais desenvolvidos como: Japão, EUA, Coréia e países europeus. Enfrenta um mercado, competindo em condições desiguais a nível de estrutura

interna. Como a tecnologia é determinante, um país pode perder, a nível de custo, de produção e colocação de produto no mercado, e, quando perde, alguém está sustentando estas perdas. No caso de Divinópolis, consegue-se competir e colocar produtos no mercado, apesar do Japão, da URSS e outros estarem bem mais preparados tecnologicamente. É verdade que existe mercado, mas existe um conjunto de fatores possibilitando este acesso. Neste capítulo falou-se de todos estes fatores, porém um foi considerado prioritário, e dele dependem os rumos e o crescimento siderúrgico em Divinópolis e no país.

O fator considerado mais importante é a força do trabalho humano: continuariam os operários sustentando um desenvolvimento baseado na concentração da renda? Poderia o país crescer, desenvolver, modernizar, reprimindo e sufocando as reivindicações operárias? Poderiam as indústrias continuarem crescendo e submetendo seus operários a condições de vida subumanas? Teriam as indústrias condições de continuarem mantendo sua estrutura, sem um departamento específico de relações humanas, para discutir, aprofundar e encaminhar os conflitos a partir das relações de trabalho? Estariam os operários se negando a viver a violência imposta nas suas relações dentro e fora da fábrica?

As formas como estas questões se resolverão, no fazer, na prática, serão dadas pelo grau de consciência, organização e resistência operária.

Através da articulação local, nacional e internacional do capital e do trabalho, pode-se compreender, por que e como, os problemas locais são reflexos da posição que a cidade ocupa no movimento global do capital. Divinópolis, como uma das partes do todo, recebe influências de

terminantes, e influi no processo global. Por isto, compreende-se a importância deste estudo, não só como uma realidade localizada, com suas especificidades, mas como um estudo de uma parte integrante de um todo em mudanças, em transformação.

No Capítulo II, sobre a "formação da mão-de-obra no setor siderúrgico", encontram-se dados sobre a realidade vivida por homens que deixaram suas terras para atender a demanda de mão-de-obra no setor nascente.

Iniciada a industrialização, os trabalhadores da cidade chegavam para ver, só para ver, não gostavam daquilo. Como na cidade não conseguiam mão-de-obra, foram buscar o peão na zona rural, onde as relações de trabalho estimulavam o êxodo. A mão-de-obra foi formada por peões, que eram obrigados a aceitar todo tipo de trabalho, desempregados que vieram conviver com o fogo, o calor, a poeira. Aos poucos, a indústria buscava todos: tarefeiros, meieiros, arrendatários, diaristas, homens acostumados a duras jornadas de trabalho. Vieram famílias inteiras. Foi um período de migração intensa (zona rural e cidade).

A mão-de-obra no setor se formou ao longo dos anos, talvez se possa dizer: "Abandonada à sua própria sorte". Para os operários, passar o portão da fábrica significa: "Perder o domínio de sua vontade", ele sabe e diz que não pode mais ter desejos, está sob a vontade de outro.

As jornadas intercaladas, as escalas por semana dificultam a vida fora da fábrica. Os operários, em grande maioria, têm outras atividades econômicas, que eles chamam de "bico" ou "biscate", e se sentem sem tempo para descansar.

Organizar-se dentro da indústria é muito difícil, tem de fugir da direção, dos fiscais e dos espiões. Dentro da usina é difícil saber quem é quem entre os operários. Detectar as chefias, os fiscais, é fácil, mas os espiões agem na surdina, são colegas que entregam o companheiro pensando receber em troca cargos de confiança.

Os operários manifestam um sentimento de rebeldia, de revolta, contido ao longo dos anos. Eles não têm como extravazar, se identificam com a situação de miséria, mas não a aceitam. Suas esperanças são de mudanças, são esperanças que aos poucos vão se transformando em raiva pelo patrão.

A função do operário dentro da indústria determina sua visão sobre a mesma. Ele não manifesta afetividade positiva pela empresa, pelas ferramentas, como meio de sobrevivência. Família e fábrica formam um "continuum" intimamente ligados, pois sua vida é de casa para a fábrica, da fábrica para casa. Este círculo sobre o qual ele gira é uma rotina ininterrupta que ele se nega a aceitar.

O III e IV Capítulos discutem a resistência operária fora da fábrica, porém ligada intimamente com a fábrica. A institucionalização do Sindicato, a tentativa patronal de se impor através das direções pelegas, os operários resistindo, denunciando, votando, afastando-se do Sindicato, compõem o terceiro capítulo.

O IV Capítulo discute a resistência operária, a formação da oposição, as estratégias de luta, as greves, a retomada do Sindicato no sentido de um trabalho menos assistencialista e mais combativo.

A conclusão é o espaço para novas

questões , é a superação de idéias preconcebidas sobre o movimento operário metalúrgico de Divinópolis. É uma tentativa de polemizar o que por sua essência já é polêmica, a consciência, que é percebida neste trabalho como forma de ser e de se revelar, de uma categoria em permanente processo. Neste sentido, o operário metalúrgico é um sujeito que não existe em si, mas que se manifesta a partir das suas condições de vida.

CAPÍTULO I

TRANSFORMANDO O ESPAÇO, CRIANDO NOVO PERFIL INDUSTRIALIZAÇÃO SIDERÚRGICA

INTRODUÇÃO

As primeiras manifestações siderúrgicas do Brasil ocorreram no período colonial. O país possuía grandes reservas das matérias-primas básicas: grandes reservas de minerais ferrosos com alto teor metálico; extensas matas primárias aptas para a produção de carvão vegetal.

Nos meados do século XVIII, as descobertas e o trabalho nas minas de ouro em Minas Gerais exigiam implementos de ferro que eram importados. Apesar da produção interna ficar mais barata, era proibido produzir no país. O custo do transporte do litoral até as minas era alto. Para diminuir o custo na produção do ouro e aumentar o lucro, bastava incrementar as empresas domésticas, idéia que também foi proibida pela coroa com receio de que a Colônia ganhasse autonomia econômica, e deixasse de importar.

Minas Gerais e São Paulo enfrentaram essa proibição instalando fundições nas regiões de maior consumo. Em 1795, Portugal concedeu a instalação das fundições de ferro. Esta medida abriu espaço para as que já existiam clandestinamente.

"Em 1700, Minas já possuía cerca de 30.000 (trinta mil) habitantes. Por essa ocasião, o reino de Portugal

sentia-se ameaçado em seu comércio e sua integridade territorial." (1)

Em 1703, pressionado, celebrava um convênio com a Inglaterra denominado "*Tratado de Methuen*." Entre as cláusulas havia uma que obrigava Portugal a destruir todas as manufaturas do reino, passando, desde modo, o controle de seu comércio para sua poderosa aliada.

"Em decorrência deste acordo, nenhuma manufatura poderia existir também na Colônia e, nessas condições, a extração do ouro só era feita através do emprego de instrumentos rudimentares, dado o alto custo dos produtos importados." (2)

A exploração do ouro era feita na superfície das minas, às margens de leitos dos rios, nas encostas das montanhas e o trabalho podia ser manual. Com a passar dos anos a exploração manual foi se tornando difícil, surgindo as primeiras revoltas. Era preciso ferramentas adequadas.

Em agosto de 1790 o governador da capitania de Minas Gerais, D. Rodrigo José Menezes, comunicou ao rei de Portugal a necessidade de construir fábricas de ferro no interior da capitania. Justificou a necessidade mostrando a impossibilidade da importação de implementos de ferro para o trabalho nas minas, devido ao alto custo, ficando mais barato produzi-lo no interior.

Só em 1790, o governo de Portugal reconheceu as conseqüências do acordo feito com a Inglaterra. Uma nova mentalidade parecia surgir na Metrôpole em relação

(1) PIMENTA, s.d.

(2) Id. *ibid.* 1, p.14

à Colônia quando, em 1795, o Ministro do Reino expediu instruções permitindo que, no Brasil, se pudessem explorar minas e fabricar ferramentas de ferro.

Em 1807, Manuel Ferreira da Câmara como Intendente dos Diamantes do Serro do Frio, escreveu a D. João explicando a necessidade de construir uma fábrica de ferro na região aurífera. Chamado ao Rio de Janeiro em 1808, participou da elaboração de vários alvarás e da decisão nº 41, de 10 de outubro de 1808, que determinou o marco inicial para a implantação da siderurgia no Brasil, e o estabelecimento da primeira fábrica de ferro em Minas Gerais, fornecendo recursos necessários para sua construção.

Em 05 de abril de 1809, em Morro do Gaspar Soares, hoje Morro do Pilar, as vertentes do Rio Santo Antônio, afluente do Rio Doce, às margens da estrada que ligava Vila Rica à Itabira, Vila Príncipe e Tejuco, seria construída a primeira fábrica. Ali existiam minério de ferro, florestas para carvão vegetal e água. Começou a execução do projeto.

Essa fábrica entrou em atividade em 1815, funcionando os primeiros alto-fornos do Brasil e 2 (dois) fornos suecos. A incipiente indústria, porém, não prosperou.

Em 1830, a fábrica do Morro do Pilar, não dando bons resultados em sua exploração, teve suas atividades encerradas. A esperança do desenvolvimento da indústria siderúrgica no Vale do Rio Doce ficou na tentativa fracassada.

Em 1888, último ano do regime monárquico, foi construída, em Itabirito, uma usina chamada Usina Esperança, com uma produção diária de 6 (seis) toneladas de ferro-gusa. Foi um êxito industrial.

Em "Ensaio sobre a Economia Mineira" (3) os fracassos dos projetos siderúrgicos têm como causas:

- privilégios comerciais concedidos às indústrias britânicas por D. João VI, em 1810;

- dificuldades dos estabelecimentos quase artesanais, em competir com um país bastante industrializado como a Inglaterra;

- localização: no litoral, distância das matérias primas; no interior, gasto com transporte para chegar ao porto.

No caso da fundição do Morro do Pilar, que estava no interior, a dispersão do consumo a inviabilizou. Com a decadência da mineração que era o mercado básico, o consumo se espalhou, exigindo uma complexa organização comercial que não existia. A desconcentração do consumo elevava o custo final.

"Do último quartel do século XVIII até a segunda metade do século XIX, a característica dominante foi a estagnação e a decadência da economia brasileira. Na segunda metade do século XIX, o Brasil conseguiu superar a etapa de estagnação, reintegrando-se nas linhas de expansão do comércio internacional, mediante as exportações de açúcar (Estados do Nordeste) e café (Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro)." (4)

A posição geográfica de Minas Gerais, em relação ao litoral, tem limitado sua expansão e dificultado a colocação de seus produtos no mercado interno e externo.

(3) CINCUNEGUI, J.E. e LOCATELLI, R.L., 1978, p.11

(4) FURTADO, C. 1971, p.84

O deficiente sistema de transporte não atende a demanda do se tor industrial mineiro; seus produtos ficam mais caros.

Por outro lado, a deficiência do sis tema de transporte propiciou o aumento de pequenos fornos e fundições, que atendiam o mercado regional. Segundo Castro,

"este fato explica o relativo sucesso de modestos empreendimentos de âmbito regional e o fracasso em regra das primeiras usinas de pretensões nacio nais." (5)

Em síntese,³(três) fatores reativaram o interesse de produção de ferro em maior escala:

1 - construção da Estrada de Ferro Central do Brasil até a região mineira produtora de ferro, que reduziu substancialmente os custos de transporte. Por ou tro lado, a estrada eliminou as vantagens dos pequenos produ tores de ferro no interior do País. No entanto, as facilida des de transportes entre região produtora e mercado nacional, abriram novas perspectivas. O aumento da demanda de produtos siderúrgicos, gerado pela construção das ferrovias, também es timulou o setor;

2 - criação da Escola de Minas em Ou ro Preto, que passou a formar mão-de-obra especializada, e a introduzir novas técnicas, ensinadas por professores estran geiros.

3 - A primeira Guerra Mundial impossibili tou as importações de produtos de bens duráveis e de capital, forçando a substituição de produtos similares nacionais e fa vorecendo a produção interna de ferro e aço.

(5) CASTRO, A.B. 1971, p. 151

Em 1916, a produção que era de 16% no mercado nacional passou para 19%, substituindo as importações. No fim dos anos 20, atingiu 43%.

Na década de 20 foi criada a Siderúrgica Belgo Mineira que, em pouco anos, se tornou a maior usina integrada da América Latina, respondendo por mais da metade da produção brasileira entre 1930/1945.

Segundo Maria da Conceição,

"a depressão de 1930, o desequilíbrio externo (redução da capacidade de importação) é acompanhada de uma série de medidas por parte do governo brasileiro, visando defender o mercado interno dos efeitos da crise defrontada pelas economias desenvolvidas. Estas medidas eram apresentadas basicamente, pelo controle e restrição de importação, elevação da taxa de câmbio e compra de excedente do café." (6)

"As medidas de defesa às atividades internas adotadas pelo Governo vão beneficiar também a indústria de ferro e aço, sendo que, em 1933, a siderúrgica brasileira atingiu seu maior nível de produção desde sua criação. Reconhecendo que nestes anos não foi criada nenhuma empresa siderúrgica importante, isto leva a crer que o aumento de produção se deu a partir da maior utilização da capacidade produtiva instalada." (7)

"A situação de Minas no contexto nacional pode ser verificada pelos seguintes dados para o ano de 1938: 92% do ferro gusa, 41% de laminados e cerca de 43% de aço. Na metalurgia aparecia São Paulo, com 38%, o Distrito Federal, com 27% e Minas, com 7%. As diferenças nas participações relativas revelam a divisão do trabalho na

(6) TAVARES, M.C., 1972, p.30

(7) BAER, W., 1970, p.85

siderúrgica brasileira." (8)

Ficou a cargo de Minas, onde estão as matérias-primas, o primeiro processamento do minério de ferro em gusa, e as transformações posteriores com São Paulo e Rio de Janeiro. Esta divisão do trabalho trouxe profundas implicações para o Estado de Minas Gerais.

A consolidação do setor siderúrgico

"A partir de 1950, a política econômica do Governo se orientou deliberadamente de forma a promover a industrialização. Esta política, no que se refere ao comércio exterior, consistia numa tarefa aduaneira efetivamente protecionista, combinada com um sistema cambial que subsidiava a importação de bens de capital e insumos básicos, e atuação de bens de capital estrangeiro por investimento direto." (9)

Neste contexto de mudanças, de um lado, o país buscando sair da condição de mero produtor de bens primários, com setor agro-exportador em franca decadência e, por outro lado, tentando consolidar a acumulação monopolista, é que em 1947, em Divinópolis começou o processo de industrialização siderúrgica.

I Fase

Nascendo e criando raízes

1 - Começo da industrialização Siderúrgica em Divinópolis - 1943/1950

(8) Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, 1971

(9) SUZIGAN, W., 1975

A indústria siderúrgica de Divinópolis teve início em 1943, quando Jovelino Rabello, motivado pela necessidade de sua fundição, criou a primeira siderúrgica de Divinópolis.

Jovelino Rabello veio de um lugarejo chamado Japão de Oliveira, hoje com o nome de Carmópolis. Como comerciante, gradativamente adquiriu conhecimento do mercado local e regional, investindo em fundição para produzir utensílios domésticos, tais como: panela, caldeirão, chapa de fogão de lenha, pés de máquina de costura. Esses objetos em ferro eram produzidos de forma rudimentar em pequenas fundições, em fundos de quintais. Os operários davam acabamento final, peça por peça.

Ampliando suas atividades econômicas, criou uma fundição maior do que as existentes, num local perto de sua casa, hoje situada na principal rua comercial de Divinópolis, Rua Goiás perto da ponte que liga o antigo Bairro Porto Velho ao centro, às margens do Rio Itapecerica. Esse empreendimento pode ser considerado como base do grande parque industrial siderúrgico divinopolitano.

O ferro, como matéria-prima principal, vinha de Gagé, lugarejo perto de Sabarã.

Com a Segunda Guerra Mundial, a oferta do ferro foi reduzida, com conseqüente elevação de preço. Jovelino Rabello começou a idealizar um forno de gusa, para atender a demanda de sua fundição.

Em abril de 1943, o projeto siderúrgico do coronel Jovelino Rabello ganhou forma e concreticidade. Na época foram surgindo fundições mais modernas do que a dele, com uma tecnologia mais avançada, produzindo mais, por um

preço melhor. A forma que ele encontrou para enfrentar a concorrência das outras, que tinham uma tecnologia mais moderna, foi construir a Companhia Siderúrgica Mineira.

A localização de Divinópolis facilitava a atividade porque o minério vinha de Itaúna, Itatiaiuçu, cidades vizinhas. Ele possuía muitas fazendas, com matas para produzir carvão.

O capital investido para implantar a primeira siderúrgica da região, advinha da sociedade de um grupo formado por comerciantes e fazendeiros, que enfrentavam inúmeras dificuldades.

Zé Lima, que trabalhou no início e durante muitos anos com o Coronel Jovelino Rabello na Mineira, falou assim das dificuldades: "... para construir a Mineira, prepararam o terreno manualmente, cavaram o chão, tiraram com enxadas e picaretas a terra do local. Colocavam uma canga em dois bois, amarravam uma pele de boi na canga, enchiam de terra, que os bois puxavam. Para fazer o forno, foram ao Rio de Janeiro, compraram um navio velho, trouxeram no vagão da Rede Ferroviária; chegando, desmancharam o navio para fazer o forno porque não existia aqui chapas de ferro para construção de fornos. Os tijolos refratários para revestir o forno vieram de Caeté. São em Caeté faziam este tijolo... "

Como a energia elétrica era insufuciente para a usina produzir, eles conseguiram um compressor a vapor. Os elevadores, que conduziam a carga para o forno, eram movidos com um contrapeso, porque não havia outro tipo de energia além de mecânica para ser utilizada, por exemplo, os elevadores subiam um de cada vez e enchiam uma caixa d'água, sendo que esta pesava mais do que o material. Eram duas cai

xas: enquanto uma enchia em cima, a outra jogava água embaixo, num movimento contínuo. O carvão e o minério eram colocados no forno pelos operários e havia carrinhos para conduzir material até o elevador. Colocavam a carga no elevador, um deles no alto do forno libertava o freio, e a carga subia. No topo do forno, dois operários recebiam essa carga, retiravam-na e despejavam dentro do forno. Novamente o carrinho era colocado no elevador, que trabalhava com dois carrinhos, alternadamente.

Perto do forno havia uma área muito grande toda de terra onde eram feitas as formas. Os operários eram preparados para fazer valas no chão, direto na terra. O gusa ia correndo; quando preenchida uma vala, era fechada passando-se para outra. Era um processo muito rudimentar, mas que funcionava.

O minério vinha de Belo Horizonte, Itaúna, Itatiaiuçu, no vagão do trem de ferro, em estado bruto. Chegando, aquelas pedras grandes eram descarregadas bralmente, e quebradas com marretinhas pelos operários, que ficavam cobertos de pó. Hoje quando entrevistados lembram-se do trabalho na usina: "Era um inferno, nós tínhamos que quebrar aquelas pedras grandes com marretinhas, tínhamos que carregar aquilo. O homem de confiança do Coronel xingava, gritava cada palavrão, trabalhava umas dez, doze horas por dia, não tinha folga não..." (10)

A lenha era muito fácil, pois existia muita mata natural na periferia de Divinópolis. Segundo os industriais, o difícil era fazer o carvão: "O povo não sabia fa

(10) Entrevista com operário, março/89

zer carvão. Faziam uma caieira, que era um monte de lenha, coberto com terra e, deixavam uns 7 (sete) dias queimando." (11)

O carvão feito em Divinópolis não era suficiente, sendo suprido pelas cidadezinhas de Nova Serrana, Bom Despacho, São Gonçalo, Abaeté, Pompéu, e transportado por caminhõezinhos modelo antigo. Os fazendeiros da região foram cortando todas as matas naturais, não existindo preocupação no sentido de preservação e reserva. Buscava-se em última instância, fazer dinheiro.

O manganês de Itabirito e o calcário de Lagoa da Prata chegavam em vagões.

A Mineira começou produzindo 20 (vinte) toneladas por dia, que eram levadas para a fundição e transformadas em panelas, pé de fogão, trempe, pé de máquina, colher, ferraduras de cavalo e outras coisas que eram vendidas na região.

Como não existia mão-de-obra qualificada, ou com prática na região, buscavam operários onde já existia siderúrgica e eles ensinavam o trabalho, de quem aprendeu fazendo, chamado mestre de forno. Ele era o operário que comandava o forneiro. O forneiro trabalhava na boca do forno, abastecia, dava corrida, chuchava para o ferro sair. O ferro saía de 4 em 4 (quatro em quatro) horas, sendo 2 (duas) corridas em cada turma. O ajudante de forno preparava a bica, fazia as valas. E todos, o mestre de forno, o forneiro, o ajudante de forno, controlavam a corrida.

Os operários se dividiam entre preparação da área e o trabalho direto ao forno. Havia o forneiro,

(11) Entrevista com industriais

o ajudante de forneiro, os cargueiros que levavam a matéria-prima. Eram necessários 30 (trinta) operários para trabalhar no forno. Existia uma hierarquia de cargos de acordo com a função:

Mestre de forno - administrava e fiscalizava o trabalho dos operários.

Forneiro - trabalhava na boca do forno.

Ajudante de Forneiro - preparava a área e ajudava na corrida.

Faxineiros - faziam a limpeza.

Cargueiros - preparavam a carga.

Podemos dizer que o setor passou por 3 (três) fases que se dividem em:

I - Fase - Começo da industrialização, a construção das primeiras siderúrgicas (1943/1950)

- Acelerado processo de industrialização (1951/1960), foram implantadas mais de 10 (dez) siderúrgicas

II - Fase - Aparecimento do excedente e a falta de demanda

- Formação de grandes estoques

- Início da crise do carvão (1961)

III - Fase - Conquista tecnológica, aumento da produtividade do trabalho e da produção

- Crise energética motivando a expansão do setor

- Mercado interno se fecha

- Início da exportação

- Indústria arrendada

- Mercado externo e concorrência
- Deficiência dos meios de transporte
- A indústria hoje (Pains faz novos investimentos).

2 - Aceleração do processo de industrialização

A Companhia Siderúrgica Mineira venceu todas as etapas iniciais e caminhou em busca de novos mercados. A fundição Jovelino Rabello não conseguia consumir toda a produção. São Paulo já era pólo industrial do Brasil, e foi para lá que a cidade começou a vender o excedente do gusa produzido.

Com o surgimento do excedente de produção e as vendas para São Paulo, um novo desafio, uma nova etapa. As indústrias de São Paulo passaram a consumir 90% (noventa por cento) do que era produzido em Divinópolis. A indústria siderúrgica firmou.

A partir de 1950 foram sendo criadas novas siderúrgicas. Mais de 10 (dez) foram colocadas em plena atividade no mercado, uma vez que a região oferecia muitas facilidades, como mão-de-obra disponível, matérias-primas necessárias em abundância, mercado inexplorado. As perspectivas eram muitas e, combinadas com fatores locais, motivaram o crescimento.

A Siderúrgica Mineira, em fase de grande expansão, motivava outros investidores a entrarem no ramo. A partir de 1950, começaram a ser criadas novas siderúrgicas. A implantação muito rápida do setor provocou muitas crises. O mercado, a mão-de-obra e a preparação da matéria-prima,

tudo muito inicial, incipiente, não ofereciam condições favoráveis ao ritmo da industrialização.

A inexistência de infra-estrutura levou a desativação de muitas siderúrgicas. Outras sobreviveram em meio a muitos problemas como: concorrência, formação da mão-de-obra, dificuldades em descontar duplicatas, transportes, distância do mercado.

Hoje, o setor siderúrgico é uma ótima atividade econômica, porém aqueles que foram pioneiros, na grande maioria tiveram por motivos econômicos que deixar o setor, foram obrigados a vender.

Continuam no ramo, considerados os mais antigos, Levi Coelho e Jaime Martins, que hoje já passaram a administração para os filhos.

As primeiras siderúrgicas começaram com a capacidade do forno em 20 (vinte) toneladas por dia. De 1950 a 1969, o setor cresceu num ritmo acelerado. Com a construção de todas estas siderúrgicas, Divinópolis foi se industrializando, crescendo em todos os sentidos. Começou a atrair as pessoas que acreditavam existir aqui maiores possibilidades de sobrevivência.

As siderúrgicas foram construídas fora da cidade, distante do centro, por exigência legal: *"eram tão distantes que todo dono de siderurgia comprava logo um jipe para ir trabalhar."* (12) Considerando que a implantação das primeiras usinas foi muito artesanal, tiveram como meio de transporte, o carro de boi e, como ferramentas enxadas e picaretas.

(12) Entrevista com industrial

Muitos operários, que trabalharam na terraplanagem, continuaram na usina e se tornaram operários siderúrgicos ou metalúrgicos. A usina trabalhava as 24 (vinte e quatro) horas ininterruptamente, sendo a energia elétrica fundamental. No princípio a falta desta acarretava problemas como arriamento de carga e esfriamento do forno.

O Coronel Jovelino Rabello era elemento fundamental na montagem da siderúrgica. Para construir o forno ele usava sua oficina mecânica, treinando seus operários, que depois eram emprestados às siderúrgicas novas. Os operários aprendiam enquanto trabalhavam. Começavam fazendo coisas simples e à medida que praticavam eram encaminhados para outro setor dentro da indústria. Existia uma certa mobilidade na estrutura da empresa.

Ainda na primeira fase, bem no início, foi utilizado como principal meio de transporte até São Paulo, o vagão da rede ferroviária. Requisitava-se na Rede e ela mandava o vagão, que fazia o trajeto em 30 (trinta) dias, o que era um problema. Em Cruzeiro, baldeava para outra ferrovia. Na Estação, um caminhãozinho ficava esperando. Era carregado para levar o produto até a indústria.

Da primeira fase podem-se tirar algumas conclusões: a criação e consolidação do parque siderúrgico de Divinópolis deve ser analisado a partir da evolução industrial no Brasil, a partir do processo de substituição de importações.

"O processo de substituição de importação se fez de cima para baixo, começando por substituir os bens de consumo (ápice da pirâmide) (...) Somente com a consolidação desta fase é que se pode pensar em produ

zir os bens de produção - produtoras de máquinas e equipamentos - que constituem a base da pirâmide." (13)

Pode-se considerar como fatores determinantes para implantação da indústria siderúrgica em Divinópolis a disponibilidade de matérias-primas na região, a demanda das fundições de ferro gusa, as fontes de energia inexploradas em cidades vizinhas, mercado local e regional, a composição do capital e a formação de mão-de-obra.

Os fatores determinantes sobrepuseram as limitações, tais como: deficiência dos meios de transportes, a falta de um sistema de comercialização, inexperiência industrial, falta de mão-de-obra especializada.

Observa-se que a forma como os fatores se desenvolveram foi bastante específica, por exemplo, a composição do capital se fez a partir da associação entre fazendeiros e comerciantes; a mão-de-obra foi recrutada na região em pequenos lugarejos, e foi formada dentro da usina. A industrialização no Brasil aumentou a demanda por ferro e aço. As indústrias locais que atendiam só a região, passam a ter como maior consumidor São Paulo.

Analisados estes fatores compreende-se que as condições determinantes da industrialização siderúrgica se objetivaram a partir de novas possibilidades questionáveis: a) teria a siderúrgica local estrutura para continuar se desenvolvendo para atender a crescente demanda por ferro gusa e aço? b) O sistema de transporte disponível atenderia a demanda? c) O subsetor não integrado, produtor de ferro teria

(13) Op. Cit. item (2) - p.42

um papel significativo no desempenho do setor como um todo?
d) O governo, no seu papel de investir em infra-estrutura, atenderia as necessidades das pequenas usinas não integradas, no interior do estado?

II Fase

O voo do Pica-pau

1 - Expansão e crise do setor siderúrgico

"A expansão acentuada do número de empresas de gusa se deu a partir de 1956, quando a demanda por aço aumentou sensivelmente em decorrência da implantação da indústria de bens de consumo durável e de capital no País. Este processo de industrialização gerou uma demanda por aço e peças fundidas, a qual não pode ser atendida imediatamente pelas usinas integradas. Isto permitiu a expansão de usinas semi-integradas junto aos mercados consumidores, gerando uma demanda pelo gusa dos produtores independentes. Por outro lado, o baixo custo de produção de gusa, nesta época, especialmente pela facilidade de obtenção de carvão vegetal de florestas e cerrados mineiros, abriu possibilidades de se atingir o mercado externo, o que contribuiu para dar grande dinamismo ao setor." (14)

(14) Op. Cit. ítem (2) - p.68.

A tabela abaixo apresenta o crescimento da indústria de gusa no interior de Minas no período de 1945 a 1971.

Períodos	Fundação	Participação relativa por período
Até 1945	2	4,0
1946-1951	1	2,0
1952-1957	5	10,0
1958-1963	26	56,0
1964-1970	6	14,0
1971	6	14,0
TOTAL	46	

FONTE: CETEC

No final dos anos 50, começo dos anos 60, verificou-se que, em Divinópolis, foram implantadas 20 (vinte) siderúrgicas. Entre estas, 3 (três) foram desativadas. No mesmo período foram implantadas, no interior de Minas Gerais, 37 (trinta e sete) siderúrgicas, concentradas nas cidades de Sete Lagoas, Divinópolis e Itaúna.

Entre as 37 (trinta e sete) criadas no interior do Estado, em Divinópolis, 17 (dezessete) estavam em atividade. O crescimento industrial foi acelerado criando um descompasso entre a oferta e a demanda.

Esse desequilíbrio manifestou-se imediatamente. As empresas registraram a formação de grandes es

toques em seus pátios; a concorrência cresceu, os preços caíram; faltou mercado; as indústrias passaram a funcionar com capacidade ociosa, 3 (três) foram desativadas, outras paralisadas.

Os empresários analisaram este período como uma etapa de crescimento numérico das usinas e ampliação do mercado. Consideraram que estava superado e o chamaram de primeira fase. Este período significou um domínio maior das técnicas necessárias ao desempenho das usinas. Existia um razoável contingente de mão-de-obra formado, conheciam melhor o mercado e aprenderam a fazer carvão. Citam como problemas que surgiram nesta fase, se agravando na II e continuando na III fase, sem solução, a crise do carvão e a deficiência dos meios de transporte. Sem solução imediata, precisam ser resolvidos porque são considerados como problemas-limites à expansão. Segundo os empresários, os principais consumidores de gusa seriam: as fundições, as siderúrgicas integradas privadas, aciarias não integradas e semi-integradas, setor externo.

2 - O capital inicial

Para implantar uma usina, formavam um grupo de quase 20 (vinte) acionistas. Como exemplo, analisaremos 2 (duas) indústrias com características diferentes na composição do capital. Estas serão analisadas desde sua fundação até 1988. Uma seria a Tietê que deu origem ao Bairro Tietê, hoje, com o nome de Valinho; outra a Pains, considerada a única usina-integrada-independente na região.

a) Tietê

Para formar o capital inicial da Tietê, foram necessários 17 (dezesete) acionistas. Para a primeira exportação do produto vendido, a empresa fez um adiantamento de câmbio.

O custo operacional da saída do produto até o carregamento do navio, ou seja, a primeira tentativa de sair da crise de realização, inviabilizou a indústria, que não conseguiu pagar a dívida do adiantamento.

Internamente, o consumo de gusa sofreu uma retração por parte das aciarias não integradas. Foi uma crise de mercado. Em 1962, a Tietê foi entregue como forma de pagamento. Os novos acionistas assumiram a empresa com outro nome, Valinho, e adicionaram mais capital para pagar os custos da dívida. Eles mantiveram a usina parada de 1965 a 1967, que foi reativada, funcionando 3 (três) meses sem conseguir colocar sua produção no mercado. Em dezembro de 1967, o governo autorizou as exportações. Um dos acionistas, Geraldo Correia, efetuou a venda de todo o estoque.

A Valinho entrou numa nova fase. Começou um período de investimentos. Os acionistas concluíram que o mercado exigia uma qualidade que só seria alcançada com nova tecnologia. Investir em equipamentos tecnologicamente mais avançados passou a ser condição fundamental para a continuidade da empresa. Em 1974, a Valinho comprou do Dr. Glauco, ⁽¹⁵⁾ um projeto de usina. O forno deste projeto modificou totalmente a produção e a qualidade do produto. Foi utilizada uma tec

(15) Dr. Glauco, engenheiro metalúrgico

nologia de vazamento contínuo que eliminou o antigo sistema de fundição na areia, de modelar no chão. Começou a corrida no anticadinho, um processo mais automatizado.

A automatização no processo de produção modificou a relação que os operários mantinham com as ferramentas de trabalho, e tirou do mestre o domínio sobre o processo produtivo.

Foram criados os laboratórios para controlar a qualidade do produto e o teor do metal produzido. O minério passou a ser liberado para a carga depois de analisado e medido. Este trabalho era feito pelo mestre que usava sua experiência empírica no comando da produção do ferro. Com as inovações tecnológicas, a ação do mestre foi reduzida ao trabalho na área do forno. Ele que antes acompanhava todas as etapas do processo produtivo, desde a chegada da matéria-prima até a saída do produto, e possuía um conhecimento de cada etapa do processo, passou a controlar a corrida no forno.

Com as transformações tecnológicas, foi melhorada a qualidade do produto, atendendo as exigências do mercado externo. Os acionistas passaram a ter um controle maior sobre o processo produtivo. Os operários, que antes participavam de forma mais criativa no processo de trabalho, se tornaram meros executores de tarefas. O conhecimento anterior, fundamental no trabalho, passou a ser secundário, tornando a mão-de-obra produtiva menos especializada e mais flutuante. Observaram-se mudanças nas relações de trabalho a partir dessas transformações tecnológicas.

b) Pains

A Pains, antes conhecida como Companhia de Laminação e Cimento Portland, foi fundada em 1953 pelo Coronel Jovelino Rabello. Ele formou um grupo de acionistas do qual era majoritário. Em 1960, começou a abrir o capital e sair gradativamente da empresa. Em 1971, colocou ações na Bolsa. O capital polarizou-se, mais de 50% das ações foram vendidas. A estrutura da empresa sofreu uma mudança substancial.

Entraram como acionistas os Meireles, banqueiros, os Botelhos, empresários, e João Jabur que atuava no mercado de capitais como operador de bolsa.

Com a entrada dos novos acionistas, o Coronel saiu definitivamente da atividade siderúrgica. Saiu da atividade industrial e entrou para a história, deixando aos que ficaram em seu lugar a trajetória de um pioneiro.

De 1970 a 1973, período em que o Coronel vendeu a Pains correpondê, a nível nacional, a retomada do crescimento econômico, que resultou numa forte elevação da taxa de acumulação de capital. O crescimento do setor de bens de capital no período foi de 39%.

Em 1971, a capacidade ociosa da indústria no Brasil estava esgotada. A indústria automobilística, por exemplo, teve um incremento de capital de 70% (setenta por cento) fixo em 1973.

O superaquecimento da economia brasileira coincidiu com o da economia mundial, que propiciou não apenas um grande aumento da taxa de acumulação, mas também um grande aumento na taxa de lucro.

Cresceu a demanda por ferro e aço. As siderúrgicas funcionavam com toda a capacidade. Novos investimentos foram feitos para aumentar a capacidade dos fornos. A concorrência cresceu.

Em 1976, os Botelhos venderam suas ações para Korf, um empresário alemão.⁽¹⁶⁾ No país de grandes usinas como a Krupp, a Sharp, ele implantou usinas pequenas, mais compactas e com altíssima produtividade. Ele partiu da teoria de que quanto menor a empresa, maior flexibilidade, e maior a liberdade de ação. Com a flexibilidade das pequenas indústrias, ele conseguiu superar o índice de produtividade das grandes indústrias, e passou a competir no mercado. No Brasil, pesquisando, concluiu que havia possibilidade, pois tratava-se de um país com muitas facilidades, de situação muito favorável, minério de altíssima qualidade, energia abundante e mão-de-obra disponível. Pensou em uma indústria pequena como as dele na Alemanha, onde ele tivesse flexibilidade e pudesse desenvolver novos processos tecnológicos. Foi aqui que Korf encontrou as condições necessárias para desenvolver projetos siderúrgicos.

Em 1982, saindo Jabur, entrou um Banco alemão, chamado DEG,⁽¹⁷⁾ que tem como objetivo investimentos em países em desenvolvimento. É um Banco Estatal da República Federal da Alemanha. Korf se associou ao governo alemão. Hoje os acionistas da Pains são: Jabur, Korf e o Banco Alemão. A composição anterior foi mantida: dois financistas e um industrial.

(16) WILLY KORF, um alemão, empresário

(17) DEG - Deutschier Entwicklungs Gesellschaft

Nas outras indústrias siderúrgicas de Divinópolis, onde ocorreram vendas de ações, mudanças de proprietário, entraram acionistas de Divinópolis e Belo Horizonte. Muitos dos que venderam as siderúrgicas aqui, foram trabalhar em Sete Lagoas, no mesmo ramo. Muitos industriais consideram que hoje as siderúrgicas de Sete Lagoas estão tecnologicamente mais equipadas, e que o setor lá cresceu mais, porque houve interesse da administração municipal, que fez doações de terrenos, criou incentivos fiscais, enquanto em Divinópolis não houve interesse do Executivo.

Nesta segunda fase foi injetado muito capital, ocorreram grandes mudanças tecnológicas. As indústrias ampliaram seu potencial, aumentaram a capacidade dos fornos existentes e construíram-se novos.

c) Mineira

Em 1970, começou um período de grande expansão. Podemos citar vários exemplos de investimentos no setor. A Mineira, por exemplo fez um dos maiores investimentos, e com ele iniciou um processo de desequilíbrio econômico, com a construção de um forno que seria o mais moderno da região, com capacidade para 250T (duzentas e cinquenta toneladas) por dia. Ele representava tudo o que havia de mais avançado em tecnologia, seria adotado o processo Kelp, um processo moderno de aquecimento do forno (o ar que é jogado no forno, soprado, vai muito mais quente, o que reduz o consumo de carvão, e a produção é maior); em vez de entrar com 800° (oitocentos graus) no forno, entrava com 1200° (um mil e duzentos graus). O aquecimento do Kelp era o dobro do Glendon, que

era muito rudimentar.

Esse forno não funcionou, não existia estrutura para abastecê-lo. Por exemplo, os carrinhos que levavam o material para o forno eram muito pequenos. A quantidade de carga preparada era insuficiente. O forno trabalhava sempre com capacidade ociosa. Projetado para produzir 250T (duzentas e cinquenta toneladas) por dia, produzia 60, 70T (sessenta, setenta toneladas).

III Fase

Rompendo fronteiras

1 - Avanço tecnológico, aumento de produtividade

Em 1976, a Valinho mudou o sistema de recuperação de calor. As garrafas do Glendon, que eram de ferro fundido, foram passadas para o aço refratário, o que aumentou a temperatura do forno. Com isto passou a existir um anel de vento que é a coroa. A temperatura conseguida no Glendon antes desta mudança, era de 350° (trezentos e cinquenta graus), depois, com a garrafa de aço refratário chegou a 500°, 600° e hoje com 800° (quinhentos, seiscentos e oitocentos graus).

Com esta inovação passou a produzir gusa para fundição, e a ter acesso no mercado externo de fundição.

Em 1974, com os investimentos, a Valinho, que produzia 25T (vinte e cinco toneladas), passou a produzir 80T (oitenta toneladas). Com a renovação em 1976, chegou a 100T (cem toneladas) por dia em um forno. Melhorou a qualidade do produto, ganhou mercado na Europa em 1980, equilibrou a exportação, pois para gusa de qualidade não faltava

mercado. Hoje os investimentos continuam e a direção considera a passagem para uma terceira fase.

A fase do aço refratário foi um marco importante para o setor siderúrgico, porque solucionou o grande problema que era a temperatura, e reduziu o consumo de carvão.

Em 1978, a Valinho construiu a Usina Dois. Foi um forno grande, de 119 m³ (cento e dezenove metros cúbicos), com uma produção de 150 a 160T (cento e cinquenta e cento e sessenta toneladas) por dia. Neste forno, foi introduzido o sistema de vazamento contínuo à lingoteira metálica,⁽¹⁸⁾ que é um carrossel. A primeira a usar esta lingoteira, foi a Siderúrgica Sete Lagoas, porque a patente pertencia aos seus proprietários. Em Divinópolis, a Valinho foi a primeira a introduzir a lingoteira e a química experimental. Hoje ela tem um sistema de carga totalmente mudado. Os dois fornos trabalham com a correia transportadora, tudo automatizado. A balança funciona com célula fotoelétrica, tem uma cabine de controle, onde um operário aciona um botão, desarmando a moeda da balança. A carga cai na correia, na vala do skipe,⁽¹⁹⁾

De acordo com as siderúrgicas entrevistadas, o investimento tecnológico mudou muito, automatizou-se parte do processo de produção, mas não houve um avanço radical. Com exceção da Pains e da Valinho que já automatizaram bastante o processo, as outras funcionam, em relação às

(18) Lingoteira metálica

(19) Estamos descrevendo este sistema, porque segundo os diretores da indústria, a Valinho é única no Brasil com este sistema.

duas, com um processo mais manual, o que não significa que não tenham evoluído, pelo contrário, os números mostraram que houve grandes investimentos. Todas as siderúrgicas, principalmente nos fornos que estão em atividade hoje, só estão em atividade porque foram feitos novos investimentos, melhoraram a qualidade do produto, aumentaram a capacidade produtiva, expandiram e estão exportando.

As outras indústrias siderúrgicas de Divinópolis não investiram muito em tecnologia. Os investimentos se reverteram na construção de novos fornos de maior capacidade, mais modernos. Na alimentação do forno, adotaram o sistema de correia transportadora, substituindo o Skipe. Introduziram o cilindro pneumático para abertura dos cones, a análise química dos gases e da densidade do carvão. Foram aumentando o diâmetro das lingoteiras, passando para tipo cascata com desníveis. Adotaram canhão para tampamento da boca do forno e Glendon inoxidável para melhor aproveitamento dos gases. Pains e Valinho foram mais agressivas, investindo mais em tecnologia.

2 - As matérias-primas

No início, o "minério" vinha para a indústria quase em estado bruto, em pedaços grandes. Nas indústrias, ele passava por todo um processo de preparação antes de ir para o forno: quebrado, lavado, peneirado. Hoje as mineradoras também evoluíram e fazem elas mesmas toda a preparação do minério. A britagem é feita na mina. Segundo os diretores, isso significou muito para a indústria, agilizou o trabalho dentro da usina e representou um avanço em termos de or

ganização do trabalho.

O "carvão", como fonte energética, continua sendo o grande problema. Em 1947 até 1965 era possível encontrar carvão na região. Com o aumento da capacidade dos fornos e a implantação de novos, aumentou o consumo de carvão e, conseqüentemente as matas e cerrados foram devastados. Ficaram algumas pequenas reservas por exigência da Lei.

Em relação à produção do carvão, o processo evoluiu um pouco e, hoje já não existem as caieiras. Nas fazendas de reflorestamento foram construídos fornos. A técnica de fazer carvão é outra. Em alguns lugares, "o forno é circular, feito de tijolos com suspiros que o povo chama de baiana, chaminê e boca. Corta-se a lenha, coloca-se no forno, acende-se o fogo, tapa-se a boca. O carvão vai ser cozido durante três, quatro dias e quando a fumacinha branca começa a sair, abaçam-se as baianas. Puxa-se sô pela chaminê. Quando a fumaça fica azul-clarinho, abaçam-se as chaminês. Faltando o oxigênio o fogo apaga e ficam dois dias cozinhando e esfriando... (20) Para fazer o carvão são necessários sete dias. Na época de seca, o fogo pega fácil, mas demora mais a esfriar. Na época da chuva, o fogo demora mais a pegar, mas esfria mais depressa. Em outras siderúrgicas existe o forninho rabo quente, que segundo o empresário, pode ser feito de duas formas: uma forma é na beirada do barranco. O barranco fica sendo parte do forno. O outro é um forninho pequeno de 60 centímetros. Para fazer carvão são necessários três a quatro metros de lenha. Ele comporta, no máximo, dez metros de lenha.

Todas as indústrias dizem que conso

(20) Entrevista com empresário em março/1989

mem na faixa de 30% (trinta por cento) de carvão próprio, algumas poucas chegam a consumir 40% (quarenta por cento) o que significa ganhar no custo do produto final, tendo que comprar o restante gasto de terceiros. O custo é alto, representando uma média de 60% (sessenta por cento) no custo de produção do gusa. Quando está muito bom, aparece carvão, o preço é reduzido para 40% (quarenta por cento).

O carvão vinha de Abaeté, Pompéu, Bom Despacho, Araújos, Bambuí, Nova Serrana, cidades da região, em um raio de 50 a 80 Km, em "caminhõezinhos", percorrendo estradas de chão em péssimas condições. O carvão foi-se distanciando, vindo hoje do Norte de Minas, de Goiás, Mato Grosso do Sul, e de Santa Catarina a mais de 1000 Km de distância.

Em 1960, começaram a aparecer as carvoeiras que prestavam serviço às siderúrgicas. O proprietário da carvoeira enviava o produto em caminhões. Quando começava a faltar carvão, iniciava entre as indústrias uma relação de competição muito forte (que algumas indústrias chamam de deslealdade). As indústrias mandavam alguns funcionários seus para a rodovia BR.262, por onde passavam os caminhões. À margem da BR.262, a 20 Km de distância de Divinópolis, começava a fila. O caminhão tinha que ir parando ao longo da estrada, e cada um que o parava oferecia uma quantidade maior em dinheiro pela carga. Algumas pessoas entravam na cabine do caminhão e levavam-no até dentro do pátio da usina. O carvoeiro ficava em dificuldades, sem saber onde entregar o carvão. Hoje, a Pains, por exemplo, já tem depósito de carvão em Goiás e Mato Grosso. Ela compra o carvão, forma grandes estoques e vai levando para a indústria.

Depois de 1966, quando a região já es

tava devastada e o carvão difícil e caro, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e os Instituto Científico de Silvicultura passaram a oferecer assessoria técnica na escolha de solos e espécies de árvores para fazer carvão.

Anda-se quilômetros e quilômetros na região e vê-se as consequências do desmate que não teve nenhum planejamento.

Não existe proposta, por parte do governo e dos industriais, no sentido de recompor as matas perdidas, devolvendo à natureza, à região e ao povo parte do que se perdeu, não só em termos de árvores nobres que foram abatidas e desapareceram, mas também as mais variadas espécies de animais e aves que estão em extinção depois do desaparecimento das matas e dos cerrados.

Hoje, em Divinópolis, a comunidade tem consciência dos riscos da poluição siderúrgica. Muitos industriais se mostram sensíveis, porém não existe ainda conscientização de todos os empresários, trabalhadores e comunidade, de juntos pressionarem os órgãos públicos para que desenvolvam projetos de recomposição e preservação do meio ambiente, motivando a plantar e preservar o que ainda existe.

As indústrias estão implantando o projeto de reflorestamento, com o nome de "Fazendeiro Florestal". Qualquer proprietário de terra poderá assinar um documento se comprometendo a vender o carvão para a siderúrgica pelo preço do mercado. Em contrapartida, a indústria fornece as sementes, prepara a terra. O proprietário da terra planta, cuida e faz o carvão. As indústrias estão vendo neste projeto a possibilidade de incentivar o reflorestamento para fazer carvão, principalmente na região de Divinópolis, onde existe muita terra

ociosa, porque os pequenos e médios fazendeiros não possuem recursos financeiros para bancar com os custos de preparação da terra para produção de gêneros alimentícios.

3 - Crise energética e salto tecnológico

No início da década de 70, para a Pains produzir aço, era gasta uma quantidade muito grande de óleo pesado. Veio a crise do petróleo, a crise de energia. Para sobreviver, a indústria teve de fazer adaptações. Procurou reduzir o consumo de energia, treinar mais a mão-de-obra, investir em projetos, buscando nova tecnologia. Era o início de novos tempos, de muitas crises e mudanças. Nesse período, várias empresas não tiveram suporte econômico, foram desativadas. É necessário destacar que a tecnologia nascida da necessidade de sobrevivência acabou levando cada indústria que sobreviveu a buscar seus próprios caminhos de acordo com sua realidade. O importante foi que houve um grande avanço, conseguindo-se aproveitamento de recursos energéticos, antes inviáveis.

Com a crise, veio a necessidade de reduzir o consumo de óleo sem, evidentemente, perder a produtividade. Teria que ser descoberto um processo que permitisse manter constante o calor do forno. Verificou-se que o calor era uma energia que tinha de ser conservada.

A Pains descobriu uma tecnologia que reduziu substancialmente o consumo de óleo pesado. O óleo que se queima tem um aproveitamento mecanizado. Ele não corre livre dentro do forno, não é jogado pela chaminé, pela boca do forno, pelas paredes, pelas saídas que existem no forno. O calor foi canalizado. Com isto, a energia gerada pelo óleo fica

presa o mais tempo possível, e é direcionado para o que se está pretendendo fazer.

O "Processo de Canalização e Controle de Energia" começou a funcionar em 1978, racionalizando a utilização de energia no forno. Com o mesmo consumo de óleo produz-se muito mais aço. Aumentou a produtividade do forno, chegando a produzir 30T (trinta toneladas) em cada corrida. São 20 (vinte) corridas diárias, produzindo na ordem de 600T (seiscentas toneladas). Com uma corrida hoje faz-se a produção "diária da indústria" na década de 50.

A Pains enfrentou a crise através de um processo absolutamente novo no forno, hoje patenteado e vendido, chamado de EOF (Energy Optimizing Furnace) ou seja, um forno que utiliza energia mineral controlada.⁽²¹⁾ Este forno foi desenvolvido por técnicos brasileiros, em Divinópolis, por funcionários da Pains assessorados por Korf.

Pelos seus investimentos, pelo seu tamanho, pela sua produção, a Pains é a maior e a única que tem definido e em fase de implantação um projeto de expansão para estar produzindo 600 mil toneladas de aço ao ano, em 1992

Toda experiência acumulada nos momentos de crise motivaram a expansão e deixaram a certeza de que: *"Quanto melhor a qualidade do produto, maior é a quantidade que o mercado consome e tendo qualidade não há o que temer, toda quantidade produzida o mercado absorve."* (22)

Apesar do poder econômico, da qualidade do produto, do nível tecnológico, da experiência do concor

(21) Consta no anexo do Capítulo I

(22) Entrevista com empresário, março/1989

rente, é necessário competir no mercado. Os industriais falam do conhecimento que adquiriram e do respeito que o concorrente tem do produto brasileiro. Segundo eles, o "Know how" brasileiro pode ser vendido. É o que a Pains está fazendo.

Os guseiros de Divinópolis entraram no mercado como concorrentes credenciados pela qualidade do produto, e definitivamente passaram a concorrer a nível de país para país. Evoluíram a produção, as vendas; houve grande salto qualitativo. O mercado durante muitos anos permaneceu instável, oscilando, mas sempre crescendo. Na década de 70 teve início uma fase de expansão.

O mercado do gusa, desde o começo, não era muito estável. Zé Valeriano, um dos pioneiros, começou com o Coronel Jovelino Rabello, tornou-se independente, construiu e administrou a Siderúrgica Progresso. Foi sócio na Ipiranga, Bandeirantes e São Cristóvão. Montava a usina e construía o forno. Passou a vida investindo e trabalhando no ramo. Seus filhos lembram muitas passagens de sua vida, dizendo que o pai foi um grande filósofo, que mesmo velho gostava de viajar, de conversar com pessoas mais jovens. Quando falaram sobre crise e expansão do setor disseram que o pai descrevia o setor assim: *"O setor é muito instável, é como o vôo do pica-pau, sobe e desce, desce e sobe. Ele não vai em linha reta, vai fazendo umas curvas, são dois anos bons e dois anos ruins."* (23) Quando estava ruim, ele dizia: *"O povo corre de mim, pensando eu vou dar a siderurgia para eles."* Quando perguntavam se ele estava bem, respondia: *"Até as árvores querem ficar quietinhas, mas o vento não deixa."* Segundo os filhos,

(23) Entrevista com empresário, março/1989

queria dizer que queria paz, mas o setor do gusa era sempre agitado.

A saída encontrada por alguns industriais na época das crises, no período entre 1970/1980 foi arrendar a indústria. A Siderúrgica Progresso, a Siderúrgica São Luís e a Siderúrgica Gafanhoto são as três que se encontram nessa situação até hoje. Na Siderúrgica Progresso foram feitos vários investimentos, na área do forno, na preparação de carga, na capacidade do forno. Na Siderúrgica Gafanhoto não foram possíveis observações "*in loco*". Constatamos, porém, conforme depoimento de industriais entrevistados, que foram feitos muitos investimentos, como no caso da Siderúrgica São Luís. A tabela abaixo mostra os períodos de inovações tecnológicas do setor, e os períodos de crises.

PERÍODO DE CRISES E EXPANSÃO
1974 / 1987

CRISES	EXPANSÃO
1980 a 1983	1974 a 1976
1986 a 1987	1984 a 1985
- - - - -	1988 a

FONTE: Depoimento de industriais,
março/1989

4 - As exportações

"... Para exportar, quem mexia com isso, sabia tudo, era Geraldo Correia, o Zê Guimarães e o Jarbas Loreiro. Faziam as transações, financiavam os negócios, que eram altos, tinha que mexer com dólar, eles é que sabiam, nós aqui não entendíamos. Eles é que faziam a comercialização. Exportavam para os Estados Unidos e Alemanha. Os donos das siderúrgicas não possuíam domínio da língua e da moeda estrangeira." (24)

Em 1982 e 1983 o mercado interno fechou. Os produtores de gusa, que vendiam para Minas, São Paulo e Rio, ficaram sem mercado interno. Quem consumia o gusa eram as empreiteiras, de capital privado, mas elas dependiam do Estado. Por exemplo, o governo abria concorrência, as empreiteiras concorriam. A que ganhava, administrava a obra. Indiretamente, o Estado era cliente. A empreiteira fazia a mediação. No caso brasileiro, ele sempre foi o grande construtor, o grande consumidor. No momento em que o Estado deixou de construir, de investir, o mercado interno se fechou. O setor privado não construía grandes obras como Itaipu, porém tem um consumo significativo.

Em 1960, Rosenwald, sócio na Tietê e gerente do Banco Mineiro de Produção, fez a primeira tentativa de exportação. As dificuldades foram enormes, mandaram o produto via Rede Ferroviária, para Angra dos Reis. O porto não tinha infra-estrutura o atendimento era precário, a parte técnica extremamente complicada, sem recursos. Eles fizeram três

(24) Entrevista com empresário, fevereiro/1989

exportações e o sucesso foi muito grande, o produto foi bem aceito. O que prejudicou foi o custo operacional até o porto de Angra. Com o preço que o produto chegou ao mercado, a indústria perdeu toda a competitibilidade no exterior.

5 - Deficiência nos Meios de Transportes

O sistema de transportes no Brasil não atende a demanda é muito deficiente e não existem alternativas. Se o destino do produto é o mercado interno, o transporte é rodoviário, não existe opção. A opção ferroviária é só para o mercado externo, onde o trajeto é totalmente fixo.

O sistema ferroviário é ultrapassado e sem recurso para melhorar, mas é o que está aí atendendo o setor. Um gerente diz que as dificuldades com transporte é o "grande calcanhar de Aquiles". A rede ferroviária federal leva quase todo o produto que vai ser exportado, só que o sistema não oferece garantia se o produto que sai hoje vai chegar daqui a tantas horas, se vai fazer baldeação para outro lugar. O aço sai de Divinópolis numa caravana de aventuras, e podem surgir vários imprevistos. O sistema de transporte ainda não é prioridade governamental. A indústria necessita de condições para programar até os minutos de saída e chegada do aço que é transportado de Divinópolis para o Rio de Janeiro ou Vitória até ser embarcado.

O atendimento da rede ferroviária do início até hoje melhorou, mas não a nível de competir com um Coreano, com um Europeu. Para eles as distâncias são menores e possuem uma malha ferroviária altamente desenvolvida, eficiente e que oferece opções. No Brasil, o grande problema é

levar o produto até o litoral. Para o coreano passa a ser a nível de matéria-prima. Eles produzem na beira-mar, mas buscam a matéria-prima no interior. O custo do transporte é agregado no início, enquanto no Brasil, é para levar o produto ao mercado. No final coincide o problema, com a vantagem do transporte coreano em relação ao brasileiro.

Hoje, os produtores de gusa pressionam o Governo Federal solicitando melhoria no transporte. Os serviços têm melhorado, mas a malha é antiga. A Vale do Rio Doce está com um projeto para transportar minério e também produtos siderúrgicos. O trajeto de Divinópolis seria o mesmo por Cruzeiro. O trajeto da Vale do Rio Doce seria feito pelo Vale do Aço em direção ao litoral. Se a Vale se abre, existe a possibilidade de levar via rodoviária até um determinado ponto, por exemplo, Belo Horizonte. Se realmente o projeto for desenvolvido, as Siderúrgicas poderão ter uma opção. Enquanto permanecer a atual situação dos meios de transportes, o atendimento será precário.

6 - Korf Tecnologia Siderúrgica Ltda - KTS

É uma empresa de engenharia. A Pains produz aço, e o estágio em que se encontra hoje é resultado de um processo de desenvolvimento tecnológico, de experiência acumulada. Ela foi ao longo dos anos desenvolvendo projetos, fazendo experiências que resultaram nos dois fornos, KORF 1 em 1983, e o KORF 2 em 1988 que estão em atividade. A tecnologia utilizada nestes dois fornos possibilitou um avanço no setor siderúrgico. O grupo de acionistas compreendeu que esta tecnologia deveria ser comercializada, era um produto que va

lia dinheiro, e que existia mercado. O setor siderúrgico a princípio era um mercado em potencial. O projeto da KTS nasceu da possibilidade de vender "know how", serviços de engenharia. Em 1983, começaram a dar andamento no projeto. Willy Korf e Henrique Carlos Pfeifer criaram a KTS.

Pfeifer é um engenheiro metalúrgico que trabalhava na Usina da Siderbrás, a Piraquiné, no Rio Grande do Sul. Em Divinópolis foi contratado pelo grupo Korf, não exatamente pela Pains. Durante alguns anos, foi diretor técnico da Pains. Quando a experiência foi aprovada, o processo de inovação deu certo, ele saiu da Siderúrgica e organizou uma empresa para os acionistas da Pains. Elaborou uma empresa de engenharia, catalogou, documentou e referenciou os projetos.

Cada projeto documentado tem sua história, tudo que acontece fica registrado. É toda uma experiência que, se não der certo da primeira vez, é reanalisada, o projeto é refeito.

7 - CONCLUSÕES

- O Estado de Minas Gerais é o maior produtor de gusa do País. Exporta quase toda produção. Se o setor de desenvolvesse o suficiente para usar o gusa como matéria-prima, industrializando-o, a importação de produtos industrializados se reduziria. Essa medida geraria novos empregos, aumentaria a arrecadação de tributos em geral (ICM, imposto de renda, IPI, ICMS) e motivaria o crescimento de outros setores. Possibilitaria o melhoramento e a ampliação de nossas vias de transportes:

- A exportação do gusa está impedindo que as indústrias atendam a demanda pelas fundições locais. Este é um problema que surgiu ao longo da pesquisa e não pôde ser tratado neste trabalho. Espera-se que possa ser desenvolvido por estudiosos do assunto, uma vez que as fundições foram um dos fatores que motivaram a criação do parque siderúrgico em Divinópolis.

- De acordo com o II PNS o setor está crescendo e continuará crescendo até o ano 2000. O que não significa que a demanda por mão-de-obra terá o mesmo ritmo que o crescimento industrial, uma vez que se espera para a década de 90 grandes investimentos em tecnologia.

- A poluição provocada pelo setor siderúrgio é o grande problema que a população divinopolitana tem que enfrentar. As usinas poluem o ar, os rios e poderá provocar o plantio de eucaliptos em toda região.

- Com o desenvolvimento do setor a demanda por mão-de-obra especializada cresce. Por outro lado, a mão-de-obra que existe não possui qualificação técnica, não é remunerada o suficiente para investir na especialização sua, ou dos filhos, que poderá, ao longo dos anos, tornar absoluta a mão-de-obra existente, que é na sua grande maioria jovem e, conseqüentemente, faltar mão-de-obra.

A N E X O

CAPITULO I

1 - Importância do Coronel Jovelino Rabello para o Setor

Conversando com as pessoas que conheceram Jovelino, elas o chamavam de Coronel Jovelino Rabello, título que ele comprou do Presidente Getúlio Vargas, passando a ser conhecido e chamado de Coronel. Todos o conheciam como o Coronel Industrial, era admirado pelos seus contemporâneos e continua sendo lembrado por seus sucessores. É consenso entre todos os industriais no ramo siderúrgico, que não se pode falar de Industrialização Siderúrgica e de Desenvolvimento Econômico de Divinópolis, sem falar no "Coronel Rabello" como grande investidor, homem de visão que deu início ao setor siderúrgico.

O Coronel Jovelino Rabello, além da incipiente indústria de fundição, tinha outras atividades como uma mecânica e uma serraria. Em 1941, com a guerra, começou a faltar combustível no mercado. Na época, o Brasil não produzia petróleo e importava gasolina. O Coronel chamou Zé Valeriano que trabalhava com ele, mandou-o ao Rio de Janeiro para fazer curso e começou a desenvolver um processo de gasogênio, que era feito à base do gás de carvão vegetal. Nesta data, o governo de Minas construiu a "Usina de Al

cool no Gravatã." (1) para produzir álcool da mandioca e da cana, mas não movimentou a usina. Jovelino arrendou a usina e começou a produzir combustível com a cana e a mandioca. Como eram de safra, acabava a safra, os carros paravam. O gasogênio foi usado como combustível até a gasolina ser liberada. Na época o Brasil não produzia petróleo e importava gasolina e o Coronel teve muito lucro, ganhou muito dinheiro com a produção de gasogênio durante a guerra. O gasogênio foi vendido para cidades distantes, fora da região. O primeiro posto de gasolina criado em Divinópolis em frente à Rodoviária, na Avenida Getúlio Vargas, foi também criado pelo Coronel. Raimundo Valeriano, filho de Zé Valeriano, já era mocinho e foi trabalhar no posto. Ele conta: "Era tudo manual, braçal mesmo, tinha uma manivela que eu ia girando, tinha que pôr muita força dava para cansar, era muito difícil, não era para qualquer um esse serviço; não é como hoje, tudo automático. A bomba era tocada no braço." Além desses investimentos, abriu a Agência Ford em Divinópolis e a Casa das Ferragens. Ele participou ainda da criação do antigo Colégio São Geraldo, incentivando e doando o terreno.

Quando foi prefeito por duas vezes, fez a Praça de Esportes, construiu a primeira Fábrica de Ci

(1) A Usina de Gravatã foi fundada em 1932, destinada à produção de Álcool. O Governo Estadual, para suprir a necessidade de combustível do mercado, contratou os trabalhos do engenheiro Antônio Gravatã para construir a Usina. Foi feita uma adaptação usando tecnologia alemã. A matéria-prima básica na produção do combustível eram mandioca e cana.

O governo construiu, mas não ativou a usina. O Coronel Jovelino Rabello arrendou e fez funcionar a usina durante vários anos.

mento, numa cidade perto de Divinópolis chamada Arcos, desenvolveu o projeto e criou a Fábrica de Tecidos, a única na cidade. Ciro Silva, antigo comerciante de Divinópolis, contou que a cidade cresceu muito, depois que o Coronel Jovelino Rabello fez um loteamento de suas terras, da Avenida Getúlio Vargas, onde o Coronel morava, e onde hoje está sua casa, até o prédio do Colégio São Geraldo.

2 - Pains produzindo aço

Korf, um dos acionistas é engenheiro e conhece tudo de siderurgia na Alemanha, no mundo inteiro. O relacionamento dele no setor é a nível internacional. Com o conhecimento, a prática e o acesso ao setor fora do Brasil, ele colheu informações, pesquisou, adaptando os dados à realidade local. Foram feitos muitos investimentos na elaboração deste processo, que poderia dar ou não certo. Foi um risco que a indústria assumiu buscando novas alternativas para sobreviver. Pressionada pela crise do petróleo fez esta opção que envolvia tantos riscos, e deu certo, a Pains sobreviveu e expandiu. A empresa tem nas mãos um forno avançado e um processo inovador de alta produtividade, que permitiu e continua permitindo novas metas de produção. Este forno substituiu os antigos Siemens Martins. O forno EOF significou um avanço muito grande e possui recursos técnicos que possibilitam aumentar a produção do forno.

Além do carvão e do óleo pesado, a usina consome energia elétrica. A CEMIG tem um sistema bom e

as indústrias são bem atendidas.

Em 1982, a Pains construiu o EOF 1 e 2 e continuou trabalhando com dois fornos Siemens Martin. Ela consome todo aço que produz na laminação. Em Divinópolis funcionam três laminações que produzem linhas diferentes.

No forno o aço sai na forma líquida, derrama numa caçamba, em temperatura altíssima, ainda não resfriado. Desta caçamba vai para um equipamento onde ao mesmo tempo que esfria dá conformação a esse aço, de uma forma favorável ao processo de laminação. O líquido é transformado em tarugo de aço. Cada tarugo tem a extensão de 120 a 130 milímetros por 12 a 14 metros de comprimento. Esse tarugo de aço é levado para a laminação, onde é industrializado. A Pains trabalha com três linhas, que se diferenciam pela bitola do laminado. Ela lamina barras de diâmetro maior ou menor de acordo com uma determinada linha, que será usada para construção pesada, grandes obras. Por exemplo, ela vendeu muito aço para a construção de Itaipu, barras enormes, proporcionais ao tamanho da obra. Para a Usina de Angra, vendeu bitolas intermediárias de 20 milímetros.

Na terceira linha, a Pains vende bitolas mais finas, que são utilizadas como complemento nas construções de grande porte. Na armação de concreto é levada uma malha assim: barras de diâmetro maior são amarradas em barras de diâmetro menor, que por sua vez são amarradas com barlinhas de diâmetro menor, uma espécie de arame. Com estas amarrações de barras de diversos diâmetros é feita a malha, que é utilizada nas grandes construções.

A produção diversificada, que a Pains tem, faz com que ela própria consuma todo gusa que produz, e

ainda, compra da São Cristóvão. O gusa é transportado em estado líquido, em uma grande caçamba especial, revestida de material refratário, para não perder energia e manter o calor. É mantido em um equipamento que chama misturador. Do misturador vai para o forno de aço, na aciaria. Da aciaria vai para a laminação, da laminação para o mercado.

A pior crise foi a de 1964, quando estourou a revolução e pararam muitas siderúrgicas. A Mineira parou de 1964 a 1969. Muita gente vendeu, saiu do ramo definitivamente. O governo militar travou tudo. Os bancos não descontavam duplicatas. As indústrias de transformação em São Paulo deixaram de comprar. Os negócios foram restringindo, começou a sobrar gusa, fechou a exportação. Se faltava dinheiro, não tinha jeito, não tinha onde conseguir, era um desespero, porque o banco não descontava duplicata, e o "Agiota" não possuía o valor necessário para movimentar a siderurgia.

O setor dependia muito dos bancos. Se os bancos estavam descontando duplicatas e tivesse o comprador em São Paulo tudo andava bem, mas se o banco não descontasse e São Paulo parasse de comprar, os industriais mais experientes paravam a usina. O novato, faltando-lhe experiência, ficava insistindo até fechar definitivamente.

Se a indústria chegava a parar, ela dispensava todos os operários, deixava de comprar a matéria-prima. Essas paradas ocorriam sempre em épocas de crise, e eram péssimas para todos. O comércio caía, muitos operários e suas famílias ficavam em dificuldades financeiras. Muitos industriais apontam como causa fundamental dessas crises e rápida expansão do setor. Sem mercado definido, o mercado interno não comportava a superprodução e o mercado externo atendia so

mente a aciaria.

A crise de 1969 a 1974 foi uma das crises mais sérias; foi uma crise de mercado e matéria-prima. Quando tinha gusa, não tinha comprador, quando aparecia comprador, faltava minério, se tinha minério faltava carvão. Se o mercado estava bom faltava quem transformasse as duplicatas em dinheiro, trocar duplicatas era papel de banqueiros que não o faziam porque não confiavam na política econômica do governo.

As coisas começaram a melhorar em 1974. A Valinho construiu um forno novo e passou de 25T para 80T. Foi uma mudança da água para o vinho. A Pains também construiu o EOF. A Siderúrgica Vetorial também construiu fornos novos. Todas as indústrias, de uma forma ou de outra, fizeram novos investimentos. De 1974 a 1980, as indústrias investiram muito, fizeram mudanças a nível de estrutura, mecanizaram e automatizaram parte do processo produtivo.

A Valinho, segundo Ronan, chegou a fazer um projeto para montar uma aciaria com o nome de "Aço Nobre". A empresa está constituída até hoje. Na oportunidade, quando o projeto foi elaborado, o governo fez um plano diretor, a partir de um levantamento setorial de gusa e aço, e passou a fazer a seguinte exigência: para montar uma aciaria, a produção inicial teria que ser de um milhão de toneladas ao ano. Para se ter uma idéia de tal disparate, considere-se que a Pains hoje produz 400.000T, e que o maior produtor de aço de capital privado, o grupo Gerdau, tem uma produção próxima de 2.000.000T. Depois do Plano Piloto, o Governo passou a exigir que nenhum projeto de aciaria poderia ser desenvolvido sem ser analisado e aprovado pela

CONSIDER.⁽²⁾ A Valinho pretendia produzir 200.000T/A mas ainda assim, seria necessário fazer um financiamento, e este o governo fechara.

(2) CONSIDER - Conselho Nacional de Desenvolvimento

CAPÍTULO II

O PERFIL DO MATALÚRGICO E OS AGENTES DE SUA TRANSFORMAÇÃO

1 - Quem és? Mão-de-obra

Em 1943, o projeto de implantação da primeira indústria siderúrgica é iniciada pelo Coronel Jovelino Rabello. Todo processo de implantação ocorreu num clima de muita expectativa, pois não existia na região de Divinópolis nenhuma experiência no ramo, o Coronel foi pioneiro. No capítulo I foi escrita a história, de todo o processo de implantação e crescimento até 1989.

No capítulo II será feita a descrição analítica da formação e organização da mão-de-obra tentando

"levar em conta essa forma específica de "dominação" que não implica em analisá-la do ponto de vista do capital, mas, ao contrário, implica em estudá-la do ponto de vista da força de trabalho, que pela sua vivência própria dá elementos para o desenvolvimento das dimensões diversas e das consequências dessa dominação sobre o trabalhador." (1)

Poderíamos iniciar este estudo perguntando como se formou o trabalhador metalúrgico em Divinópolis. Do ponto de vista de sua qualificação foi recrutado na zona

(1) LEITE, s.d., p.147

rural, homens livres, pequenos proprietários rurais. Foram treinados e formados dentro da indústria.

Iniciada a industrialização, começou a demanda por mão-de-obra. Conta-se que os primeiros trabalhadores que chegavam na indústria assustavam com as descargas, com a corrida, com o fogo, tinham medo e não voltavam ao trabalho. Correu o boato na cidade de como era o funcionamento da indústria. Os trabalhadores da cidade começaram a resistir. Os industriais tiveram que buscar na zona rural a mão-de-obra necessária. Em Divinópolis os operários tinham medo de fogo; os que vinham da roça, aprendiam com operários de Gagé. Em Minas só existia em funcionamento um siderúrgica em Gagé, onde buscavam os operários emprestados. As vezes traziam alguns em definitivo e eles ensinavam na indústria, praticando os novatos.

"No momento em que desejamos dizer "quem" alguém é, nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer o que esse alguém é, enleamos numa descrição de qualidades que a pessoa necessariamente partilha com outras que lhe são semelhantes; passamos a descrever um tipo ou "personagem", na acepção da palavra, e acabamos perdendo de vista o que ela tem de singular e específico." (2)

A mão-de-obra foi formada por peões, homens rudes, que eram obrigados a aceitar todo tipo de trabalho. Desempregados se submetiam ao novo serviço, começavam a enfrentar o calor, a poeira. A mão-de-obra ia sendo requisitada nos lugarejos da redondeza de Divinópolis (Quilombo, Djalma Dutra e Ermida), uma mão-de-obra de origem rural. Muitos

(2) ARENDT, 1981, p.194

eram "pequenos proprietários" sem meios de subsistência para a família. "diaristas" que não tinham vínculos empregatícios com nenhum fazendeiro, eram lavradores que trabalhavam e recebiam por dia, era um dia de trabalho para aquele que o chamasse, "tarefeiros" trabalhavam por tarefas, começavam uma "tarefa ou empreitada", cumpriam a tarefa combinada, quando acabavam o "serviço" o dono da terra não tinha mais compromisso com eles. Estes homens que ficavam à espera dos donos de terra, e recebiam os mais diversos nomes, de acordo com o trabalho que assumiam, durante muitos anos foram chamados de "Peão". Assim, os homens que cuidavam da terra sem vínculo empregatício eram considerados desempregados. Muitas vezes foram censurados na comunidade onde viviam. Foram solicitados pelos industriais, aprenderam o duro ofício de serem produtores de ferro. Deixaram sua terra unicamente por motivos econômicos, e o que eles manifestam é um desejo imenso de voltar, porque amam aquele lugarejo onde ficaram conhecidos como "Peão".

"Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome." (3)

(3) MARX KARL, s.d., p.403

MOTIVO QUE MUDOU	F	%
Chamados por parentes	9	16
Dificuldades econômicas	23	40
Para estudar os filhos	3	5
Porque vendeu o que tinha	2	3
Outros	4	7
Não mudou (de D.V)	14	24
Não citou	3	5
T O T A L	58	100

FONTE: Pesquisa de campo-1989

Vieram famílias inteiras. Os filhos acompanharam os pais, chegaram ainda crianças, cresceram vendo o pai se tornar operário metalúrgico. Estas crianças cresceram, tentaram outro trabalho, mas não possuíam nenhuma qualificação profissional, não aprenderam outro serviço. Muitos são semi-analfabetos e grande parte deles mal sabem escrever o nome.

GRAU DE INSTRUÇÃO	F	%
Analfabeto	10	17
Lê e escreve	10	17
Primário (incompleto)	26	45
I Grau	09	16
II Grau	01	02
Não citou	02	03
T O T A L	58	100

FONTE: Pesquisa de Campo -1989

Antes de entrarmos nos depoimentos operários sobre a vida no cotidiano da fábrica, citaremos alguns pontos de teorias que serviram de vertente no processo que determinou a formação, a conformação e a exploração da mão-de-obra e que norteou a ação administrativa das indústrias brasileiras que acabaram afirmando suas bases na separação entre trabalho direto e trabalho indireto.

Braverman, ao estudar as origens da administração científica conclui que

"depois de criar novas relações sociais de produção com a contratação de trabalhadores em fábricas, os capitalistas tiveram que extrair aquela conduta diária que melhor serviria a seus interesses, impondo sua vontade aos trabalhadores. Para ele administrar é fundamentalmente controlar (...) E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas administrativos como foi reconhecido implícita ou explicitamente

por todos os teóricos da administração." (4)

"... o proprietário ou administrador de uma fábrica, isto é, o empregador, como veio a ser chamado, que tinha de obter ou exigir de seus empregados um nível de obediência e de cooperação que lhe permitisse exercer controle." (5)

"Da parte do trabalhador não havia interesse pessoal no êxito da empresa a não ser de sua própria subsistência. São novas relações sociais que estruturam o processo produtivo e o antagonismo entre os que executam o processo e os que se beneficiam dele, os que administram e os que executam, os responsáveis pela nova situação (...). O crescimento das fábricas separa as funções de administração das funções de execução." (6)

"A inspetoria direta e contínua do trabalhador ou grupos de trabalhadores passou a ser agora função de uma classe especial de assalariados. O trabalho da vigilância transforma-se em função executiva." (7)

Segundo Taylor,

"todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina (fazenda) e centrado no departamento de planejamento ou projeto (colégios, centro de pesquisa, agentes de extensão, etc)." (8)

Para Fayol,

"é necessário "observar, recolher, classificar e interpretar os fatos.

(4) BRAVERMAN, 1977

(5) URWICK, 1946, 3v

(6) NETO, 1982, p.32/33

(7) MARX, 1971, v.3

(8) TAYLOR, 1978, p.134

Instituir experiências. Impor regras. (...) É conhecida a fórmula de ordem material: um lugar para cada coisa e e cada coisa no seu lugar. A fórmula da ordem social é idêntica: Um lugar para cada pessoa e cada pessoa no seu lugar." (9)

Os operários não gostam de falar da indústria, de como é o trabalho e quando falam pedem para não citar o nome, para não serem identificados. Um operário nascido em um lugarejo chamado Serra da Saudade, que chamaremos de "mestre", veio com 10 (dez) anos. O pai era lavrador, trabalhava com os filhos na lavoura de café para terceiros. Trabalhava como "empreiteiro, tocava a roça", recebia por cova de café. Mestre tem terceiro ano de escola da roça, lê e escreve, como diz ele, "muito bem". Os dados mostram que poucos concluíram o primário.

Contam que na roça os patrões queriam só para eles, era o momento de procurar outro trabalho, pagar um instituto, lá na roça não tinha estas coisa, hoje melhorou, antigamente era muito difícil. Ele sente saudades da roça, se pudesse voltaria, não acostuma na cidade, se fosse mais novo ele jura "eu voltaria." Ele diz que sempre fala: "emprego não dá nada, trabalha a vida toda, no fim, sai com nada." (10) Hoje casado e aposentado, não tem saúde para fazer nada, sujeita esta vida porque tem família, e ela o segura na cidade não querem voltar com ele.

Tem 25 (vinte e cinco) anos que mora em Divinópolis, começou a trabalhar menino. Seu trabalho inicial foi na fundição, trabalhou em três fundições, foi para a

(9) FAYOL, 1981, p.122

(10) Entrevista operária, março/1989

siderurgia porque o ordenado era um pouco melhor. Naquela época, a procura de mão-de-obra era muita. Começou na antiga Sinduminas. Neste não conheceu os donos da indústria. Ele ouvia dizer que: "Um chamava Geraldo Ponte, tinha outro que ficava lá, mas na época operário nenhum comunicava com esse povo, como se diz, era só no trabalho ali, mais nada." (11)

Quando mestre começou eles o mandaram trabalhar na britagem. Ainda existia britador, tinha que quebrar aqueles pedras de todo tamanho, grandes, colocava com os braços dentro do britador, ligava, era um barulhão, "quase matava". Esse era o sistema usado, "hoje vem tudo lavadinho, arrumadinho". Os operários usavam luvas de borracha, trabalhavam oito horas, sem intervalo. Não faziam hora de almoço, era só enquanto "engolia e pegava de novo", se trabalhasse com o caldeirão nas mãos, era o que eles queriam. "O operário aguentava porque era obrigado, tinha de fazer aquilo, era uma espécie de empreitada, tinha que cumprir aquela tarefa." (12) Conta que na Siderúrgica tinha uma linha, a caçamba subia pela linha empurrada por operários. Foi para lá que depois o mandaram, para o "pê de carvão" carregar as enormes caçambas. Enchia-as e despejava o carvão no funil. Funil era lá em cima no forno, Mestre ficava lá sobre uma ponte recebendo o carvão para jogar no forno, tinha que manter o forno com carga, jogavam 90 (noventa) cargas por dia no forno. Ficava perto da chaminé que sai aqueles gases. a "fumacinha branca venenosa." Conta que a fumacinha o pegou várias vezes, ficava tonto, uma vez chegou a desmaiar, "quase o matou". Foi levado para o

(11) Entrevista operária, março/1989

(12) Entrevista operária, março/1989

SAMDU (13) às 17:00 horas e saiu eram 20:00 horas, aplica-ram-lhe remédios. No outro dia estava novamente no trabalho.

Lã na ponde onde ficava era quente, havia uma cobertinha, trabalhava no calor. Acabava o serviço ficava doido para ir embora. O trabalho siderúrgico é considerado pelo Mestre um serviço sujo, que acaba com a saúde, e ele não gostaria que algum de seus filhos fosse operário-metalúrgico.

Mestre observa que quando trabalhava o salário era pequeno, mas o dinheiro valia, hoje não vale nada. Ele pagava aluguel e sobrava dinheiro. Trabalhava 8(oito) horas por dia. Fazia hora-extra quando era obrigado, porque não compensava, "*ficava uma coisa anormal*", já faziam duas horas-extras todo dia, quando faltava um operário, complicava muito, por exemplo, numa das faltas de alguém, Mestre assumia às 14:00 horas e ficava até às 6:00 horas da manhã seguinte. Se faltava mão-de-obra trabalhava o mês inteiro direto, não existia folga, era de sábado a domingo. Os patrões chamavam de folga quando havia um intervalo assim: parava às 6:00 horas de manhã no domingo e voltava às 14:00 horas, o que os operários não consideravam folga.

Os operários, dentro da usina, não podiam conversar, se o chefe os surpreendesse, ele repreendia. Se os operário faltasse, ganhava "*balão*" (14)

Não aceitavam licença, se precisasse de tratamento, o operário tinha que trabalhar ou perde o dia. O médico estava sempre do lado da firma, mais do lado do patrão, que do operário.

(13) SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência

(14) Balão - suspensão do trabalho por 3 dias, descontados no pagamento

Em 1960 as indústrias já assinavam carteira, o operário trabalhava 9 (nove) meses, depois era dispensado. Como a rotatividade era alta, eles ficavam de indústria em indústria. As indústrias não deixavam fazer tempo de casa, completar um ano. Mestre trabalhou em duas siderúrgicas, na segunda a Siderúrgica Brasília ele achou melhor, porque pagavam menos, mas em dia. Ele nunca teve férias, as indústrias o dispensavam antes de um ano. Não existia, na época, fundo de garantia.

Na indústria cada um tinha que fazer sua parte. Hoje, aposentado em outro serviço, porque antes saiu do setor, Mestre diz que sente saudade dos companheiros, apesar de terem-se encontrado só no trabalho, e conversado tão pouco, ficou um sentimento que ele chama saudade. A diversão que ele tinha era o baralho, outros gostavam de um barzinho, uma viola, um futebol, uma festinha, o que era muito raro, porque não sobrava tempo, era só trabalho mesmo, disto ele não sente saudade.

O desejo da volta sempre está presente, apesar de já estarem estabelecidos na cidade e não possuem propriedades no lugar de onde vieram. 50% dos entrevistados residem em Divinópolis numa média de dez anos para mais, e 15 (quinze) dos entrevistados nasceram na cidade, e os pais nasceram na zona rural e eles estão os entrevistados que querem voltar.

Thompson diz que:

"A experiência de classe é largamente determinada pelas relações de produção nas quais os homens nascem ou entram involuntariamente... A consciência de classe surge da mesma maneira em diferentes épocas

e lugares, mas nunca exatamente da mesma maneira." (15)

2 - A nova realidade social nas "ações" e no discurso" se revela

"Contudo, no mercado de trocas os homens não entram em contato uns com os outros fundamentalmente como pessoas, mas como fabricantes de produtos, e o que nele exibem não são suas individualidades, nem mesmo suas aptidões e qualidades. como na "produção conspícua" da Idade Média, mas seus produtos. Se o fabricante vai à praça pública, não é por desejar contato com pessoas, mas com produtos ; e o poder que mantém coeso e existente esse mercado não é a potencialidade que surge entre as pessoas quando estas se unem na ação e no discurso; é a soma dos "poderes de troca"(Adam Smith) que cada participante desenvolveu em seu isolamento. Foi essa ausência de relacionamento humano e essa preocupação fundamental com mercadorias permutáveis que Marx denunciou como a desumanização e auto-alienação da sociedade comercial que, de fato, exclui os homens "enquanto" homens e, numa surpreendente inversão da antiga relação entre público e privado, exige que se revelem somente no convívio familiar ou na intimidade dos amigos." (16)

(15) THOMPSON, 1968

(16) Id. ibid 6, p.188, s.d.

TEMPO DE RESIDÊNCIA	F	%
00 - 01	1	2
02 - 05	5	9
06 - 10	4	7
11 - 20	13	22
21 - 30	7	12
31 - 40	3	5
41 - 50	1	2
Natural de Divinópolis	15	26
Não citou	9	15
TOTAL	58	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 1989

41% dos operários dizem que conseguiram seus objetivos, que economicamente hoje estão melhor, o que não significa que estão recebendo mais, pelo contrário, o poder aquisitivo caiu, porém hoje existe estabilidade flutuante no emprego, ou seja, emprego não falta, os operários saem de uma empresa e são contratados em outra. Para os operários o rompimento com o sistema de trabalho sem vínculo empregatício representou uma conquista.

Se observarmos os dados, entre os operários 31% consideraram que melhorou, 24% não responderem e 27% consideraram o salário menor.

S A L Á R I O

ANTERIOR	F	%	ATUAL	F	%
Menor	14	24	Maior	18	31
Maior	17	29	Menor	16	27
Salário equivalente	9	16	Salário equivalente	9	16
Insatisfeito	4	7	Insatisfeito	4	7
Não respondeu	14	24	Não respondeu	11	19
TOTAL	58	100		58	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 1989

Com relação à casa própria, anteriormente 47% dos entrevistados possuíam, atualmente só 27% possuem.

C A S A P R Ó P R I A

PROPRIEDADE ANTERIOR	F	%
Casa própria	47	81
Alugada	4	7
Outras	6	10
Não respondeu	1	2
TOTAL	58	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 1989

C A S A P R Ó P R I A

PROPRIEDADE ATUAL	F	%
Casa própria	27	47
Casa dos pais	2	3
Alugada	12	21
Financiada (BNH, COAB)	5	9
Casa de irmão	2	3
Outras	7	12
Não respondeu	3	5
TOTAL	58	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 1989

O poder aquisitivo do operário reduz a possibilidade que ele poderia ter de segurança social. O que ganham mal dá para comer e muito menos para ter casa própria. Quando o operário falou sobre este problema manifestou que de nada adianta trabalhar. Citaram como exemplo os pais, parentes e outros companheiros que trabalharam a vida toda e não conseguiram nada. Deixaram transparecer muita insatisfação.

Por outro lado, conversando com patrões, eles dizem que os metalúrgicos não querem trabalhar; chegam a dizer que é por preguiça. Porém, analisando os dados chega-se ao seguinte problema: os metalúrgicos excessivamente explorados e reprimidos sem conseguir retorno satisfatório estão executando vários outros trabalhos, e não podem mais por exigência da própria sobrevivência se dedicar à indústria. Quando saem da usina têm outras atividades que os esperam.

Quando voltam, estão cansados. E se considerarmos o lado psíquico, não há para eles motivo de se empenhar muito naquilo que conhecem bem e sabem que não dá retorno.

Para o metalúrgico, a rotatividade que ele vive, indo de uma empresa para outra, acabou sendo "também" estabilidade de trabalho. As indústrias estão trabalhando com toda sua capacidade, portanto há demanda por mão-de-obra, o que facilita a rotatividade. Os operários necessitados procuram as que estão pagando salário melhor e onde a repressão é menor. Esta é uma fase que os metalúrgicos consideram boa, mas de péssima remuneração do trabalho.

Existem as fases de crise como as muitas que eles já viveram. Nessas fases eles se sentem desmoralizados, sentem-se culpados pelo desemprego. A lembrança dessas fases deixou marcas profundas. Estas marcas voltam na hora da greve. A ameaça de desemprego significa para eles a falta de recursos na sua sobrevivência.

De certa forma o metalúrgico se vê pressionado pelo conjunto de situações sociais no seu cotidiano, e na totalidade de seu ser. Ao se tornar metalúrgico ele sofre profundas mudanças físicas e psíquicas. Passa a viver uma situação psico-social que o mantém prisioneiro de sua própria vontade. No entanto, sua condição humana impede sua subordinação. Seu ser se revela. Ele vive o conflito de sua negação e afirmação social e humana e, quando resguardando sua sobrevivência, pode manifestar através da ação e do discurso, ele manifesta uma profunda rejeição de sua situação de vida.

"A suposição de que a dignidade de uma pessoa transcende, em grandeza e importância, tudo que ela possa produzir é elemento indispensável da dignidade humana." (17)

a) Forneiro

O Senhor "Forneiro" (nome fictício) também veio da zona rural, de Serrado, que antes chamava Campo Alegre, perto de Nova Serrana. Era lavrador, veio com 33 anos. Trabalhava por dia para os fazendeiros. Veio com o pai que vendeu um sítio que possuíam. Quando chegou, a Siderúrgica Ipiranga estava começando, era do Afonso Gontijo, começou no serviço braçal, trabalhando na terraplanagem. Como o salário era pouco, ele passou para a Mineira. Começou a Mineira em 1958, trabalhando na "descarga de carvão", quando alguém faltava, mandavam-no para o lugar do faltoso. Na Mineira só aprendeu medir carvão, ficou nove meses e foi mandado embora. Segundo Forneiro, não existia lei de renovar contrato, quando vencia o contrato tinha que sair. A jornada de trabalho era das 6:00 às 14:00 e de 14:00 às 22:00 horas; não existia folga. Parava só para almoçar, acabava a almoçar voltava ao serviço. Ficou nove meses na Mineira, voltou para a Ipiranga como balanceiro, pesando o minério e levando ao forno em uma caçamba, que andava sobre os trilhos. Forneiro enchia a caçamba, empurrava-a até o forno e despejava a carga, neste função ele chegou a pegar a "fumaça branca dos gases", mas não caiu.

Depois foi trabalhar na área do forno, trabalhou como "moldador" fazendo formas-moldelos. Fazia 30 (trinta) modelos por área: abria a bica, o ferro corria líquido e quente. Às vezes aconteciam imprevistos e os operá

(17) Id. *ibid.* 2, p.221

rios se queimavam às vezes queimaduras de primeiro grau. Os aci
dentes aconteciam mais na "boca da escova", é a boca que fica
atrás no forno, por onde sai a borra do ferro.

Forneiro ficou nessa siderurgia 11 (on
ze) meses. Faltavam 15 (quinze) dias para completar 1 (um) ano,
a Mineira "quebrou", mas ele recebeu tudo direitinho. Foi traba
lhar na Tiête. Começou trabalhando na "boca de forno", passou
para "primeiro ajudante de forno", o que ele conta com muito
orgulho dizendo que se o forneiro faltasse, era ele quem fica
va no lugar. Ele "tapava a boca do forno", com um pau grande
igual a um bodoque: "quando o forno está soprando brasa para
todo lado, o operário tem que ir lá com aquele bodoque e ba
ter na boca do forno até tapar. Se consegue controlar a pres
são sopra mais, e batendo o bodoque direitinho é uma vez só." (18)

De quatro em quatro horas dava a cor
rida, o gusa passava pelo canal, o operário ficava controlan
do o canal cheio de gusa. O gusa corria dentro da vala. Exis
tem os pesos de controle que ficavam segurando o gusa que cor
ria para outro modelo, quando tiravam o peso.

Por exemplo:

(18) Depoimento operário, março/1989

Trabalhar no controle das bicas era um trabalho considerado, pelos operários, muito perigoso, de muito risco. Se o gusa fervia ao cair na bica, começava a espirrar. Apesar dos riscos, Forneiro gostava mesmo era do trabalho na boca de forno, porque nela tinha intervalos de um corrida para outra. Se ele limpasse e preparasse a bica rápido, tinha um descanso. Nas outras funções, não existia descanso. "Na boca do forno dava para conversar, dar um cochilozinho, nas folgas entre as corridas. Eu trabalhei na balança, não gostei, é direto sem descanso. Saí da Tiête porque ela quebrou. Fui indenizado, com o dinheiro comprei um lote e fiz um barracão. Fui para a Bandeirante, estava lá quando ela foi vendida para a Pains." (19)

Na época não existia a lei que obrigava a indenizar os operários que fossem dispensados depois de um ano de trabalho; os patrões não deixavam completar um ano, dispensavam. Ele completou uma carteira na Bandeirante, dando baixa e dando entrada. Não ficava com raiva porque perdia o direito da indenização e completou dizendo: "Eu precisava trabalhar". Quando a Pains a comprou, a lei acabou. Forneiro saiu da Pains em 1979 e foi trabalhar por conta própria. O trabalho na indústria era direto, sem folga. As folgas começaram só quando aumentaram os turnos, foi em 1975. Forneiro diz: "São quem não tem estudos, tem que enfrentar um serviço deste". Para almoçar existia uma folguinha, na boca do forno mesmo, "engolia depressa e recomeçava". Ele teve um acidente, sofreu queimadura quando estava trabalhando na boca do forno, espirrou brasa dentro da sua botina.

Forneiro filiou-se ao Sindicato desde que este foi criado, participou de muitas assembléias. Mas

é contra greve, porque acha que tem muita violência. Na época que começou dava "*graças a Deus por arranjar um serviço*". Hoje trabalhando por conta própria diz: "*Se não desse certo voltaria, porque eu não tenho estudo, o serviço que não exige estudo é o metalúrgico. O povo mais antigo não pensava em estudar os filhos, não preocupavam com o futuro.*" (20)

b) Balanceiro

"Balanceiro", entre todos os operários entrevistados, foi o único que lembrou de uma greve em 1961. Ele veio de Penicho, o pai que era "*catireiro*", vivia das *ca*tiras, bebia muito. Começou a trabalhar na Siderúrgica Sindu minas em 1953. Começou na terraplanagem, como servente e quando acabou a construção, foi ser ajudante de forneiro. Ficou na indústria até 1969. Por falta de pagamento saiu. O pagamento estava atrasado, os operários passaram na direção e perguntaram pelo pagamento, isto no dia 14 de setembro de 1961, o patrão respondeu "*quando eu lembrar farei o pagamento.*" No dia 16 de setembro de 1961 começou a greve. Os operários chegaram e sentaram, os patrões prometeram pagar, os operários trabalharam, à tarde receberam. No dia seguinte, quando chegaram para trabalhar, os patrões haviam tirado o cartão de ponto. Dispensaram 32 (trinta e dois) operários. Fizeram os acertos, os que "*lideraram a greve*", eles não acertaram, mandaram que eles procurassem a Justiça. Os "*cabeças de greve*" entraram na Justiça, receberam todos os direitos que tinham. "Balanceiro", durante cinco meses, não encontrou trabalho, procurou em outro setor, outro ramo, não conseguiu. Em 1963, foi fichado na

(20) Entrevista com operário, março/1989

Siderúrgica Santo Antônio, como ajudante de forneiro, dava corrida, fazia a forma. Trabalhava em um temperatura de 800^o (oitocentos graus) e poeira de areia quente. Em julho de 1963, a indústria deu aviso coletivo, ia parar para reformar o forno.

Balanceiro lembra com tristeza os episódios da última greve dizendo: "O patrão é miserável, egoísta, podia fazer mais para o trabalhador. O trabalhador tem que brigar, para conseguir alguma coisa. A siderúrgica São João dá verduras, laranja, mas quando vai negociar com os operários cobram, ficam dizendo que dão as coisas. Na última greve um operário abriu a marmitta, só tinha um pouquinho de feijão, angú e macarrão sem massa de tomate. Ele disse: olha aqui, se o salário dá." (21)

c) Cargueiro

"Cargueiro" era panificador, estava envolvido com a criação do Sindicato dos panificadores. O Golpe Militar de 1964 mudou o quadro político nacional. Os sindicalistas foram perseguidos, sindicatos foram fechados. "cargueiro" foi avisado, aconselhado por companheiros para abandonar o setor e começar em outro trabalho, porque a situação estava pesada, tensa. Procurando trabalho, o setor que estava mais fácil, que precisava de mão-de-obra era o siderúrgico. Conseguiu ingressar na Pains em 1965. Começou como apontador na aciaria, no forno de aço. Sua função era fazer apontamento de todo material, ferro e minérios que eram adiciona

(21) Entrevista com operário, março/1989

dos no forno, para fazer a liga do aço.

O serviço é altamente insalubre, com excesso de calor, excesso de gás carbonico, gás queimado, excesso de ruídos. Para amenizar a situação a Pains fornecia aos operários o leite. Porém a distribuição não seguia nenhum critério de higiene, muitos operários tinham nojo, não tomavam o leite. O leite vinha em latões, onde cada operário retirava com uma vasilha. Mergulhava a vasilha no leite muitas vezes sem ser lavada, muitos bebiam na mesma vasilha.

Descanso não existia, eram 8:00 (oito) horas ininterruptas de trabalho, alguns operários mal tinham tempo de comer. Na hora de carregar o forno faziam como formiguinhas, se ficasse alguém na frente, recebia pó de minério, pó de sucata nas costas. Aquele que não corria com os outros, ficava exposto, corria risco, machucava. Muitos operários deitavam com caimbra, dava caimbra no corpo todo. Existiam uns comprimidos de soro que os encarregados distribuíam para animar o trabalhador, para ele conseguir trabalhar mais.

Em 1969, "cargueiro" saiu da Pains e comprou um barzinho em frente a usina. Neste bar os operários discutiam seus problemas e sua organização, inclusive a repressão. Neste mesmo ano, "cargueiro" foi preso como terrorista e subversivo. O bar ficou aberto, sendo cuidado pelos fregueses. Ele ficou 17 (dezessete) dias incomunicável em Neves, passou pelo quarto exército em Juiz de Fora, onde prestou depoimento policial. Enquanto "cargueiro" viveu a dura experiência, as chaves do seu bar desapareceram, seu cunhado assumiu a direção do bar.

Cargueiro foi torturado, os militares queriam que ele fornecesse cópias de mapas dos quartéis de

grupos subversivos, o que ele não tinha. Queriam armas que não possuía. A única coisa, segundo Cargueiro, que o operário tinha na época "era a consciência, o que estava na luta era a consciência". Quando voltou da prisão Cargueiro ficou dois anos desempregado, foi muito difícil ficar sem trabalhar durante esse tempo, com os filhos pequenos ainda. Ele tinha um filho, a mulher estava grávida do segundo. As indústrias em Divinópolis não o aceitavam, era conhecido como "comunista", "subversivo." Morou com o sogro e teve ajuda do pai, irmãos, parentes e os amigos mais íntimos. "O movimento operário estava muito incipiente, desorganizado." Os operários inseguros, sem experiência de luta viam em Cargueiro uma ameaça à sua segurança no trabalho. Muitos operários fugiam, escondiam, chegavam a dizer: "com sua presença aqui não vai dar, você vai prejudicar o movimento, pode acontecer uma represália com o Sindicato." (22) Não o deixavam participar. Foram dois anos de biscates e rejeições.

Em 1971, Cargueiro conseguiu emprego na fundição Minas Paulista. Faltava mão-de-obra, o mercado estava favorável. Os proprietários da Minas Paulista eram de São Paulo, não conheciam Cargueiro, mas ele fez questão de contar o motivo porque estava desempregado, contou tudo, a prisão, a passagem pelo DOPS, o desemprego, mesmo assim eles o empregaram como servente, como "Peão". O serviço do "Peão" na fundição era de carregar ferro, carregar painéis com ferro líquido, carregar o forno até encher, quebrar sucatas, vazas e fundir as peças, quebrar caixas moldadas, renovar a área, rebarbar e dar acabamento nas peças. Todo o trabalho

(22) Entrevista com operário, março/1989

na fundição (em 1971), era muito artesanal, utilizavam-se marretinhas e talhadeiras para "rebarbar" (23) as peças, e panelas de ferro com duas alças que cheias de gusa eram conduzidas, por dois operários. Pesava 70 (setenta) quilos cada panela cheia.

Todo trabalho era feito manualmente. Cargueiro ficou na fundição até primeiro de maio de 1981. Em fundição, ele passou por todas as funções: peão e servente, trabalho braçal, moldador, macheiro, encarregado de turma, chegando a encarregado geral da firma. Encarregado é aquele que distribui o serviço, que força o trabalhador a produzir mais. Cargueiro explica: existem dois tipos de encarregado: a) "bonzinho" - trata bem o trabalhador. Ele chega e dá um tapinha nas costas, como uma forma de carinho. Pergunta; como vai a família em casa? Está tudo bem hoje? Se hoje tem futebol, você vai? Convida para uma peladinha. Trouxe o baralho para um truquinho? Incentiva o trabalhador oferecendo algumas regalias dentro da empresa; b) "durão" chega e diz: preciso de tantas peças prontas até tantas horas, porque vem um caminhão apanhar. Quando os operários reagem dizendo que não há condições, o durão manda esforçar, dizendo que a firma precisa das peças, que a firma está sem dinheiro, cheia de problemas, com impostos atrasados, que o salário vai vencer, dentro de poucos dias, se a carga não sair, o salário vai atrasar. O operário que não produzir será trocado, vai ser despedido, entra outro no lugar. A firma paga mais se aumentar a produção. O durão age sempre com ameaças de atraso no pagamento, ameaça de troca e dispensa.

(23) Rebarbar - polimento final, acabamento da peça

Um fato que Cargueiro não esquece, e que frequentemente acontecem nas indústrias: "O operário que chega na fábrica com a marmitta vazia, enrola em guardanapo limpinho. Na hora do almoço, os companheiros tentam conversar com ele, tentam almoçar juntos, ele afasta para o outro não notar a marmitta vazia." (24)

Cargueiro conta que a Fundação Minas Paulista foi desativada, chegou a ser abandonada pelos donos que vieram para Divinópolis, alugaram uma pequena indústria, que cresceu muito de 1971 a 1979. Em 1979 com a recessão econômica, o aumento de salário, eles pararam de pagar os impostos, de recolher o fundo de garantia dos trabalhadores. Começaram a atrasar o pagamento dos operários. Começaram a emitir notas fiscais frias. Em maio de 1981, deixaram de vir a Divinópolis, e os operários recorreram à Justiça, receberam em parte seus direitos, tiveram muitos prejuízos. Até 1988, havia operários da Minas Paulista passando necessidades.

d) Pê-de-Carvão

"Pê-de-Carvão" nasceu em Marilândia comarca de Itapeçerica. O pai era ferroviário, não ficava em casa, vivia nas estradas, e eles moravam em Aquiles Lobo. A mãe cuidava da lida da casa. Quando vieram para Divinópolis, Pê-de-Carvão tinha cinco anos de idade.

Com nove anos começou a trabalhar na Fundação Ideal, Trabalhou dois anos sem fichar; naquela época eles não fichavam operários de menor. A fundição era de Ari,

(24) Depoimento operário em fevereiro/1989

Doralício, e de outro irmão. Ari morreu de acidente, o irmão de parada cardíaca, e Doralício vive até hoje.

Com 11 (onze) anos, ele não queria saber de serviço, mas naquele época tinha que trabalhar como escravo, entrava no serviço às 4:00 (quatro) horas da madrugada e saía às 22:00 ou 23:00 horas. Trabalhava sem fichar. Com 13 anos sofreu um acidente, foi queimado. A partir desse acidente a firma o registrou.

Ele lembra que na época existia o Sindicato, era considerado muito fraco, ficava na Praça do Rosário, perto do Mercado Municipal, em um barracãozinho.

A fundição fechou e Pé-de-Carvão foi trabalhar na Fundição Santa Helena. Os proprietários eram Renato e Severino. Considera que nessa fundição foi pior. Os patrões queriam de tudo, exigiam muito serviço, quando vencia o mês os operários não recebiam, passavam o segundo e o terceiro mês, eles abriam ordem em armazém para os funcionários comprarem. Naquele tempo Pé-de-Carvão era solteiro.

Com o tempo, as coisas pioraram. A fundição deixou de pagar o INPS e os operários, as coisas complicaram. O INPS tomou a firma, embargou toda mercadoria da indústria, e ela ficou muito tempo fechada. Tudo ficou preso, maquinário, máquina de registrar e cartões de ponto. O INPS fechou, mas não vigiou, aos poucos foi sumindo tudo. Havia muitos objetos entre máquina de torno, mesas de escritório, arquivos. Se o INPS for lá hoje só vai encontrar lixo.

Hoje existe uma fundição com o nome de Ana Paula, cujo proprietário é filho do Severino, ele se chama Carlos Alberto. Conta-se que o material foi aproveitado nesta nova fundição. Com os operários, eles foram acertando,

às prestações, o que não trouxe resultado.

No caso de Pê-de-Carvão foi a mãe dele que recorreu, era de menor, por isto não sabe contar se houve perda. Com o fechamento da Santa Helena, ele foi para a fundição de Tureba, à Rua Itapecerica, perto do posto do Nagib. Já estava com 17 (dezessete) anos. Foi obrigado a alistar, tinha que fazer o Tiro de Guerra. Quando se alistou, eles não quiseram mais. A mãe foi à fundição, pediu, mas o patrão não aceitou. Tureba não atendeu, foi intransigente. Naquela época o salário dele era fundamental para a família, e o Tureba falou que não pagaria.

Segundo Pê-de-Carvão, o médico Dr. Sebastião Gomes Guimarães, uma pessoa muito boa, e conhecida como o pai dos pobres, foi quem ajudou sua mãe. Ele concedeu um atestado que o enquadrou no sexto contingente, e ele não fez o Tiro de Guerra.

Com 18 (dezoito) anos ele foi embora de Divinópolis, em busca de trabalho. Em 1984, voltou e foi trabalhar na Siderúrgica Santa Maria.

Começou no Pê-de-Carvão. Eram três operários para aquele setor. Ele conta: "O sujeito entrava para trabalhar branquinho, com poucas horas ninguém o conhecia, estava pretinho. Tinha muita poluição, não existia nada para proteger e os patrões como sempre queriam trabalho. Como precisava de trabalho a gente aguentava aquilo... A gente pegava aquilo com um garfo, enchia a caçamba de carvão, levava e despejava no chute, do chute ia para o forno, para carregar o forno. Não havia descanso, trabalhávamos 8:00 horas, direto. Para almoçar era às prestações, o forno pedia carga, a gente tinha que se virar. Se a gente não mandasse carga o forno pa

rava e o forno não podia parar.

O patrão nunca aparecia, o chefe demtia, mandava embora, se a carga na hora não estivesse pronta. Sô parávamos para ir embora. A gente chegava em casa daquele jeito, era sô cansaço, não queria mais nada, era sô dormir.

A hora do trabalho era de 14:00 às 22:00 horas, trabalhávamos dez dias, descansávamos dois. Quando voltávamos começávamos a trabalhar zero hora.

Nesse tempo eu ganhava um salarinho pequeno, minha mãe tinha irmã casada que ajudava, tinha pensão, mas demorava receber, tinha que trabalhar fora, minha irmã menor cuidava da casa. Então eu suportava, porque era obrigado.

Comigo tinha um companheiro que tinha cinco filhos, e recebia aquela migalha.

No final de 1985, eu fui receber, toda quinta recebia. Era o primeiro da fila. Conteí no meu envelope quanto tinha de dinheiro, umamixaria. Pensei no meu companheiro e na família dele, como eles iam fazer? Tinham aluguel, não dava. Recebi, conteí aquilo, o patrão olhou para mim e perguntou: Estã errado? Falei: Não. Estã certinho, sô que com este dinheiro como eu vou pagar o colégio do meu irmão, vou pagar despesa, não vai sobrar nada, vou ficar devendo. Aí o filho do patrão, que chama Paulo, falou comigo: Se o Senhor acha que estã pouco, procura o Sindicato do Metalúrgicos. Eu falei: eu vou procurar, então, eles vão me atender.

Na época era João Elói, fui ao Sindicato, procurei João Elói, ele virou as costas, não deu atenção. Fui embora arranjei dois companheiros. Ele deu as costas. Fui ao Centro Industrial, e viemos 30 (trinta) companheiros. João

Elói não deu atenção. Eu falei: se não der atenção, nós vamos invadir isto aqui, ele falou: vamos subir, foi nesta sala em que estamos. Mostrei o envelope de pagamento e falei: eu ganho isto, meu trabalho é bom, eu mereço ganhar mais, queria fazer alguma coisa aqui, fui ameaçado na firma. Eu fui reclamar, e levei uma má resposta. O Sr. vai fazer alguma coisa, se não fizer, nós vamos fazer, e de jeito muito bom. Ele cismou que era greve. Ele não deu atenção, começamos a mobilizar, consegui uma assembléia com muitos operários, pedimos aumento de 40% (quarenta por cento). Eles não queriam pagar. Fui na rádio Minas no programa do Ademar Magalhães, às 4:30 (quatro horas e trinta minutos), consegui falar, convoquei assembléia. Naquela época já existia o grupo de oposição, o Beto ajudou muito. Eles davam 10% (dez por cento) nós queríamos 40% (quarenta por cento). O João Elói me entregou. No final de 1985, fui despedido. Eu fiquei nervoso. O João Elói fez tudo contra nós, convocou autoridades competentes, e a carteira dos metalúrgicos foi rebaixada. O aumento de maio de 1986 tinha que ser de 25% (vinte e cinco por cento), o patrão comprou João Elói, e só aumentaram 12% (doze por cento). Depois da última reunião os patrões ofereceram Cz\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzados), de ajuda de custo, todo mês. Este não foi para a carteira, prometeram pagar o resto em junho ou julho, foi um ganho, mas a carteira ficou rebaixada, e eu fui demitido da Santa Maria.

Fui trabalhar na Fundação Ana Paula, fiquei dois anos, fui para a Ferroeste. Na Ferroeste tudo deu certo. Voltei para Santa Maria, eles me procuraram. Fizemos um acordo, conversamos sobre o rebaixamento do salário,

eles concordaram em pagar melhor, que estou lá até hoje." (25)

Vários operários têm histórias semelhantes à do Pé-de-Carvão. Tiveram problemas com os patrões ou com as chefias, mas existe muita rotatividade e eles voltam a trabalhar nessas indústrias em que tiveram problemas. Analisam estas situações como coisas corriqueiras, parte da luta entre eles e os patrões; mostram, às vezes, cansaço, mas manifestam consciência de que não podem sair para outro ramo, consideram sua função na indústria como sua profissão. Falam "minha função é esta, eu sei fazer isto". Por outro lado, os patrões já conhecem a mão-de-obra, comunicam entre si, se informam, e vão contratando e demitindo operários. Eles ficam fluando entre as várias indústrias, ora para receber o fundo de garantia, ora porque de alguma forma se rebelaram, e a firma os dispensou.

Pé-de-Carvão está quase se aposentando, mas diz que não quer continuar tendo relações com guseiro, está cansado desta luta, dos empresários. Participou das duas últimas greves, apanhou da polícia, e tem muita vontade que os companheiros fiquem mais conscientes e participem mais. Acredita que sua categoria profissional só terá ganhos reais, quando houver greve e a maioria dos operários participarem.

Pé-de-Carvão, hoje, no final da carreira, fala que sua profissão é na roda, "roda de coquilha." Trabalha com uma roda que tem capacidade para 20 T (vinte toneladas). Nesta roda fica um operário no volante, outro operando o painelão, e um que fica no vira, este recebe muita calor. Se usa máscara para evitar a calor, sua, a máscara

(25) Depoimento operário, fevereiro/1989

atrapalha. Se usa avental, o avental é muito ruim, não dá alívio. Na roda não tem alívio, é o lugar, segundo ele e outros, que o "o operário xinga a mãe sem ver."

Os trabalhadores da parte administrativa da empresa, gerente no caso, ao serem entrevistados, falaram que os operários não usam os instrumentos de segurança porque não possuem consciência, que as indústrias oferecem luvas, capacetes, máscaras, aventais, uniformes próprios, mas eles se recusam a usar. Porém, nos seus depoimentos os operários disseram que não conseguem utilizar os acessórios necessários à sua segurança, porque esses acessórios não de adaptam às suas formas, o material não é adequado, acabam atrapalhando, e não dão alívio, segundo eles, quando estão expostos ao calor, com todo perigo que isto acarreta se sentem mais seguros do que usando os acessórios que as indústrias oferecem. Deixam claro que o não uso não é por falta de consciência, mas porque os acessórios não correspondem às situações e aos operários específicos. Os operários dizem: "É como vestir uma roupa que não é feita para seu tamanho, ela incomoda, atrapalha." (26)

Existem os médicos contratados para fiscalizar as indústrias na utilização de equipamentos de segurança no trabalho, porém como este serviço não funciona de acordo com seu objetivo, os operários ficam livres de mais esta exigência legal que foi instituída sem observância das pré-condições para sua utilização. Assim sendo, as indústrias ficam isentas de um investimento e os operários não são aprisionados em máscaras e roupas inadequadas.

(26) Depoimento operário, fevereiro/1989

Pê-de-Carvão diz que na "Fornilha" fica chovendo sucata, e eles são obrigados a entrar debaixo daquela sucata quente, espirrando. Ele diz que foi acidentado três vezes, quase em seguida, quando arrastava a sucata. Diz que é muito triste. Eles têm ainda que "barrear a roda", e quando fazem este serviço bate um vapor quente no rosto e tem muita poluição.

O trabalho semanal é assim, trabalha 7 (sete) dias, descansa dois dias. A jornada de trabalho é de oito horas.

Pê-de-Carvão saiu da roda, e foi para a manutenção, serviços gerais e eletricidade. "Se entupia uma válvula, tinha que ir e desentupir. Uma vez, quase caí de cima do forno porque fui pego pela fumacinha branca. As válvulas são desentupidadas em cima. Quando o balão cá embaixo entope, tem que subir para liberar ar, que desce, e os faxineiros limpam embaixo do forno, porque se não fizer a limpeza a caçamba não sobe, nem desce. Se essa caçamba rebentar, mata quem estiver perto. Tem o cabo de aço que sobe levando a caçamba, se deste cabo escapa um fiozinho tem que trocar este cabo imediatamente. Quem trabalha na manutenção tem que estar atento a tudo isto. Operador, que estiver operando, fica com a responsabilidade de observar o cabo de aço". (26)

Da manutenção foi ser operador de máquina, é mais fácil. Com a exportação chega o caminhão, o operário enche de gusa, separa a escória.

Mas Pê-de-Carvão fala: "todas as funções que executei e tenho executado dentro da indústria, não é bem o que eu queria, queria mesmo é trabalhar na estrada levar o gusa até Angra dos Reis." (26)

Hoje Pê-de-Carvão trabalha com a carregadeira. Fica atendendo a necessidade do setor que precisar, por exemplo, se o forneiro precisar de areia, ele vai ao depósito, enche a caçamba, e atende o forneiro. Se o caminhão chega para ser carregado de gusa, ele enche o caminhão.

Ele explica: "trabalho 8:00 (oito) horas na indústria, descanso de 2:00 a 3:00 (duas, três) horas, e vou resolver as coisas, não fico preso em casa. O operário não tem quem resolve as coisas para ele. Se trabalha a 0 (zero) hora, não descansa nada, neste caso volta abatido para o trabalho. O operário que trabalha das 22:00 às 6:00 (vinte duas as seis) horas, depois de sete dias, se ele for na balança o peso não é o mesmo, ele perde peso, ele é sacrificado. Quem está no trabalho na zero hora, não alimenta, nem dorme bem. Os médicos dizem que se dormir uma boa hora, se dormir bem dez minutos, recupera. Eu e meus companheiros não concordamos, a jornada noturna não é boa. Nos gostamos é das 6:00 às 14:00 (seis às quatorze) horas, porque podemos resolver nos problemas, e às 22:00 (vinte e duas) horas descansar." (27)

No setor metalúrgico existe muita rotatividade na jornada de trabalho, são três horários diferentes, isto desgasta o operário que não consegue adaptar em nenhum horário.

Pê-de-Carvão conta que um amigo seu, com nome de Toizinho, só mexeu no forno, foi forneiro a vida toda. Ele foi ficando magro. Pê-de-Carvão o aconselhou a pedir o patrão um descanso. Ele estava para aposentar, e não quis. Passaram-se duas semanas e ele morreu. Veio a aposenta

(27) Depoimento operário, fevereiro/1989

doria, aposentou, adoeceu e morreu. Na época, Toizinho trabalhou muito, alimentou-se mal, não tinha transporte, perdeu a saúde.

Metalúrgico tem lazer, tem diversão, diz Pê-de-Carvão, e cita exemplo: "trabalho há 16 (dezesseis) anos com os Vicentinos, já ajudei a socorrer muitos operários. Fala com orgulho, "na igreja sou coordenador. Adoro futebol." (28)

A maior esperança na vida deste operário é comprar um caminhão. É radical quando o assunto é o filho ser metalúrgico. É uma coisa que ele não quer. Ele tem duas filhas, uma foi para a Marinha, outra quer ser professora. Ele está tentando fazer tudo que elas querem. Perguntando a ele se uma fosse homem, ele respondeu imediatamente: "Não, nunca, ser metalúrgico é ser escravo. Hoje melhorou um pouquinho, mas o patrão não respeita o operário, não respeita o Sindicato. Eles só querem para eles, só querem dinheiro. Chega de dar lucro para eles, quando há negociação, só o operário perde. Eles não aceitam perder nunca... Eles contratam muitos operários e exigem produção, o pátio fica cheio, eles exportam tudo. Depois dispensam operários, que estão ali há oito meses, e contratam novos, mais fortes, para manter o pátio cheio, para fazer a riqueza deles." (29).

Para Pê-de-Carvão a pior função na usina é a de forneiro e a mais fácil hoje é na roda. Na roda é muito quente, mas é um lugar tranquilo, dá para descansar entre um corrida e outra.

O chefe geral, ele considera boa pes

(28) Depoimento operário, fevereiro/1989

(29) Depoimento operário, fevereiro/1989

soa, mas no serviço diz que ele é "puxa-saco" do patrão. Considera que o operário metalúrgico não é fraco, que ele tem medo de perder o emprego, de passar fome, de ficar marcado porque participou da greve, de não ser admitido em nenhuma outra indústria e ficar na miséria com a família. Isto, para Pé-de-Carvão, e o operário em geral, não é fraqueza, é a experiência mostrando que o patrão pode tudo, que estão do lado dele o Governo, a polícia, por isto podem subjugar operários, às suas vontades.

É muito difícil, segundo ele conseguir organização dentro da indústria, tem que fugir da direção, dos fiscais, e dos espiões. É difícil saber quem é quem entre os operários. Se existe um grupo, e ele for detectado dentro da indústria, os operários que forem membros serão dispensados.

Os operários, quando falam sobre discussão dos seus problemas dentro da indústria, mostram que hoje é uma coisa quase impossível, porque os espiões agem na surdina, são colegas perigosos. O fiscal eles dizem conhecer, e sabem sua função. O espião, ou dedo duro, ele não aparece, fica infiltrado servindo ao patrão, impedindo a organização e as conquistas de sua categoria. Os espiões existem e são considerados pelos seus companheiros como homens fracos, covardes. Eles fazem parte do grupo daqueles operários (chefias e fiscais, encarregados de setores técnicos), que durante as greves permanecem na indústria servindo aos patrões e dificultando as negociações, das quais, se derem resultado positivo, eles serão beneficiados. Entre os operários entrevistados, houve um contando: "na Siderúrgica Valinho foi oferecido um churrasco em homenagem aos operários que venceram a greve, ou se

ja aos operários que permaneceram presos na indústria, trabalhando durante a greve". (30)

"Todas as mágoas são suportáveis quando fazemos delas uma história ou contamos uma história a seu respeito." (31)

Segundos os operários, muitos companheiros seus estão inteiramente dominados, a situação de repressão mantida pelas diretorias das diversas indústrias impede que muitos operários manifestem, extravazem o sentimento de rebeldia, contido ao longo dos anos. Eles dizem que o número de alcôolatrás entre os metalúrgicos cresce assustadoramente, e como exemplo citam:

"... A pinga serve para esquecer da vida, aí ele passa num boteco bebe uma, duas, passa em outro bebe mais, chega em casa sem ter nada. Por isto acontece muita de muita separação de família ... se ele ganhasse bem, não ia fazer isto, ia ter como pagar suas contas, legalizar tudo direitinho. A patroa ficava satisfeita, os filhos ficavam bem aí levava uma vida em paz, porque ninguém tem paz, com esse salário não tem jeito." (32)

Entre os operários entrevistados, constatou-se que 60% (sessenta por cento) vieram da zona rural, 40% (quarenta por cento) nasceram na cidade, e a maioria destes que nasceram na cidade são filhos de metalúrgicos, ou têm parentes que são metalúrgicos. Os dados levariam à conclusão de que os filhos dos metalúrgicos, se tornam metalúrgicos. Porém, os operários se ne

(30) Depoimento operário, fevereiro/1989

(31) Id. ibid. 1981, p.188

(32) Depoimento operário, fevereiro/1989

gam a aceitar estes dados, e o manifestam quando dizem: "não desejo que meus filhos sejam metalúrgicos, mas não pos suo meios de conduzi-los, de dar a eles condições, estudá-los, para que possam se profissionalizar em outra área." (33)

Observou-se que os operários entrevis tados são, na grande maioria, jovens.

F A I X A E T Á R I A		
IDADE	F	%
21 - 30	14	24
31 - 40	26	45
41 - 50	9	15
51 - 60	8	14
61 - 70	1	2
TOTAL	58	100

FONTE: Pesquisa de Campo-1989

24% (vinte e quatro por cento) de 21 a 30 (vinte e um a trinta) anos, 45% (quarenta e cinco por cento) de 31 a 40 (trinta e um a quarenta) anos.

94% (noventa e quatro por cento) dos entrevistados são católicos, mas, segundo eles, poucos são praticantes. Acreditam em Deus, o Deus que os pais impuseram e a figura da mãe, no conceito que eles têm de Deus, é muito forte. Foi ela quem lhes falou de Deus, e ensinou a rezar.

(33) Depoimento operário, fevereiro/1989

Existe entre eles um respeito pela igreja católica, pelos pa
dres, porém o Padre Pedrosa, para os operários, é muito espe
cial. Ele os ajudou em momento críticos, quando a Siderúrgica
 Mineira fechou, e a Minas Paulista foi abandonada. Ele esteve
 presente prestando serviço aos operários, e eles fazem ques
tão de dizer o quanto ele é bom. A religião aparece como um
 fato cultural.

69% (sessenta e nove por cento) dos en
trevistados são casados, 16% (dezesesseis por cento) separados,
 3% (três por cento) desquitados, 12% (doze por cento) soltei
ros. Os operários casados não conseguem manter a família com
 o salário que recebem. Suas esposas, na grande maioria, traba
lham como lavadeiras, faxineiras ou em fábricas. Os que se en
contram separados consideram o principal motivo da separa
ção os problemas financeiros, mostram-se amargurados, manifestam
 desejo em mudar de profissão. Os solteiros não estão pensando
 em casar, alguns são "arrimo de família", cuidam dos pais e
 dos irmãos, todos de uma forma ou outra destinam parte do seu
 salário para despesas familiares. Portanto, se ocorrer defasa
gem salarial todos são igualmente atingidos, em suas neces
sidades básicas.

3 - O ritual dos novatos

"O adestramento do homem para o traba
lho sempre foi e será uma das mais im
portantes tarefas da administração in
dustrial. A ela grande atenção tem sido
 dedicada, como uma das condições essen
ciais para a conquista da boa produti
vidade." (34)

Hoje a estrutura das indústrias não é a mesma. Muita coisa mudou, a estrutura interna sofreu mudanças substanciais. As indústrias foram ampliadas, o ritmo da produção aumentou, a tecnologia do início da industrialização, em muitos setores, sofreu mudanças radicais. E todas estas transformações que as indústrias sofreram a nível físico, levaram a mudanças a nível de mão-de-obra. A mão-de-obra precisa ser mais especializada. Como existem áreas, setores, dentro da indústria considerados de alto risco, as fábricas são mais sinalizadas. Os operários precisam saber ler e compreender a sinalização. Neste sentido existe em Divinópolis a Pains, que está em fase de expansão, e mostrou que já tem dentro de suas dependências cursos constantes de formação e treinamento da mão-de-obra que começam a inculcar no operário as normas da empresa.

"A disciplina, escreve Foucault, procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isto, utiliza diversas técnicas" (1977:130). A primeira delas é a "cerca", a "clausura", o "encerramento". A cerca (muro) serve para isolar, de forma permanente um por um tempo determinado, indivíduos num espaço físico fechado. Nele, os indivíduos são segregados do contexto onde habitualmente costumam viver livremente." (35)

"Cria-se desta forma, um ambiente de socialização muito peculiar onde o comportamento e a vida individual são constantemente controlados, fiscalizados, dirigidos e submetidos a normas rígidas de procedimento e conduta." (36)

Em condições precárias a Pains mantém

(35) NEUMAN, 1969, p.180

(36) GIROLETTI, p.42

em atividade a área de relações humanas. Uma vez que o departamento que existia foi desativado, hoje a Pains mantém um responsável para assuntos de relações humanas. A direção da indústria está ciente da necessidade de reativar este departamento.

Existe, a partir da estrutura da indústria, um perfil do trabalhador de acordo com o trabalho que ele executa. Os diferentes tipos de trabalho determinam o tipo de mão-de-obra, especialização e a experiência anterior. Normalmente as funções semi-qualificadas exigem experiência anterior. Na aciaria o percentual maior da mão-de-obra recrutada não é especializada, o salário é baixo, a rotatividade é alta. A mão-de-obra deste setor se submete à relação com chefias imediatas, geralmente companheiros que conseguem subir na hierarquia da indústria. Eles não têm nenhuma relação com a direção da empresa.

Se é uma mão-de-obra mais especializada, como o técnico metalúrgico, o salário é melhor, não existe tanta rotatividade.

Se a indústria for contratar um mestre de forno, ela exige experiência, por exemplo, o eletricista recém-formado, só será contratado se não aparecer outro com experiência. Ele é considerado semi-especializado.

Não existe, por parte dos que vivem da produção de gusa, nenhum interesse em motivar a criação de escolas profissionalizantes, que formem mão-de-obra especializada. As indústrias que deveriam ser as mais interessadas acham que é de tarefa do Sindicato. O Sindicato compreende que sua função não é esta, não possui recursos e existem problemas que exigem soluções imediatas: os salários e as condi

ções de trabalho. O poder público, que é o responsável pelo ensino gratuito, não se interessa pela educação profissionalizante. Certamente, na situação de carência em que se encontram, os operários não vão fazer tal reivindicação. Por causa desta e de outras prioridades, a mão-de-obra acadêmica especializada está desaparecendo, e os salários pagos à mão-de-obra sem especialização ou semi-especializada não correspondem ao necessário para sua manutenção e reposição.

As indústrias precisam constantemente repor a força de trabalho humano. Neste sentido o setor siderúrgico tem aproveitado enormemente da falta de grandes investimentos no Brasil, tanto na formação de mão-de-obra, que permanece presa à formação do passado, dentro de uma indústria que mudou, como em novas indústrias que estão gerando novos empregos. Por outro lado os operários ficam sem opção profissional, se submetendo às indignas condições que as indústrias oferecem, e à política salarial do Governo. O presidente do Sindicato fala das dificuldades de negociar um piso salarial acima do índice do Governo; que a negociação por indústria, possibilitou um índice de apenas 35% (trinta e cinco por cento), no último acordo.

A Pains hoje reconhece a necessidade de investimento na profissionalização de seus operários. Cita como exemplo a CEMIG, que tem uma escola profissionalizante própria, que forma a mão-de-obra necessária. A Pains pensa em ter uma escola própria. De certa forma ela está tentando especializar seus operários, com treinamento, com o sistema de estágio. A mão-de-obra contratada começa como estagiária, cum pre carga horária. Após o estágio, se o estagiário sair bem, ele é contratado. No fundo esta política é a mesma dos

anos anteriores com uma diferença, hoje o metalúrgico entra para ser experimentado na capacidade física e emocional. A empresa testa a capacidade do operário de assimilar e incorporar os valores da empresa.

Em Divinópolis, no Colégio Frei Orlando existia o curso de metalurgia, e na Pains existem 15 (quinze) técnicos trabalhando, que se formaram neste curso. O Colégio desativou o curso, e o está reativando. Esta escola é importante porque a mão-de-obra mais procurada no ramo é a do técnico metalúrgico. Antes de existir o técnico metalúrgico, o trabalhador entrava como ajudante de forneiro; trabalhando aprendia. Aprendia na prática, tornando-se um técnico. Hoje o técnico adquire conhecimentos teóricos, é formado em sala de aula, depois aprende na prática. Depois de formado em sala de aula, faz o estágio, que o curso exige. A Pains está concedendo estágios de alunos do Colégio Frei Orlando e de Ouro Preto.

Não foi possível conhecer a estrutura e o currículo deste curso. Por isso permanece a dúvida quanto à correspondência da teoria com a práxis. Quanto à sua importância para o operário-metalúrgico, pode-se considerar que: é oferecido por uma escola privada; seu custo é alto para a família metalúrgica; funciona no centro todos os dias à noite; o técnico é formado dentro da sala de aula, apesar do estágio.

Para o operário-metalúrgico da base, ele se torna inviável em todos os quesitos a começar pelo seu turno de funcionamento. O metalúrgico tem uma jornada de trabalho por escala, ou seja, rotativa.

Entre empresários entrevistados, muitos disseram que apesar de Divinópolis ser uma cidade bastan

te industrializada, ela não recebe apoio do poder público. Já existiram projetos de se criar um curso profissionalizante na Escola Estadual, com preocupação de suprir a demanda das diversas siderúrgicas, mas não foi obtido apoio político. Como se vê, é difícil formar mão-de-obra, porém constatou-se um dado importante, que favorece as siderúrgicas: ela adveio de toda a região, formou-se, e está se repondo na cidade, e é uma mão-de-obra que não se desloca. Se a Fiat, por exemplo, oferece salários um pouco melhor, não é vantagem para o operário sair de Divinópolis, deixar sua casa e a família. A Pains é uma indústria que está pagando melhor, acima do piso salarial dos metalúrgicos. Ela adota esta política procurando diminuir a rotatividade, porque já perdeu muita mão-de-obra especializada e cita como exemplo, o concurso que houve na Rede Ferroviária. Houve abertura de vagas, diversos eletricitas e mecânicos deixaram a Pains e foram para a Rede.

"Na portaria, procediam-se aos primeiros controles": os operários são identificados; marcam o ponto; entram e não podem sair do recinto sem autorização por escrito do encarregado do setor. As entradas e saídas são feitas nos horários previstos.(...) Passavam a operar em local fechado, submetidos a um horário rígido, sujeitos a executar tarefas que lhes foram adscritas pela divisão do processo produtivo fabril dentro de um ritmo e onde o emprego de seu tempo fugia-lhe completamente do controle. Deveriam adaptar-se a um espaço social previamente definido e organizado. Composto de normas rígidas e explícitas que todos os operários, sem exceção, deveriam obedecer e cumprir." (37)

Logo que os operários são recrutados,

selecionados, são encaminhados ao chefe de divisão, que escolhe o candidato, a ser admitido. O admitido fará um curso de Segurança e Higiene do Trabalho, onde ele vai conhecer as áreas, os locais, as passarelas onde ele pode passar e onde existem riscos. Ele será treinado. Em seguida, será encaminhado para o supervisor de turno, que vai estabelecer o tipo de trabalho, que ele executará. Os colegas vão ajudá-lo.

No curso de treinamento introdutório são colocadas para os operário as vantagens que a indústria oferece, dia do pagamento, boletins que a empresa fornece.

Quem o recebe é o chefe de divisão, que o encaminha ao mestre de turno, que vai determinar o serviço dele. A partir do momento em que ele é entregue, o mestre de turno passa a ser o responsável pelo seu processo de aprendizagem. Quando um operário é contratado, já está definido o setor em que ele vai trabalhar (forno, aciaria ou manutenção).

Existe o remanejamento interno de pessoal quando surge um vaga melhor, por exemplo, auxiliar de produção. Se ele já sabe bem o que está fazendo, já melhorou, e surge uma vaga, ele pode ser remanejado para ajudante de forno. O remanejamento para outra área acontece a nível de mão-de-obra especializada. Mudar mão-de-obra semi-especializada é muito raro. Por exemplo, a função do operador de ponte é um serviço importante dentro da indústria. O operário faz o teste psicotécnico, passa no teste, vai ser treinado, se esforça para ser o melhor. Neste caso ele pode não ficar como auxiliar de produção e ser um operador de ponte, que ganha duas vezes mais que o auxiliar.

Segundo o gerente da empresa, quem

aplica o teste psicológico são psicólogos, contratados pela empresa. Aos operários não especializados a empresa não aplica teste psicotécnico. Mas existem funções que exigem eletroencefalograma, por exemplo, operador de ponte, ele vai manobrar um carga de muitas toneladas, com operários trabalhando embaixo, ele tem que ter raciocínio, controle, ser equilibrado.

A mão-de-obra semi-qualificada é treinada dentro da indústria. A aplicação do teste depende da função do operário dentro da empresa, se for uma função de risco, que exige precaução, o operário passa pelo teste. Devido a estes setores de risco a Pains, hoje, só admite os que estão iniciando se tiverem o curso de primeiro grau completo.

Um diretor disse que o operário hoje entra para a indústria sabendo seus direitos e seus deveres, já existe mais esclarecimento. Não seria a rotatividade a maior responsável pelas informações?

"... O processo de riqueza tal como o conhecemos, estimulado pelo processo vital e, por sua vez, estimulando a vida humana, é possível somente se o mundo e a própria mundanidade do homem forem sacrificados." (38)

"a política das relações humanas é excessivamente polida para ser honesta... Relações humanas significam agir sobre indivíduos e grupos para provocar neles as atitudes que convêm à empresa." (39)

No treinamento introdutório as normas básicas que norteiam o comportamento do operário dentro da in

(38) TRAGTENBERG, 1980, p.198

(39) Id. ibid. 35, p.198

dústria e punições são faladas, enfatizando-se que as mes-
mas tem suas bases na Constituição.

Ao exigir que o operário-metalúrgico ponha em prática seu saber ligado ao seu cotidiano no universo da produção, e ao mesmo tempo estabelece de acordo com suas normas, a empresa está, em última instância, tentando subordinar o saber operário à disciplina fabril. Está buscando usufruir deste saber em função do capital.

Com as mudanças estruturais dentro das indústrias realizadas com o avanço tecnológico, abriram-se novas possibilidades quanto a produção e a desapropriação do saber operário. Foram introduzidas técnicas mais refinadas.

Tanto para o universo do capital como para o universo do trabalho novas questões foram colocadas, e estas questões têm sido absorvidas dentro e fora do espaço fabril.

A velha questão da determinação do capital sobre o trabalho se revela, quando os novos sujeitos se encontram nas novas formas de relações sociais, criando novas identidades que se expressam na rejeição às determinações do capital.

As formas de violência nas relações sociais se manifestam mais sutilmente, porém, não menos violentas.

Dentre as diversas exigências o operário deverá: permanecer no setor de trabalho; cumprir horário de chegada e saída de acordo com sua escala; fazer relatório de todas as ocorrências com o forno e na área do forno; comparecer às reuniões periódicas com o pessoal de sua área, para discutir os problemas do setor.

As reuniões são coordenadas pelo chefe da divisão, e o pessoal abaixo dele na hierarquia, desde o mestre de turno até o companheiro por área, gerente, chefe de divisão, mestre de turno, contra-mestre de turno, supervisor, forneiro, abaixo de forneiro (onde a estrutura é encadeada pelo fazer) todos deverão comparecer e se submeterem às exigências das chefias.

Nas reuniões discutem-se os problemas, os conflitos, as normas e as atitudes que devem ser tomadas pelas chefias. Existe toda uma engrenagem em movimento que em última instância, é controlada pela administração.

A empresa exige o preenchimento de relatório das ocorrências, por área, e por turno; este deverá ser passado para os operários que vão no turno seguinte assumir a área. Assumirão sabendo todas as ocorrências do turno anterior, por exemplo: no forno tal houve uma queda de caloria, às tantas horas. O que assume o serviço, a par da situação poderá corrigir, evitar acidentes. Outro aspecto do controle das ocorrências para a empresa é detectar quem provocou o problema.

A mobilidade do trabalhador dentro da indústria se restringe ao espaço de trabalho, à sua área. Os operários não ficam transitando dentro da indústria.

Tudo é estabelecido e funciona dentro da lógica da empresa para atender o objetivo da produção. O andamento da usina, a qualidade do produto requerem

"A presença ininterrupta, a atenção contínua e a interferência constante do operário. Portanto, a permanência do operário na seção, no seu lugar e no desempenho de sua fun

ção passa a ser requisito necessário à organização da produção fabril." (40)

Dentro da Pains existem refeitórios descentralizados por área onde há mesas, cadeiras, e o aquecedor de marmitas. A Pains está construindo um prédio com cozinha industrial, onde serão servidas refeições a seus operários, que serão descontadas na folha de pagamento.

A legislação estabelece uma hora de almoço para os operários, que se revezam por escala. Eles permanecem dentro da usina, os setores não param.

Na parte administrativa os trabalhadores almoçam fora da indústria, e têm 1:30 (uma hora e trinta minutos) para retornar.

O operário não tem acesso ao regimento interno, ele fica sabendo que deve agir de determinada forma através de seu encarregado, que por sua vez só toma conhecimento do regimento interno na sua área. Se precisar ir ao banco, cuja agência é dentro da usina, ele precisa pedir autorização. Tudo isto é dito verbalmente, mas está no regimento. Se um operário que se encontra na usina precisa sair, a vigilância só vai deixar-lo transpor o portão se tiver alguma autorização, por escrito.

Com o tempo os operários vão se inteirando das normas, das chefias, vão se sujeitando a permanecer determinado tempo em tal espaço. O operário vai aos poucos se comportando de acordo com sua função dentro da empresa, ele não tem como fugir. Ele é incorporado à estrutura da empresa, que passa a ser parte de sua vida, incorpora a pri

(40) Id. *ibid* 33, p.47

vacidade da empresa. Uma privacidade que não lhe é própria. E da miséria do interior do lar para a poluída usina a divisão entre o privado, doméstico, comunitário e a fábrica se diluem. O espaço familiar, comunitário e fabril, se tornam um "continuum".

O papel que o operário desempenha dentro da empresa delimita seu perfil. Cada operário é reconhecido pelo companheiro, através da indústria, da sua função. Ao executar seu trabalho ele se revela ao companheiro do dia-a-dia. O outro percebe o que está se passando com ele. Dentro da indústria existe a rotina, e o que muda dentro desta rotina, é o movimento do operário, que aparentemente é o mesmo, mas para o companheiro, que é parte desta rotina, qualquer alteração no ritmo, na força, ou no querer não passa despercebido. Por exemplo: o companheiro que bebeu, ao chegar no trabalho ele não é o mesmo, seu ritmo altera. O outro percebe, ninguém diz nada, o respeito é mantido, eles sabem: "ele não bebeu à toa", mas não perguntam. Percebe-se que entre os operários existe uma fraternidade. Eles são rudes entre si, mas se respeitam. Quando há greve, os que participaram voltam ao trabalho e se encontram com os que permaneceram trabalhando. Sentem muita raiva pelo companheiro que ficou trabalhando. Com o tempo, aquele sentimento vai-se acabando, e eles voltam a conviver normalmente.

Parecer nascer desta relação de medo e disciplina controlada alguma coisa que foge aos dados concretos, à possibilidade de uma análise objetiva. É um aspecto que os instrumentos de análise científica não dominam, parece ser algo poético, mas que não tem nada a ver com poesia. Um dado a mais, que é sentido, mas por não ter ainda uma ex

pressão formalizada, um forma observável, não foi possível quantificar. Mas possui uma qualidade não revelada.

Durante o ano o operário passa 1/3 (um terço) ou mais (quando faz hora-extra), de sua vida dentro da empresa. Como se vê, a disciplina fabril é rígida, autoritária para que o operário assimile os valores da empresa. Como a vida do operário extrapola as relações de trabalho, fica a questão: alguma forma de controle a vida do operário fora da indústria? Os diretores entrevistados disseram que não, insistiu-se: se o operário vive 8:00 (oito) horas dentro da usina controlado, isto de alguma forma repercute em sua vida lá fora, ele deve levar alguma coisa? Eles afirmaram e citaram como exemplos.

" - Um chefe pelo seu cargo, tem de manter certa linha.

- O empregado bagunceiro, que vai a um bar faz uma quebradeira, é claro que repercute, ele pode fazer isto dentro da empresa, às vezes não faz porque sabe que pode ser mandado embora, mas conforme o problema, numa hora pode fazer.

- A empresa tem certas exigências. Temos empregados alcôolatrás, que trabalham direitinho, mas com o tempo, sabemos que seu reflexo vai mudar." (41)

"O regulamento previa os meios de im^oposição e delegava poder para que as ordens emanadas da direção e as disposições regimentais fossem cumpridas: um sistema de punições explícito e pessoas encarregadas de aplicá-lo, todas as vezes que a obediência de seus preceitos não fosse espontaneamente

(41) Entrevista com diretor de indústria, fevereiro/1989

obtida. Essa é uma condição necessária, segundo Foucault, para que as instituições que atuam com objetivos disciplinares sejam eficazes nos seus interesses. "Na essência de todos os sistemas disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal." (1977:159) (42)

Existe teste de disciplina, e esta é controlada pelo chefe de cada setor. Ele encaminha para o gerente discutir com a direção. A disciplina é controlada de baixo para cima, por exemplo, o chefe de turno vê que o operário está causando problemas, ele passa para o chefe de divisão, que vai dar o encaminhamento, de acordo com o tipo de problema. Cada chefia é rotulada pelo seu setor de acordo com sua atuação. Os operários vão classificando os chefes: bonzinho, mau, péssimo, puxa-saco, dedo duro. Cada chefe goza de uma autonomia relativa, e cada um tem seu critério. Se passa um chefe de um setor pelo setor do outro e vê vários operários sentados, ele não pode fazer nada, porque o chefe daquela área sabe porque os operários estão sentados, se podem ou não. A Pains tem muitos setores, e cada um com grande número de empregados, cujos problemas específicos são resolvidos pelo próprio setor.

O que precisa para o operário ser admitido, como vai ser feita a seleção, como demitir, definir mudança de operários para outros setores, troca de chefias, ascensão na hierarquia, são atitudes que requerem certos critérios. Quando um operário vai mal, deve primeiro ser advertido verbalmente, depois por escrito. Em caso de suspensão direta, são atitudes que um chefe pode tomar, gerente da área não vai

(42) Id. *ibid.* 33, p.54 e 55

interferir, porque ele não tem convivência com o operário. Quando ocorre suspensão, se o que foi suspenso procura a administração, ela responde que não pode fazer nada, o máximo é ouvir, ficar sabendo o que aconteceu, e ele relata. Quando ocorre dispensa, o operário demitido passa por uma entrevista de desligamento. Nesta entrevista ele conta tudo que sabe sobre o chefe, tem um impresso que ele preenche. Esta entrevista possibilita uma avaliação. Analisando a entrevista, a gerência detecta se a chefia está precisando de treinamento, por exemplo, curso de liderança. Tendo como base as entrevistas dos demitidos, a Pains vai fazendo reciclagem das chefias.

Na entrevista, a empresa pergunta por que foi dispensado; o que achou da empresa; do salário; da chefia; dos companheiros; dos benefícios; pergunta sobre a diretoria e por que está saindo. Todas estas questões encobrem a intenção da diretoria de saber sobre o desempenho das chefias, e se não há incidentes maiores.

"Braverman (7) estudando as origens da administração, coloca depois de criar novas relações sociais de produção com a concentração dos trabalhadores em fábricas, os capitalistas tiveram que extrair aquela conduta diária que melhor serviria a seus interesses, impondo sua vontade aos trabalhadores. Para ele administrar é fundamentalmente controlar. O verbo to manege (administrar, gerenciar), vem de "manus" do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras fazê-lo praticar o manege. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, hidrão, esporas, cenoura, chicote, e adestramento, desde o nascimento, para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se através da administração (maneagement) em controlar. É o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas

administrativos como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da administração." (43)

Hoje a empresa não tem um setor de cargos e salários, está preparando para criar este setor, com a intenção de regular o salário de acordo com a função. A empresa pensa em fazer aumento por merecimento, tempo de serviço, produtividade, e criar as gratificações. Estão pensando em formar uma "coordenação de avaliação", um equipe que vai julgar o mérito de cada trabalhador.

Quando necessita aumentar a produção temporariamente por uma semana, a Pains chama o chefe de turma, faz reunião extraordinária, explica, fala os motivos, promete gratificação se fizerem horas-extras. O chefe de turma começa a fazer reuniões com grupos de operários e como o setor não pode parar, ele vai revezando até que todos os operários são informados.

Em se tratando da Pains, que, além da produção de gusa, produz aço, o processo se diferencia das outras siderúrgicas na cidade. Começa no alto forno, transforma na aciaria e é acabado na laminação. Assim, o momento de criação nesta indústria se processa na aciaria, com um dado curioso, é onde a mão-de-obra na sua grande maioria não é especializada. Nesse setor se concentram os operários chamados e conhecidos dentro da usina como "peões". São que estes peões-urbanos têm vínculo empregatício e carteira assinada.

"O que os movimentos sociais ensinaram fundamentalmente aos que pensam sobre a sociedade brasileira é que a

(43) Id. *ibid.* 6, p.31 e 32

dominação não é um pacote pronto que os dominados indiferenciados engolem porque não tem outras perspectivas pela frente. Parece claro, a estas alturas, que não há consumo passivo de padrões alienantes, que já estariam desde sempre prontos e seriam essencialmente eficazes na promoção da dominação." (44)

4 - Repisando a dor

A indústria mantém como benefício dois médicos clínicos para os operários. Sobre estes médicos os operários afirmam que eles atendem o interesse da indústria e citam vários exemplos, as épocas em que estavam doentes e não conseguiram licença, tiveram que trabalhar sem condições. Existe o caso de um operário acidentado na laminação, que hoje tem cicatrizes profundas do acidente. Quando acidentado recebeu uma licença; na revisão o médico o liberou. Ele foi obrigado a trabalhar com as queimaduras vivas. Com o calor, escoria em líquido e o ferimento foi aumentando. E ele passou um bom tempo trabalhando acidentado. Eles gostariam de ter autorização para procurar um médico que não tivesse vínculo com a empresa.

Do lado da empresa, o atendimento médico é avaliado assim: "o médico avalia a situação do trabalhador. São médicos nossos, são até muito elogiados por isso. Se o trabalhador vai a um médico do INPS ou um médico particular, o médico simplesmente dá 5 (cinco) dias, para uma gripe, tudo bem. Aqui não ocorre isto não. Os médicos avaliam, se é uma gripe, eles dão um dia de licença, mandam o operário vol

(44) PAOLI, s.d., p.56

tar no dia seguinte. Ele volta no dia seguinte, o médico observa as condições, se não está bom, então mais um dia. Isso varia de acordo com a estrutura de medicina da empresa. Olha, vou dizer com toda sinceridade, a malandragem acabou, diminuiu bastante, não existe mais. O empregado que vive de licença é detectado, normalmente não fica na empresa. Então nosso setor de medicina funciona como deveria funcionar, em questão de bom senso. Os médicos do INPS deveriam fazer este tipo de controle, eles simplesmente dão licença..." (45)

Os operários avaliam de outra forma:

"... A licença médica às vezes funciona como meio para o operário descansar um dia, quando está extremamente cansado." (46)

"... O operário vai ao médico e volta com licença outra vez, ele é dispensado. Então isso aí é o setor de saúde da firma. Não temos um médico para atender a gente. Na Santa Maria é um tal de Dr. Francisco, lá do São Judas. Inclusive, ele não é médico para homens, porque ele é para mulheres grávidas coisa e tal, se eu adoecer, eu vou lá, agora como ele vai resolver o meu problema? Ele faz umas coisinhas, eu vou tomar aquilo, vou gastar meu dinheiro. Eu vou consultar? Não vai valer de nada. Eles deviam me trazer outro médico, eles não fazem isto. O que querem é dar um dia, ou dois de licença, e eu voltar para o trabalho..." (47)

"... Na Ana Paula tem um médico lá que é irmão do dono, chama Dr. Gigante. O operário chega lá, ele

(45) Depoimento empresário, março/1989

(46) Depoimento operário, março/1989

(47) Depoimento operário, março/1989

dã um dia, dois dias e manda para o trabalho... Às vezes o operário precisa de uns 15 (quinze) dias de repouso, de um tratamento bom, com carinho, ele dã um dia... Então é uma repetição de médico nas firmas, geralmente são todos assim, conheço estes dois, mas tem mais por aí, e nós sofremos por causa disso." (48)

"... Eu um tempo atrás tive uma gripe forte, fui ao médico ele me deu dois dias, voltei para o trabalho, não estava bem. Comprei o remédio que ele mandou comprar, tomei. Eu paguei por minha conta outro médico, e acabei ficando 32 (trinta e dois) dias de licença." (49)

A Pains tem ainda um ginecologista e um pediatra; todos estão atendendo dentro da usina. Além dos médicos, ela mantém convênio com hospitais, laboratório e dentistas.

A Pains mantém um supermercado para seus funcionários. Ele compra mais barato e tem 45 (quarenta e cinco) dias para pagar, depois é descontado na folha de pagamento. Antes, o operário pedia muito vale para pagar armazém; com o supermercado a empresa resolveu o problema.

Perguntou-se aos operários se eles mudaram de profissão, e o motivo e se haviam conseguido o objetivo. 48% (quarenta e oito por cento) disseram que o salário era insuficiente, 42% (quarenta e dois por cento) não citaram os motivos, e 10% (dez por cento) disseram: por falta de qualificação profissional se tornaram metalúrgicos.

Entre os entrevistados 41% (quarenta e

(48) Depoimento operário, março/1989

(49) Depoimento operário, março/1989

um por cento) responderam que hoje ganham melhor que na roça, 40% (quarenta por cento) não responderam, 9% (nove por cento) disseram que não, 10% (dez por cento) conseguiram em parte. Mediante os dados perguntou-se se estavam satisfeitos. Eles disseram que não.

5 - Conflito - conflituante

"Trata-se de compreender, ainda, a força histórica das diferentes ideologias que, em contextos concretos, promovem, o reconhecimento, a submissão e a obediência e também a revolta e a resistência dos dominados.(7) O que parece ter mudado é a forma de procurar responder a esta velha pergunta - não a buscando no campo do próprio poder, mas sim a partir dos critérios de inteligibilidade dados pelas condições e pelo trajeto da própria vida dos dominados. Para usar uma expressão da moda (originalmente cunhada por E.P. Thompson a tentativa é reconstruir este trajeto no seu fazer-se." (8) (50)

Com as condições de trabalho e a falta de remuneração adequada no momento, os operários enfrentam depois de uma intensiva jornada de trabalho de 8:00 (oito) horas, os biscates ou bicos. Para completar o rendimento doméstico o operário trabalha como servente, rondante, chapa de caminhão, jardineiro, pintor, faxineiro e alguns dizem que têm no fundo do quintal alguma coisa própria, ou vendem quitanda e doces que as esposas fazem.

A forma como os operários sentem a fábrica é muita diversificada, porque cada pessoa tem um tipo de vida, tem um número de filhos, suas coisas. Eles dizem que

(50) Id. *ibid.* 41, p.57

a fábrica é um meio de vida. Eles não manifestam nenhum sentimento de afeição, ela é o local a que são obrigados a ir, é o setor onde podem trabalhar porque não sabem fazer outra coisa. Existem os operários, segundo os entrevistados, que gostam da fábrica, mas não falam. Não existe um sentimento de que ali na usina é bom, estão suas ferramentas de trabalho. Eles não manifestam vínculo com os meios de trabalho. Dizem que permanecem pouco tempo em uma siderúrgica. Existe uma alta rotatividade, o fundo de garantia serve como reforço financeiro, quando por algum motivo cai sua remuneração, por exemplo, doenças provocando necessidade econômica em casa, eles deixam o emprego para receber o fundo de garantia. Este, entre outros motivos aumenta a rotatividade. A mão-de-obra sem qualificação não cria vínculo afetivo nesta ou naquela empresa. Eles não gostam com aquele sentimento de que ali é parte de sua vida. Quando manifestam sentimento é pela chefia, que tem um tratamento melhor com eles, o salário é um pouco melhor, mas é uma relação profissional mesmo.

"Eles são homens sofridos, normalmente de personalidade embrutecida. Embrutecidos pelo próprio sistema de vida que levam, mas homens que têm uma firmeza muito grande, que se prometer uma coisa, pode confiar, no entanto tem características extremamente embrutecidas, que exige habilidade no trato. Eles saem de casa, sabendo que o filho tem que ir a escola, que não tem merenda, não tem uniforme, não tem caderno. Deixam latas vazias, agasalhos insuficientes, sabendo que no final do mês o salário não vai dar. Saem tensos, preocupados, na fábrica o serviço é pesado, sem gratificação, sem prazer. É o fiscal, é chefe, é a produção a ser atingida. São homens corajosos

que não deixam de lutar." (51)

Um operário fez a seguinte observação: "... Eu nunca vi um operário abandonar o trabalho ou a luta por fraqueza e sim por motivo de doença, acidente no trabalho, ou coisa parecida. Mas por covardia, nunca vi operário afastar do trabalho." (52)

Existem os temperamentais que discutem, reclamam, sentem-se ofendidos com o salário baixo, falam com os companheiros, mas não compreendem a luta. Como lhes ensinaram a serem preconceituosos com seu Sindicato, eles passam a discutir, brigar com seus companheiros.

A função do trabalhador dentro da indústria determina sua visão sobre a mesma. Por exemplo, se o operário passar de uma indústria para outra, e assumir uma função melhor, é muito importante para ele, vem como salvação, e segundo os operários, ele pode se tornar um companheiro dedo-duro, um puxa-saco. E há operários que saem de uma firma melhor e têm dificuldades de adaptação em outra, em condições piores.

No setor siderúrgico dizer que o operário tem afetividade pela indústria, pelas ferramentas de trabalho, pelo patrão, é carecer de uma profunda compreensão da realidade do operário-metalúrgico de Divinópolis.

"A revelação da identidade através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciaram novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do re

(51) Depoimento operário, fevereiro/1989

(52) Depoimento operário, fevereiro/1989

cêm-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem entra em contato. É em virtude desta teia pré-existente das relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo; mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela "produz" histórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis." (53)

As condições de trabalho, o baixo salário, provocam uma insegurança que se reflete nas relações familiares. O índice do alcoolismo está crescendo, e os operários consideram como fator determinante a situação que eles vivem. Estes fatos influem na relação familiar, provocam separações, brigas, espancamento de esposa e filhos.

O metalúrgico, geralmente, tem uma relação conflituosa em casa, fruto do trabalho desgastante. Chega em casa cansado, sem condições financeiras e sem lazer, a vida é uma rotina. Os conflitos de casa são gerados nas péssimas condições de trabalho, na fábrica para onde tem que retornar. O metalúrgico não consegue esquecer os conflitos domésticos no ambiente de trabalho, sente-se impotente, fica sem atenção e pode ser acidentado. Sem condições de resolver o problema financeiro, conjugal, e com os filhos, "ele leva a cabeça cheia, e muita mágoa para dentro da fábrica", o que faz com que muitas vezes não fique atento às normas de segurança no trabalho.

Se o metalúrgico sai da fábrica irritado, chega em casa irritado, e vice-versa. É difícil separar o

(53) Id. *ibid.* 2, p. 197

sentimento dentro e fora da fábrica, por uma situação condicionando a outra. Ele é este conflito das situações de sua própria vida se interpondo, se unindo num todo inseparável.

O trabalhador braçal que vive todos os dias a experiência do trabalho pesado, em condições subumanas, se embrutece; suas relações ficam mais agressivas. Eles citam exemplos que se negam a aceitar: "Combino um passeio, minha esposa e meus filhos, ou um compromisso social, e não posso ir, sou requisitado para fazer hora-extra. Eu fui cortado disso, para obedecer para produzir mais, fico nervoso, fico rude e mal-educado." (54)

"A portaria é o grande problema da fábrica. A coleira do metalúrgico começa na portaria. Ao marcar o cartão de ponto, a pessoa está entregue a mãos diferentes. A pessoa já sabe que ali não tem vontade, não manda mais." (55)

Na ação e no discurso, os operários metalúrgicos expressam sua resistência e criatividade. Começam a provocar mudanças, através de pequenos atos considerados por muitos como imaturidade política. No entanto é sua ação e sua voz expressando fora da institucionalização. Eles manifestam a produção de novos padrões de práticas coletivas. A sociedade, a fábrica, a família adquirem novos significados e novas orientações políticas e sociais no seu universo.

Segundo Sader

"Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias

(54) Depoimento operário, março/1989

(55) Depoimento operário, março/1989

empresariais,¹⁴ atomizadas na qualidade de migrantes rurais que perdem suas referências culturais na "metrópole",¹⁵ despolitizadas pela ação de um Estado que esvazia ou reprime os mecanismos de representação,¹⁶ alienadas e massificadas pelos meios de comunicação.¹⁷ (...) em meio à pesquisa eu me dei conta de que estava diante de uma passagem de padrões de legitimação da ordem para outros, de constestação — era incapaz de dar conta do fenômeno. Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. (...) Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações em que se moviam..." (56)

O operário tem experiência, conhece o trabalho, embora esteja certo de estar produzindo corretamente; por ordem superior, ele é obrigado a fazer errado, fazer errado para cumprir ordens. Dentro da fábrica, ele sabe que não é dono de si, que ali dentro é um ser obrigado a se submeter, é ridicularizado e mandado, é despojado de sua integridade. Como homem dentro da fábrica é despojado. É apenas físico, músculo que cumpre ordem, que executa, e é ele operário, quem assume e analisa esta situação.

Existe entre eles uma disputa provocada pela necessidade de ocupar um cargo melhor, que é incentivada pelo encarregado, pelo patrão. Quando o trabalhador braçal emprega numa fábrica, ele quer subir. Depois de desempenhar suas funções, com curiosidade ajuda outros companheiros, quer aprender e ter oportunidade de ocupar aquele espaço. Com o passar dos anos começa a compreender que sua mão-de-

(56) SADER, 1988, p.36

obra sem qualificação profissional, lhe reserva um amanhã igual o que vivem os mais antigos, que se ajeitaram à rotina.

"Eu diria com toda sinceridade, o futuro da mão-de-obra sem qualificação é esperar a aposentadoria, que é por sinal um prêmio: ele não tem condições de fazer um curso e se acostuma. Ele roda de empresa em empresa, mas fica até aposentar." (57)

"O trabalhador braçal não tem esperança, seu orçamento doméstico é o salário, se acostuma. Ele tem medo de sair da região onde a metalurgia é forte. Ele tem medo de mudar, de diversificar, tem medo do desemprego. Aí força o corpo acostuma ao serviço e ele acomoda. Ele espera um milagre. Sempre espera que apareçam líderes salvadores, governos melhores. Ele acredita em uma igreja que o manda agradecer a Deus por esta vida. Mas ele fica sempre esperando coisas melhores, embora lute pouco para isto." (58)

Os metalúrgicos, às vezes, resistem às normas, quando não estão satisfeitos desperdiçam material, estragam peças, ferramentas. Quando o autoritarismo na fábrica chega a limites insuportáveis e eles percebem que vai prejudicá-los, não aceitam. Certas medidas impostas, não explicadas, geram uma insatisfação muito grande. O metalúrgico resiste e reage. Quando uma fábrica cria este tipo de situação interna o encarregado geral usa todo seu poder. Chama um operário e o demite publicamente, no meio dos companheiros, grita, pune. O encarregado geral faz questão que todos vejam, sintam o problema, para não se rebelarem. Em outras fábricas

(57) Depoimento de gerente, fevereiro/1989

(58) Depoimento de gerente, fevereiro/1989

a disciplina é imposta com uma cervejinha, um cigarro, um ta pinha nas costas, tentam aparentar amizade. Existem os operá rios que mantêm disciplina; estes permanecem. Aquele que não mantêm disciplina é advertido, recebe suspensão temporária, e por fim é demitido. Em cada empresa segue a linha da direção, que geralmente é autoritária.

A mudança na visão do mundo do homem da zona rural ao ingressar no ramo metalúrgico é radical. To dos os seus hábitos mudam, seus valores se perdem. As caracte rísticas, seu comportamento passam a serem outros, ele se tor na prisioneiro de uma vontade que não é sua. O passado vira saudade, o presente, medo, o futuro, miséria.

Durante a pesquisa conheceram-se casas de metalúrgicos aposentados, homens que deram 30 (trinta) anos de sua vida à empresa, e aposentaram recebendo salário míni mo. Eles vivem em casas singelas, seus móveis são velhos, seu rádio funcionando lembra os anos 50, o toca-disco, que hoje já não se fabrica mais. Seus pés calçam grandes chinelas. Eles sentam e contam *"que está difícil sobreviver com o salá rio mínimo, o remédio está caro, e hoje a saúde não ajuda, a idade não favorece, ninguém emprega velho."*⁽⁵⁹⁾ E ficam ali, tendo como saudade a mocidade, a roça.

"Entretanto as relações de dominação organizadas com base na violência mono polizada acabam sempre por produzir novas condições para a atuação políti ca, em ambos os lados do sistema do po der. Uma das conseqüências dessas no vas condições é que a classe assalaria da, em particular o proletariado urba no e rural, acabam por criar, ou reela borar, as suas técnicas de resistência.

(59) Depoimento operário, março/1989

Como sistema de dominação, o imperialismo desenvolve, necessariamente, uma cultura de violência. Em contrapartida, as classes populares engendram paulatimamente os seus instrumentos de reação." (60)

(60) IANINI, 1976, p.99

CAPÍTULO III

DENTRO DA FÁBRICA E FORA DA FÁBRICA

"O falso é ao mesmo tempo como "falso"
e como "não falso" um momento do "ver
dadeiro". (GEORG LUKÁCS)

INTRODUÇÃO

Este capítulo sobre a instituição do movimento sindical dos metalúrgicos em Divinópolis focalizará o movimento operário sindical a partir de um sujeito, a "categoria profissional-metalúrgica", atuando nos limites possíveis entre: o espaço institucional do mercado de trabalho (leis trabalhistas); e ordem burguesa estabelecida; os dirigentes sindicais agindo como funcionários do governo; o sindicato que faz acordos "lá em cima"; o sistema de trabalho que dificulta a participação.

A reconstrução da história sindical, a partir de documentos de arquivo, atas e depoimentos dos operários, nos revela o embrião de um sujeito que se manifesta a todo o momento que se relaciona com a Delegacia Regional do Trabalho e a Federação, enquanto representantes de um sistema político estabelecido.

Existem vários estudos sobre movimento sindical que o submetem à ação coercitiva do Estado e das direções sindicais pelegas. O que se pretende neste capítulo

é captar um agente social que resistiu e sobreviveu a essa coerção. Se resistiu, como resistiu? Como manifestou-se en quanto ator neste processo de não sujeição, que é ao mesmo tempo um processo de socialização? Talvez seja importante di zer que o Estado, as direções sindicais, a Federação, a Delegacia Regional do Trabalho, entre outros fatores, viveram, a partir de seus papéis, uma experiência de conflito e mudanças. São elementos importantes enquanto formas concretas, vivas de ação num determinado contexto. São vistos neste estudo como agentes, que manifestam em momentos diferentes e de formas diferentes a luta de classe. Por serem vistos assim, torna-se importante serem compreendidos, além do cotidiano na fábrica, na família, como outro espaço de manifestação do poder.

Muitas falhas ocorreram na forma de compor o texto e de analisá-lo, o que pode levar a análises não muito claras dos agentes presentes no processo. Por isto faz-se necessário dizer que o Estado, a Federação, a Delegacia Regional do Trabalho, as direções sindicais têm uma ação coercitiva, por outro lado, essa coerção cria a possibilidade de uma tomada de consciência, quando ela se manifesta ^{na} negação do operário enquanto sujeito, ator. Neste sentido o negativo é ao mesmo tempo positivo. Se isto não ocorresse, não seria um processo, não haveria transformação, e não poderíamos falar de "um novo sujeito".

O que foi dito não é uma ilusão uma vez que a realidade não se manifestou da mesma forma. Ela mudou e com ela os agentes, os atores, as formas de ação. Nesta perspectiva os agentes citados não são seres dados, passivos. São seres em trans-form/ação. Vamos aos fatos.

I - Associação

De onde vem e para onde vai?

Em abril de 1947, um grupo de 70 operários das indústrias siderúrgicas, produtoras de gusa em Divinópolis, reuniram-se para criar a sua associação profissional. Estes trabalhadores, em grande maioria, foram força ativa de todo processo de industrialização; enfrentaram todos os problemas de terraplenagem e construção até o funcionamento da usina, quando se transformaram em metalúrgicos. Movidos pela necessidade de se organizarem em uma associação, se reuniram no Clube Recreativo Operário, na Avenida 19 de Junho. Ao que parece foi uma necessidade dos operários, que coincidiu com os interesses do governo federal (presidente Eurico Gaspar Dutra) e da Federação dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Minas Gerais, que tinha como seus representantes os senhores João Lídio e Humberto Canhoni.

Getúlio Vargas, antecessor de Dutra, no seu governo, para conter ascensão do movimento operário no Brasil, mobilizou as Forças Armadas e iniciou um longo período de repressão, apropriou-se das legítimas reivindicações dos trabalhadores e as transformou em leis. Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e passou a exigir, através de várias medidas assistencialistas, que as associações e os sindicatos seguissem corretamente as exigências desse ministério, assim atrelando o Sindicato ao governo e dentro dos limites da legislação trabalhista.

O movimento dos operários no governo de Getúlio apresentava propostas claras, como: férias remuneradas, aposentadoria, regulamentação do contrato de trabalho, fixação do horário de trabalho e garantia de estabilidade no trabalho. Ao criar a legislação do trabalho, Getúlio regulamentou e transformou em leis, as propostas dos operários.

Em 1947, o Governo Dutra, baseado na Constituição do Estado Novo, tomou medidas sérias contra o movimento operário:

"Fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e as Uniões Sindicais Estaduais. Destitui Diretoria de mais de quatrocentos Sindicatos." (1)

Em Divinópolis essa mesma legislação que desarticulou os sindicatos autônomos, e fechou outros tantos, foi rigidamente utilizada na construção do Sindicato dos Metalúrgicos.

Os operários de Divinópolis começavam a primeira assembléia discutindo o objetivo de organizar a Associação, que seria de defender os interesses dos operários. Escolheu para ser o primeiro presidente o operário Jovelino Tereza da Silva, como secretário os operários: Joaquim Cândido Siqueira e Francisco Rodrigues Dando. Os eleitos ficavam obrigados a elaborar o projeto de estatuto da Associação profissional de acordo com as leis trabalhistas vigentes, além do estatuto, organizar a documentação e estabelecer mensalidade.

O momento de criação da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Divinópolis coincidiu com o momento de ascensão da organização dos trabalhadores a nível nacional, e com grande repressão por parte do governo federal.

Os operários de Divinópolis, homens simples vindos do meio rural, sem experiência de luta, se sentiam inseguros, ficando um longo período sem se reunirem, sem qualquer tentativa de organização. Eles só voltaram a

(1) ARAÚJO, 1988., p.12

fazer nova assembléia, em janeiro de 1949, na sede social da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil de Divinópolis, deixando claro que o objetivo era somente reorganização da associação. Durante dois anos, os operários só conseguiram a organização formal e toda ação se apresentava de forma tímida, os operários não compareciam às assembléias.

Nesta Assembléia de 1949, compareceram trabalhadores de outras cidades, e também o presidente da Federação das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Minas Gerais, o representante da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais e o representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte. Participavam tentando motivar os operários a continuarem com o processo de organização da sua entidade.

Convidado para presidir a assembléia, o Sr. Heraldo Ramos, presidente da Federação, em sua exposição mostrou as vantagens da Associação estar constituída de acordo com a legislação vigente. Comentou todas as vantagens que a associação teria, fazendo um apelo para todos se filiassem.

O presidente da entidade, o Sr. Jovelino Tereza da Silva, apresentou toda documentação e comprovantes de fundação da mesma.

Em julho de 1949, na Avenida Rubi, 199, foi feita a entrega à assembléia o Certificado de Registro da Associação pela 18ª Delegacia Regional do Trabalho. Neste momento, também os representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Ma

terial Elétrico de Minas Gerais e o Identificador do Ministério do Trabalho estavam presentes e finalizaram a assembléia falando da importância das atividades da Federação em Divinópolis, inclusive do gabinete dentário do SESI. (2) Os trabalhadores estavam presentes, mas com muitas reservas. Entretanto, pelos documentos pesquisados nos arquivos do Sindicato, os operários não se pareciam sensibilizados, porque a associação só voltou a se reunir com "quorum" na assembléia de 1951, com a presença de representante da Federação, na pessoa do seu presidente Heraldo, e dos presidentes do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, e da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil de Divinópolis, Antônio Elói Chaves e Vitor Gomes de Oliveira, respectivamente. Uma vez organizada e registrada, a Associação passou a ser a entidade representativa do operário metalúrgico de Divinópolis. Seu primeiro presidente afastando-se da categoria foi substituído pelo vice Francisco Leite.

Só em 1952, apareceu na pauta de reunião do Sindicato como objetivo da assembléia, discutir a questão do custo de vida e salário mínimo. Mas a ata não registrou nenhuma proposta de apoio ou encaminhamento por parte da entidade, para resolver ou suavizar estes problemas, vividos e colocados pelos operários.

De acordo com a ata, observa-se o controle feito pela federação na eleição da nova chapa assim constituída: presidente, Vitor Gomes de Oliveira; vice-presidente, Francisco Leite da Silva; primeiro secretário, Armando Rodrigues da Silva; segundo secretário, Iraci da Cruz,

(2) SESI - Serviço Social da Indústria

primeiro tesoureiro, Edmar Oliveira e segundo secretário, Eduardo José do Carmo, que ficaram na direção da entidade até 1955.

Os representantes da Federação, com problemas no carro durante a viagem de Belo Horizonte a Divinópolis, não chegaram a tempo para presidir a assembleia de votação da nova diretoria, mas logo depois da sessão verificaram todos os documentos e se informaram sobre o processo da eleição. Em seguida fizeram observações de que não havia erros no encaminhamento da eleição, mas apenas pontos facilmente resolvidos. Porém o presidente da Federação, os deixou em evidência, conforme ata: *"Verifiquei que o segundo secretário não lavrou a ata de acordo com o estatuto, que as formalidades para eleição da nova diretoria estavam de acordo com o estatuto... que a assembleia não foi presidida pelo membro mais velho do conselho fiscal, por estar automaticamente destituído."*

Em 1952, os operários fizeram assembleia para discutir a pauta: a transformação da associação em Sindicato; o custo de vida; salário mínimo vigente e a criação do SAPS.⁽³⁾ Os operários manifestaram conhecimento dos seus direitos, explicando: *"É necessário o trabalhador assinar contrato com a empresa, na forma da lei. Se ajudarmos o governo, transformando a Associação em Sindicato, mais tarde colheremos os frutos."*⁽⁴⁾

Denunciaram a dispensa de vários operários sem direito a nada, falaram que a inflação era alta e apontaram como causa, a modernização nas indústrias. Os ope

(3) SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

(4) Ata de Assembleia

rários começaram a exigir da Associação um posicionamento em relação aos seus direitos.

O presidente rezou com os associados e pediu mais ajuda financeira para as despesas do processo de transformar Associação em Sindicato.

Tirou-se uma proposta de aumento salarial para ser encaminhada ao Rio de Janeiro: 1) Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros) correspondentes a vinte e cinco dias normais de trabalho, além do descanso semanal remunerado; 2) os que trabalham à noite deveriam ser remunerados mensalmente. O advogado do Sindicato ouvindo as reivindicações dos operários pediu aos mesmos "não se manifestem, no sentido político, para que a Associação não sofra nenhuma restrição por parte do governo." (5) A direção da entidade preocupou-se em pedir aos associados para não relacionarem problemas locais, (por exemplo: demissão de muitos operários de uma vez por algumas empresas, operários trabalhando sem contrato de trabalho, salários abaixo do índice garantido por lei), com as questões políticas nacionais.

Toda preocupação da direção da associação se explica quando se verifica a nível nacional que no período de 1952 a 1959 os sindicatos multiplicaram as greves, 300.000 (trezentos mil) trabalhadores paralisaram São Paulo. Foi criado o Pacto de Unidade Sindical (PUI).

O presidente leu um documento onde os operários de Ermida dos Campos se manifestavam em apoio aos operários de Divinópolis que foram demitidos.

(5) Ata de Assembléia

Os objetivos perseguidos pelo Sindicato impediam a participação coletiva dos operários das diversas siderúrgicas. Ele cumpria seu papel à medida que conseguia passar a idéia de que Sindicato pode resolver todos os problemas dos operários, tentando concentrar toda negociação a nível de diretoria, evitando o confronto entre patrões e operários.

A Federação vai-se impondo como uma entidade a que o Sindicato deve recorrer. Ela tem conhecimento e autoridade para: propor e fazer acordos salariais, encaminhar propostas e legitimar o processo eleitoral. Sem a sua mediação os patrões não respeitam o Sindicato. É passada uma concepção de que o legal, o viável, tem que ser mediado por ela.

Até que ponto essa concepção do Sindicato e da Federação foi aceita pelos operários? Os documentos registram uma linha de trabalho que tentou construir tal imagem.

No entanto, nas entrevistas, os operários manifestaram uma visão negativa do Sindicato: *"entidade desorganizada; não resolvia nada; iam ao Sindicato para receber benefícios; a diretoria recebia "bolada" (dinheiro) do patrão; eram sempre as mesmas pessoas se revezando na direção."*

Concordo com Sader quando diz que:

"Nossa interpretação, a responsabilidade por tais situações cabia à diretoria do Sindicato, que se fazia cúmplice de uma estrutura sindical de submissão ao Estado, transformando-se assim em "traidores" de sua própria classe." (6)

(6) SADER, 1988, p.278

Em 02 de julho de 1952, foi eleita nova direção, com chapa única, formada pelo presidente Hilton Cardoso, vice-presidente, Raimundo Salvino, primeiro secretário, José Hilário da Silva; segundo secretário, Bernado Ivo; primeiro tesoureiro, Iraci Cruz; e segundo tesoureiro, Dercílio da Cruz. O presidente da Federação coordenou todo processo eleitoral e encerrou a assembléia falando dos direitos e deveres dos operários, convidando os presentes a lutarem pelos ideais: comuns, e prometendo: "*com o poder de Deus a Associação será transformada em Sindicato.*"⁽⁷⁾ Na ata registrou-se a presença de centenas de operários, porém apenas 30 (trinta) assinaram presença.

Enquanto sucessivas greves aconteciam em São Paulo, os operários de Divinópolis, insatisfeitos e inseguros, se afastaram da Associação, que consideravam desorganizada. Diretores e associados não se encontravam, porque a Associação não dirigia sua ação, de acordo com o objetivo, que fundamentou uma entidade de classe: defender os interesses dos operários. Os operários resistiam, não comparecendo às assembléias. De 1952 até 1955 não há atas de assembléias ou qualquer outro documento registrando atividades do Sindicato.

A entidade só voltou a se reunir em 1955, em caráter de reestruturação, com a presença de Humberto Canhoni, da Federação.

II - Sindicato

1 - Do verso ao reverso

De Associação para Sindicato

(7) Ata de Assembléia

Em 1955, a nova diretoria, em assem
bléia, expôs a necessidade dos serviços de assistência e da
reestruturação da Associação. O primeiro passo foi aumentar
as mensalidades. A partir desta data, a Associação aumentou os servi-
ços médicos. A entidade contava com 185 associados locais, mas
somente 15 (quinze) estavam presentes. Mesmo assim, a pauta foi
discutida e aprovada.

De acordo com a lei, os papéis para
transformar a Associação em Sindicato foram encaminhados à
Federação que os repassou ao órgão competente. O ato de trans
formação da Associação em Sindicato foi publicado no "Minas
Gerais" Diário Oficial do Estado, de conformidade com a alí-
nea D do inciso primeiro das instruções contidas na Portaria
Ministerial nº 39 de 02 de agosto de 1944.

À assembléia de aprovação do esta-
tuto, compareceram 120 associados, que durante uma hora ouvi-
ram a leitura de 101 (cento e um) artigos, que foram discutidos e
votados. Foi feita a leitura das informações abaixo:

- "a) os estatutos do Sindicato obedecem a determinadas condições impostas pela legislação sindical vigente;
- b) obedecem à forma padronizada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- c) considero a necessidade de adaptar os estatutos às novas condições estabelecidas na Portaria Ministerial número onze, de onze de fevereiro de 1954, que regula o sistema de eleições sindicais;
- d) comissão para adaptação dos estatutos e novas condições da legislação sindical vigente;
- e) notável e freqüente cooperação da Federação dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FETIM), prestou à Associação, nos serviços de "codificação" dos referentes estatutos;

f) estatutos para discussão em as
semblêia." (8)

A ata não registra nenhuma observação dos presentes; as informações foram simplesmente repasadas.

O que as atas registraram suscita a dúvida: até o momento a Federação organizou a Associação e a transformou em Sindicato, ficando à diretoria a tarefa de levar operários às assembleias?

É nítida, a interferência da Federação nesses oito anos da entidade. O que se percebe é uma categoria de trabalhadores com muitos problemas, porém sem canais representativos, um Sindicato sendo imposto e controlado pelo Ministério do Trabalho, usando a Federação como mediadora. Criado de cima para baixo, é a expressão viva da interferência do governo federal na exploração da força do trabalho.

A vida do Sindicato caminhou alheia aos problemas enfrentados pelos metalúrgicos. Como os indústriais e os operários relataram, as condições de trabalho eram rudimentares, o processo de trabalho manual, a industrialização incipiente. Muitos trabalhadores foram afastados e mesmo aposentados por acidentes de trabalho. Em Divinópolis, como em todo o País, os trabalhadores sofriam perdas salariais.

Enquanto isso, o Sindicato discutia sobre a contratação de um assessor técnico e subvenções para comprar cadeiras. O presidente começou uma assembleia dizendo

(8) Ata de Assembleia

do que todos os associados deveriam pagar as mensalidades; que em breve teriam a carteira assinada pelo Sr. Ministro do Trabalho.

O advogado Djalma de Souza Vilela, consultor jurídico da entidade de acordo com ata explicou: "*o associado deve proceder de acordo com a lei a fim de cumprir com os seus deveres, para não dar direito aos empregadores.*" Várias assembleias aconteceram e os trabalhadores, sem serem ouvidos no Sindicato, deixaram de comparecer. Para o trabalhador que aprendeu como ele diz: "*com a escola da roça e com o trabalho duro*", ir ao Sindicato não é o mais importante e eles manifestam este sentir usufruindo do que podem, afastando quando não podem interferir. O papel que a direção do Sindicato lhe confere é de simples associado com direito à carteira, conhecida pelo Ministério que lhe garante assistência médica e dentária.

Até o momento não foi possível apreender a entidade como expressão de classe.

2 - Se não me deixam ficar, ir eu não posso!

O Sindicato inaugurou nova fase com a árdua tarefa de conquistar o trabalhador com assistencialismo, prestação de serviço na área de saúde, e, ao mesmo tempo, mantê-lo afastado de interesses políticos e de classe. A forma como estas questões foram encaminhadas passam a imagem de um trabalhador alienado de sua própria situação. Porém outros fatores determinavam que a construção do Sindicato, enquanto entidade de classe se limitasse às questões citadas: a legislação do trabalho mantinha a mesma estrutura fascista do período de Vargas; as jornadas de trabalho impediam a parti

cipação dos metalúrgicos, à medida que os mantinha ocupados; a repressão patronal sobre seus empregados filiados ao Sindicato. Estes fatores, somados ao papel de fiscalização desempenhado pela Federação e Delegacia Regional do Trabalho, eram limites diretos e indiretos à participação dos metalúrgicos. Ressalta-se ainda a ausência do que chamam no movimento operário "vanguarda".

Em 1956, a entidade recebeu a Carta Sindical. Foi feita nova eleição e elegeu-se a chapa única, tendo como presidente Iracy Cruz, vice-presidente Hilton Cardoso, primeiro secretário João Francisco Cardoso, segundo secretário José Vicente Borges, primeiro tesoureiro Ornedino José da Cruz, segundo tesoureiro Dercídio da Cruz. A Justiça do Trabalho nomeou procurador, via comunicação telegráfica, o presidente da Federação, o Humberto Canhoni, que dirigiu e fiscalizou todo o processo de inscrição de chapa, votação e apuração, dando o seu veredito final, de acordo com as leis do trabalho e Portaria do Ministro.

A nova direção iniciou seus trabalhos encaminhando a discussão sobre o salário mínimo que iria entrar em vigor. Falou das empresas que não estavam pagando salário e não estavam propondo acordo com o Sindicato. Propôs fundar uma cooperativa de alimentos. Todos estes assuntos foram colocados, mas não se discutiram formas de encaminhar propostas. Mais uma vez os operários não se expressaram nem pela fala ou pelo voto, ficando sem meios, sem como recorrer, para pressionar as indústrias e exigir cumprimento da lei.

Quando conversamos com um operário sobre o Sindicato dessa época, ele comentou: "Ah! era muito

desorganizado. Hoje tã tudo diferente, mas naquela época a gente trabalhava, não tinha nada direito. Era tudo desorganizado, ninguém frequentava aquilo, né?... " (9)

Na década de 50 o município de Divinópolis foi colocado pela comissão de salário mínimo na 3ª Sub-região. Por este motivo o piso salarial ficou mais baixo. O Sindicato tomou conhecimento do fato, discutiu, mas não tirou nenhuma proposta de resistência, de protesto; simplesmente deixou à Federação o encaminhamento, a busca de solução para sair dessa classificação da 3ª Sub-região.

O advogado Djalma insistiu mais uma vez dizendo aos operários que eles deveriam ter atenção no serviço, para evitar acidente. Ele se esquecia que as rudimentares condições de trabalho não permitiam desatenção, e que qualquer desatenção significaria acidente.

O presidente Iracy Cruz teve muitas intenções, por exemplo: construção da sede, quando o prefeito de Divinópolis, Dr. Luís Fernandes de Souza, foi ao Sindicato e prometeu verbalmente em assembléia a doação do terreno; conseguiu, através da Federação que o IAPI, (10) assumisse como beneficiários, os associados. Os associados reclamaram a falta das carteiras de filiação ao Sindicato que lhes daria o direito de serem atendidos no IAPI, não legalizadas pelo presidente Iracy.

O Ministério do Trabalho reconheceu, através de seus representantes nos Sindicatos, a obrigatoriedade de o Sindicato tomar providências contra as indústrias

(9) Entrevista com operário, março/1989.

(10) IAPI - Instituto de Aposentadoria dos Industriários

que não pagaram o salário mínimo. Só que o Sindicato nada fez.

Esta situação mantém o Sindicato sem uma administração clara, organizada do ponto de vista do operário. Por outro lado ele vai cumprindo o seu papel enquanto entidade comprometida com uma linha de ação assistencialista. São promovidas várias assembléias para discutir os mesmos problemas, sem decidir o encaminhamento pelas vias legais.

O Sindicato encaminhou um abaixo-assinado ao presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek, em favor da criação de uma escola do SENAI⁽¹¹⁾ e de um posto do SAMDU⁽¹²⁾ em Divinópolis. O caráter assistencialista desse abaixo-assinado não confunde o operário, que quer um posicionamento em relação às questões do trabalho, salário e de emprego.

Quanto a questão de desemprego, o que existia era uma alta rotatividade de mão-de-obra. Era uma situação que apresentava ambigüidade: de um lado, o setor siderúrgico em fase de expansão, necessitava de mão-de-obra, havia demanda; de outro lado, a legislação trabalhista favorecia o vínculo de emprego, garantindo direitos, para o operário na indústria depois de nove meses de trabalho. Os industriais mantinham o operário os nove meses, depois o dispensavam. E os operários que saíam da indústria para começar em outra, ficando um pequeno período desempregados, analisavam o fato como desemprego. Mas de fato havia uma alta rotatividade provocada pelas empresas, para não pagarem férias, déci

(11) SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(12) SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência

mo terceiro, etc.

A situação favorável do mercado de trabalho não é aproveitada pelo Sindicato, como meio de mobilização e organização do trabalhador, num contínuo processo de conscientização. Pelo contrário, como no caso da paralisação da Indústria Perene, o Sindicato colocou e encaminhou o problema da indenização a partir de perspectiva da empresa e não na dos operários, concluindo que esta seria paga legalmente. O Sindicato atuou no caso como instrumento do patrão para convencer o operário a não fazer nada contra a empresa. Para conter qualquer manifestação dos operários, a direção do Sindicato manifestou-se logo, pedindo aos operários que cumprissem com seu dever.

Em caso de dispensa os operários tinham que ir várias vezes ao Sindicato tentando conseguir que o advogado encaminhasse seus processos. Muitos porém, desistiam de seus direitos porque não podiam ficar indo ao Sindicato; moravam distante da sede, e gastavam dinheiro para locomoção.

Em 1957 o presidente eleito Iracy Cruz foi substituído por Adauto Donato Ferreira, não havendo esclarecimento sobre o fato. Ele reapareceu em várias comissões, não mais como presidente.

A última assembléia deste período foi presidida por Humberto Canhoni, que presidiu também a mesa. Explicou como e em que condições o Sindicato deveria apresentar a proposta de aumento salarial. Esclareceu "tecnicamente" sobre bases salariais, os operários foram chamados a cerrar fileira em torno da proposta que assegurava a todo trabalhador metalúrgico de Divinópolis,

que no mês de janeiro de 1958, os que estivessem fichados nas respectivas empresas receberiam aumento ora pleiteado de 40%.

O presidente perguntou a assembléia: "Há no momento alguma ameaça de greve? Insistiu modificando a pergunta: Existe algum movimento que visa paralisação dos serviços?" Um operário respondeu: "Os metalúrgicos de Divinópolis, embora sejam amantes da paz, fazem questão de obter um aumento de salário na base do que foi pleiteado, e caso seja negado pelos patrões o aumento, o Sindicato não poderá prever as futuras conseqüências desta negativa dos patrões."⁽¹³⁾ Nada mais se fala do encaminhamento destas negociações.

Em eleições para o biênio de 1958/1960, encabeçando a chapa única, Adauto Donato Ferreira continuou na presidência do Sindicato. Foram também eleitos vice-presidente Iracy Cruz, primeiro secretário Hilton Cardoso, segundo secretário José Vicente Borges, primeiro tesoureiro Geraldo Dias Barbosa, segundo tesoureiro Ataíde Camargos.

No ato de posse estavam presentes representantes do IAPI, da Carteira Imobiliária do IAPI, da Delegacia Regional do Trabalho, da Assembléia Estadual e da UNE.

As atividades da nova gestão começava com um pedido de majoração salarial, suscitada pelo Sr. empregador o Coronel Jovelino Rabello, na qualidade de líder patronal dos empregados locais, do setor siderúrgico. O presidente da Federação começou a assembléia dizendo que os "entendimentos foram feitos nos escritórios das indústrias Jo

(13) Ata de Assembléia

velino Rabello" (14) Decidiu-se que o Sindicato encaminharia proposta por escrito sobre as bases do aumento salarial pretendido. E por outro lado, os empregados se incumbiram de reunir e resolver o problema salarial elaborando uma proposta salarial. A proposta de 40% (quarenta por cento), representada antes, foi esquecida. O presidente do Sindicato começou a discussão apresentando nova proposta "20% sobre o salário atual e abono de Natal," (15) votada e aprovada.

Por que teriam os operários aprovado tal proposta quando esta reduzia em 50% (cinquenta por cento) o pedido anteriormente encaminhado? Entretanto não foi aceita pelos patrões e as negociações passam a ser encaminhadas com a mediação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para acordo. O aumento estabelecido pela DRT foi de 10% (dez por cento). Houve uma redução 75% (setenta e cinco por cento) entre o pleiteado inicialmente e o autorizado. O acordo iria beneficiar só quem recebesse menos, ou seja, um salário menor. A proposta que os operários encaminharam através do Sindicato se perdeu de início nos escritórios do Coronel Jovelino Rabello, e as palavras dos operários foram esquecidas.

Aumentaram as pressões sobre os operários. A Companhia Mineira de Siderurgia obrigou os seus operários a pedirem baixa de sua filiação no Sindicato. Com esta atitude dos patrões as filiações se reduzia diminuindo as mensalidades. Neste momento, pela primeira vez, pressionada pelos patrões, a direção do Sindicato denunciou a perseguição dos industriais aos sócios. No entanto, os patrões continuavam pressionando, trabalhando para impedir que a entidade se fortalecesse e crescesse.

(14) Ata de Assembléia

(15) Ata de Assembléia

O que impedia a direção do Sindicato de assumir uma campanha de mobilização dos operários contra a represália patronal? Seria a falta de legitimidade junto à categoria? Compromisso com os órgãos do governo e com os patrões?

Por outro lado, por que os operários não exigiram um posicionamento objetivo do Sindicato? Teria sido por falta de consciência do papel da entidade, ou tinham consciência e era descrédito mesmo? Teriam os operários se manifestado de alguma forma, que não ficara registrada?

A Federação encaminhou memorando pedindo ao Presidente da República para enquadrar Divinópolis na 1ª Região, esclarecendo: "*A situação dos trabalhadores é de fome com o salário que não corresponde ao custo de vida.*"⁽¹⁶⁾ Pediu um fiscal para as indústrias de Divinópolis. Pode-se avaliar o grau de exploração da força de trabalho no setor siderúrgico, porque, até aquele momento, a direção sindical e Federação não haviam considerado com a devida seriedade a questão salarial.

Em Belo Horizonte, foi formada uma comissão para ir ao Rio de Janeiro encontrar-se com o presidente João Goulart e a ele reivindicar aumento salarial. Divinópolis participou enviando representantes operários.

O aumento das mensalidades do Sindicato foi colocado com base na lei, artigo 513-e, seria descontado na folha de pagamento, feito pela indústria de acordo com o artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho. Toda situação de dificuldades econômicas e de desemprego que os operários enfrentavam não foi avaliada. O aumento foi im

(16) Ata de Assembléia

posto.

Todas as soluções dos problemas sindicais foram resolvidos de acordo com as leis, sendo o Sindicato assessorado pela Federação ou pela DRT.

A utilização dos dispositivos legais de forma irrestrita sobre pessoas ou grupos é coerção. E foi por meio de dispositivos legais que os metalúrgicos foram coagidos.

A coerção permitiu manter um "controle relativo" sobre a categoria. Condições necessárias a coerção existiam, tais como: os reajustes salariais firmados foram de acordo com o índice salarial do governo sempre abaixo daquele reivindicado pelos metalúrgicos; a alta rotatividade favorecia uma análise irreal sobre oferta e procura da mão-de-obra analisada como desemprego.

Por outro lado, também foram estas as condições que propiciaram o emergir da resistência que surge de situações que geram insatisfações. Em resposta às manifestações de insatisfação dos operários metalúrgicos, o Sindicato aumentava o assistencialismo aos associados. Neste período fazia doações de berços aos filhos dos operários, passou a dar curso de corte e costura para as esposas dos associados, criou cursos de alfabetização.

Estes benefícios atendiam a vários objetivos do Sindicato: fazia crescer o número de associados, abrandava a insatisfação dos operários, supria algumas de suas carências, passava uma idéia de um Sindicato que estava do seu lado, que lutava por ele. Estas situações criavam condições favoráveis tanto para a coerção como de sua negação à medida que as verdadeiras reivindicações operárias iam

sendo deixadas de lado.

A concretização destas considerações no processo de institucionalização do Sindicato criavam as condições favoráveis à emergência de um sujeito, que emergia da luta entre as necessidades expressas pelos metalúrgicos, e a utilização de instrumentos legais para a não concretização do que de direito se expressava.

O assistencialismo sindical aumentou com a criação de cursos de alfabetização e de costura, ministrados pelo Sindicato e com apostilas elaboradas pelo Ministério.

3 - 1960 - Querer - querendo

As greves não acontecem

Em 1960, Juscelino Kubistchek de Oliveira, presidente da República, definiu sua posição com relação ao direito de greve declarando:

- "A) O governo reconhece o direito de greve, desde que seja justa e tenha esgotado todas as formas para atendimento de reivindicações legítimas...
- B) proibido greve aos servidores públicos, autárquicos ou de órgãos de administração indireta.
- C) o governo não examinará nenhuma reivindicação a simples ameaça de movimento paralista. Nenhuma e sobre nenhum pretexto." (17)

Este ofício foi enviado pelo Presidente, em resposta aos documentos enviados pelos operários pedindo regulamentação do direito de greve.

Os operários estavam mobilizados e

(17) Documento do Arquivo do Sindicato

com espírito de luta, porém a greve não aconteceu. Vários fatores podem ser questionados: seria falta de uma direção consciente politicamente preparada para canalizar os anseios da categoria? Estariam os operários em condições de fazer greve ou não existiam condições favoráveis? Que outros fatores poderiam estar impedindo a greve?

Alguns aspectos da realidade do trabalhador metalúrgico, ele já domina, e os expressa em sua fala; no entanto ele ainda não consegue se confrontar com aquele que ele diz ser causador de seus problemas, o patrão: "... Aqueles homens lá, nós não mexíamos com eles. Eu não sei o nome deles... tem um que eles falavam lá, G.P. mas não chegava perto. Ele só passava. Nunca foi onde nós trabalhávamos. Nós não falávamos com ele... o Coronel Jovelino Rabello tinha os homens dele de confiança, que xingavam a gente de FP, palavrões. Era muita brutalidade. Nós ficávamos às vezes nove meses e eles depois dispensavam, era assim..." (18)

No final da década de 50, as relações de trabalho nas indústrias eram estruturadas a partir de critérios definidos pelos próprios patrões; eram limitadas pela forma artesanal de organização do trabalho. A consciência que o trabalhador manifesta da época é de uma experiência muito ruim, de muita exploração do trabalhador, de medo do desemprego, de um Sindicato fraco, "uma bagunça".

Muitos ainda hoje, velhinhos, têm uma memória viva da repressão nas relações de trabalho, mas se negam a gravar entrevista com medo de perder a aposentadoria, que para eles foi a única coisa que restou dos anos

(18) Entrevista com operário, março/1989.

de duras jornadas de trabalho.

Os entresvistados moram em casas simples, humildes e trazem no físico marcas de acidentes. Vieram da zona rural e, se tivessem tido condições de sobrevivência, teriam voltado para o local de origem. Sentem saúde da roça, mas estão presos à falta de recursos financeiros, à velhice e à família que não quer voltar.

Um operário, que se aposentou por acidente de trabalho, contou de um companheiro que perdeu a aposentadoria, porque falou umas coisas da empresa, do patrão, e se negou a falar gravando. Contou muitos episódios, muitos casos e pediu para não registrá-los. Por isso ficarão entre minhas lembranças, mas nestas páginas deixo um protesto à repressão que impede a revelação de aspectos cruéis da realidade que o metalúrgico viveu. Só mesmo uma experiência de repressão, de domesticação pode calar estes homens fortes e dignos. Entre 1950 a 1989, se passaram vários anos, mas o operários sentem medo de perder seus direitos, continuam inseguros e se calam. Indicam outros companheiros seus, que contariam muitas coisas e não teriam medo de falar.

A negociação salarial começava a ser discutida no Sindicato. O presidente informava aos presentes que a Delegacia Regional do Trabalho havia sugerido às indústrias de Divinópolis que seria conveniente aguardar mudanças na política econômica do governo, antes de uma medida extrema. O presidente começou a fala amedrontando os operários, e, pela primeira vez, eles defenderam a proposta de greve, dentro do Sindicato. O presidente pediu poderes para solicitar a mediação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) na forma prescrita na Lei 9070, concluindo: "*Preciso de autorização*

da assembleia para firmar o acordo que julgar conveniente ao encontro com os empregados a realizar-se na presença do Delegado Regional do Trabalho." (19)

A ata só registrou a assembleia autorizando à direção e à DRT fazerem o acordo.

No ano de 1958, foi aprovada a lei de greve, ou seja, a greve poder ser utilizada como instrumento de luta pelos trabalhadores. A União Camponesa enviou ofício ao Sindicato solicitando: "Que a União Camponesa e o Sindicato se unam e colaborem dentro do estatuto do Sindicato." Os operários aprovaram argumentando: "Esta união será um grande reforço para o Sindicato."

Na última assembleia de 1958, com base na lei orgânica de greve, os operários insistiram com a direção que tomasse seriamente uma atitude sobre o aumento no salário vigente. O presidente do Sindicato dos Bancários presente à assembleia falou sobre os direitos dos empregados e dos empregadores. Insistiu na questão jornada de trabalho de oito horas, que os operários metalúrgicos não haviam ainda conquistado. Argumentou: "A jornada de trabalho de 8 horas é necessária para o trabalhador não esgotar os nervos, e para evitar complicações com a família, como: não maltratar os filhos e a mulher." (20) A Juventude Operária Católica (JOC) de Divinópolis propôs organizar o 1º de Maio junto ao Sindicato.

Na década de 50, a nível nacional, o movimento sindical experimentou um grande crescimento.

(19) Ata de Assembleia

(20) Ata de Assembleia

"Nos anos 60 o movimento sindical viveu o seu maior ascenso em toda a história brasileira. Além de um conjunto de mobilizações de apoio às "reformas de base" do governo Goulart, cabe ressaltar as greves gerais de 1961 pela garantia da posse de Jango e de 1962 pela volta ao presidencialismo." (21)

Em 1960, o governo federal, pressionado pelo movimento popular, iniciou um encaminhamento mais democrático das questões trabalhistas. Em portaria, o Ministério do Trabalho recomenda mudanças nos estatutos padronizados pelo Ministério do Trabalho, a serem completados, por dispositivos concernentes às particularidades de cada entidade sindical. Diz que o estatuto padrão contém muitas omissões. O presidente Aauto Donato Ferreira passou esta informação à assembleia, falando da necessidade de melhorar redação, ampliar dispositivo para ação administrativa da diretoria da entidade, concluindo que uma nova fase começava.

Em 1960, sentindo a resistência e o desrespeito patronal, o presidente decidiu discutir em assembleia a questão salarial. Abriu espaço para que o operário comparecesse. Decidiu encaminhar as assembleias com participação dos associados. Ouviu e permitiu que os operários participassem na elaboração da proposta, que seria encaminhada aos patrões. A proposta, pela primeira vez, foi elaborada de forma clara. Ela representava aquilo que os operários queriam receber: "1) 40% de aumento; 2) assistência médica hospitalar gratuita para os empregados e seus familiares; 3) abono-família de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) para cada filho menor de quatorze anos e esposas; 4) Cooperativa de Crédito

(21) Op. Cit. Id. *ibid.* 6, p.278

e de Consumo para todos os empregados metalúrgicos." (22)

Na proposta esclarecia-se que dois terços dos operários de cada indústria tinham de votar.

Foi formada uma "Comissão de salários" composta de três operários e a diretoria. O papel desta comissão seria: "1) organizar para que 2/3 (dois terços) dos operários de cada indústria votassem; 2) rever a redação da proposta votada pelos operários em assembléia." (23)

Quando tudo foi decidido e votado, o presidente retomou a palavra tentando impedir o encaminhamento da proposta, como tinha sido voltada, sugerindo que a mesma fosse encaminhada à DRT. Justificou sua posição dizendo que os industriais não negociariam com os operários, e pediu que as negociações não fossem diretas expondo os motivos:

- "a) É impossível o Sindicato tomar iniciativa dos debates com os empregados nas indústrias devido à inavontade, impertinência e a ausência completa de espírito de colaboração dos empregadores (SIC);
- b) nas vezes anteriores a direção do sindicato nada conseguiu amistosamente. Os empregados refutam qualquer entendimento com o Sindicato. Não são com relação ao aumento, como também as outras reivindicações dos operários;
- c) sugiro o encaminhamento do assunto diretamente à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e solicito sua mediação a fim de encontrar motivo de conciliação." (24)

Em diversas atas de reuniões da diretoria existem fatos registrados que não foram discutidos com os operários, por exemplo uma carta: "Convido os senhores

(22) Ata de Assembléia

(23) Ata de Assembléia

(24) Ata de Assembléia

empregadores a uma mesa redonda para estudarem o aumento de salário dos operários com a diretoria do Sindicato"; acontecendo da diretoria encontrar-se e discutir com os patrões, antes de se ter feito assembléia com os operários. Quando o presidente do Sindicato falou da impertinência dos industriais, não fez nenhuma referência à mesa-redonda. Foram citados nos itens a, b e c fatos que evidenciam ações isoladas da diretoria, sem consultar a categoria.

A proposta do presidente para os associados discutirem o aumento salarial a ser negociado com os patrões significava avanço. Estaria o presidente percebendo a necessidade de uma participação dos associados? Por que ele recuou denunciando, como ele diz, a prepotência patronal, argumentando que o Sindicato não tinha força para negociar diretamente? Nessa mesma assembléia foi votado um termo de compromisso, em que os operários autorizavam para o primeiro dia de pagamento, com o aumento pleiteado, o desconto de um dia de trabalho, para construção da sede. Cento e nove operários estavam presentes e assinaram o termo de compromisso.

Na assembléia de 31 de agosto de 1960, depois da reunião na DRT, a direção do Sindicato apresentou uma contraproposta: 1) 20% de aumento; 2) criação de uma cooperativa de consumo; 3) criação de uma farmácia em benefício do trabalhador." (25)

O presidente disse aos associados que não fossem intransigentes e que a proposta de cooperativa e farmácia apareciam como vantagens que iriam compensar perda

(25) Ata de Assembléia

salarial.

Em 04 de setembro de 1960, foi inaugurado o Posto SAMDU, à Rua Rio de Janeiro. Presentes o candidato a vice-presidente Dr. João Goulart e Santiago Dantas. O presidente passou a palavra ao Dr. Rui Franca, mediador da DRT, para fazer a leitura do ofício circular da Confederação Nacional do Trabalhador Metalúrgico. Estiveram presentes muitos operários; um deles, Sr. José Pereira do Carmo, perguntou que dia o presidente do Sindicato iria a Belo Horizonte para debater o acordo salarial não resolvido. O presidente respondeu que o faria logo que a data fosse marcada pela DRT.

Foram convocadas mais três assembleias para discutir a reivindicação salarial. Só na terceira assembleia, em segunda convocação, no dia 26 de outubro de 1961 foi conseguido "quorum". Dr. Rui reforçou a proposta: *"20% de aumento é o que as indústrias podem fazer. Se insistirem na intransigência haverá desemprego, os operários não receberão, não serão novamente admitidos. Aconselho-os a transigir no seu pedido de 40%, e incluam a criação de uma cooperativa de consumo e uma farmácia em benefício ao trabalhador, para reforçar o quadro social do Sindicato."* (26) Mediante as colocações, os operários aprovaram o acordo que foi homologado na DRT. Em nova assembleia, o presidente explicou, que só os empregados que recebiam salário inferior a cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) seriam beneficiados a partir de 1º de outubro. De um lado a foram necessários três convocações para os operários voltarem a assembleia, e de outro lado, são pressionados a aceitarem a proposta. O pro

(26) Ata de Assembleia

cesso foi invertido? Os operários resistiram? Outros fatores intervieram e determinaram uma conclusão nas negociações que favoreceram aos patrões. Este fato passou despercebido? Os operários foram ingênuos? A direção sindical cumpriu seu papel de forma a favorecer uma percepção do metalúrgico sobre o desempenho sindical? De que forma a participação do operário intervinha nos rumos da ação sindical?

A negociação deste acordo começou no início de 1960 e só terminaram negociação em outubro do mesmo ano.

A advogada do sindicato, Ivone Guimarães, e vários metalúrgicos formaram um grupo e elaboraram o estatuto da cooperativa, porém não há registro do seu funcionamento, depois que ficou estabelecida sua criação, no acordo de 1960. Os operários receberam sua folha de pagamento e nela estava o desconto de um dia de trabalho para a construção da sede do Sindicato, conforme acordo firmado. O prefeito Dr. Luís doou o terreno para sede campestre.

Em 1º de maio de 1961, o SESI - Serviço Social da Indústria inaugurou sua farmácia; os sócios portadores da carteira do Sindicato ou um profissional metalúrgico, com carteira de trabalho, teriam desconto na compra de remédios. Foi mais uma ação governamental como forma de fortalecer os sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho, e de enfraquecer os sindicatos independentes, torná-los inviáveis. O momento econômico para o operário era dos piores, e o governo investia no fortalecimento de sindicatos assistencialistas. Principalmente em Minas, os sindicatos vão ficando cada vez mais atrelados ao Ministério.

A diretoria buscava novas formas, pa

ra motivar a ida dos sôcios, e seus dependentes à sede. Propôs por exemplo: "que se faça um galpão, no terreno onde se rã construída a sede. Este galpão será para lazer, organizar hora dançante. Ele deverá ter uma radiola e uma televisão, para o ambiente ficar mais alegre." A diretoria aprovou com uma condição: "primeiro a proposta deverá ser levada ao conhecimento da Federação e do Delegado Regional do Trabalho, e com a aprovação destes, a matéria será levada em assembléia." (27) A Federação e o Delegado Regional do Trabalho aprovaram a proposta e a assembléia foi convocada. Os presentes foram favoráveis.

Não estariam os operários frequentando a sede? Por que criar um espaço de lazer?

Depois de aceita pela Federação e DRT, a proposta foi levada em assembléia, votada aprovada.

Em fevereiro de 1961, as indústrias não haviam pago o novo salário. O assunto foi levado pelos operários à assembléia e o advogado do Sindicato sugeriu que se esperassem mais três meses para entrar com mandado de segurança. Os operários, desesperados afastaram-se do Sindicato, porque o mesmo não estava sendo instrumento de luta na defesa do cumprimento dos seus direitos legais.

Sentindo o esvaziamento das assembléias, o presidente pronunciou um discurso adequado à situação. Apelou aos operários: "Denunciem os abusos feitos pelos patrões. Não fiquem de braços abertos, porque a maior parte dos operários estão sendo prejudicados. Se vocês não se defendem dentro do Sindicato, muito menos, se defenderão fora

(27) Ata de Assembléia

do Sindicato. Os operários de Divinópolis devem seguir o exemplo dos operários de outros Estados, porque Minas Gerais é o Estado, onde o sindicalismo é mais fraco." (28) Os operários ficavam cada vez mais desorganizados e pressionados pela situação de dificuldades econômicas. O presidente propôs organização de um seminário com a participação de outros sindicatos de Divinópolis, dando notícias sociais.

Na assembléia de 05 de maio de 1961, dizendo que todos se sentissem em casa, levou ao conhecimento dos presentes sua decisão de entrar na Justiça contra a firma onde trabalhava, pois a mesma não estava respeitando sua profissão, mandando-o fazer serviços que não enquadravam no seu contrato de trabalho. Caso a empresa o dispensasse do serviço, teria que deixar a presidência do Sindicato.

A luta sindical como uma das conjunturas da história operária não tem uma lógica estabelecida formalmente. Usam-se instrumentos legais no vai-e-vem da luta, como no dizer de Thompson,

"corre apenas na luta, e não em modelos que abstraíram do chão histórico que lhes deram origem, e se transformam em descrições vazias sobre o que deve ser classe, o sindicato, o partido, o Estado e a própria história."

Para Paoli,

"É das leis trabalhistas que emerge o operário, das leis sindicais que emerge a classe, das corporações industriais e dos conselhos de Estado que se delinea a burguesia, dos planos de urbanização que aparecem os direitos sociais e civis, da oficialização de datas e comemora

(28) Ata de Assembléia

ções que aparecem a cultura, da regulação do trabalho e do voto feminino que aparece a mulher, do código civil que aparece a família, dos registros policiais que aparecem os conflitos, da burocracia federal que emerge a nação.. O Estado não é invenção abstrata." (29)

Os operários, há três anos, aguardavam do Tribunal Superior do Trabalho - TST decisão dos processos movidos contra a Companhia Mineira, e sempre que perguntavam ao presidente sobre os processos, ele dizia que estava aguardando julgamento. Os operários solicitaram contratação de outro advogado e sugeriram o nome do advogado da Federação, Dr. Sílvio Moreira Cruz para ser consultor jurídico do Sindicato. Não podendo atender, Dr. Sílvio indicou Dr. José de Alencar que assumiu a advocacia do Sindicato.

Em 1961, Divinópolis continuava enquadrada na 3ª sub-região de salário mínimo. Em circular nº 192/61, de 06/12/62, protestando contra o movimento das classes produtoras, que pediam revisão do salário mínimo fixado para Minas Gerais, os metalúrgicos pediam a sustentação da equiparação dos níveis salariais dos Estados de Minas, Guanabara e São Paulo. Em Decreto nº 51.613, de 03/12/62, o Governo Federal fixou os níveis salariais, a vigorar a partir de 01/01/1963:

MG 18ª Região

1ª Sub-região

Salário Mínimo: Cr\$ 21.000,00

2ª Sub região

Salário Mínimo: Cr\$ 17.000,00

3ª Sub região

Salário Mínimo: Cr\$ 15.500,00

Em 13 de julho de 1962 foi constituída a Lei 4.090, ou seja, a lei do 13º Salário, uma qualificação salarial.

Os trabalhadores manifestaram a necessidade de um curso sobre o papel do Sindicato junto a outros sindicatos locais. O presidente encaminhou o pedido à Federação e ao Tribunal Regional do Trabalho - TRT, para ser aprovado. Aprovado, foi criado um curso de Orientação Sindical em Divinópolis. As lições foram enviadas pela DRT. Foi indicado para ministrar o curso o Dr. João Meira de Aguiar, promotor de Justiça. O curso foi estruturado e administrado pelos representantes do Estado. Na oportunidade o promotor de Justiça ofereceu seus serviços profissionais, ficando como advogado. Ele informou: "*quando surgirem casos, entrarei logo em acordo com o empregador, é mais fácil do que entrar na Justiça.*" Esta promessa foi integralmente cumprida pelo advogado, que, em relatório de 25 de fevereiro de 1962, dizia: "*Esclareço que todos foram atendidos e tiveram seus problemas solucionados. Tendo como certo que um acordo é bem melhor do que discutir em juízo, por muito tempo, uma causa, procurei fazer o maior número possível de acordo... recebi de algumas siderúrgicas o pagamento do desconto de um dia de serviço dos seus empregados no mês de outubro de 1960, conforme a cláusula sexta do acordo salarial firmado com este Sindicato. Este dinheiro estava sendo, há um ano, retirado ilegalmente, sem que o Sindicato tivesse força para receber.*"⁽³⁰⁾ Os operários doaram um dia de trabalho, que foi descontado e o Sindicato não recebeu.

(30) Ata de Assembléia

4 - A outra boca-do-forno Desemprego

Em 1961, a direção do Sindicato enviava telegrama ao Presidente da República, ao Governador do Estado e ao Ministro do Trabalho esclarecendo a situação dos empregados nas indústrias siderúrgicas, que estavam parcialmente paralisadas por motivos de estar fechada a exportação do ferro-gusa. Em 1962, o presidente do Sindicato enviava telegrama ao Sr. Presidente da República, João Goulart, e ao Ministro da Fazenda, junto com a Federação, comunicando: " A situação calamitosa e caótica dos produtores de gusa do centro-oeste do Estado (Divinópolis e Itaúna), em virtude da retração do crédito do Banco, solicita reexaminar o problema de crédito daquela região, possibilitando as operações bancárias através do Banco do Brasil, desconto de duplicatas contra praças Rio/São Paulo, possibilitando milhares de empregos no setor siderúrgico."

Nos momentos em que o setor siderúrgico entrava em crise, os operários eram dispensados em grupos; era realmente uma situação de desespero. Eles ficavam sem o salário, única fonte de renda. Muitas famílias operárias recorriam aos vincentinos, para receber o alimento básico. Os operários quando dispensados entravam em pânico; eles só conheciam, na zona urbana, como possibilidade de trabalho, o setor siderúrgico que era a única opção, não sabiam fazer outro serviço. Para a maioria voltar para a zona rural era impossível; eles venderam tudo que possuíam, quando mudaram para a cidade.

O equilíbrio do setor siderúrgico era determinante para sua sobrevivência. No entanto desconhe

ciam o porque das crises. Os operários eram os que mais sofriam, quando uma indústria por motivos econômicos, era desativada e parava para esperar o mercado melhorar.

É importante deixar claro que o operário não recebia nenhuma justificativa, quando a indústria o dispensava. Havia entre empregadores e empregados uma relação grotesca, fria e distante. Quando nas assembleias a diretoria tentava baixar o percentual de aumento salarial, pressionando os operários dizendo que os industriais poderiam tomar medidas drásticas, que, no caso, significava fechar a indústria, as discussões ficavam neste limite. Por isto quando a direção do sindicato enviou telegrama, pedindo medidas do governo para resolver a crise nas indústrias o fez sem colocar o problema, sem discutir com os associados, eles não optaram pelo apoio aos industriais, nem ficaram sabendo.

No mesmo ano, o Ministro Tancredo Neves enviou telegrama em resposta ao Sindicato dizendo: *"...Solicito seu decisivo interesse, atendimento as justas reivindicações das usinas siderúrgicas oeste de Minas constante aumento cinquenta centavos preço gusa comprado pela Cia. Siderúrgica Nacional, redução de taxas de reaparelhamento no porto comissão marinha mercante sobre gusa e inclusão gusa pauta exportação zona livre comércio Latino-Americano, a fim de possibilitar exportação para Argentina. Metalúrgicos de Divinópolis têm maior interesse na solução dos referidos problemas assim as empresas possam promover reajustamento de salários."*

A expansão e o pequeno mercado são fatores importantes no desencadear dessas crises. As crises, por sua vez, provocavam no cotidiano das fábricas muitas me

didadas que causavam tensões: os industriais atrasavam pagamentos, deixavam de pagar os direitos dos trabalhadores, resistiam ao aumento dos salários, transferiam ao trabalhador o ônus da crise.

De 1960 a 1962 aconteceram fatos importantes que nortearam a ação sindical:

- Agente do IAPI trazia folhetos explicativos sobre pedido de auxílio-doença e como recorrer à aposentadoria ordinária.

- Metalúrgicos denunciaram empresas que não estavam cumprindo a lei, deixando de pagar o salário.

- Operários reclamavam auxílio - Maternidade do IAPI.

- Dificuldade de formar chapa para nova diretoria.

- Em 18 de janeiro de 1962, o sindicato comprou imóvel para construção da sede própria, à Rua Pernambuco, no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) menos as despesas de transferência do imóvel.

- No ano de 1962, saiu o abono - família. A Federação propôs uma caravana para ir a Brasília agradecer ao Senado.

- Em 1962, o presidente administrativo do SAPS comunicou abertura de um restaurante do SAPS em Divinópolis.

- Vários congressos estaduais e nacionais aconteceram para discutir os problemas vividos pelos operários, e elaborar propostas na busca de soluções.

- Criação do curso ginásial no Colégio Leão XIII, da 1^a a 4^a série, gratuito, aos filhos dos

operários.

- Em junho de 1961, operários da Cia. Mineira reclamavam que não receberam o salário do acordo de fevereiro do mesmo ano.

- Em 19 de agosto de 1961, os operários fizeram assembléia para discutir acordo salarial. Proposta tirada de acordo com ata:

1) 50% sobre os salários vigentes em 1º de janeiro de 1961;

2) 60% sobre os salários vigentes em 1º de janeiro de 1961;

Os 60% beneficiariam a todos que ganhassem o salário mínimo e também os que ganhassem mais. Os presentes aprovaram 60% e se os patrões não aceitassem poderiam ser negociados 40%.

3) Outras reivindicações:

- melhor assistência por parte do SESI;

- instalação de uma cooperativa de consumo;

- abastecimento da farmácia do SESI;

- pagamento adicional sobre horas noturnas;

- descanso semanal para os operários em rodízio;

rios em rodízio;

- pagamento das férias até o mês do vencimento;

do vencimento;

- pagamento quinzenal.

4 - Desconto de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) na folha de pagamento para construção da sede (desconto do mês do aumento);

A proposta foi encaminhada aos patrões, que enviam ao Sindicato um ofício pedindo um prazo de

90 (noventa) dias. Os operários não aceitaram, concedendo um prazo de cinco dias. Só em 26 de outubro foi eleita na DRT em Belo Horizonte a reunião de conciliação. O presidente do Sindicato disse: "o aumento de Cr\$ 3.120,00 será aceito, dependendo da DRT e dos patrões. Os operários estão em luta por melhores condições de vida; se os patrões não aceitarem o recurso se rã o movimento paradista." (31)

Em 1961, o quadro político nacional mudou substancialmente. Era a retomada do movimento que

"se encontrava completamente esquecida de sua própria história e de fato inteiramente desarticulado." (32)

Para Paoli

"isto só é verdade no plano exclusivamente sindical do movimento, realmente comprimido e forçado a se definir nas estruturas burocráticas do Estado; quanto a estar esquecido desta pressão já é mais duvidoso." (33)

As entidades que representavam os trabalhadores promoviam seminários, cursos de orientação política. Outras entidades de caráter popular foram criadas. Todas as categorias profissionais pressionadas pelas condições de vida, de exploração no trabalho, participaram buscando informações. O movimento popular cresceu, os sindicatos foram pressionados pela base. Este contexto de mobilização, troca de informações e apoio mútuo motivava uma pressão maior dos metalúrgicos em Divinópolis sobre a diretoria do

(31) Ata de Assembléia

(32) Op. Cit. Id. ibid 29, p.98

(33) Op. Cit. Id. ibid 29, p.96

Sindicato. Eles recebiam informações das formas de luta que estavam-se desencadeando a nível nacional, e o que é muito importante, foram solicitados a participarem. Receberam apoio de diversas instituições e grupos de ação comunitária. Em 1961 por exemplo, receberam uma carta do franciscano Frei Bernardino Leers OFM. Frei Bernardino, holandês, doutor em Teologia Moral e residente em Divinópolis desde 1951. Ele escreve:

"... os líderes do sindicato do círculo operário e da Juventude Operária Cristã (JOC), sempre mais preocupados com o rumo da crise, estão procurando organizar agora um movimento, a fim de limitar o mais possível os sofrimentos de nosso povo humilde e promover os seus direitos a uma vida digna, humana e cristã. Os primeiros sinais desta feliz colaboração entre os líderes operários, já devem ser de vosso conhecimento."

Para os operários que até o momento só tiveram como sobreviver, agüentando toda exploração de sua força do trabalho, sem onde recorrer, o momento político foi muito rico, significando a possibilidade de um amanhã melhor. Podem-se neste momento observar fatos curiosos, como um telegrama de 03 de julho de 1962. Telegrama de interferência do Ministério o Sindicato, através de Humberto Canhoni: "*Solicitamos favor encaminhar cópias autenticadas acordo para providências de direito.*"

Encontra-se no arquivo do Sindicato um telegrama de 10 de setembro de 1962, do presidente da Federação Humberto Canhoni "*Damos conhecimento que está programada eclosão de greve dos trabalhadores. Próximo dia 15, informamos companheiro seu governo nossa Federação não apóia esse movimento, meramente político.*" Mais uma vez a greve não aconte

ceu, mas a insatisfação se refletia nas ações dos trabalha
dores.

Em 29 de dezembro de 1962, o Sindica
to recebeu "Telegrama nome Ministro cumpr
e recomendar esta
presidência solicitar associados essa entidade comparecimen
to maçço plebiscito."

5 - 1962 - Pressão sobre pressão

Começou discussão de aumento salarial,
em 08 de maio de 1962. O então presidente Cristiano Batis
ta diz aos trabalhadores: "É preciso lutar por melhores condi
ções de vida, se os patrões não aceitarem o recurso, partire
mos para o movimento paradista." O presidente faz uma análi
se política do momento, que não satisfaz o interesse do tra
balhador; denuncia a política de fome e miséria, e começa a
discussão da proposta de aumento salarial, ficando assim re
gistrada: 1) 80% sobre o salário atual, para fazer face às
reais necessidades do operário e sua família (proposta do ope
rário Dias Barbosa); 2) Não basta pedir, o melhor é conse
guir, sugiro estudar uma forma aconselhável e aceitável. Pro
ponho 60% a partir de 15 de maio. (proposta do operário
João Ribeiro de Camargos).

No início os presentes não concorda
ram. O presidente Cristiano Batista fala: "Existem obrigações
dos deveres. O operário tem o dever de trabalhar. O do pa
trão é pagar um salário justo. Estou de acordo com a propos
ta de 60%, não sou contra os 80%, mas como as indústrias es
tão passando aperto em virtude das operações bancárias, acon
selho a todos aceitarem 60%, porque será um paleativo para o

sofrimento de todos os operários." O José Bernardino (operário) sugeriu *"se não quiser fazer aumento é só baixar o custo de vida."*

Encaminhada a proposta de 60% de aumento, os empregadores responderam ao Sindicato, resistindo e se negando a entrarem em entendimento. O presidente lê a correspondência encaminhada ao Sindicato pelos empregadores, comentando: *"Eles tem problemas, mas nós também temos os nossos."* Os patrões se negaram a enviar proposta de aumento. Ocorreu a interferência da Federação e da DRT, o aumento pleiteado não veio.

No mesmo dia 08 de maio de 1962, um associado entregou correspondência de renúncia do então presidente Cristiano Batista. Na mesma havia documentos da compra da sede própria, conforme consta no processo número 888.671 Resolução 1.037/62, e o empréstimo no valor de Cr\$ 1.500,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) solicitado pelo sindicato para aquisição de sua sede própria nas condições do plano "E" que havia sido discutido em assembléia que aprovou a compra.

Em 21 de maio de 1963, na inauguração da sede nova do Sindicato, assumiu o novo presidente Eduardo Amaral Filho. Frei Bernardino que estava ministrando um curso de promoção operária na sede dizia: *"O operário deve mostrar boa vontade no serviço e exigir do patrão um salário que dê para o seu sustento e de sua família."* (34)

A nova direção do Sindicato começou timidamente pedindo inspeção nas indústrias. Em resposta a DRT enviou correspondência que foi lida na assembléia seguinte

(34) Ata de Assembléia

te: "Cumprindo as determinações desta delegacia esteve em Divinópolis o Inspetor do Trabalho...) onde realizou fiscalização das leis trabalhistas lavrando vários autos."

O ex-presidente Cristiano Batista solicitou a união da categoria: "Unidos haveremos de vencer, mas não adianta falar porque a sede continua vazia. Isto faz tristeza, porque estamos enfraquecidos." (35)

Em 1963, o País viveu um momento de correlação de forças. De um lado, os patrões e o "Estado", do outro, os trabalhadores, um forte movimento popular sustentando bandeiras em defesa da soberania nacional. O Brasil vivia um momento de decisões importantes e difíceis, com a inflação disparada, salários insuficientes, muitas greves. O povo brasileiro se mantinha atento às conseqüências do governo de Kubstichek que adotou medidas favorecidas à vinda das multinacionais. Grupos de esquerda organizavam debates amplos sobre as conseqüências da rápida industrialização do País.

O intercâmbio entre os sindicatos cresceu. Congressos operários foram promovidos para discutir a situação nacional. A agitação política aumentava. As greves chegavam até o interior de Minas. Toda situação nacional foi compreendida e debatida em Divinópolis com outras lideranças comunitárias, outras organizações, outros grupos de debate e reflexão a que os metalúrgicos tiveram acesso, participação. Eles receberam informações, que fugiam ao controle do Sindicato. Os dirigentes sindicais, ligados aos órgãos oficiais, não tinham acesso a esses grupos, e não puderam evitar que afetassem a linha de trabalho no Sindicato. A Fede

(35) Ata de Assembléia

ração perdeu o controle do Sindicato.

Em 1964 veio a repressão. João Goulart, pressionado pelas Forças Armadas, refugiou-se no Paraguai, e os militares, controlando todos os meios de comunicação e entidades dos trabalhadores, assumiram o governo.

6 - 1964 - Assumiram o que não lhes pertencia
Intervenção no Sindicato

Em maio de 1964 "na forma, uma junta governativa é nomeada para reger os destinos do Sindicato, nos termos do artigo 28 dos estatutos do mesmo. Por autorização verbal do Sr. Delegado do Trabalho professor Onésimo Viana de Souza foi designado presidente da Federação para tomar as providências no que tange a constituição de uma junta governativa provisória do Sindicato." (36)

Os militares, usando todo aparato estatal, começaram a ditadura reprimindo as organizações populares. Os sindicatos operários foram os mais visados:

"O movimento operário e sindical, desarmado e organizativamente desestruturado, foi incapaz de impedir o avanço das forças reacionárias que, em 31 de março de 1964, implantavam a ditadura em nosso país. Os operários são duramente atacados. Prenderam dirigentes sindicais, com intervenção em 761 sindicatos(...). Acabou com a comissão de salário mínimo transferindo atribuições as delegacias regionais do trabalho e ao Departamento Nacional de Empregos e Salários." (37)

Em maio de 1964, na forma da lei, a

(36) Ata de Assembléia

(37) Op. Cit. Id. ibid.1, p.12

junta governativa promoveu assembléia para eleger nova diretoria, sendo eleito o Sr. Antônio Erasmo Quintiliano, que não chegou a atuar como diretor. Os documentos no Sindicato não registravam os motivos nem o processo que conduziu José Raimundo Santana à direção do Sindicato. Existe no livro de atas da diretoria uma que descreveu como ocorreu a intervenção no Sindicato: "A junta governativa empossa o Sr. Antônio Erasmo Quintiliano em dezesseis de maio de 1964. Em vinte e quatro de junho de 1964 é empossado o Sr. José Raimundo Santana em virtude do término do mandato da junta governativa. Em assembléia, o Sr. Antônio E. Quintiliano passa a coordenação ao presidente da Federação Sr. Humberto Canhoni que empossa a nova diretoria para o biênio 1964/66, fazendo votos para que tenha sempre em mente a paz social do Sindicato e que todos trabalhem unidos para o progresso da entidade e por amor ao nosso país."

Pelo que consta, não houve eleição e, a partir de 1964, José Raimundo Santana foi o braço direito da Federação, para fazer cumprir todas as determinações do Ministério do Trabalho.

Nas atas não consta o encaminhamento das eleições de acordo com o exigido por lei: não foi citado o número de participantes na assembléia, os que estavam em condições de votar, não foi verificado se a mesa coletora de votos estava de acordo com as exigências legais e devidamente fiscalizada pelo presidente da Federação, Humberto Canhoni. Pela primeira vez, ele não fiscalizou. Este momento determinante para o Sindicato ficou sem ser devidamente registrado. Humberto Canhoni, desde que começou a interferir diretamente no Sindicato, jamais permitiu que um processo de eleição

ocorresse fora de qualquer um dos itens contidos na lei, e, no que se refere à eleição sempre foi muito rígido. Neste momento, porém, estava presente como representante oficial da ditadura, legitimando uma situação que ele mesmo, até então, nunca havia permitido.

O presidente eleito antes do golpe militar, Adauto Donato Ferreira, não tomou posse. Os motivos não foram citados.

O regime militar, em julho de 1965, adotou medidas repressivas contra o movimento operário:

- " - Criou legislação anti-greve;
- liquidou com a estabilidade no emprego;
- restringiu o poder normativo da Justiça do Trabalho;
- fixou salário, adotando uma política de arrocho salarial;
- reafirmou o caráter assistencialista do Sindicato;
- criou o INPS e obrigou os sindicatos a assumirem a tarefa de assistência médica e hospitalar através de convênios." (38)

Os operários, quando faziam referência ao Sindicato nesta fase, diziam que os dirigentes sindicais eram pelegos e que por isso deixaram de mobilizá-los. Para eles, os diretores não perceberam o papel da ditadura militar no movimento operário. Apoiaram o governo militar.

Segundo Paranhos

"a consciência possível deve ser buscada no estudo concreto do pensamen

(38) Movimento Operário Brasileiro, diversos autores, p.30

mento e da ação das frações de classe a partir das condições históricas nas quais elas estão inseridas(..) trata-se de saber qual é a consciência possível, aqui e agora." (39)

O que o grupo operário metalúrgico manifesta? Acredita-se que o movimento operário metalúrgico, aponta para novas formas de organização. A resistência expressa revela um processo de ruptura parcial com o sindicalismo atrelado ao Estado. Parcial porque durante a década de 60 o crescimento do patrimônio do Sindicato e o assistencialismo, passavam uma imagem de uma "entidade" que pode, que é grande e forte. E o que é mais importante, mantinha a mesma postura político-administrativa dependente do Estado.

Em 1965, apareceu em pauta de assembleia o pedido de votação para autorizar greve. O presidente José Raimundo, citando o artigo 5º da lei de greve, mostrou a validade do movimento e os seus riscos. A votação foi encaminhada por escrutínio secreto, e a apuração de acordo com a legislação vigente. Apurados os votos, a proposta de greve foi aprovada. Os operários, apesar da situação de repressão e terror que o governo militar implantou e difundiu, optaram pelo enfrentamento com os patrões, utilizando como instrumento de pressão o mais perseguido pelo regime militar. A greve não aconteceu apesar de ser o desejo dos operários. Este fato ilustra bem como os operários estavam mobilizados e com espírito de luta.

Um outro fato determinante era a análise sobre a situação do setor siderúrgico. Era apresentado aos metalúrgicos como uma crise nas indústrias provocada: pe

(39) Op. Cit. Id. ibid. 1, p.17

la falta de mercado, atraso tecnológico, concorrência, etc. que de fato existia, e os operários constatavam, os pátios das empresas estavam estocados. A partir desta situação, qualquer pressão por parte dos trabalhadores poderia ter sérias conseqüências para eles. Entretanto, a situação existia e os metalúrgicos já arcavam com o peso dela. Estavam sendo violentamente explorados. A exploração da força de trabalho foi uma das possibilidades que permitiu a superação da crise e a retomada do crescimento no setor siderúrgico local.

Por outro lado, no início dos anos 60, os associados conseguiram se impor e mobilizar a categoria. Foi um período pequeno, mas deixou para os que participaram a certeza de que o sindicato podia encaminhar suas reivindicacções. Foi um sentimento de identidade entre eles e sua entidade.

Coube ao Governo Militar abafar a consciência que se aflorava, conter as ações sindicais intervindo nos sindicatos.

Os estudos sobre o movimento operário neste período nos conta sobre a perseguição às lideranças sindicais, mas foi pensando que o movimento operário existia em torno dos líderes, que eles foram perseguidos. Porém mesmo presa, morta, destituída de seus direitos civis, desempregada, exilida a liderança, o movimento se transformou. Ressurgiu em em outras formas. Passou por uma metamorfose. Criou um novo sujeito, um sujeito coletivo.

Foi decretada, em 19 de junho de 1964, a Lei 4.330 que estabeleceu o salário mínimo. O acordo salarial foi regido por essa Lei com a mediação da DRT. A taxa sindical foi aumentada de acordo com os imperativos da Lei nos artigos 513 e 545 da CLT. A mensalidade do Sindicato passou

sou de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Começou a reforma na sede.

No ano de 1966, houve novo aumento das mensalidades. Os operários protestaram contra o aumento dizendo que o momento não era oportuno, uma vez que o salário mínimo não estava satisfazendo às necessidades de cada um com a sua família. A direção argumentou sobre as dificuldades financeiras do Sindicato e exigiu um pouco de sacrifício de cada um. Pela primeira vez, apareceu resistência ao aumento das mensalidades.

Em 1966, foi eleita nova diretoria, ficando como presidente Expedito Soares Isidoro, e vice-presidente, João Elói. Na posse, o advogado João Meira fez uma análise da situação social. Ressaltou o aumento do custo de vida e falou das perdas salariais. O salário, segundo ele, sofreu um bloqueio periódico; com isto foi reduzido violentamente o poder aquisitivo dos metalúrgicos. Acentuou: "A concessão de vantagens foram milimetricamente fixadas pelo governo, nos termos do Decreto 15 e das Leis 4.725 e 4.903 e que apesar das circunstâncias especiais que regiam a questão salarial, exortou os operários, através do sindicato a manterem suas reivindicações de conformidade com as suas necessidades." Os operários, no dia 12 de agosto de 1966, votaram proposta de aumento: "um aumento de 50% sobre o salário regional para atender as dificuldades imediatas, com prazo de 8 (oito) dias para pronunciamento dos empregadores. Não obtendo resposta, encaminhar à Justiça do Trabalho. Proposta aprovada." (40)

(40) Ata de Assembléia

Na assembléia seguinte, Humberto Canhoni estava presente aconselhando os associados a aceitarem a proposta apresentada pelos empregadores. Fez um histórico dos entendimentos entre ele e Jonas Azevedo Marques, presidente da Associação Industrial e Comercial de Divinópolis, no dia 17 de outubro de 1966, conversando sobre o aumento salarial. Humberto Canhoni se dizia portador da proposta patronal: "11% de aumento sobre o salário-mínimo de Cr\$ 81.000,00 (oitenta um mil cruzeiros), ou seja, um reajustamento salarial de Cr\$ 8.190,00 (oito mil cento e noventa cruzeiros) de aumento fixo para todos os trabalhadores metalúrgicos de Divinópolis." O aumento começou a vigorar a partir de 19 de outubro de 1966. A proposta foi aprovada, os operários não se pronunciaram a respeito.

No dia 24 de outubro de 1966, os operários fizeram uma assembléia para rediscutir o aumento salarial. Foi tirada uma proposta e decidido o encaminhamento. A direção do Sindicato estava presente e se manteve silenciosa. Os operários colocaram em votação: a proposta por eles elaborada e a proposta patronal, que foi aprovada na assembléia anterior. Venceu a proposta patronal.

Era difícil uma assembléia em que o presidente da Federação não estivesse presente, principalmente se o assunto fosse a questão salarial. Na ausência do presidente da Federação, os operários participaram e pediram esclarecimentos sobre a legislação que regula os salários no País; argumentaram sobre a insuficiência dos salários recebidos pelos operários da categoria, e, como na situação acima, convocaram a assembléia a elaboram propostas, contendo aspectos novos.

- "a) trabalhadores e tarefeiros deve não obter o salário na mesma proporção que os demais trabalhadores sem qualquer alteração no regime e proporção dos respectivos;
- b) queremos um salário-base no valor;
- c) avaliamos as condições de trabalho e decidimos reivindicar: férias com trinta dias, triênio na base de 5% sobre a remuneração de cada empregado;
- d) horas-extras remuneradas, e esta belecemos as condições." (41)

Esta proposta não foi mais mencionada, porém ela representou a resistência dos operários que, não podendo se expressar na presença do presidente da Federação, o fizeram na sua ausência, e deixaram registrado o que gostariam que fosse negociado.

Todos os acontecimentos, no movimento metalúrgico, toda ação do Sindicato, a presença constante da Federação criaram situações específicas que foram definindo o perfil do trabalhador metalúrgico.

Os operários iam tentando se apropriar do saber institucional, perguntando insistentemente como a legislação funcionava, procurando conhecer seus direitos; discutindo seus problemas, tais como: a exploração sobre o trabalho, o custo de vida e salário, formulando e votando propostas, que de longa data eles sabiam que não seriam encaminhadas. Por outro lado, eles não tinham acesso ao patrão que não os respeitava. Mesmo assim persistiam lutando para sair da situação de miséria. Eles foram escrevendo sua história nas entrelinhas de sua entidade controlados pelo Go

(41). Ata de Assembléia

verno. Ocuparam um espaço possível do Sindicato, convivendo com direções pelegas. Sob rigorosa legislação do trabalho, reivindicaram seus direitos, via entidade, e, de acordo com as formas contidas na legislação, sofreram grandes perdas salariais.

Em julho de 1967, o vice-presidente, João Elói Neto, em ofício endereçado a DRT, pediu licença por oito meses. Logo em seguida (27/11/1967), chegou por escrito o pedido de renúncia de Geraldo dos Santos, também como vice-presidente e de Carlitos Tavares da Silva, 1º secretário.

Nesta fase várias atas estão repetidas, outras estão com datas trocadas. Parecer existir conflito a nível de diretoria. Em 28 de fevereiro de 1968 o presidente Expedito S. Izidoro apresentou pedido de licença. Em 1º de março de 1968, o David Merciano Gonçalves abandonou seu cargo, cargo este, que não é citado. De acordo com a ata: "*Por força da lei assume a presidência Sr. João Elói Neto,*"⁽⁴²⁾ que estava de licença. A ata seguinte registra, sem precisar data, uma chapa formada para dirigir o Sindicato em 1968/1969, tendo como presidente José dos Reis Rodrigues. Não consta ata de eleição e apuração de votos, só o termo de posse. Ele ficou um ano na direção do Sindicato. Nada foi registrado neste período.

No período de fevereiro de 1968 a fevereiro de 1969 não existem atas de reuniões de diretoria ou de assembléias. Na assembléia de fevereiro de 1968, foi formada comissão para discutir a fundação de uma cooperativa de consumo para os associados do Sindicato. Para organizar esta

(42) Ata de Assembléia

comissão foi designado José Raimundo Santana.

Em outubro de 1970, reapareceu como presidente João Elói. Em segunda convocação, o presidente João Elói falou sobre o problema do aumento salarial, de acordo com o índice fornecido pelo Conselho Nacional de Política Salarial, que seria em torno de 17% a 19%, sobre o último acordo. Aberta a discussão, foram feitas as propostas:

- "1) 50% de aumento, por que o pequeno índice do Governo de nada adiantaria (o presidente retomou a palavra, falando sobre o problema que poderia acarretar esta decisão, e mostrou que contrariava a política salarial do governo);
- 2) devemos aceitar o índice do Governo contra as firmas que discordarem, deverá o Sindicato instalar "dissídio coletivo", pedindo reajuste de 40%." (Zacarias Polarini) (43)

As propostas foram colocadas em votação, sendo mais votada a de Zacarias. Foi aprovada a doação de dois dias de trabalho, depois do aumento que seriam destinados à conclusão das obras de construção da sede campestre.

No dia 15 de abril de 1971, o presidente João Elói fez a leitura de um convênio com o INPS para assistência médica aos associados, que foi votado e aprovado.

Em seguida, apresentou José Raimundo Santana dizendo: "achei por bem, assim proceder pelo fato de que o assunto tratado será encaminhado por esta diretoria, que hoje será eleita e empossada." (44)

(43) Ata de Assembléia

(44) Ata de Reunião de Diretoria

7 - Nem tudo que se produz é ferro
Cresce o assistencialismo no sindicato

Em 1971 foi eleito o novo presidente José Raimundo que assumiu a direção, para um período de 3 anos. Sobre sua eleição existe registro do total de votos (535), não havendo referência a votos em branco e nulos. Estavam presentes no ato de posse Humberto Canhoni e Ivone Guimarães, assistente jurídica do Sindicato.

Em 1º de novembro de 1971, os metalúrgicos deveriam começar a discussão do acordo salarial. No entanto, o presidente, em 27 de dezembro de 1971 na reunião da diretoria, informou sobre o encontro que houve na DRT com as entidades representativas do setor metalúrgico de Divinópolis. Ele contou que os patrões alegaram que o aumento viria agravar a situação das indústrias em Divinópolis, onde diversas empresas tinham fechado as portas devido, principalmente, à crise de exportação. Feitas as ponderações, o presidente José Raimundo fez a proposta de acordo a partir de 1º de novembro e que as indústrias que produzissem só gusa, pagariam o aumento a partir de 1º de janeiro de 1972.

Continuou argumentando: 1) esta é uma atitude de compreensão da parte dos operários para com o problema da classe patronal; esperamos que em época de prosperidade os patrões reponham aos trabalhadores as concessões que estão fazendo; 2) o motivo desta reunião de diretoria é para decidir se convocamos ou não assembleia dos trabalhadores para uma decisão sobre o assunto; 3) penso que o trabalhador acostumado com aumento em 1º de novembro, será sacrificado se esperar mais tempo o referido aumento; 4) caso não haja acordo até 30 de outubro do corrente ano, a questão será encami

nhada à Justiça, e aguardaremos decisão final." (45)

Observa-se que a data de reunião da diretoria foi de 27 de dezembro de 1971, e que discutiam um acordo que deveria ter acontecido até 1º de novembro de 1971.

Os empregadores não chegaram a um acordo quanto a data de pagamento do aumento. Em 1974, em as semblêia os operários pediram que fosse instaurado dissídio coletivo. Em seguida, José Raimundo, que continuou na presidência até 1978, advertiu que a decisão poderia acarretar problemas porque contrariava a política salarial do governo, em bora ele reconhecesse a necessidade do aumento. Disse que a questão deveria ser olhada com bastante cautela e não encaminhou a votação. Os operários doavam dois dias de trabalho para construção da sede.

O hábito da direção sindical de manipular acordo salarial e encaminhar proposta que atendesse aos interesses patronais criou condições favoráveis a duas inovações que agravariam a situação de exploração que os operários estavam vivendo.

A Companhia Siderúrgica Pains fez a seguinte proposta, que foi aprovada: 1) *acordo antecipado*; 2) *o índice de aumento salarial será de acordo com o merecimento de cada funcionário.*" (46)

Os operários da Pains, que se encontravam presentes, denunciaram a sobrecarga de trabalho na ciaria. Pediram à direção do sindicato para enviar ofício dizendo à empresa que: "*os operários não estão tendo condi*ções de trabalhar, devido ao excesso de serviço; onde traba

(45) Ata de Assembléia

(46) Ata de Assembléia

lhavam seis, o serviço estava sendo executado por quatro." (47).

O presidente pediu aprovação do capital inicial para implantação da farmácia, há alguns anos aprovada. Os operários fizeram mais doações de parte do seu salário, para o Sindicato.

Após o acordo firmado com a Pains , os operários de outras indústrias começaram a discutir a antecipação salarial onde trabalhavam. Os metalúrgicos mostravam insatisfação; com medo de greve, o presidente do Sindicato fez várias reuniões com os operários e com a direção das indústrias. Pediu às empresas estudos sobre a lei de greve.

Em fevereiro de 1973, perante a assembléia apresentou estudos feitos por Zenigton, diretor da Pains, sobre a Lei de Greve 4.330, os Decretos 482, Portaria 117. Concluiu dizendo que as empresas e a direção do Sindicato estavam esclarecendo sobre os riscos de uma greve, e, se os operários fizessem coisas, que chamou de irregulares, teriam eles inteira responsabilidade.

Os operários ouviram e nada disseram. O presidente não permitiu discussões e continuou a assembléia falando do acordo salarial. Os operários votaram pelo dissídio coletivo, se não houvesse acordo.

Em 12 de março de 1972, a diretoria do Sindicato se reuniu para discutir a seguinte pauta: 1) balanço financeiro da assistência médica; 2) bolsa de estudo ; 3) pagamento do advogado; 4) aumento das diárias de viagens do presidente a Belo Horizonte de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) para Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros)." (48)

(47) Ata de Assembléia

(48) Ata de Diretoria

Durante o ano de 1972, mais duas atas de diretoria são escritas. Os assuntos que constam nas atas, sem qualquer comentário são: comemoração de 1º de maio, leitura de uma carta enviada aos políticos Fáb^o Notini e Paulino Cicero, pedido ajuda e explicando o que se passava no caso dos menores. Em relação ao caso dos menores, não fica claro, se trabalhavam nas siderúrgicas.

8 - 1972 - Silêncio no Sindicato

Nas siderúrgicas cresce a resistência

No livro de atas de assembléias ordinárias ou extraordinárias, não existe uma única que se refere ao período de 1972 a 1974. O que aconteceu neste período não se sabe. Ficam algumas dúvidas: Os operários deixaram de vir ao Sindicato? Suas reivindicações não chegavam ao Sindicato? Não foram feitos acordos salariais? Os trabalhadores foram à sede do Sindicato procurando os departamentos que ofereciam assistência médica e dentária? O que estava fazendo a direção? Estas perguntas encontram resposta no depoimento do metalúrgico: *"Os operários foram afastados das discussões dos problemas referentes a acordos salariais, que no final era o único item que ainda discutiam. Passaram a ver o sindicato como uma entidade da diretoria. Ela resolvia todos os problemas do metalúrgicos. Ela era porta-voz das reivindicações, junto aos patrões."*⁽⁴⁹⁾ Nesta época começou a aparecer um pouco mais clara a insatisfação dos operários que, desiludidos, se afastaram. Eles não confiavam no Sindicato como meio, ou seja, instrumento de luta, expressão de uma categoria.

(49) Depoimento do atual presidente do Sindicato, março/1989

O então presidente José Raimundo durante sua permanência na direção manifestou uma habilidade administrativa, reconhecida por seus adversários que diziam: "Ele, administrou bem o Sindicato, conseguiu impor sua diretoria, que se tornou soberana. O Sindicato passou a ser visto como o Sindicato de diretoria, um imóvel, um patrimônio, e não o conjunto da categoria mobilizada. O trabalhador tinha medo de ir ao Sindicato levar suas reivindicações e ser deduzido na fábrica, porque foi ao Sindicato reclamar." (50)

Outro exemplo aconteceu na Ferroeste, quando os trabalhadores se mobilizaram por questões salariais. Mandaram uma carta para a diretoria do Sindicato, pedindo para reivindicar neste sentido. A diretoria foi à Ferroeste e colocou os operários em dificuldade. Uma outra carta anônima foi enviada ao sindicato contendo várias reivindicações, mas pedia uma comissão de operários para participarem. Os 14 operários que participaram, posteriormente foram demitidos.

Existe no Sindicato uma carta anônima enviada neste período contendo denúncias: "Denunciamos insalubridade na indústria e não pagamento das horas-extras. Solicitamos que o Sindicato tome providências para ajudar estes operários." (51)

Na administração do José Raimundo, o Sindicato cresceu muito, em sindicalização e no patrimônio, mas a luta dos trabalhadores não se fortaleceu, via Sindicato. Este período coincide com o período dos governos militares, com a institucionalização de medidas radicais contra lí

(50) Depoimento do atual presidente do Sindicato, março/1989

(51) Documento do arquivo do Sindicato

deres sindicalistas. Toda medida governamental era considerada como defesa da ordem pública. Foi uma fase negra para o movimento sindical. Poucos foram os Sindicatos que conseguiram manter uma estrutura sindical autêntica, que defendesse os direitos da categoria, que mantivesse as reivindicações com a coragem dos que têm um ideal para atingir.

As lideranças sindicais que denunciaram e reivindicaram dias melhores com os operários, tiveram o respaldo necessário na busca de um novo sindicalismo. O ABC paulista foi o grande exemplo. Extrapolou São Paulo e chegou ao interior de Minas, Divinópolis. Desempenhou papel fundamental para a organização dos grupos de oposição sindical contra os sindicatos pelegos.

Onde estavam os metalúrgicos que não iam ao sindicato? Nas fábricas, nos bairros, na pastoral operária, nos grupos de oposição sindical clandestinos, nas casas dos operários, analisando sua situação de explorado e as formas de resistência?

Para Bruni,

"as formas de resistência operária não se fazem em sindicatos, mas se aprendem na própria fábrica(..) os dominados existem, têm voz própria e até mesmo, longe de serem alienados e passivos, para alguns autores têm um saber autônomo e quase ilimitado." (52)

Em Divinópolis, a oposição se organizou fora do Sindicato. Os operários, cientes das perdas salariais e da ameaça de desemprego, começaram lentamente a se agruparem na casa de companheiros, no Convento de Santo Antô

nio, na Paróquia de São José Operário, nas Obras Sociais da Diocese, que abriram seus espaços para receber e discutir com os mesmos as possíveis saídas desta situação drástica.

Mesmo sendo esta a situação dos operários, o presidente José Raimundo continuou inteiramente absorvido com a construção da sede. E propostas, como exemplo a da Pains, citada à página 177, acontecendo, e a diretoria procurando se colocar como responsável pelos acordos salariais. De posse de autorização para celebrar um acordo, se necessário instaurar o competente dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, entregando à justiça, a diretoria manteve essa prática, evitando as assembleias.

Na assembleia de 15 de setembro de 1977 os operários solicitaram informações sobre o pedido de diferença salarial dos Metalúrgicos de São Paulo desde 1973. O presidente disse: "*Pedir é um direito que assiste a todos, porém o problema seria se ganha,*" (53) insistindo ainda, que o caso deveria ser entregue à Justiça. Pediu aos presentes para aprovar a seguinte matéria: 1) *autorização para aceitar o índice salarial;* 2) *instauração do dissídio coletivo, caso necessário.*

Sem considerar a discussão na assembleia o presidente pediu votação. Os operários ignoram o pedido do presidente e continuaram os debates: "*Poderíamos aceitar o índice, e nos unir a São Paulo, pedindo a diferença salarial. Caso alguma indústria não concorde, será instaurado o dissídio coletivo, pedindo taxa de reajuste de 70%.*" (54)

O presidente insistiu no seu pedido

(53) Ata de Assembleia

(54) Ata de Assembleia

dizendo que na sua opinião a assembléia deveria votar, que o processo poderia demorar na Justiça até seis meses, mas que iria colocar a matéria em votação, pois a assembléia é soberana, para aprovar ou não. A matéria foi votada por escrutínio secreto e aprovada. E, mais uma vez, os operários doaram Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) em favor da entidade, no mês do aumento.

No arquivo de documentos do Sindicato dos Metalúrgicos, durante o ano de 1977, encontram-se várias correspondências enviadas ao presidente e assim relacionadas:

101) Personalidade Destaque de 1975 promoção Jornal Agora, setor sindical, ao presidente do Sindicato, José Raimundo Santana.

102) 02/08/77 - Correspondência do Lions Clube ao presidente do Sindicato, José Raimundo Santana, parabenizando-o pela escolha de seu nome para diretor da Federação.

103) Correspondência do jornal "Diário do Oeste" pedindo apoio para o 1º Encontro com os Produtores de Gusa.

104) 24/06/77 - Telegrama de Fábio Mota, presidente da Federação: "Agradecimento ao convite de Homenagem ao Operário Patrão".

105) 06/05/77 - Correspondência da Siderúrgica São Cristovão a José Raimundo Santana, parabenizando-o pela reeleição... "O trabalho profícuo, justo e dinâmico voltado para o bem social da classe veio fazer justiça ao ilustre presidente."

106) s.d. Correspondência do Engº Ge

raldo Marco Antônio Teixeira para o presidente do Sindicato, convidando-o para o churrasco na Sede do Sindicato, em Comemoração aos 760 dias sem acidentes da turma na Siderúrgica Pains.

107) 25/05/77 - Escolha como "Gente Notícia", 1976, pelo jornal "Agora", presidente José Raimundo.

108) 12/05/77 - Moção da Câmara Municipal de Divinópolis a José Raimundo - Moção do n.º 300/77, aprovada pela reunião do legislação municipal.

109) 20/01/77 - Ferrosul ao Sindicato, informando suspensão de empregado por 7 dias, tendo o mesmo ausentado do serviço sem justificativa, causando grande prejuízo.

110) 20/12/77 - Ferrosul ao Sindicato, "informo ao Sindicato de suspensão de um empregado por não ter cumprido ordem superiores no qual causou grandes prejuízos." (55)

Para os metalúrgicos entrevistados, José Raimundo foi um grande "administrador". Eles analisam sua gestão dizendo que houve pontos positivos, ele agradava os operários com serviço médico e dentário, e houve pontos negativos, pois ao mesmo tempo que ele negociava os salários com o patrão, ele conseguia apoio patronal. Ele não falava de greve, paralisação. Em época de dissídio, só falava o aumento proposto pelos patrões e colocava para os associados votarem. Como os operários não tinham experiência do movimento sindical combativo, votavam aquele aumento. José Raimundo sabia que os

(55) Extraído dos arquivos do sindicato dos metalúrgicos (a numeração segue ordem dos documentos no arquivo do sindicato)

sindicatos em São Paulo cresciam fazendo reivindicações das perdas salariais. Por isto aumentou os serviços assistenciais. Ele fez o Sindicato crescer, assumindo o papel do "Presidente Bonzinho", embora "pelego". Foi com o apoio patronal que conseguiu fazer o Sindicato crescer

9 - Da resistência nasce o novo :

Oposição metalúrgica e a primeira greve

O momento era difícil. O arrocho salarial motivava os operários, que novamente pressionavam o Sindicato. O presidente assustado, prestava vários esclarecimentos, reforçando idéias sobre os riscos de uma greve. Citava a Lei de Greve 4.330, os Decretos 482 e 484, Portaria 117 sempre afirmando: "Estou esclarecendo, se fizerem coisa irregular, será de pura responsabilidade de vocês. É preciso esperar que as indústrias se manifestem, uma vez que foi pedido estudo de antecipação. É preciso esperar até novembro, data do acordo da categoria." (56) Em depoimento um operário conta: "Quando discutia uma proposta patronal, ele agia arbitrariamente aceitando a proposta, mesmo sem votação do plenário. Quanto ele deixou o cargo de presidente, foi para o Ministério do Trabalho; foi nomeado pelo Ministro do Trabalho para ser vogal da Junta de Conciliação e Julgamento. Foi uma forma de premiação que a Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério do Trabalho fizeram para ele, por ter ficado 9 anos no Sindicato sem nenhum atrito entre operário e patrão. Só aconteceu a greve de 1979, quando os operários organizaram a greve fora

(56) Ata de Assembléia

do Sindicato, sem o apoio dele." (57)

A greve de 1979 foi organizada durante o ano anterior por um grupo de operários, que tiveram o apoio dos companheiros da base. Em São Paulo, no ABC, de 1977/1978, ocorreram grandes greves. Os operários de todo País acompanhavam o processo de discussão de "Reposição das Perdas Salariais."

Em Divinópolis, professores e estudantes organizavam suas entidades de representação. O Diretório Acadêmico "Martin Cyprien" do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa - INESP promoveu o 1º Ciclo de Estudos de Problemas Brasileiros, com o objetivo de discutir os problemas nacionais. Intencionalmente, o local escolhido para o encontro foi a sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis. Para concretizar o êxito do evento a sede do Sindicato ficou tomada de ouvintes. O número de operários presentes superou a expectativa e demonstrou como estavam envolvidos com os problemas nacionais.

Em 1979, a primeira greve dos metalúrgicos surpreendeu a diretoria do Sindicato e aos patrões. Ela foi preparada durante o ano anterior por um grupo de metalúrgicos que se reuniam clandestinamente. Em julho de 1978, com ou sem autorização da diretoria, os operários foram para assembléia decididos que a entidade engrassaria na Justiça para pleitear a diferença no índice salarial acumulado desde de 1973. Nesta assembléia os presentes solicitaram maiores explicações do presidente que assim se manifestou: "A possibilidade de conseguir qualquer diferença é muito remota. Acho

(57) Depoimento de operário, fevereiro/1989

que o Sindicato deveria ajuizar a ação juntamente com os outros sindicatos da categoria dos Estados de Minas Gerais, por intermédio da Federação dos Metalúrgicos. Vou ingressar uma ação reclamationária para todos companheiros. Sugiro que seja votada a hipótese de a diretoria da entidade ingressar na Justiça e delegar poderes à Federação e à Confederação da categoria correspondente, para o que julgar conveniente a bem citada reclamação." (58)

O presidente colocou em votação a proposta que foi aprovada, e o encaminhamento seria feito de acordo com seu parecer.

Observa-se a habilidade do presidente, que, mesmo contra toda sua linha de ação acatou a exigência de assembléia, com naturalidade, dando seu parecer, no sentido de levar à Federação o encaminhamento.

Neste mesmo ano, os operários metalúrgicos, em Itaúna conseguiram um aumento de salários superior ao índice do Governo. O presidente, em assembléia, fez uma análise da conquista dos operários de Itaúna assim: "Até o momento nosso Sindicato tem feito acordo salarial, obedecendo estritamente o índice governamental, mas agora que os metalúrgicos de todo país conseguiram aumento superior ao índice, cito como exemplo Itaúna, temos que lutar por um aumento melhor." (59) Em seguida passou a explicar a legislação, a política salarial do governo, que estava em vigor. Expôs tudo sobre dissídio coletivos ressaltando as consequências se entrassem na Justiça. E disse que o Sindicato tinha uma sugestão a fazer: "Pleitear e tudo fazer para conseguir um

(58) Ata de Assembléia

(59) Ata de Assembléia

acordo igual ao que fora feito em Itaúna, porém a assembléia é soberana, e poderá sugerir fazendo propostas e que no final serão votadas." (60)

Mais uma vez a fala do presidente José Raimundo não diz nada. Está velada de ameaças. Mais uma vez ele volta à assembléia para confundir os operários, para não encaminhar as decisões votadas na assembléia anterior. Mesmo sabendo que os operários não podem suportar por mais tempo as perdas salariais, ele continua fazendo um discurso contraditório de quem sabe e compreende os problemas, conhece o caminho. Porém tenta impedir que os operários alcancem por caminhos próprios os índices desejados. Tudo faz para eles não se organizarem e pressionarem as indústrias na conquista de seus direitos que é ganhar o mínimo necessário para viver condignamente com sua família.

A habilidade deste presidente, a frieza como age, mantendo nas mãos de uma Federação comprometida com um governo militar, o encaminhamento das questões sobre a exploração da força de trabalho. Abrindo espaço nas assembléias manipula as propostas, ameaça dos operários, utilizando para isto uma legislação vigente.

As propostas para serem votadas de pois da fala do presidente não apresentam reivindicações condizentes para os operários; não repõem as perdas salariais que começaram a ocorrer em 1973, e deixa de lado a proposta votada na assembléia anterior, de entrar na Justiça com uma ação reclamatória. São votadas as seguintes propostas: "1^a proposta — 1) Acordo igual ao de Itaúna, antecipação sala

(60) Ata de Assembléia

rial de 10% a partir de 1º de janeiro de 1979; 2) Estabilidade para gestante, 60 dias após o parto; 3) 40 horas de retor^{no} às férias, ou seja, 5 (cinco) semanas para quem recebe o salário mínimo. 2ª Proposta — Pleitear 10% acima do índice decretado." (61)

Venceu a segunda proposta. O presidente esclareceu que ia solicitar a DRT uma reunião com os senhores empregadores para discutir o assunto. O presidente pediu a compreensão dos presentes, para que encaminhassem o problema dentro do verdadeiro caminho de acatamento das leis vigentes. Os operários indicaram, para acompanharem a negociação, os operários Gauchito José Lopes, Getúlio Braga Pereira e José Maria Cesário.

Gauchito pediu a palavra e fez uma denúncia dizendo: "os operários estão insatisfeitos com a presença do serviço de segurança da Pains na assembléia. Se não feita a distribuição de boletins nas fábricas comunicando a decisão desta assembléia." (62)

O operário João Silva sugeriu: "Vamos colocar faixas, para evitar que o serviço de segurança da Pains resgue nossos boletins" (63) Depois desta assembléia os operários passaram a fazer denúncias quanto ao esquema de segurança nas indústrias, principalmente da Pains. A Pains, segundo os operários, foi sempre a indústria que liderou as mudanças nas relações com os operários, sempre foi a que mais reprimiu. Em depoimento um metalúrgico diz: "Na época do Coronel Jovelino Rabello, na Pains, já era difícil; o Sin

(61) Ata de Assembléia

(62) Ata de Assembléia

(63) Ata de Assembléia

dicato quando foi formado, foi às escondidas. Quando o Coronel Jovelino Rabello ficava sabendo que um empregado seu era sindicalizado imediatamente ele o dispensava, mandava embora. Por isto o Sindicato era muito frágil. O Sindicato cresceu, depois de 1969, com José Raimundo Santana na presidência, fazendo conchavos, aceitando algumas condições que as indústrias impunham, por isso ele conseguiu crescer o Sindicato. Ele prejudicou muito o salário do trabalhador. Hoje o Sindicato tem um grande patrimônio." (64)

Quando os operários falam da oposição, eles dizem que ela começou a manifestar de forma mais sistemática foi a partir de 1978, quando os operários começaram a se reunir fora do Sindicato, nos bairros, nas casas de companheiros envolvendo as esposas. iam para dentro da fábrica e tentavam formar grupos, criar clima de discussão sobre a situação da categoria. Os grupos criados dentro da fábrica se organizaram e passaram a se reunir periodicamente. Escreviam documentos com denúncias e reivindicações. Eles se expressavam fazendo oposição à diretoria do Sindicato.

Até 1979 era sempre o mesmo grupo que se revezava na direção do Sindicato; um assumia, outro pedia licença, às vezes alguém renunciava. Assim eles iam trocando de cargos e mantendo sempre as mesmas pessoas na direção.

Pela primeira vez, em 1977, um grupo de oposição disputou as eleições. A chapa que concorreu foi formada por pessoas que tinham divergências com a direção do Sindicato e se apresentou como alternativa. Não tinham um

(64) Depoimento do atual presidente do Sindicato, março/1989

programa nítido, claro, não tinham uma concepção sindical definida. Disputaram e não se firmaram como alternativa. O que sustentava o grupo de oposição era basicamente um sentimento contrário à direção do Sindicato que não encaminhava as reivindicações e as lutas dos operários.

Segundo o atual presidente do Sindicato, em Divinópolis, não era diferente da situação nacional: *"havia um Sindicato com uma concepção basicamente assistencialista. Depois de 1964, este caráter do Sindicato cresceu e se fortaleceu, chegando a nível nacional, a substituir o papel do Estado, "de garantir a saúde do trabalhador", mudando assim fundamentalmente o papel, as características do Sindicato, que seria de resguardar e defender a luta pelos direitos dos trabalhadores."* (65)

O homem é determinado e não subordinado. O que determina o homem são as relações que ele cria para produzir sua sobrevivência. E é na luta cotidiana da produção de sua sobrevivência que ele se afirma enquanto classe. Nesta produção se associa com outros homens. A gestão do processo produtivo, que passa pelas mãos dos trabalhadores, cria as condições necessárias à sua atuação nas instituições que determinam sua condição social. No dizer de Engels,

"o único fato histórico que existe é que o homem precisa sobreviver. E o que muda não é o que se produz num determinado período histórico, são as relações de produção, são as relações sociais que permanecem ou que significam, stricto sensu, a relação entre os homens(...) Quando falamos em de terminação social estamos usando o mesmo significado. Reconhecendo que o comportamento do homem está determinado

(65) Depoimento do atual presidente do sindicato, março/1989

pela sociedade onde vive sem, no entanto, se reduzir aquela sociedade." (66)

E Wanderley conclui:

"Se o sistema gera alienação, não precisa ter necessariamente operários alienados, porque justamente com alienação o sistema gera revolta, a exploração de classe determina o desenvolvimento de uma nova consciência de classe e a luta por um novo sistema social." (67)

Podemos dizer que institucionalização do Sindicato é o reflexo das determinações do capital sobre o trabalho; que neste contexto observa-se o Sindicato como expressão das relações de trabalho que se processavam no interior das indústrias siderúrgicas de Divinópolis. Por ser assim, a greve, nasceu fora do Sindicato, dentro das fábricas, e só chegou ao Sindicato por determinação legal, ou seja, as reivindicações teriam que ser negociadas através do Sindicato.

10 - O existir coletivo A primeira greve

Era 1979, na Capela do Convento de Santo Antônio, pertencente à Ordem dos Frades Menores, os operários metalúrgicos em assembléia votaram pela greve.

O movimento eclodiu numa sexta-feira, à noite, véspera do dia dos pais. Era mês de agosto, por isto a greve ficou conhecida como a "Greve de agosto de 1979."

(66) ENGELS, 1978

(67) CODO, 1984, p.140

"Primeiro foi a Pains, depois São João, Camargos, Valinhos e as outras, pararam todas. Algumas funcionaram 2, 3 dias depois foram parando. As grandes indústrias ficaram paradas 21 dias.

Foi uma greve muito bonita, que nasceu fora do Sindicato. A situação chegou a limites insuportáveis. As indústrias deixaram de pagar os operários. A greve não tinha o total apoio do Sindicato. Não tínhamos fundo de greve, os operários começaram a passar necessidades. A greve centralizou mais na Pains. Decidimos parar o centro industrial. Saimos em caminhada pelas ruas. Levávamos faixas contendo nossas reivindicações. A polícia acompanhava armada. Nós seguíamos pela rua Itapeverica. No bairro Niterói em frente à forjaria São Luís, (hoje não existe mais), na saída do bairro, chegando no asfalto, paramos. Começamos a chamar os operários que estavam dentro da forjaria, para sair e participarem. Neste momento o batalhão de choque fez um cerco, fechou o caminho, começou a jogar a bomba de gás e a usar seus cacetetes. Houve um confronto. Estávamos desarmados tentamos fugir, houve atropelamento. O operário Benedito caiu perto dos soldados, foi espancado, seu crânio fraturado, e ele morreu." (68)

Vários operários que estavam presentes afirmam que a polícia matou Benedito. Outros operários contam que no momento em que a polícia cercou os operários e jogou bombas, Benedito caiu e bateu com a cabeça em uma pedra.

Segundo os operários, o presidente José Raimundo era um pelego formado; muito habilmente ele pas

(68) Depoimento do atual presidente do Sindicato, março/1989

sou a interferir no processo de greve. Os grevistas precisavam do Sindicato para representar a categoria nas negociações e para instaurar dissídio coletivo. José Raimundo evitou o acordo, a negociação. Em vez de uma postura de radicalização, jogou para levar a julgamento, levar para o Tribunal. Sabia que a greve seria julgada ilegal e foi o que aconteceu.

Os metalúrgicos relebram: "A direção do Sindicato assumiu uma postura de não fazer acordo. A negociação foi para o Tribunal e a greve foi julgada ilegal. Foi o que aconteceu. E o movimento grevista ficou sem uma conquista econômica imediata." (69)

Depois da greve a repressão patronal aumentou. Segundo os metalúrgicos, entre as várias indústrias, a Pains foi a que mais dispensou empregados.

A greve começou a esvaziar; gradativamente, todas as usinas voltaram a funcionar. Para o atual presidente do Sindicato "a oposição perdeu o controle, perdeu a direção. O movimento não foi encerrado de forma vitoriosa. A direção do Sindicato habilmente jogou para o esvaziamento; com a volta à fábrica, a greve se esvaziou. A volta foi sem uma conquista econômica imediata, mas houve uma vitória política muito grande, que mais tarde refletiu na questão do pagamento do adicional de insalubridade, no transporte gratuito para o centro industrial, pão e leite para os operários." (70)

A greve de 1979, devido aos resultados econômicos não terem sido conquistados imediatamente, e a

(69) Depoimento do atual presidente do Sindicato, março/1989

(70) Depoimento do atual presidente do Sindicato, março/1989

forma como o presidente José Raimundo encaminhou o processo, deixou para a oposição muitas dificuldades. As indústrias reagiram de forma repressiva com os operários; as lideranças foram demitidas.

De acordo com Wanderley,

"a greve tem outra face, de promover a ruptura da produção alienada (mesmo que parcialmente) rompe também com o isolamento de um indivíduo para com o outro. A não-produção produz um produtor ativo, de si e do outro, do mundo. Pela luta, via ação, recompondo, recriando a atividade até o momento em que pelo outro o homem reencontra a si mesmo, até que o existir coletivo reencontre o sujeito individual." (71)

Em outubro de 1979, em assembléia, o presidente explicou sobre a política salarial do Governo. Ele disse "*os operários se sintam em casa e participem com liberdade*" (72) Os operários solicitaram um piso salarial de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). O presidente dizia que a proposta foi regular, que não adiantava pedir aumento elevado, que deveriam ser razoáveis.

Os operários, assustados com as consequências da greve, votaram e aprovaram a proposta: "1) Piso salarial de Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros); 2) não se descontassem nas férias e no 13º salário os dias de greve." (73)

Em Movimento Sindical Brasileiro, Prata diz que:

(71) Id. *ibid*, 67

(72) Ata de Assembléia

(73) Ata de Assembléia

"(...) em 1978 mais de 500 mil trabalhadores entraram em greve. Em 1979, foram mais de 3 milhões. Estes dois anos entraram para a história do movimento sindical brasileiro como o primeiro grande pronunciamento dos trabalhadores contra a ditadura militar. E também marca o renascimento do movimento sindical combativo e autônomo, herdeiro das melhores tradições do sindicalismo de luta do começo deste século."

No mesmo ano e mês da primeira greve dos operários metalúrgicos de Divinópolis, os militares baixaram o Decreto-Lei 1.632 que proibia greves nos setores ditos essenciais da economia. Em setembro do mesmo ano, assinava a Portaria 3.337 reafirmando o caráter de colaboração de classes dos sindicatos e proibindo quaisquer atividades intersindicais, sendo proibidas as caravanas de solidariedade.

Como resposta a esta situação começaram a surgir diretorias sindicais de oposição. Iniciou-se um processo de organização independente dos trabalhadores. Foram criados o PT (74) e a CUT (75).

Em Divinópolis o movimento cultural crescia. Professores e estudantes do INESP promoviam o I Ciclo de Estudo de Problemas Brasileiros, na sede do Sindicato do Metalúrgicos. As diversas entidades profissionais participaram. Durante uma semana, juntos debateram as questões nacionais. Aumentou a participação destes setores em momentos de decisões políticas no município.

(74) PT - Partido dos Trabalhadores

(75) CUT - Central Única dos Trabalhadores

"A repressão policial-militar esteve presente em toda parte, na cidade e no campo, no cotidiano das atividades da população." (76)

No universo do operário metalúrgico de 1968 para 1978 começou a surgir todo um conjunto de ações que refletiam a resistência no interior das indústrias, que refletiam as condições do trabalho.

Em 1980, o Sindicato preparou as novas eleições de diretoria. A oposição teve dificuldades para se rearticular. As lideranças da greve perseguidas se encontravam desempregadas, não conseguindo um trabalho consequente, mais organizado. Desarticulada, não conseguiu disputar as eleições de 1980, perdendo o edital de convocação, e não foi possível registrar uma chapa. A chapa da situação disputou as eleições sozinha, encabeçada por João Elói Neto, indicado e apoiado por José Raimundo. Foi apenas uma troca de nomes. A concepção era a mesma da diretoria anterior. Ele continuou na mesma linha assistencialista.

Na primeira assembléia da nova diretoria a pauta foi: 1) *discussão do adicional de insalubridade ou periculosidade, retroativo aos 24 últimos meses*; 2) *a ampliação da base sindical para Carmo do Cajuru e São Gonçalo do Pará.*" (77)

No mesmo mês, o presidente João Elói convocou nova assembléia para discutir acordo salarial. Os operários receberam papel e lápis para escreverem suas sugestões. Em seguida, o presidente fez leitura das sugestões:

(76) POMPEMAYER, 1987, p.10

(77) Ata de Assembléia

1^a) que o Sindicato aceitasse o índice que foi fornecido pelo INPC específico do mês de novembro e que fosse solicitado um reajustamento a título de produtividada por faixas de salário: 15% para os empregados: 12% para os que recebem acima de 10 salários; e 9% para os que recebem acima de 10 salários mínimos e que seja fixado um piso salarial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para os empregados que estiverem trabalhando e os que vierem a ser admitidos após 01/11/1980;

2^a) que fosse mantida a cláusula do acordo anterior, fornecimento de 1/4 de litro de leite e um pão de 50 gramas a todo empregado gratuitamente e que fosse distribuído em embalagens plásticas, por precaução de higiene;

3^a) que os empregados depois de retornarem das férias recebessem um prêmio dentro das seguintes proporções: 120 horas até 6 faltas não justificadas; 60 horas e de 12 a 40 horas de 12 a 26 faltas e que este prêmio poderia ser oferecido somente aos empregados;

4^a) que as empregadas gestantes passariam a ter estabilidade de 120 dias após o término da licença concedida pela instituição previdenciária;

5^a) que os empregados portadores de licença médica e acidentes de trabalho, após retorno, tivessem uma estabilidade de 12 meses;

6^a) que as empresas ficassem obrigadas a fornecer equipamento de proteção gratuitamente a todos os empregados quando esse material fosse exigido;

7^a) que as empresas ficassem obrigadas a fornecer comprovante de pagamento e dos descontos so

fridos; mesmo quando o material de proteção fosse exigido;

8^a) que as empresas passariam a pagar após 01/11/1980 férias e 13º salário para os empregados que ficassem em auxílio-doença ou acidente de 6 meses ininterruptos;

9^a) que fossem descontados 10% dos empregados sindicalizados ou não para o Sindicato, considerando a assistência que prestamos para que tenhamos condições de ampliá-la;

10^a) que as empresas fizessem anotações na carteira profissional, nos casos de insalubridade;

11^a) as empresas deverão continuar fazendo conforme os acordos anteriores, preencher as propostas de sócios para os sindicatos no período de admissão dos empregados;

12^a) multa de 30% para a empresa que deixasse de cumprir qualquer das sugestões, inclusive mês a mês sob o valor cumprido e que este valor fosse revertido no Sindicato para ampliar as assistências." (78)

O Sindicato permaneceu sem fazer assembleias de dezembro de 1980 a outubro de 1981. A assembleia de outubro só se realizou em segunda convocação, com um pequeno número de associados presentes. Os operários presentes solicitaram do presidente informações sobre o acordo salarial, e como ficaria o salário depois de novembro. O presidente disse: "não tem nada definido, uma vez que o acordo está dependendo do índice do INPC, referente ao mês de novembro, mas acredito que o salário terá um aumento médio de 44%. O salário dos me

(78) Ata de Assembleia

nores de 16 anos deverá ser o salário-mínimo regional, cor
respondente a 75% do salário-mínimo da categoria, que por
certo não será inferior ao salário mínimo regional." (79)

Os operários solicitaram informações sobre
produtividade, e o presidente João Elói disse que produtividade
não se paga pelo número de operários e sim pela negociação
do acordo salarial.

11 - Celebrando a esperança
Os metalúrgicos continuam a luta

Em 1981, os militantes da oposição
metalúrgica se rearticulavam. Passaram a se reunir clandesti-
namente elaborando boletins anônimos e, esporadicamente fa-
zendo denúncias da situação dentro da fábrica e no Sindicato.
O grupo foi crescendo, ganhando adesões e se fortalecendo.

A articulação da oposição sindical em
Divinópolis coincidiu com o ascenso do movimento operário a
nível nacional, nos anos 1979 a 1983. Foi um movimento
que teve como objetivo a retomada do Sindicato combativo.

Para Mainwarnig & Viola (1984), em
trabalho feito onde comparam Brasil e Argentina,

"os movimentos antes de 1970 se preo-
cupavam mais com questões materiais,
com relacionamentos instrumentais en-
tre militantes e organizações verti-
cais voltadas para o Estado, e que
os novos movimentos da década de 70
se voltavam para preocupações afeti-
vas, orientação de grupo, solidarie-
dade e organizações horizontais." (80)

(79) Ata de Assembléia

(80) MAINWARNIG, Scott & VIOLA, Eduardo, 1984

E em Divinópolis, como o movimento operário metalúrgico se configurou?

Em janeiro de 1982, o presidente começou a assembléia falando em aumento das mensalidades do Sindicato. Mostrou as despesas da entidade e disse que os sócios desfrutavam bastante das assistências do Sindicato. O presidente disse que os sócios desfrutavam bastante das assistências do Sindicato. O presidente disse que as mensalidades deveriam subir para Cr\$ 490,00 (quatrocentos e noventa cruzeiros). Para os operários esta mensalidade aparecia como algo exorbitante. O operário Beraldino Ferreira Alves disse que o aumento deveria ser de acordo com o aumento do salário, se o salário fosse aumentado pelo INPC, que a mensalidade também deveria ser. E fez uma contraproposta: "Cr\$ 420,00 (quatrocentos e vinte cruzeiros), sendo o aumento em novembro, data base do aumento salarial." (81) Em votação venceu a proposta do Sr. Beraldino.

No dizer de Sader,

"neste contexto as lutas fabris são assumidas como momentos de auto-afirmação dos grupos operários, que vêem nelas o processo de sua constituição como sujeitos políticos. Mas essa atribuição de sentido não pode ser vista como se fosse um ato soberano de um sujeito racional. Ela se realiza em confronto entre diversos agentes — que atribuem significados diversos aos acontecimentos — e no fogo de situações concretas, onde tais significados ganham contornos imprevistos." (82)

(81) Ata de Assembléia.

(82) Op. Cit. 6, p.250

Os operários entrevistados disseram que o presidente João Elói foi pior que o José Raimundo. Segundo eles, este administrava os bens dos trabalhadores; João Elói nem isto fazia. Ele usurpava os bens dos trabalhadores e com mentiras nas assembléias de dissídio, chegava a falar de greve: "me lembro muito bem que no dissídio, João Elói foi dentro da Pains, tenho documentos e comprovo isto. Levou a turma de encarregados da Pains e aqueles caras puxa-saco, que ganham melhor dentro da indústria. Levou lá no Sindicato para votar a proposta que a Pains colocou para eles mesmos. O trabalho do João Elói era assim. Totalmente adverso aos operários que ganham pouco, e que são maioria, são os que cuidam da produção. O Zé Raimundo era sindicalista pelego, mas não mentia para o trabalhador, e não tirava no patrimônio. João Elói o pelego que mais agrediu a entidade dos operários. Ele, juntamente com a advogada Magda, que assessorava a secretária do Sindicato, faziam absurdos. Existem muitos operários que entraram com causa na Justiça, ganharam a causa, e só receberam da Magda 20%. Muitos deles nem eram procurados para pagar o cheque. Às vezes ganhavam a causa, a Magda falava que que tinha perdido o cheque. Estas causas ganhas, eram tocadas com as pequenas e micro-empresas. Causas contra a Pains eles nunca ganharam. Na greve de 1979, os operários ganharam insalubridade e não receberam. Já quase no fim do mandato do João Elói, a Pains fez um acordo absurdo com os operários, que não chegava a 20%; era assim, eles apoiavam coisas grotescas." (83)

Fazendo paralelos, os operários vão

(83) Depoimento de operário, março/1989

contando. Outro operário lembra que "na época do Zê Raimundo, ele era muito ativo, conseguiu coisas que em nenhum lugar se vê: que os patrões vissem o Sindicato com bons olhos. Mas aqui o Sindicato era totalmente pelego, onde os patrões se serviam mais do Sindicato do que os operários."⁽⁸⁴⁾ Para eles era uma vantagem o trabalhador estar filiado ao Sindicato. Quando o operário chegava no Sindicato, para fazer qualquer tipo de denúncia, de reivindicação, o fato era comunicado à empresa, e o operário era simplesmente demitido. O Sindicato, nas mãos do Zê Raimundo e João Elói, servia aos patrões. "João Elói, na sua gestão, construiu na sede campestre dos metalúrgicos, uma sala. Para os trabalhadores usarem esta sala, tinham que pagar uma taxa extra; a única coisa que ele fez foi esta sala."⁽⁸⁵⁾ "Na época do João Elói a renda do Sindicato era muito grande, porque nos dissídios os patrões aceitavam seus operários filiar dentro do Sindicato. Os patrões mesmo filiavam os operários."⁽⁸⁶⁾ "O João Elói foi uma continuação do Zê Raimundo. Ele conservou o patrimônio que o Sindicato tinha. Foi um ditador, decidiu sozinho, gostava das coisas do jeito dele, como colega de trabalho era péssimo, não aceitava a opinião dos outros, não foi honesto. O Zê Raimundo rachou com ele, houve discordância entre eles. Ele fazia muitas coisas que o salário dele não dava, o Zê Raimundo chamava atenção. Com ele não adiantava, ele tirava mesmo."⁽⁸⁷⁾

Em 12 de setembro de 1982, os operários começaram a discutir o acordo salarial, e foi nesta assembléia que o presidente João Elói foi questionado pela opo

(84) Depoimento de operário, março/1989

(85) Depoimento de operário, março/1989

(86) Depoimento de operário, março/1989

(87) Depoimento de operário, março/1989

sição sindical, que, mais estruturada, começou a se manifestar para enfrentar as eleições de 1983. A assembléia se mantinha fria. Estavam presentes os representantes do Sindicato de Itaúna, Davi Moreira da Silva e Edvar Alves de Oliveira. Eles foram convidados a falar sobre o acordo conseguido pelos operários de Itaúna. Sentindo a assembléia fria desmotivada, João Elói disse: "O Sindicato cumpre a tarefa de reivindicar aquilo que os companheiros solicitam, mas se os mesmos nada pedem, nada a diretoria pode fazer." (88)

Os metalúrgicos de Divinópolis conhecem e sabem o que querem. Seu silêncio não é o silêncio da omissão. Como sempre eles estão atentos, mas não falam, nada falam, nada solicitam, sabem que podem ser denunciados pela direção do Sindicato nas indústrias onde trabalham.

A direção do Sindicato numa atitude de desafio, propôs: "Para uma família de 3 filhos, segundo o DIEESE, o salário é de Cr\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil cruzeiros)." (89) O operário Tadeu percebendo a intenção contida na proposta contraargumenta: "O salário mínimo no momento não pode ser de acordo com o índice real, haverá desemprego em massa. Sugiro um acordo de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros)." (90) O presidente retomou a palavra dizendo: "Realmente o Sindicato errou, mas errou tentando acertar." (91) Outro operário, Geraldo, motivado pela situação, falou: "Conheço o Sr. Davi há muitos anos, e discordo com a

(88) Ata de Assembléia

(89) Ata de Assembléia

(90) Ata de Assembléia

(91) Ata de Assembléia

maioria de suas sugestões." (92)

O presidente João Elói e Davi não de sistiram. Davi, usando o método que a Federação de Humberto Canhoni ensinou aos sindicatos pelegos, lembrou aos operários: "Se o acordo for para a Justiça, pode demorar um ano, por isto é preciso que tomemos cuidado. Reconheço que a proposta de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) foi a melhor, mas se os operários acharem melhor que votem na proposta de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), considerando menor o risco de desemprego, lembro a vocês porêm na época das vacas gordas, o Sindicato não pediu o que precisava e que agora na época de vacas magras não devemos nos arriscar." (93)

Os operários presentes, motivados pelo clima de discussão que se estabeleceu na assembléia, começaram a se manifestar, analisando o levantamento feito pelo DIEESE e os mecanismos que poderiam utilizar para garantir seus direitos. Falavam das pressões patronais no Sindicato e avaliaram as perdas que os operários estavam sofrendo. Chegaram a discutir a necessidade da estabilidade no emprego. Davi discordou. Os operários insistiam em mecanismo que lhes desse alguma garantia. Davi esclareceu: "Discordo da estabilidade, mas concordo com dois avisos prévios no lugar da estabilidade. Esclareço que estou atendendo um convite do presidente do Sindicato, e que minha presença não é só como presidente do Sindicato de Itaúna, estou presente também como representante da Federação dos metalúrgicos. Considero ser difícil conseguir um salário de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) mas o operário está perdendo. Dissídio é a maior fria, porque na

(92) Ata de Assembléia

(93) Ata de Assembléia

base o operário poderá conseguir alguma coisa, mas se for para o Tribunal os patrões vão gostar. Em Itaúna os patrões já fizeram reuniões e discordam do salário que está sendo reivindicado. O Tribunal está contrariando a própria lei. O Código Civil diz, quando acontece uma demanda entre a classe forte e a mais fraca, a lei deve favorecer a mais fraca. Afirmo mais uma vez que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - (FGTS) acaba com a garantia do trabalhador." (94)

Um operário perguntou: "por que pedir muito se os patrões nunca aceitam os pedidos?" (95) Davi disse: "devemos colocar muito, para negociar e ceder, ter o que diminuir. Os operários não pedem porque se sentem fracos ao ponto de aceitar tudo dos patrões." (96)

É interessante observar que Davi com toda esta argumentação motivou a proposta de greve. E um operário falando concluiu: "a proposta de greve, acarreta muitas desvantagens mas apresenta mais vantagens." (97) O operário Geraldo participando do debate afirmou: "o responsável direto pelas desvantagens sofridas na greve de 1979, foi o presidente José Raimundo." (98)

Davi, assustado, esclareceu: "não estou mobilizando os operários para uma greve, e sim tentando que os operários procurem uma forma melhor para negociar o acordo. Afirmo, não sou a favor da greve, mas concordo que é um instrumento que funciona bem, mas é preciso ter paciência, ser

(94) Ata de Assembléia

(95) Ata de Assembléia

(96) Ata de Assembléia

(98) Ata de Assembléia

ponderado." (99)

Feita a votação, venceu a proposta :

1) Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros); 2) 12 meses de estabilidade ou 5 avisos prévios." (100)

"(...) Nem sempre o Sindicato representa a classe e, quando a representa, nem sempre isto se mede pela eficácia de sua barganha; esta eficácia, quando acontece, nem sempre significa uma tradição política dos interesses de sua base; esta tradição política pode não caber em tipos de ação pré-conhecidos que espalhariam o grau de sucesso ou insucesso seus representantes e mesmo perante o Estado. Do mesmo modo, nem sempre as experiências operárias formam uma tradição de luta que possa ser legada como um pacote para as próximas gerações, exatamente porque a sociedade sofre os efeitos históricos, de uma dinâmica constante que modifica a forma de sua desigualdade, e que propõe a heterogeneidade em bases pouco previsíveis de antemão." (101)

Em assembléia de 07 de outubro de 1982 estavam presentes, representando o SESI, Beatriz Ferreira Gontijo Moraes e Maria Dalva de Oliveira e Santos, que abriram a reunião falando sobre o supletivo de 1º grau, de 1ª a 4ª série, para metalúrgicos.

O presidente João Elói leu a resposta dos patrões e as reivindicações tiradas na assembléia anterior. Segundo o presidente, a proposta patronal foi tão insignifican

(99) Ata de Assembléia

(100) Ata de Assembléia

(101) Id. ibid. 29

te, que ele já marcou reunião na DRT para o dia 19 de outubro de 1982. Porém na ata desta mesma assembléia (07/10/82), consta que foi lido acordo firmado em Belo Horizonte.

O operário Edilson falou: "os operários estão acostumados a ouvir de cabeça baixa a resposta dos patrões. Denuncio o encontro que se realizou nesta sede sem que os trabalhadores tomassem parte, houve muitas coisas de que os operários precisavam participar. O Governo fez pronunciamento prevendo que, no ano de 1982, haverá nova recessão e que os trabalhadores deveriam se unir, para evitar que seus filhos morressem na miséria. É hora de dar o troco ao Governo, pedindo mais conquistas, e mais 10% de abono-emergência." (102)

O presidente justificou o encontro realizado, explicando que não houve propaganda porque os convites foram desviados, e não esclareceu como foram desviados.

Os operários manifestaram indignação quanto a falta de atenção dos patrões à proposta elaborada por eles. Crescia o clima de tensão. O operário Tadeu tomou a palavra: "não estou entendendo porque o presidente me chamou de mentiroso. Quero saber do presidente se ele tem autoridade para trazer o Sr. Sebastião Gomes de Azevedo para dentro do Sindicato. A Pains fez churrasco para os diretores do Sindicato, não concordo com isto. Que fique claro, eu não tenho nada contra o pessoal da Siderúrgica Camargos." (103)

O presidente respondeu: "não tenho

(102) Ata de Assembléia

(103) Ata de Assembléia

que fazer assembléia para chamar aquele diretor para dentro do Sindicato. Denuncio os boletins que estão sendo distribuídos; os mesmos deveriam primeiro passar pela censura da diretoria." (104)

A assembléia se dividiu, vários operários manifestaram-se em defesa de Tadeu, e outros a favor do presidente João Elói. O Sr. Geraldo insistiu: "como Tadeu, quero saber o que veio fazer no Sindicato? Sebastião Gomes de Azevedo." (105) O presidente esclareceu: "ele veio substituir o primeiro secretário que estava ausente." (106)

Em cada assembléia, durante o ano de 1982, a oposição crescia. Em cada assembléia as propostas apresentadas e as discussões em torno das mesmas evidenciavam as posições, as divergências, as intenções. Por exemplo, na assembléia em que o presidente João Elói relatou a reunião de conciliação com os empregados na DRT, os operários não aceitaram a proposta e optaram pelo dissídio.

Na assembléia de 28 de novembro de 1982, o presidente fez leitura do acordo salarial para o ano de 1983. Os operários assustados e indignados com o número de companheiros demitidos, falaram que não era hora de pensar em salários maiores. Era preciso assegurar o emprego, acatando o índice do Governo. Denunciaram indústrias em Divinópolis, onde operários foram demitidos e, os que ficaram, estavam trabalhando em dobro.

O presidente João Elói passou a pala

(104) Ata de Assembléia

(105) Ata de Assembléia

(106) Ata de Assembléia

vra para Sebastião Gomes de Azevedo que disse não ter sido possível cumprir o prometido. Se a assembléia não aceitasse, o único recurso seria entrar em dissídio coletivo. Imediatamente, o presidente colocou em votação e o que ficou aprovado: "1) Para quem ganha até 3 salários mínimos, INPC mais taxa de 4% ou seja Cr\$ 49,98 (quarenta e nove cruzeiros e noventa e oito centavos); 2) Retorno de férias de 30 horas; 3) 4% de aumento de produtividade; 4) Piso salarial Cr\$ 28.300,00 (vinte oito mil e trezentos cruzeiros)." (107)

Os operários votaram Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) de piso salarial. Receberam no acordo Cr\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos cruzeiros) a menos.

Fevereiro de 1983, os operários da Siderúrgica Mineira se reuniam para discutir medidas a serem tomadas contra a empresa, que não estava pagando os operários. Foi denunciada a situação de necessidade que estavam passando as famílias dos operários, que pediam ajuda à Associação Vicentina. Um operário metalúrgico, Lage, apresentou a seguinte proposta: "1) Liberação do FGTS; 2) acompanhamento do advogado do Sindicato e mais outro advogado a ser indicado; 3) marcar reunião na DRT para 11 de fevereiro de 1983; 4) tirar comissão para tentar negociação.

O presidente João Elói mostrou vários processos de companheiros que pleiteavam rescisão indireta de contrato de trabalho da mesma empresa, e, "se não houve qualquer pagamento, não foi por falta de esforço do departamento jurídico, o patrão é o responsável, se valendo de argumentos mesquinhos para travar o processo." (108)

(107) Ata de Assembléia

(108) Ata de Assembléia

Em 1983, ano de eleição, a oposição, que depois da greve de 1979 começou a se reunir clandestinamente, estava preparada para concorrer com a chapa da situação. Porém as coisas não seriam tão fáceis, se observada a história do Sindicato, provavelmente não haveria um processo democrático.

12 - A luta por dias melhores
Assumindo o Sindicato

Como as atas não fazem referência às eleições ocorridas em 1983, e só se encontraram documentos em relação às eleições de 1988, o que teria acontecido em 1983, com a tão esperada eleição? Por que João Elói continuou mais cinco anos como presidente do Sindicato?

Para responder a estas questões, entrevistaram-se vários operários. Eles contaram o que ocorreu nas eleições de 1983, e nos cinco anos seguintes.

"Eu me lembro bem... A oposição disputou as eleições em 1983, eu trabalhava na Siderúrgica Pains, e foi uma surpresa muito grande para a direção da empresa ter quatro trabalhadores seus, participando da oposição, sendo dois da mesma seção de assistência social. Éramos eu e uma companheira." (109)

"A eleição ocorreu em um período de recessão, e o que a Pains fez? Na minha seção tinha onze trabalhadores, foram demitidos nove, ficaram somente dois, que eram da oposição e tinham estabilidade pela lei." (110)

(109) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

(110) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

"Nós disputamos as eleições no primeiro escrutínio, mas não conseguimos a maioria absoluta que é exigida pela legislação. Fomos para o segundo escrutínio 15 dias depois. No segundo escrutínio, a direção anterior de João Elói se articulou com os empresários, fraudou o processo eleitoral e conseguiram vencer as eleições." (111)

"As fraudes puderam ser comprovadas a oposição imediatamente entrou com processo na Justiça pedindo anulação das eleições: a cédula única tinha em destaque o nome dos componentes da chapa 1, que era a chapa da situação." (112)

"Foi comprovado: trabalhadores votaram mais de uma vez, por exemplo, existiam três urnas em três locais diferentes, o nome, por exemplo, do Beto, tinha na Pains, onde trabalhava, e no Sindicato. Então, se quisesse, podia-se votar na Pains e no Sindicato. A situação fez isto porque tinha controle do processo eleitoral." (113)

"Foram comprovados votos de pessoas que não eram da categoria." (114)

Todas essas fraudes ocorreram e a oposição tinha provas que posteriormente utilizou no processo de anulação das eleições.

Segundo metalúrgicos, as eleições foram anuladas pelo Delegado do Trabalho em Minas Gerais, Onésimo Viana. Foi um fato imédito, porque ele, que fora delegado da ditadura, acatou um processo da oposição. Pensa-se que es

(111) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

(112) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

(113) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

(114) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

sa anulação ocorreu em função dos casos externos de fraudes denunciados e comprovados. Ele fez a anulação e prorrogou o mandato da diretoria do João Elói, por 60 (sessenta) dias, exigindo neste período convocação de novas eleições. Durante 60 (sessenta) dias as indústrias demitiram todos os operários que formavam a chapa da oposição. Concomitantemente, a diretoria do João Elói entrou com recurso e o processo foi para Brasília, e lá ficou engavetado.

No período, em que o processo ficou engavetado em Brasília, ocorreram fatos interessantes. Por exemplo, no final de 1983, o advogado Celso Aquino Ribeiro, que vinha dando assistência jurídica à oposição, foi a Brasília, acompanhado do advogado sindical de Belo Horizonte, Carlos Escobar, para verificar o andamento do processo. E, para facilitar o acesso até o Ministério do Trabalho, porque não havia ainda o Colégio Eleitoral, Celso Aquino achou melhor pedir uma audiência a um deputado federal do PDS. Os dois ensaiaram tudo direitinho; colocaram-se como pessoas da situação, e foram recebidos muito bem. Chegaram ao Ministério credenciados por esse deputado. No Ministério os funcionários, pensando que estavam informando pessoas da situação, contataram coisas absurdas, como: reconheciam que o processo tinha sido mal conduzido, mas eles estavam preocupados em anular as eleições e a oposição sair vitoriosa. Disseram que na oposição existia infiltração, que o PT estava acompanhando, estava pressionando, para a eleição ser resolvida.

O exemplo citado deixou claro para a oposição sindical que o mecanismo, que ela enfrentava, não era apenas local. Era toda uma estrutura montada para garantir os interesses patronais. Era, na prática, uma aula de po

lítica, onde eles aprendiam as dimensões da luta de classe.

O grupo da situação no Sindicato, durante muitos anos, sofreu pressão dos operários, e teve suporte para continuar a mesma linha de trabalho; superou as crises e, como foi dito, conseguiu evitar maiores conflitos entre patrão e empregado. Internamente, porém, no Sindicato, o grupo que reteve a direção e a estrutura assistencialista só o conseguiu, e hoje fica claro para os operários, porque há toda uma estrutura muito mais ampla, e muito mais complexa dando suporte.

De 1976 a 1988, as sucessivas direções tiveram oposição mais definida, denunciando as contradições do cotidiano nas indústrias, a manipulação entre este cotidiano e as reivindicações operárias encaminhadas pela diretoria do Sindicato.

Os operários definiam sua posição política com ações mais claras. Era muito difícil, segundo eles, rearticular a oposição. Independente do processo que corria na Justiça, a oposição tentava, mais agressiva, se articular. Os operários que concorreram às eleições em 1983, já estavam "queimados" perante os patrões e passaram a aparecer, abertamente, defendendo as propostas da oposição, que era muito maior do que o grupo que formou a chapa concorrente; os que estavam fora da chapa não apareciam, continuavam a se reunir clandestinamente.

Os operários passaram a participar de vários grupos locais. Recebiam apoio de partidos políticos, da Pastoral Operária. Eles lembram com admiração do Padre Antônio Pedrosa, vigário na Paróquia de São José Operário. O Padre Pedrosa, como o chamam os operários, cedia-lhes uma sala na casa Paroquial. Também nas Obras Sociais da Dio

cese, os operários receberam uma sala, que era da Pastoral. Nestes locais e em casa de companheiros, eles se reuniam clandestinamente, para os patrões não os reprimir com dispensa, dando baixa na carteira. Contam que os companheiros que deixavam transparecer que participavam de grupos comunitários eram dispensados. Muitos operários, com medo, abandonaram os encontros, as reuniões.

Mesmo assim, com muita dificuldade, mas com apoio de muita gente, a oposição ia conseguindo crescer. Começou a puxar as campanhas salariais, a fazer campanhas; pelo pagamento adicional de insalubridade. Em diversos momentos chegou a dirigir o processo. Soltava boletins com denúncias sobre as condições de trabalho, ou contendo reivindicações.

As campanhas salariais não foram mais vitoriosas porque a diretoria do João Elói colocou polícia na porta do Sindicato para impedir a entrada da oposição, para dividir o movimento, para fragmentar e fazer as assembléias só com os trabalhadores da Pains. *"João Elói chegou ao ponto de impedir que os operários de outras indústrias entrassem."* (115)

Enquanto isto, a oposição ia se credenciando perante a categoria, como uma alternativa concreta.

Em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada e imediatamente a oposição se filiou a ela e passou a assumir a bandeira de construção da CUT, passando a ser reconhecida como *"oposição cutista"*. Depois da filiação à CUT a oposição se sentiu diferente, mais forte, porque ela estava ligada a um processo nacional de reto

(115) Depoimento de metalúrgicos, fevereiro e março de 1989

mada dos sindicatos combativos.

Em assembléia no final de 1983, os operários promoviam discussões sobre o Decreto-Lei 2.045, ficando claro para eles que o objetivo do Decreto visava levar a zero a produtividade conseguida nos anos anteriores, pela categoria. O presidente, percebendo que os operários pretendiam aprofundar os debates, tomou a palavra para dizer que a finalidade da assembléia era discutir, apreciar, aprovar ou não a negociação do acordo salarial, ou instauração do dissídio coletivo. O operário João Soares reclamou que a Siderúrgica São Camargos não estava fazendo pagamento mensal, que passou para semanal, com atraso. João Elói sugeriu: "não assinem a folha de pagamento, colocando a firma em dificuldade com a Justiça." (116) Dimas Alceu, operário, não concordou com a proposta dos patrões; achou vergonhoso diante do que os operários pediram, e perguntou o que poderia ser feito. No final, a proposta foi votada e aprovada.

A diretoria do Sindicato só voltou a convocar outra assembléia em 19 de outubro de 1984, conseguindo aprovação para a proposta dos empregadores. Estavam presentes apenas 54 (cinquenta e quatro) associados.

Em março de 1985, em segunda convocação, os operários fizeram assembléia para deliberarem as seguintes reivindicações: "1) reposição salarial de 64,7% sobre os salários atuais em abril próximo; 2) reajustamento de 100% do INPC, nas mensalidades do Sindicato, independente da faixa salarial; 3) autorização à diretoria da Federação, para, junto com a diretoria do Sindicato, tomar medidas para

(116) Ata de Assembléia

alcançar as reivindicações acima citadas." (117) Proposta aprovada.

Em setembro de 1986, na assembléia do acordo salarial, a pauta que foi elaborada continha mais reivindicações que as anteriores, quantitativa e qualitativamente: "1) Manutenção das conquistas anteriores; 2) gratificação de um salário, como participação no lucro das empresas, no mês de janeiro de cada ano; 3) 100% do INPC acumulado de março a outubro de 86; 4) 15% de produtividade; 5) quinquênio no valor de 5% do salário individual, retroativo a cada admissão; 6) horas-extras acrescidas do percentual de 100%; 7) folga de 2 dias por nascimento de filhos; 8) uniforme gratuito para todos os funcionários; 9) seguro de grupo de vida, gratuito para todos os empregados; 10) passagem urbana, de ida e volta ao trabalho, gratuitamente a todos os empregados; 11) semana de 40 horas; 12) estabilidade de um ano, para todos os integrantes da categoria; 13) garantia do emprego ao futuro papai, por 10 meses a partir da concepção; 14) não demissão dos empregados que estejam, a um ano da aposentadoria especial ou comum; 15) aumento real trimestral; 16) abono de faltas do trabalhador estudante; 17) garantia do emprego ao trabalhador acidentado ou licenciado, pelo prazo de seis meses após o término da licença previdenciária; 18) complementação do salário do empregado que estiver percebendo auxílio-doença ou acidente." (118)

Foi discutida a necessidade de uma Comissão de Negociação que seria escolhida na assembléia se

(117) Ata de Assembléia

(118) Ata de Assembléia

guinte.

A participação da oposição sindical nas assembléias mudou substancialmente o nível das reivindicações e a forma como a pauta foi elaborada. A oposição foi motivando os operários a analisarem seus problemas, e a fazer propostas com o objetivo de resolvê-los, ou pelo menos a amenizá-los.

Em outubro de 1986, o presidente informou que os patrões não ofereceram absolutamente nada aos operários. A única proposta foi o piso salarial de Cr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros). Além disso, somente a Pains fez uma proposta, que, segundo o presidente, estava sendo avaliada pela diretoria e seria levada aos companheiros que trabalhavam na Pains. O operário, José solicitou ao presidente que fizesse leitura da pauta de reivindicações da Pains. O presidente disse ser inviável, porque, se fizesse a leitura, ficariam nos mesmos fatos sem evoluir. O operário Sebastião Gomes, insistiu: "*Sr. Presidente faça a leitura de nossas reivindicações.*" (119) O presidente fez a leitura. Os operários pediram a votação e a proposta foi novamente aprovada por unanimidade, e, foi novamente encaminhada aos patrões sem nenhuma alteração. O presidente João Elói, sem nada poder fazer, disse que se os patrões se manifestassem, convocaria nova assembléia, e os operários seriam avisados na porta da fábrica.

O presidente João Elói, em 29 de outubro de 1986, fez assembléia especial, só para operários e funcionários da Pains, para firmar ou não acordo coletivo, ou instaurar dissídio coletivo. Informou aos presentes que a da

(119) Ata de Assembléia

ta-base do acordo fora prorrogada, para 07 de novembro de 1986 perante a DRT, fazendo, em seguida, a leitura da contra proposta da Siderúrgica Pains: "1º) O salário-base nominal vigente em 31 de outubro de 1986 será corrigido a partir de 1º de novembro de 1986 pelos índices abaixo correspondentes aos reajustes previstos no art.20, parágrafo único do Decre to Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e ao aumento previsto no artigo 22 do mesmo diploma legal: 16% para os salários de Cz\$ 1.159,00 (um mil cento e cinquenta nove cruzados) a Cz\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzados), adicionando-se a ajuda de custo de Cz\$ 400,00 (quatrocentos cruzados) ao novo salário, 14% para os salários de Cz\$ 2.101,00 (dois mil cento e um cruzados) a Cz\$ 4.000,00 (quatro mil cruzados), adicionando-se a ajuda de custo de Cz\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzados) ao novo salário; 12% para os salários acima de Cz\$ 4.000,80 (quatro mil cruzados e oitenta centavos), adicionando-se a ajuda de custo de Cz\$ 300,00 (trezentos cruzados) ao novo salário; 2º) a partir de 1º de novembro de 1986, o piso salarial da catêgoria para os funcionários da Cia. Siderúrgica Pains será de Cz\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzados) mensais, sendo que a nenhum empregado da correspondente categoria profissional, excluídos os menores aprendizes na forma da lei, ao ser admitido, poderá ser atribuído salário de ingresso inferior a Cz\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta cinco cruzados). O funcionário, que após os noventa dias contados de sua admissão tiver esta ratificada passará a perceber o salário de carreira de Cz\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzados) mensais; 3º) as horas-extras serão remuneradas a 40% sobre o valor da hora normal, conforme as respectivas faixas salariais; 4º) após doze meses de

trabalho ininterrupto, os empregados farão jus a uma gratificação de retorno de férias: a) 60 horas normais de trabalho, desde que tenham até três faltas justificadas, afora as legais. b) De 70 horas normais de trabalho, desde que não tenham quaisquer faltas ainda que justificadas, afora as legais. O valor da gratificação será pago ao empregado quando de seu retorno ao trabalho, ou se for o caso, na rescisão contratual;

5º) farão jus ao prêmio mensal de quinquênio os empregados que completarem, com data parâmetro de 31 de outubro de 1986, na seguinte escala: a) de 5 a 9 anos ininterruptos 6%; b) de 10 a 14 anos 10%; c) de 15 a 19 anos 14%; d) de 20 a 24 anos 18%; e) de 25 a 29 anos 22%; f) de 30 a 34 anos 26%. Os percentuais aplicar-se-ão sempre sobre o piso salarial vigente da categoria, presentemente da ordem de Cz\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzados). A contagem de prazo para determinação dos quinquênios será ininterrupta e pelo calendário gregoriano. Todas e quaisquer faltas e/ou afastamento não justificada e/ou não previstos em lei serão descontados na contagem referida no parágrafo anterior, para efeito de aquisição quinzenal.

6º) a empresa complementarã ao empregado que se afastar de suas atividades profissionais por motivo de doença do trabalho e/ou acidente, o seu salário real ou vigente, após o 16º dia até o 60º dia contados de seu afastamento, desde que haja o competente laudo do médico da empresa a incapacidade, bem como o do INPS. O pagamento ora referido far-se-ã na mesma data dos empregados ativos.

7º) qualquer empregado que vier a aposentar, com afastamento definitivo a partir de 1º de novembro de 1986, fará jus a uma qualificação correspondente a 100% do valor da média dos dois últimos salários da categoria, multiplicados pelo número de anos efetiva

mente trabalhados na empresa de forma ininterrupta; 8º) em caso de falecimento do empregado por acidente de trabalho, a empresa se compromete a pagar, extrajudicialmente, aos herdeiros legais "DE JUS", uma indenização equivalente a 75% da média dos dois últimos pisos salariais da categoria, multiplicado pelo número de anos efetivamente trabalhados pelo falecido junto à empresa de forma ininterrupta. Em se tratando de falecimento por morte natural, aplicar-se-á o disposto no "CAPUT" desta cláusula, porém com o percentual de 50%; 9º) em caso de falecimento de dependente legal, pai, mãe, filhos menores de 18 anos e pessoas designadas como dependentes junto ao INPS, a empresa se compromete a pagar ao empregado, à vista da documentação legal, comprobatória, um auxílio-funeral correspondente a 30% da média dos dois últimos pisos salariais, por vítima; 10º) serão abonadas as faltas do trabalhador estudante, desde que lastreadas por atestado oficiais das respectivas escolas; 11º) aos empregados que estejam obrigados ao uso, os uniformes serão fornecidos gratuitamente pela empresa. Os demais operários poderão optar pelo uso, desde que requeiram até 30 de novembro de 1986, para uso a partir de 1º de janeiro de 1987, quando então o receberá gratuitamente também. Serão fornecidos até dois uniformes por ano, devendo o empregado devolvê-los quando rescindido o contrato de trabalho, no estado em que estiverem, sob pena de desconto do valor de custo de ambos; 12º) a empresa se comprometerá a fornecer, gratuitamente, um quarto de litro de leite e um pão de 50gr. a cada empregado em cada jornada de oito horas de trabalho; 13º) as empregadas gestantes terão garantia de emprego pelo prazo de 60 dias após o término da licença previdenciária; 14º) a) a empresa se obriga a anotar na CTPS de seus empregados a

respectiva função/cargo exercidos, bem como fornecer a seus funcionários envelopes de pagamento contendo o timbre da pagadora e demonstrativo da remuneração e respectivos descontos; b) a empresa se compromete a efetuar, no prazo de 10 dias úteis, o pagamento dos direitos trabalhistas decorrentes de rescisão de contrato de trabalho de empregado, sob pena de sujeitar-se à multa de 10% calculado sobre o valor devido ao empregado, além de juros e correção monetária, se for o caso, a partir do 11º dia útil; c) o item "b" supra torna-se-ã sem efeito, caso o empregado ou empregador recorrerem à Justiça, dentro do prazo acima estipulado; d) a empresa se obriga a descontar de cada empregado a importância de Cz\$ 70,00 (setenta cruzados) em favor do Sindicato acordante, comprometendo-se a depositar os valores no Banco do Brasil, agência local, a crédito da conta do predito Sindicato; e) o desconto referido na alínea anterior aplicar-se-ã a todos os empregados, sindicalizado ou não, responsabilizando-se o Sindicato por quaisquer reclamações decorrentes do referido; f) a empresa se compromete a efetuar os depósitos aludidos na alínea "d" até 30 de dezembro de 1986, enviando ao Sindicato até 10 de janeiro de 1987 a relação nominal dos empregados; g) a empresa se compromete a colaborar na sindicalização de todos os seus empregados; 15º) a) qualquer aumento superior fixado em lei tratar-se-ã como liberalidade da empresa, não incidindo como rescisão de tarifa, para aumento de preço de mercadoria, na forma da legislação vigente; b) o Sindicato se compromete a garantir a vigência do presente acordo pelo prazo de um ano (1º de novembro de 1986 a 31 de outubro de 1987), somente sendo alterado em seus itens ora acordados, por força de legislação aplicável as matérias ora convencionadas; c) as partes expres

samente avançam que o presente acordo será rompido em todos os seus itens, na hipótese de durante a sua vigência, forem pretendidas renegociações de quaisquer dos itens acordados, renegociações estas que tenham o caráter de ilegalidade e/ou francamente contrária a legislação vigente; d) na hipótese de rompimento do presente acordo, no caso da alínea anterior ou deflagração de greve conotadamente ilegal, os direitos adquiridos pelo presente acordo prevalecerão até a data do citado rompimento, ficando a partir daí "sub judice" isentando a empresa de quaisquer pagamentos referentes aos benefícios às cláusulas terceira, quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona e décima segunda até decisão final do poder judiciário competente." (120) Colocada a contraproposta da empresa em votação, foi aprovada por unanimidade.

No processo de luta entre empresa e operários quanto as reivindicações a partir de cada negociação salarial, aparecem itens novos que de uma lado, expressam a organização da oposição sindical; de outro, a forma encontrada pela direção sindical para enfrentar a oposição; sem, no entanto, deixar de expressar as pretensões das empresas. Nesta última contraproposta apresentada pela Pains, por exemplo, o item 15 da proposta foi aprovado, sem a presença da oposição. Esta foi impedida de participar, quando o presidente João Elói partiu para o acordo desta indústria em separado, e colocou polícia na porta do Sindicato, segundo os operários, para controlar a entrada da oposição, recurso que poderia ser aplicado em momento de greve criando condições favoráveis à repressão patronal. A Pains foi a única em

(120) Ata de Assembléia

presa a apresentar esta proposta do item 15.

Em assembléia de novembro de 1986, o presidente reuniu-se com os operários das indústrias de ferro-gusa, menos a Pains; ele fez leitura da contraproposta dos patrões.

A contraprosta era a seguinte: " 1) Salário admissional de Cz\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzados); 2) salário de Cz\$ 1.470,00 (um mil, quatrocentos e setenta cruzados) para aqueles que já eram empregados das empresas em 1º de novembro de 1986; 3) concessão de Cz\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzados) para quem percebia, em março de 1986, salário de Cz\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzados) a Cz\$ 3.000,00 (três mil cruzados) e de 12% para quem ganhava acima de Cz\$ 3.000,00 (três mil cruzados); 4) correção salarial automática por força de legislação; 5) lanche, mantendo-se o leite e o pão; 6) horas-extras com acréscimo de 30% às 2 primeiras e de 45% às demais; 7) retorno de férias 60 horas; com tolerância de 6 faltas justificadas ou não, exceto o acidente de trabalho e 70 horas para quem não tiver nenhuma falta exceto por acidente do trabalho; 8) salário do menor de acordo com o mínimo legal durante os 4 quatro primeiros meses de trabalho; 9) gestante com estabilidade de 60 dias após a licença previdenciária; 10) uniformes gratuitos; 11) anotação na CTPS das reais funções; 12) passagem urbana gratuita para os que trabalham no Centro Industrial Jovelino Rabelo; 13) multa nas parcelas rescisórias, pelo atraso de pagamento destas; 14) multa de 10% pelo atraso no pagamento do 13º salário; 15) compensações dos aumentos, adiantamento e antecipações concedidas após a correção de março de 1986 (Plano Cruzado); 16) compromisso de

descontar os Cz\$ 70,00 (setenta cruzados) em favor do Sindicato de todos os empregados, sindicalizados ou não, a título de contribuição assistencial, do mês de novembro de 1986." (121)

Após leitura, o presidente, para motivar os operários a aceitarem a contraproposta patronal lembrou o Plano Cruzado e o congelamento: "Se considerar que os salários dos metalúrgicos, que recebem o piso, o aumento proposto é de 40%, e o INPC na forma do Decreto-Lei 2.284 oferece uma correção de apenas 8%, os operários estariam sendo beneficiados na contraproposta patronal." (122) Colocou em votação, e a proposta foi aceita por unanimidade, com exceção do salário do menor.

No mês de dezembro de 1986, o presidente João Elói mais uma vez reuniu-se em separado com os funcionários da Pains, para aprovação ou não do reembolso-creche aos funcionários dessa empresa, de acordo com Portaria MTB/3.296 (reembolso-creche), o que foi aprovado.

No ão de 1987, o presidente João Elói fez cinco assembléias. Na primeira, em abril, ele propôs contenção de despesas no Sindicato tais como: redução de vendas a prazo e ampliação de 10% de vendas a vista. Na segunda assembléia, em setembro, propôs elaboração de uma pauta de reivindicações para o acordo salarial em discussão, encaminhada à mesa de negociações. Pauta de reivindicações:

Piso Salarial

1) a) Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruza

(121) Ata de Assembléia

(122) Ata de Assembléia

dos), automaticamente corrigido pela força da legislação su
perveniente aplicável a matéria, levando a um aumento Real
de Salário; b) os empregados que receberam salário superior
ao piso da categoria; ora reivindicado, terão aumento real
de salário no percentual de 30% sobre este. 2) resíduo in
flacionário, a ser pago integralmente, a partir de novembro,
numa parcela única; 3) lanche, mantido no termos do acordo
anterior; 4) horas-extras, independentemente do número, com
100% de acréscimo; 5) gratificação de férias no valor de
100 horas, independentemente do número de faltas; 6) quín
quênio, devido a todo empregado no percentual de 10% sobre
seu salário, tendo como data parâmetro 31 de outubro de 1987,
automaticamente corrigido conforme o salário; 7) seguro de
vida, em grupo, para todos os trabalhadores, com pagamento in
tegral pela empresa; 8) escala de revezamento; com 4 turnos,
com redução da jornada de trabalho de 6 horas diárias, sem re
dução de salário; 9) reembolso de gastos de tratamento odon
tológico a empregados e seus dependentes; 10) fornecimento
de medicamentos - serão reembolsados pelas empresas pelos gas
tos com medicamentos para si e seus dependentes; 11) dias
feriados - dia 02 de novembro será considerado feriado para
todos os efeitos para a categoria metalúrgica representada pe
lo Sindicato acordante; 12) gratificação de aposentadoria -
todo empregado com 10 anos de casa na empresa e vier a apo
sentar-se, terá uma gratificação de 100 OTNs da época; 13)
indenização - em caso de morte por acidente de trabalho, a
empresa pagará, independente de ação judicial aos herdeiros
legais, uma indenização de 20 OTNs, no ato da rescisão con
tratual; 14) empregadas gestantes terão garantia de emprego
pelo prazo de 120 dias após o término da licença previden

ciária; 15) uniformes aos empregados que estejam obrigados ao uso de uniformes, Estes serão fornecidos pela empresa gratuitamente; 16) envelopes de pagamento - serão fornecidos aos empregados envelopes de pagamento com timbre e demonstrativo da remuneração e respectivos descontos; 17) anotação na CTPS - as reais funções, cargos desenvolvidos pelos empregados serão anotados na CTPS; 18) passagens urbanas - as empresas fornecerão aos empregados gratuitamente as passagens urbanas em número de 2 por dia trabalhado; 19) rescisão contratual - os valores oriundos da rescisão contratual serão pagos aos empregados no prazo de 10 dias sob pena de multa de 10% sobre o valor devido, mais juros e correção monetária, independente de decisão judicial; 20) produtividade - os salários dos integrantes da categoria serão corrigidos de acordo com a legislação e acrescidos do percentual de 20% a título de produtividade; 21) taxa assistencial será mantida a redação do acordo anterior, elevando a taxa a Cz\$ 200,00 (duzentos cruzados). OBS: ESSA ATA NÃO FOI LAVRADA, só consta na pauta." (123)

Na terceira assembléia, em 19 de outubro de 1987, os operários discutiram com indignação a proposta patronal. Segundo eles; " a proposta dos patrões, em relação à pauta de reivindicações era indecorosa." (124) Estava presente Gilberto como representante da Secretaria do Trabalho. Os operários votaram contra a proposta patronal, e pelo novo encaminhamento da mesma pauta de reivindicações, que eles elaboraram com o prazo para os patrões se manifestarem até o dia 26 de outubro de 1987. Ficou marcada uma reunião para

(123) Ata de Assembléia

(124) Ata de Assembléia

ra o dia 26 de dezembro de 1987 e, caso não houvesse acordo, os operários fariam uma greve. Gilberto propôs a intervenção da Secretaria do Estado nas negociações e os operários aprovaram. Os conflitos na luta sindical nasceram de movimentos autônomos, das pressões da base e foram sistematizados pela oposição e levados, também, para o interior do aparelho sindical. Foi uma tentativa de absorver a insatisfação da categoria e de buscar a legalidade.

Na quarta assembléia, em 26 de outubro de 1987, o presidente João Elói colocou em apreciação a contraproposta patronal ou o dissídio. Os operários rejeitaram a proposta por unanimidade. O presidente informou a assembléia que: "*o acordo da Pains será discutido em separado por conter outras conquistas.*" (125) Os operários não aceitaram e afirmaram que a campanha salarial seria em conjunto. Colocado em votação, o presidente ficou impedido de definir os rumos da campanha em separado, ou seja, dividindo os operários.

No dia 28 de outubro de 1987, os operários fizeram a quinta assembléia do ano, para discutirem a contraproposta patronal ou o dissídio. O presidente João Elói fez a leitura da contraproposta que foi questionada e rejeitada. A advogada Magda esclareceu sobre a URP (126) e os resíduos inflacionários.

A ata desta assembléia não está clara; o livro de atas não registrou mais nada, não existem outras atas. Os operários entrevistados contam o que aconteceu depois desta assembléia, até as eleições de 1988, quando a opo

(125) Ata de Assembléia

(126) URP - Unidade de Referência de Preço

sição venceu: "No ano de 1986, o Delegado do Trabalho, Paulo Lote, determinou que João Elói convocasse as eleições. João Elói mandou fazer a publicação do edital de convocação no "Mí nas Gerais." A publicação saiu em letras minúsculas, pouco vi sível. A oposição ficou sabendo depois. Entrou na Justiça atra vês de seus advogados com processo de segurança no Juiz do Tribunal Federal. O Juiz anulou o processo. A assessoria jurí dica da DRT deu seu parecer favorável à oposição. Contrarian do o parecer de sua assessoria, o Delegado do Trabalho ape lou. João Elói, como interessado, entrou como parte integran te do mandado. O Tribunal Federal manteve a decisão do Juiz da Justiça Federal. O Delegado do Trabalho determinou que o presidente João Elói fizesse a convocação de novas elei ções." (127)

Do processo de convocação, eleições, mandado de segurança, recurso, decisão da Justiça e convoca ção de novas eleições, são passados dois anos. Estes fatos possibilitaram a continuação da gestão da diretoria. do João Elói até 1988.

Outro mandado de segurança importan te, que se encontra na Justiça é o pedido de reintegração dos operários que fizeram parte da chapa de oposição em 1983, e por isto foram demitidos.

Em Divinópolis, no final da década de 70 e o começo do anos 80, encontramos representantes de outras categorias profissionais. Igreja, estudantes e profissionais li berais, presentes, compartilhando com os operários o difícil momento vivido por todos. Estabeleceu-se uma solidariedade.

(127) Depoimento de metalúrgico, fevereiro de 1989

aos metalúrgicos, que já expressam de forma concreta sua insatisfação na indústria e no interior do Sindicato. A base expressou-se como oposição sindical, reivindicou novos direitos e se identificou como sujeito. Até então ignorado.

CAPÍTULO IV

DA FÁBRICA DO SINDICATO

INTRODUÇÃO

"...Quando os historiadores futuros se voltarem para esse período encontrarão, de um lado, a ausência de notícias sobre a prática operária e, de outro, as interpretações acadêmicas que reproduzem, no plano teórico, esse estado de coisas.

(...) é preciso pesquisar sistematicamente o que está ocorrendo atrás dos muros das fábricas, nas relações de trabalho imediatas, nas relações espontâneas, etc. Em que o operariado brasileiro, abandonado à sua própria sorte, realiza as suas lutas cotidianas, as bases de sua consciência social." (CELSO FREDERICO. Consciência Operária no Brasil, p.14/15)

- 1 - A luta contra a exploração da força de trabalho

O capítulo IV discute a resistência operária, a busca da identidade sindical, as estratégias de luta, a negação do assistencialismo, as greves. Através de todo este conjunto de fatores os operários vão dando concretidade ao sentimento que durante muitos anos esteve contido em forma de mágoa, dor e miséria.

A estratégia utilizada pela oposição foi de denunciar em todos os locais possíveis a exploração do trabalho metalúrgico. O objetivo central de sua ação foi e continua sendo a transformação da estrutura que permite essa exploração. Neste sentido, a luta sindical é importante para todos os envolvidos com o processo de transformação social, enquanto entidade de classe, representativa de novos autores sociais.

O atual presidente do Sindicato, Luiz Roberto de Souza Cury, ex-funcionário da Siderúrgica Pains foi um dos demitidos em 1983. Entre os vários perseguidos pelas indústrias, ele viveu a experiência de não ser admitido em nenhuma outra indústria local. Muitos companheiros foram embora; ele ficou e conseguiu trabalho no escritório da Serra lheria Criativa Ltda.

Em 1986, aconteceu a Convocação de novas eleições. Quando a direção do Sindicato publicou o edital, a oposição já estava com a chapa pronta, para disputar as eleições. Uma chapa, na sua grande maioria clandestina, foi registrada. Mais duas chapas foram registradas: " Eram 3 (três) chapas concorrendo às eleições. Houve manobra da diretoria tentando confundir os operários, que identificam a oposi

ção como Chapa 2, de 1983. O presidente deixou que a chapa da oposição registrasse primeiro, para ser a chapa 1. Registrou-se, em seguida, como Chapa 2. A Chapa 3 foi formada na última hora, tentando ser uma alternativa." (1)

Segundo o entrevistado, "os operários não queriam votar em pelegos, eles queriam votar na oposição; queriam mudanças, e isto era percebido no processo eleitoral, quando, por exemplo, o grupo da Chapa 3, apoiado pelo Sindicato de Betim, foi expulso da porta das fábricas pelos trabalhadores, que diziam não serem eles da Chapa 1." (2)

Para a oposição era o reconhecimento de uma trajetória de lutas, de trabalho desenvolvido durante longos anos. Era o trabalho acumulado da oposição, que se somava à história de um Sindicato, que não deu respaldo à categoria, quando ela necessitava de uma entidade forte e combativa.

A oposição venceu as eleições com 75% (setenta e cinco por cento) dos votos, uma vitória, que a oposição com orgulho diz: "massacrante". O sentimento com a vitória não é só de ter, no fato concreto "das eleições, vencido, o peleguismo, mas a certeza de que uma nova fase começa, e pode no futuro significar a queda do peleguismo." (3). A oposição se mostra ciente da grande tarefa de resgatar o verdadeiro papel do Sindicato, de estar dentro e fora da fábrica no cotidiano do operário metalúrgico, na construção de sua liberdade. A tomada da direção do Sindicato, eles reconhecem, é apenas mexer com uma pedra no tabuleiro, onde o jogo se dá. Conhecendo como conhecem a estrutura rígida e autori

(1) Depoimento do presidente do Sindicato, março de 1989

(2) Depoimento do presidente do Sindicato, março de 1989

(3) Entrevista do presidente do Sindicato, março de 1989

tária das indústrias, sabem que estão apenas iniciando um processo.

O presidente do Sindicato, José Roberto diz: "a vitória era o coroamento de um trabalho anterior, que vinha sendo feito não só por ser oposição, mas principalmente por ser um trabalho vinculado aos problemas básicos vividos pela categoria. Além deste aspecto, existia a articulação, com um processo a nível nacional, de construção e fortalecimento do sindicalismo combativo, classista, independente do Estado. A nível nacional, ressurgiam mais fortes, a partir de análises sobre a situação dos operários." (4) As propostas de reconstrução do Sindicato combativo, independente, significavam a participação de novo sujeito no movimento operário.

O presidente relembra o processo de organização para ganhar a direção do Sindicato, contando que neste período, em Divinópolis, vários grupos ligados ao PT foram criados em bairro onde a população, na sua grande maioria, são trabalhadores. Cita as CEBs (5) que envolveram a participaram ativamente de todos os eventos, tendo como proposta motivar e organizar os operários.

José Roberto analisa estes longos anos em que o grupo de oposição buscou legitimar-se no meio operário e diz: "os intelectuais afirmam que os operários se não vanguarda no processo revolucionário por serem parte integrante na estrutura econômica, e por sua condição de classe. Esta afirmação a gente confirma quando está envolvido.

(4) Entrevista com o atual presidente, fevereiro/1989

(5) CEBs - Comunidade Eclesiais de Base

Percebe-se que entre nós metalúrgicos, este sentimento de classe é muito forte. A luta que se trava no dia-a-dia da fábrica é extremamente radicalizada. O operário, pela situação de miséria em que vive, tem um instinto natural de rebeldia, de radicalização. Por isto é de fundamental importância que o Sindicato seja um instrumento de mobilização e organização do trabalhador. Se o Sindicato não exercer este papel, enquanto meio de expressão e luta, pode o movimento operário caminhar para o espontaneísmo. E o espontaneísmo significa, como aqui mesmo em Divinópolis foi presenciado, derrota, fracasso." (6)

Em março de 1988, a nova diretoria convocou sua primeira assembléia. De início o presidente Luiz Roberto comunicou que várias medidas começavam a ser tomadas para melhorar o atendimento no Sindicato.

Várias denúncias foram feitas contra o regime de trabalho na Pains: forma como os empregados eram tratados, excessiva jornada de trabalho e insalubridade. O presidente recebeu as denúncias, prometendo que iria discutí-las com a direção da empresa.

O advogado do Sindicato, Celso Aquino, esclareceu sobre: reposição salarial, data-base, antecipação salarial, relacionando os assuntos com a política econômica do governo Sarney e a dívida externa.

Estava presente Israel Augusto, que tentou desvirtuar o assunto, e os companheiros o questionaram dizendo que ele queria tumultuar a assembléia, que estava ali presente para servir aos patrões.

(6) Entrevista com o atual presidente, março/1989

Wagnelino Custódio Ferreira, chamado de Fontana, que compunha a diretoria, retomou a discussão sobre acordo salarial, explicando o porquê da reposição salarial. Chamou a atenção para as condições subhumanas em que os metalúrgicos estavam submetidos.

Sobre o acordo salarial o presidente propôs reivindicar 60% de aumento. O operário Dimas Claret pediu esclarecimento sobre os rendimentos já auferidos junto às indústrias que quase alcançavam o índice de 60%, e se estavam incluídos os rendimentos da URP. O presidente esclareceu que a reposição de 60% excluía qualquer antecipação já feita denunciando que negociações em separado tinham sido feitas, citando como exemplo a Siderúrgica Pains, repondo a seus empregados 5% (cinco por cento) mais URP de fevereiro, e que ela estava recrutando operários para trabalhar durante o período de 19:00 às 22:00 horas.

Foi votada a seguinte pauta: 1) 60% de reposição; 2) estabilidade no emprego pelo período de um ano; 3) jornada de trabalho de 40 horas semanais; 4) reajustes mensais de salários de acordo com a inflação." (7)

No dia 29 de março de 1988, o presidente começou a assembléia fazendo leitura da reportagem do jornal "Agora" sobre o desaparecimento, comprovado pela nova diretoria; de Cz\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzados), prometendo continuar apurando o caso.

Foi lida a contraproposta patronal, feita através da ACID.⁽⁸⁾ Depois de analisada, foi rejeita

(7) Ata de Assembléia

(8) ACID - Associação Comercial e Industrial de Divinópolis

da por não corresponder ao pleiteado pela categoria.

Continuaram as denúncias contra a Siderúrgica Pains sobre as péssimas condições de trabalho e higiene existentes na laminação de gusa e as pressões internas.

A assembléia, em votação, decidiu:

"1) Rejeitar a contraproposta patronal apresentada pela ACID;
2) o acordo da Siderúrgica Pains deverá ser feito em conjunto." (9)

Eder, Sader faz um apanhado de vários autores que em seus trabalhos sobre movimentos sociais, deixaram transparecer a emergência de novos sujeitos, associando a emergência destes à idéia de autonomia na elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências.

"J.A. Moisés, tratando das lutas dos metalúrgicos de São Bernardo.

"(..) talvez seja o caso de admitir a existência de uma estratégia subjacente a esses movimentos que apontam, precisamente, na direção da constituição de um "novo sujeito coletivo". É a luta pela cidadania que dá conteúdo ao movimento sindical que, para se afirmar, acaba entrando na política." (10)

J.C. Petrini, ao descrever o desenvolvimento de uma comunidade de base:

"Teve início assim o lento processo de agregação popular que constituiu aquelas pessoas como um "sujeito popular", com uma identidade própria, progressivamente conquistada, com a consciência de ter uma história semelhante,

(9) Ata de Assembléia

(10) MÓISES, s.d

problemas e esperanças comuns, os mesmos valores, e também um destino comum." (11)

L. Boff, caracterizando o processo de constituição das comunidades eclesiais de base, diz que:

"(...) a massa, mediante as associações, se transforma num "povo" que começa a recuperar a sua memória histórica perdida, elabora uma consciência de sua situação de marginalização, constrói um projeto de seu futuro e inaugura práticas de mobilização para mudar a realidade circundante."

E na página seguinte, nomeando o mesmo processo:

"(...) se constrói sob a participação de todos, com a presença forte do povo organizado, novo sujeito histórico emergente na sociedade e na Igreja." (12)

S. Caccia Bava, referindo-se a uma pluralidade de práticas dos trabalhadores que constituíram diversos movimentos sociais:

"A articulação destes novos espaços públicos, a troca de experiências e criação de novos valores entre os trabalhadores através destes processos de mobilização colocam como possibilidade histórica a expressão independente e autônoma dos trabalhadores e sua constituição enquanto "sujeito político." (13)

Heloisa Martins refere-se ao programa

(11) PETRINI, 1984

(12) BOFF, 1986

(13) BAVA, 1983

ma de trabalho do CEDI (Centro de Documentação e Informação):

"(...) voltado para a reconstrução de lutas operárias na região do ABC, com o objetivo de colaborar na construção de um "novo sujeito político histórico." (14)

E. Filmar Evers, discutindo o significado nos novos movimentos sociais:

"(...) o que pode ser de relevância prática, para os movimentos sociais atuais são os primeiros e tímidos passos no sentido de tornarem-se sujeitos de sua própria história." (15)

Se na realidade objetiva existem as condições para a emergência de novos sujeitos, não se pode esquecer que a realidade objetiva é resultado de ações sociais. Assim sendo, os operários metalúrgicos passam a ser vistos como produtores, atores e resultantes do processo de produção da realidade objetiva. Neste sentido eles não podem ser vistos como seres passivos, alheios à realidade por eles produzida.

2 - O conflito fabril fora da fábrica As greves de 1988

Em abril de 1988, aconteceu a greve, que significou o primeiro enfrentamento dos metalúrgicos e da nova diretoria contra as indústrias. A diretoria se encontrava há dois meses no Sindicato, e encaminhava uma campanha salarial unificada no âmbito do Estado, entre os metalúrgicos. A

(14) MARTINS, 1987

(15) EVERS, 1984

situação estava tensa; os patrões, acostumados com a conduta das diretorias anteriores, principalmente de José Raimundo e João Elói, desconsideraram a proposta que os operários encaminharam através do Sindicato.

Os operários optaram pela greve. A campanha salarial era promovida em todo o Estado de Minas Gerais, mas a greve ocorreu só em Divinópolis. "Os industriais, de uma forma geral, têm uma ação unificada; têm as particularidades, suas especificidades de local para local, mas a ação repressiva contra o movimento operário é articulada. E, como em outras cidades não fizeram greve, a repressão concentrou-se em Divinópolis. A política de repressão unificada acontece em todo país, não só em Minas. A greve aconteceu só em Divinópolis, a repressão se concentrou aqui." (16)

Os metalúrgicos falam sobre a greve sem mencionar os trabalhadores indiretos (gerentes, fiscais, engenheiros, técnicos, e os que trabalham na área administrativa, como se os mesmos não fossem empregados da empresa, não fossem trabalhadores. Por outro lado, durante o período das entrevistas em muitas empresas encontraram-se trabalhadores administrativos que se colocaram como responsáveis pela indústria e foram mais inacessíveis que os próprios patrões; alguns não quiseram fornecer dados e se negaram à entrevista. Em casos que por ordem superior deram entrevistas assumiram o discurso do patrão. Conversaram como se não fossem parte integrante da categoria e manifestaram preconceito em relação aos trabalhadores diretos. Nos momentos em que os operários falaram sobre os trabalhadores indiretos, referindo-se

(16) Entrevista com o atual presidente, março/1989

aos acordos salariais, os definiram como: "puxa-saco do patrão", de "fiscais do patrão." No entanto, muitos trabalhadores diretos disseram que se esforçam ao máximo para ascenderem na hierarquia da empresa.

Os operários consideram que, na greve de abril, houve erros e citam exemplo: "Nós permitimos a entrada de caminhões de minério e de carvão que abasteciam a indústria. Nós não deixamos o trabalhador entrar, mas aqueles que estavam trabalhando, quando a greve foi decretada, os patrões mantiveram presos lá dentro. Este grupo de operários presos dentro da indústria permitiu seu funcionamento. Foi constatado que, na São João e na Pains, ficaram detidas dentro da indústria 3 turmas. Em algumas empresas a diretoria era os próprios patrões; em outras, diretores e gerentes, que são bem remunerados e têm condições de vida que compra qualquer consciência." (17)

Segundo os metalúrgicos, as empresas resistiram se organizando, também "no interior da usina. Eles montaram um esquema que em situação cotidiana eles jamais ofereceriam a um operário. Fizeram um dormitório, compraram colchões, televisores; ofereciam o almoço, café e o jantar. Os operários se revezavam lá dentro, ganhando gorjetas." (18)

"Os patrões sabiam da greve, quando chegamos na portaria das fábricas, eles haviam solicitado tropas de choque, e foram muito bem atendidos. Quando os operários chegaram, a polícia estava lá, pronta, armada." (19)

Nos vários depoimentos, os operários

(17) Entrevista com operário metalúrgico, fevereiro/1989

(18) Entrevista com operário metalúrgico, fevereiro/1989

(19) Depoimento operário, março/1989

contam que apanharam, que o patrão é desumano, e a polícia fica do lado dos ricos. No momento do depoimento, o operário fica emocionado, contando sobre a greve, e um deles fez a seguinte pergunta: "Você já viu patrão ser espancado pela polícia por não pagar seu empregado, por não cumprir a lei? já viu a polícia impedir os ricos de pegar as armas e ficar esperando? e olha que rico faz muita coisa ruim" (20)

E eles relembram os fatos não considerando justo os patrões se armarem através da polícia:

"Olha, o patrão aqui é forte; ele convocou todo policiamento de Bom Despacho, que espancou a gente várias vezes. Enquanto a polícia espancava a gente, tinha trabalhador dentro da fábrica, igual na São João e na Pains, preso trabalhando. Então, nós fomos agredidos pela polícia a mando dos patrões. Deram para a polícia comida, almoço, janta e lanche para protegê-los contra os mais fracos. Do lado de fora a gente ficava sabendo dos que estavam dentro, trabalhando como escravos." (21)

"(..)Além de manterem tropa de choque na portaria, de aprisionar operários, os industriais, os diretores (representantes das indústrias), entraram na Justiça com um processo de interdito proibitório, que assegurava o patrimônio da indústria. Qualquer dano que fosse causado ao patrimônio da empresa, o Sindicato seria responsável. E ganharam. O Juiz Dr. Wellington concedeu liminar. Qualquer dano, o Sindicato tinha que pagar uma fortuna. Quando falaram o valor, foi um absurdo, uma fortuna, alguma coisa próxima de 500 mil OTNs. Uma quantia tão volumosa que tranquilamente

(20) Depoimento de operário, março/1989

(21) Depoimento de operário, março/1989

quebrava o Sindicato." (22)

O pessoal ficava preso no interior, soldados guardando a indústria, mandato de Interdito Proibitório, as chefias pressionando, as gorjetas e mesmo assim a greve durou 2 dias ." (23) Analisadas as condições durante a greve, os metalúrgicos consideram que foi uma vitória; foi a manifestação criada pelas péssimas condições de trabalho e de vida dos operários; mostrou que os patrões sabiam a força da insatisfação provocada pelos longos anos de perdas salariais, revelou a correlação de forças; fez da situação de conflito armado, (porque uma das partes teve a polícia do seu lado, segundo os operários, armada), um dado a mais para a consciência operária, um dado a menos para o patrão, que mais uma vez se negou a fazer um aumento real, trocando a mesa de negociações pela repressão.

Segundo os metalúrgicos entrevistados os operários tinham a necessidade motivando sua ação. Os patrões sabiam e conheciam estas necessidades, por isto investiram tanto na repressão. Sabiam que a força das necessidades injustamente reprimida ao longo dos anos havia embrutecido física e moralmente o operário metalúrgico, criando condições para a radicalização no conflito que se estabeleceu. Mas esqueceram que toda ação levada à radicalização pela repressão e contida pela força não está resolvida.

Hannah Arendi, em "A Condição Humana"

mostra como

"a ação, palavra e liberdade não são coisas dadas,mas requerem, para surgirem, a

(22) Depoimento operário, março/1989

(23) Depoimento operário, março/1989

construção e a manutenção do espaço público. A liberdade é um "a fortiori" da auto-revelação humana no seio de uma comunidade política no qual existe espaço público." (24)

Segundo o presidente Luiz Roberto:

"Na greve de abril, sob o aspecto econômico, não teve ganhos: 15% nas siderúrgicas não integradas; na Pains foram 20%, e a garantia de um mecanismo que iria corrigir os salários até a data-base, numa tentativa de mantê-lo equiparado à URP com o IPC, a diferença da URP com IPC. O grande saldo da greve foi no aspecto político, por ser o primeiro enfrentamento do Sindicato enquanto espaço de luta com os patrões. Os operários sentiram que tinham uma diretoria diferente, que procurava en caminhar com eles suas próprias lutas. Por este motivo foi considerada, pelos operários, como uma vitória política." (25)

Um metalúrgico que permaneceu den tro da usina contou a volta para casa: "Quando a greve acabou e voltei para casa, a comida estava tão ruim, que eu peguei o dinheiro que eles davam a mais e levei minha mulher para co mer no restaurante. Eu fiquei com dô, porque comi muita coisa gostosa, que lá em casa a gente não come. Foi a primeira vez que eu a levei no restaurante." (26)

Era a abertura de um espaço real de negociações; era a superação da situação anterior. Algo mais que atuação da nova diretoria estava acontecendo. As indús trias só puderam funcionar porque prenderam operários no inte rior da usina. Na experiência dos metalúrgicos, os piquetes

(24) HANNAH ARENDI, 1983

(25) Depoimento do presidente, fevereiro/1989

(26) Depoimento de operário, março/1989

são foram necessários para informar aos companheiros na porta das fábricas que a greve começara. Em algumas fábricas bas tou um telefonema e os operários abandonaram a usina.

A distância entre o Sindicato e a fábrica era rompida, os metalúrgicos passaram a reivindicar novos espaços, a criar condições para manter o Sindicato dentro da usina.

Em 28 de julho de 1988, a diretoria convocou a assembléia para discutir: "1) relatório das contas da diretoria anterior; 2) valor da mensalidade; 3) abertura formal da campanha salarial." (27)

Um dos diretores, Márcio Pinto Ferreira, membro do Conselho Fiscal, fez o relato das contas da diretoria anterior, e constatou uma diferença de caixa, a menos, no valor de Cz\$ 1.271.632,90 (um milhão, duzentos e setenta um mil, seiscentos e trinta dois cruzados novos e noventa centavos), valor este que não foi repassado à diretoria atual. A assembléia, conforme documentação contabilizada e apresentada, autorizou a diretoria a tomar medidas cabíveis, para reaver o valor.

O aumento de mensalidade foi autorizado. O aumento corresponderia ao valor do reajuste salarial da categoria, tendo como referência o piso salarial metalúrgico.

O presidente Luiz Roberto falou do encaminhamento salarial, solicitando que todos se engajassem na luta, para que a mesma fosse vitoriosa. O presidente pediu o parecer da assembléia sobre a filiação do Sindicato ao

(27) Ata de Assembléia

DIEESE, (28): o que foi aprovado.

Em agosto de 1988, a diretoria do Sindicato colocou em discussão o problema de a mensalidade vir descontada ou não na folha de pagamento. Os operários optaram pelo desconto da mensalidade na folha de pagamento.

Em setembro, o DIEESE apresentou para a assembléia os reajustes de salários propostos ao Sindicato para o mês de novembro. O presidente Luiz Roberto mais uma vez solicitou que os operários se mantivessem mobilizados, explicando que só teriam aumentos reais se estivessem mobilizados.

A proposta apresentada pelo DIEESE foi aprovada com a seguinte redação:

"PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

01) REAJUSTE SALARIAL

O salário-base nominal, vigente em 31 de outubro de 1988, será corrigido em 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), em 1º de novembro de 1988, para todas as faixas salariais, sendo que: a) 54,18% (cinquenta e quatro vírgula dezoito por cento) são referentes à diferença entre o índice inflacionário apurado pelo DIEESE - Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos entre novembro de 1987 e outubro de 1988, e as recomposições automáticas previstas pelo Decreto-Lei 2.335/87 (URP); b) 52,31% (cinquenta e dois vírgula trinta e um por cento) são referentes à diferença entre o índice apurado pelo DIEESE, entre novembro de 1986 e outubro de 1987; (Anexo 1); c) 15%

(28) DIEESE - Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

(quinze por cento) são referentes à produtividade. Parágrafo único - Os aumentos e/ou reajustes salariais concedidos espontânea ou compulsoriamente, após 1º de novembro de 1988, somente serão compensados na ocasião da data base (1º de novembro de 1989) se ficar expresso, no ato de sua concessão que corresponderam a adiantamento ou antecipação salarial.

02) ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS

O salário dos trabalhadores serão reajustados, mensalmente, de acordo com a variação inflacionária do mês anterior, conforme o ICV (Índice do Custo de Vida) do DIEESE.

03) ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Os empregados admitidos após 1º de novembro de 1987 terão seus salários reajustados em 1º de novembro de 1988, com o mesmo percentual de correção salarial aplicado aos admitidos anteriormente, desde que não ultrapasse o menor salário da função, sendo, conseqüentemente vetado o critério de proporcionalidade.

04) PISO SALARIAL

A partir de 1º de novembro de 1988, nenhum empregado que, em 31 de outubro de 1988, já estivesse integrando o quadro de empregados da empresa, poderá perceber salário mensal inferior a 5 (cinco) Pisos Nacionais de Salários.

05) GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

As empresas concederão aos seus empregados uma gratificação extraordinária, de natureza indenizatória, correspondente a 5 (cinco) OTNs., e que deverá ser paga de uma só vez, juntamente com os salários do mês de novembro de 1988.

06) SALÁRIOS-SUBSTITUIÇÃO

Fica assegurado ao empregado substituto, nas substituições superiores a 30 (trinta) dias, a pagamento da diferença salarial entre o substituto e o substituído. Nas substituições superiores a 60 (sessenta) dias, esta diferença salarial será incorporada, definitivamente, ao salário do substituto.

07) HORAS-EXTRAS

A todo trabalho extraordinário será devido o adicional de 100% (cem por cento). Aos serviços extraordinários prestados nos fins de semana, feriados e dias de folga, será devido o adicional de 200% (duzentos por cento).

08) JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos profissionais da categoria correspondente será de até 40 (quarenta) horas semanais, sendo que, aos que trabalham em turnos de vezamento, esta jornada será de 36 (trinta e seis) horas semanais.

09) PÃO E LEITE

As empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, um litro de leite e um pão de 50 (cinquenta) gramas, com manteiga ou queijo, em cada jornada de 8 (oito) horas.

10) VALE-TRANSPORTE

Todas as empresas fornecerão aos seus empregados, vale-transporte, ficando determinado que o valor máximo a ser cobrado de cada empregado é de 3% (três por cento) do salário-mínimo de referência. Parágrafo único - As empresas da categoria econômica, localizadas no Centro Indus

trial "Jovelino Rabello" e em suas imediações, fornecerão, gratuitamente, passagens de ônibus para seus empregados, em número de 2 (duas) por dia trabalhado.

11 - VALE-REFEIÇÃO

Todas as empresas fornecerão aos seus empregados vale-refeição, ficando determinado que o valor máximo a ser cobrado de cada empregado é de 3% (três por cento) do salário mínimo-regional.

12 - ESTABILIDADE

Durante a vigência deste instrumento, os trabalhadores da categoria, representada pelo Sindicato Profissional, gozarão de estabilidade, sendo votada a demissão de qualquer empregado, sem justa causa. As demissões com justa causa deverão ser precedidas de inquérito para apuração de falta grave.

13 - SALÁRIO-FAMÍLIA

O salário-família, aos empregados da correspondente categoria profissional será de 25% (vinte e cinco por cento) do Piso Nacional de Salários.

14 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO- ENVELOPES

As empresas se obrigam a fornecer a seus empregados, em papel timbrado, comprovante de pagamento de seus salários com discriminação dos valores de respectivos descontos.

15 - UNIFORMES

As empresas fornecerão, gratuita e obrigatoriamente, 4 (quatro) uniformes por ano, a cada um de seus empregados. Em casos especiais não haverá limite de quantidade.

16 - EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante não poderá prestar serviços em jornada *

17 - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Salvo fato alheio a vontade das em presas, obrigam-se elas a efetuar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do pré-aviso, no caso de indenizado ou do término do cumprimento do aviso, no caso de trabalhado, o pagamento dos direitos trabalhistas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho do empregado, sob pena de sujei tar-se ao pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor dos direitos, que reverterá em favor do em pregado. Parágrafo único - Persistindo o atraso, a multa prevista no "caput" será acrescida da multa diária de 0,8% (zero vírgula oito por cento), a partir do primeiro dia sub seqllente ao prazo estabelecido.

18 - CARTA DISPENSA

Ao dispensar o empregado, por justa causa, a empresa deverá fornecer-lhe comunicação escrita com o motivo da dispensa em 3 (três) dias, sob pena de conside rar-se sem justa causa a dispensa.

19 - ANOTAÇÕES NA CTPS

As empresas farão as anotações de to das as variações salariais do empregado, inclusive se ele percebe algum adicional e o valor (insalubridade, periculosi dade, noturno, etc), obrigatoriamente, devendo ainda ser ano tada a função do empregado de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações, além de serem proibidas quaisquer anotações re ferentes a ausência ao trabalho. Parágrafo único - As empre

* Este item incompleto, conforme a pauta de reivindicações

As empresas se comprometem a anotar na CTPS de seus empregados, a si gla do Sindicato Profissional, quando do recolhimento do im posto sindical no espaço reservado para tanto.

20 - REFEITÓRIO/VESTUÁRIO

As empresas obrigam-se a manter um lo cal apropriado para refeições, com aquecedor para marmíta e troca de roupa, observando-se as separações de sexo. As em presas também ficam obrigadas a manter bebedouros com á gua potável. Parágrafo único - Durante o ciclo menstrual, as mu lheres terão livre acesso aos banheiros e vestiários da em presa, quantas vezes for necessário.

21 - RELACIONAMENTO SINDICATO/EMPRESA

As empresas receberão a representação da entidade sindical, desde que pr ē-avisadas com 48 h (qua renta e oito horas) de antecedência, sendo permitida a visi ta dos diretores do Sindicato a todas as dependências da em presa.

22 - FALTA DE DIRETORES DO SINDICATO

Os di ret ores do Sindicato que se au sent arem do trabalho para tratar de assuntos de interesse da categoria, atē o limite de 5 (cinco) dias por mês, e desde que solicitado pelo Sindicato, não terão estas faltas consi der adas para desconto do salário normal, para redução do pe r í odo de férias, para pagamento do 13º, salário e repouso remunerado.

23 - LISTAGEM DOS ASSOCIADOS DO SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas se obrigam a devolver ao Sindicato Profissional atē 5 (cinco) dias após o efetivo desconto em folha da mensalidade, devidamente preenchido, o

formulário, prestando informações sobre alterações na lista dos associados que contribuíram com as mensalidades, bem como, sobre o valor de suas respectivas contribuições.

24 - COMISSÕES DE FÁBRICA

A fim de propiciar maior relação em presa-empregado, serão constituídas Comissões de Fábrica, organizadas e compostas por trabalhadores, com estatuto, próprio, elaborado pela empresa e o Sindicato Profissional. Os membros efetivos e suplentes destas Comissões gozarão estabilidade provisória, aplicando-lhes, analogamente, o determinado pelo art. 543 §3º. da CLT.

25 - DELEGADO SINDICAL

As empresas com até 100 (cem) empregados deverão ter um Delegado Sindical, eleito pelos trabalhadores, de acordo com os critérios a serem adotados pelos mesmos. Nas empresas com mais de 100 (cem) empregados, haverá um Delegado Sindical para cada grupo de 100 (cem) trabalhadores, eleitos da mesma forma acima estipulada. Parágrafo único - Os Delegados Sindicais gozarão de estabilidade provisória nos moldes do preceituado pelo art. 543 §3º. da CLT.

26 - FÉRIAS - CONCESSÃO

O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos ou dias já compensados, exceto em relação ao pessoal sujeito a revezamento, cujo início das férias não poderá coincidir com o dia de repouso.

27 - GRATIFICAÇÃO DE RETORNO DE FÉRIAS

As empresas concederão aos seus empregados, quando do retorno de gozo de férias, uma gratificação salarial correspondente a 240 h (duzentas e quarenta horas) do salário base-nominal vigente. Esta gratificação tam

também será devida quando as férias forem indenizadas.

28 - FERIADOS

Será obedecido o calendário constante ao anexo 2 (dois), referente a dias úteis e feriados.

29 - CASAMENTO - LICENÇA

A ausência ao trabalho em virtude de casamento, prevista pelo inciso II do art. 473 da C.L.T., será de 5 (cinco) dias úteis.

30 - SEGURO DE GRUPO

Nas empresas em que for oferecido seguro de vida em grupo, caberá ao empregado optar por sua adesão, por escrito, e a empresa arcar com os ônus do seguro.

31 - COMISSIONADOS

Quando do pagamento de férias vencidas ou proporcionais, 13º salário, ou apuração de maior salário para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado comissionado, será adotada a média dos últimos 3 (três) salários por ele percebido.

32 - CONTRATO TEMPORÁRIO - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Fica expressamente proibida a contratação de empregado através de prestadores de serviços, além dos contratos por prazo determinados.

33 - HOMOLOGAÇÃO

Todas as rescisões deverão ser homologadas pelo Sindicato Profissional, independentemente do tempo de serviço do empregado. O pagamento dos valores devidos na rescisão deverão ser efetuados em dinheiro ou cheques administrativos e/ou visados, devendo ser pago ao Sindicato Profissional, pela empresa, uma OTN por cada homologação.

34 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O empregado que faltar ao trabalho receberá o RSR proporcional aos dias de efetivo trabalho. Se a falta for justificada o RSR deverá ser pago integralmente.

35 - COMPLEMENTO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

As empresas se obrigam a complementar o salário de seu empregado, afastado por motivo de doença ou acidente do trabalho, até o seu efetivo retorno. § 1º - Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário ou acidentário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a empresa pagará seu salário nominal entre o 16º. e o 120º. dia de afastamento, respeitando também o limite máximo de contribuição previdenciária; § 2º - Ao empregado afastado a partir de 1º de novembro de 1988, percebendo auxílio da Previdência Social, será garantido, no primeiro ano de afastamento, a complementação do 13º salário. A complementação será devida, inclusive, para os empregados cujo afastamento tenha sido igual ou inferior a 180 dias, e também para aqueles que ainda não tenham completado o período de carência para percepção deste benefício previdenciário. Esta complementação será igual à diferença entre o valor pago pela Previdência Social e o salário nominal do empregado, limitado ao teto previdenciário.

36 - EMPREGADO QUE RETORNA DO SERVIÇO MILITAR

Fica assegurado ao empregado que retornar à empresa após a cessação (baixa) de prestação do serviço militar obrigatório, a garantia de emprego até 180 (cento e oitenta) dias após o seu retorno.

37 - RETORNO DO EMPREGADO INPS

As empresas se obrigam a dar garantia de emprego, pelo prazo de 1 (um) ano, ao empregado que retornar ao serviço, após o gozo de benefício previdenciário.

38 - ABONO POR APOSENTADORIA

Aos empregados que se aposentarem por qualquer motivo, será pago um abono equivalente ao valor do último salário base nominal mensal, percebido na empresa, devidamente atualizado.

39 - GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

Aos empregados que contêm com 6 (seis) anos de empresa e para os quais faltem 5 (cinco) anos para aposentadoria terão o direito de não serem dispensados até a efetivação da mesma. Caso sejam dispensados, as empresas se obrigam a reembolsá-lo, mensalmente, o valor pago junto ao órgão previdenciário como contribuinte autônomo e a pagarem uma indenização, no ato da rescisão, de 2 (dois) salários base nominal devidamente atualizado. § 1º - Caso o empregado dependa de documentação para comprovação do tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo a partir da efetivação da dispensa, para requerê-la; § 2º - O contrato de trabalho desses empregados poderá ser rescindido por mútuo acordo entre o empregado e o empregador, ou pedido demissão, ambos com as sistência do Sindicato da Categoria Profissional.

40 - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas, por ocasião do falecimento de dependente ou do próprio empregado, efetuarão para este ou para os seus dependentes, pagamento de um salário no minal vigente. Em caso de falecimento do empregado por aci

dente do trabalho, ou em decorrência dele, a indenização será de 5 (cinco) salários base nominal.

41 - HORA NOTURNA - ADICIONAL

A hora noturna de 45' (quarenta e cinco minutos), sendo que a sua remuneração terá um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

42 - LICENÇA PATERNIDADE

Aos trabalhadores da categoria profissional fica assegurado a licença paternidade de 8 (oito) dias úteis, a contar do nascimento de seu filho.

43 - 13º SALÁRIO

Aos trabalhadores da categoria profissional será efetuado o pagamento da metade do 13º salário, a qualquer época, mediante requerimento por escrito. Parágrafo único - As empresas se obrigam a pagar o 13º salário até o dia 20 (vinte) de dezembro, sob pena de multa de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo valor devido.

44 - TAXA DE FORTALECIMENTO DO SINDICATO

As empresas se obrigam a descontar, como simples intermediárias, de todos os seus empregados, sócios e não sócios do Sindicato Profissional, a exceção dos pertencentes a categoria diferenciadas, para desenvolvimento educacional de seus associados, aprimoramento de assessoria técnica e desenvolvimento imobiliário e assistencial da entidade, a importância equivalente a: — 2% (dois por cento) do salário do mês de novembro/88, dos empregados sócios do Sindicato Profissional; — 4% (quatro por cento) do salário dos empregados não sócios, sendo 2% (dois por cento) sobre o salário de novembro/88 e 2% (dois por cento) sobre o salário de dezembro/88. Parágrafo único - As empresas deverão efetuar os de

pósitos dos montantes arrecadados até 5 (cinco) dias após o efetivo desconto enviando, ao Sindicato Profissional, relação nominal de todos os empregados, sob pena de sujeitarem-se a uma multa de 50% (cinquenta por cento) dos valores descontados, além dos juros e da correção monetária.

45 - SINDICALIZAÇÃO

As empresas se comprometem a colaborar na sindicalização de todos os seus empregados.

46 - PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

As empresas se obrigam, a partir da vigência do presente instrumento coletivo de trabalho a: a) Não mais exigir, quando da admissão de empregadas, o teste de gravidez; b) promover, pelo menos uma vez por ano, gratuitamente, cursos profissionalizantes para mulheres; c) garantir igualdade de promoções entre homens e mulheres sendo que, nos quadros de funcionários de nível técnico e chefia, da empresa, deverá haver uma participação mínima de 30% (trinta por cento) de mulheres.

47 - GESTANTE - GARANTIA DE EMPREGO

As empresas dão garantia de emprego a empregada gestante, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias além da licença compulsória prevista na Lei, exceto quanto à empregada que se retirar da empresa por livre vontade, manifestada à empresa e ao Sindicato, ou ainda, em caso de dispensa, desde que a gestante, assistida pelo Sindicato, renuncie a garantia nesta cláusula, prevista. Parágrafo único - A partir do 7º (sétimo) mês de gestação a jornada de trabalho da gestante será reduzida para 36 (trinta e seis) horas semanais.

48 - MULHERES - AMBULATÓRIOS / ATES TADOS MÊDICOS

Todas as empresas que utilizam da mão de obra feminina ficam obrigadas a manter, nas dependências da empresa, um ambulatório com remédios analgésicos, absorventes higiênicos e local de repouso. Parágrafo único - Serão aceitos como válidos os atestados médicos apresentados por motivo de cólica menstrual e doença dos filhos, para abono de faltas ou atraso no horário de serviço.

49 - CRECHE

As empresas em que trabalham pelo menos 1 (uma) mulher com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, ficam obrigadas a manter uma creche, dentro de suas dependências, para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos. § 1º - As empresas que possuem creches em suas dependências deverão conceder 2 (dois) períodos de 30 (trinta minutos) cada para amamentação, na fase lactente do filho, para cada empregada; § 2º - As empresas que não tiverem espaço físico para manutenção de uma creche nas suas dependências, deverão restituir aos seus empregados, as despesas custeadas para o cuidado dos filhos de 0 (zero) a 6 (seis) anos, mediante apresentação de recibo; § 3º - As empresas que não tiverem creches internas deverão custear as despesas com transporte da mãe para que possam amamentar seus filhos.

50 - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE - CIPA

As empresas se obrigam a comunicar ao Sindicato Profissional, por escrito, enviando o Edital de Convocação das Eleições, explicitando o local e o prazo de inscrição dos candidatos, com 60 (sessenta) dias de antecedência, a data da realização das eleições da CIPA, sob pena de se pro

cessar novas eleições. § 1º - Os componentes da CIPA eleita, terão mandato de 2 (dois) anos e serão acompanhados pelo Sindicato, através de participação nas reuniões regulares da Comissão; § 2º - O Sindicato Profissional, caso se manifeste por escrito às empresas, conduzirá o processo eleitoral da CIPA, constituindo Junta Eleitoral que disciplina pelos menos as seguintes características do processo eleitoral: inscrição e divulgação de candidatos; elaboração de cédulas e distribuição das urnas no interior da empresa; fiscalização da votação; apuração dos votos; publicação dos resultados; forma de eleição do presidente, vice-presidente e secretariado da Comissão; § 3º - Não constituindo Junta Eleitoral para as eleições da CIPA, o Sindicato Profissional, desde que notificada a empresa com antecedência, acompanhará o processo eleitoral através de pelo menos 1 (um) representante da entidade, desde a inscrição até a apuração de votos, que gozará de livre trânsito nas dependências da empresa no dia da votação e no local de apuração. As inscrições serão feitas, contra-recibo, do 20º (vigésimo) ao 10º (décimo) dia em termos regressivos à eleição, devendo nelas constar nomes, horário de trabalho, setor de trabalho e apelido, se houver. Será reservado aos concorrentes, espaço visível igual para divulgação de suas candidaturas, desde a inscrição. Fica assegurado aos inscritos o direito de concorrer às eleições; § 4º - Após o encerramento das inscrições, as empresas comunicarão aos trabalhadores através de Edital, a relação dos candidatos inscritos, remetendo cópia ao Sindicato Profissional até 10 (dez) dias antes da eleição, devendo as cópias dos Editais serem fixadas nos diversos setores da empresa, em locais de fácil acesso, permanecendo expostos até a data da realização das elei

ções; § 5º - Todos os membros da CIPA serão obrigatoriamente eleitos pelos empregados, em escrutínio secreto, durante o horário de trabalho; § 6º - A forma de eleição do presidente, vice-presidente e secretário da CIPA, caso não seja disciplinada pela Junta Eleitoral, se processará através de votação entre os eleitos, § 7º - O número de mandatos consecutivos exercidos pelo empregado da CIPA não constituirá impedimento para se candidatar em novas eleições e, se eleito, tomar posse. O não cumprimento do estipulado nos parágrafos anteriores, por parte do empregador, tornará nulo o processo eleitoral; § 8º - Todos os membros da CIPA terão estabilidade idêntica à do dirigente sindical, prevista pela C.L.T. no art. 543 §3º; § 9º - Todos os membros da CIPA deverão, obrigatoriamente, ser liberados pela empresa, pelo período semanal não fracionável de 4 (quatro) horas para realização de inspeção de rotina nas empresas, sem prejuízo de sua remuneração; § 10 - Nas empresas com mais de 100 (cem) empregados o presidente e o vice-presidente eleitos da CIPA, serão liberados integralmente de suas funções, para o bom exercício do cargo sem prejuízo de suas remunerações; § 11 - O Sindicato Profissional poderá requisitar, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à posse da CIPA, os membros titulares e suplentes, para realização de reunião extraordinária da Comissão, para contribuir na montagem de seu plano de trabalho, sem que qualquer prejuízo salarial ocorra para os integrantes da CIPA; § 12 - As empresas obrigam-se a enviar cópias das atas de eleições, posse e reuniões da CIPA ao Sindicato Profissional; § 13 - As empresas informarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o programa e data da realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes.SIPAT.

51 - PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS OU DO TRABALHO

As empresas se obrigam a detectar os agentes insalubres e perigosos, qualitativa e quantitativamente, delimitando as áreas insalubres e perigosas em suas dependências, sinalizando-as convenientemente e fornecendo desde que solicitadas, os respectivos laudos técnicos ao Sindicato. § 1º - As empresas deverão adotar medidas que visem eliminar os agentes insalubres e perigosos existentes em suas dependências, adotando equipamentos de proteção individual apenas no caso de inviabilidade técnica das primeiras, o que deverá ser atestado por perito indicado de comum acordo entre o Sindicato Profissional e a empresa, ou por profissionais da Delegacia Regional do Trabalho. Os Equipamentos de Proteção Individual serão fornecidos gratuitamente aos empregados, sendo trocados imediatamente quando danificados, devendo possuir o Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho; § 2º - O fornecimento da EPI's aos empregados não extingue a condição insalubre ou perigosa do ambiente onde laboram; § 3º - As empresas identificarão de maneira especial, com crachás, os trabalhadores que operem em área insalubre e/ou perigosa, bem como fazer as devidas anotações em suas CTPS; § 4º - As empresas se obrigam a cientificar previamente os trabalhadores contratados ou transferidos internamente para as áreas insalubres e perigosas, até o 5º (quinto) dia de trabalho do empregado, dos riscos à saúde existentes no local de trabalho, das medidas utilizadas para eliminá-los ou neutralizá-los, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual, treinando-os para deles fazer uso eficiente; § 5º - As empresas se obrigam a realizar, gratui-

tamente, os exames médicos e laboratórios regulamentares previstos na NR-7 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho, fornecendo aos empregados cópias dos exames complementares neles realizados e cientificando-os da conclusão acerca do estado de saúde de cada um.

52 - ACIDENTES DO TRABALHO - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As empresas se obrigam a garantir transporte gratuito imediatamente após a ocorrência de acidente com empregado, até o local da efetivação do atendimento médico adequado. § 1º - Os trabalhadores readaptados que retornarem do INPS recebendo auxílio-suplementar ou auxílio-acidente, por se encontrarem com redução significativa de sua capacidade de trabalho, terão estabilidade no emprego e serão remanejados para postos de trabalho condizentes com sua capacidade de trabalho atual; § 2º - As empresas se obrigam a emitir a CAT quando da ocorrência de acidente do trabalho, doença profissional ou do trabalho, independentemente de gerar ou não afastamento, a manter arquivadas fichas de análise dos casos destes acidentes e doenças, enviando cópias destes documentos ao Sindicato Profissional e à CIPA, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o afastamento. Em caso de atraso na comunicação, as empresas arcarão com eventuais prejuízos que o empregado possa vir a sofrer, em decorrência deste fato; § 3º - As empresas se obrigam a não demitir empregados acometidos ou suspeitos de acometimento por doenças profissionais ou do trabalho antes de serem submetidos a perícia médica do INPS; § 4º - As empresas obrigam-se a garantir o acesso dos profissionais do setor de "saúde dos trabalhadores" do Sindicato Profissional às suas dependências sempre que solicitadas e

pré-avisadas pela entidade sindical; § 5º - No caso de acidente fatal ocorrido nas dependências da empresa, o Sindicato Profissional deverá ser comunicado até 4 (quatro) horas após o ocorrido; § 6º - No caso de acidente fatal de trajeto, a mesma comunicação deverá ser feita ao Sindicato Profissional, no momento em que a empresa tomar conhecimento do fato.

53 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O valor dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade fica fixado em 40% (quarenta por cento) do salário nominal de cada trabalhador.

54 - TRABALHO EM CONDIÇÕES INSALUBRES

As empresas ficam obrigadas a pagar adicional de insalubridade aos empregados, inclusive auxiliares e ajudantes que executem operações em algum dos seguintes setores: — fundição de metais, lingotamento, laminação, trefilaria, estamparia, solda, esmerilhamento, lixamento, polimento, desbaste de peças metálicas, forjaria, usinagem onde se utilize óleos refrigerantes ou soluções aquosas deste óleos, jateamento com areia, decapagem, desengraxe, galvanoplastia, metalização, anodização, pintura, litografia, fabricação ou reforme de acumuladores elétricos (baterias), reparos, lubrificação e serviços de manutenção em geral em veículos e maquinário em que implique em manuseio ou contato corporal com óleos, graxas e outros derivados de petróleo, corte de chapas e peças metálicas com chama oxiacetilênica. § 1º - Ficam desobrigadas do pagamento do adicional de insalubridade as empresas que demonstram ao Sindicato Profissional, com base em laudo técnico que descreve a avaliação ambiental qualitativa e quantitativamente e as medidas de proteção utilizados, controle dos agentes insalubres suficiente para evitar

danos a saúde dos empregados expostos; § 2º - O laudo técnico mencionado no parágrafo anterior será elaborado por perito indicado de comum acordo entre o Sindicato Profissional e a Empresa; § 3º - Os empregados que executam operações em setores não especificados nesta cláusula não se encontram submetidos a quaisquer impedimentos para, se julgarem necessário, pleitear o recebimento do adicional de insalubridade.

55 - TRABALHO EM CONDIÇÕES DE PERICULOSIDADE

As empresas ficam obrigadas a pagar adicional de periculosidade aos empregados que executam alguma das seguintes operações: — armazenamento de inflamáveis, abastecimento de veículos ou maquinário com inflamáveis, instalações, reparos, testes ou manutenção em geral em equipamentos, instrumentos, aparelhos alimentados eletricamente ou rede de distribuição de energia elétrica. § 1º - Ficam desobrigados do pagamento do adicional de periculosidade as empresas que demonstrarem ao Sindicato Profissional, com base em laudo técnico - elaborado por perito indicado de comum acordo entre o Sindicato e a empresa - a eliminação das condições perigosas; § 2º - Os empregados que executam operações não especificadas nesta cláusula não se encontram submetidos a quaisquer impedimentos para, se julgarem necessário, pleitear o recebimento do adicional de periculosidade.

56 - PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

As empresas não utilizarão os técnicos especializados em segurança e medicina do trabalho, definidos na NR-4 aprovada pela Portaria MTb 3.214/78 e alterações posteriores, no exercício de outras atividades, durante o horário de sua atuação no serviço especializado em Seguran

ça e Medicina do Trabalho.

57 - REPASSE PARA OS CUSTOS

Na forma da legislação vigente, as empresas se comprometem a não repassar para os custos de seus produtos finais os índices de reajuste salarial que concederam, além das previsões legais.

58 - DIRETORES DO SINDICATO - PAGA
MENTO DE SALÁRIOS

As empresas que contêm em seus quadros, com diretores do Sindicato Profissional em regime de liberação, a partir de 1º de novembro de 1988, arcarão com o pagamento de seus salários e demais encargos.

59 - AUMENTO PROGRESSIVO PROPORCIO
NAL AO TEMPO DE SERVIÇO

A todo trabalhador da categoria profissional será concedido um aumento progressivo, proporcional ao tempo de serviço, correspondente a 10% por cada ano trabalhado.

60 - VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO

A presente convenção coletiva do trabalho vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, com o início em 1º de novembro de 1988 e término em 31 de outubro de 1989.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES (ANEXO 1)

Nesse período está incluída a inflação de junho/87 que foi "expurgada" pelo Plano Bresser, em tese.

Além disso, houve manipulação no índice de inflação oficial (IPC-IBGE).

Enfim, nesse período está incluído o

reajuste necessário devido ao escomoteamento dos 26,06% (do IPC-IBGE) e a manipulação, que em termos de ICV-DIEESE atinge no total 35,42%. Esse valor corresponde a:

1) inflação de junho e julho/87 pelo

ICV-DIEESE = 40,58%

2) inflação de junho e julho/87 pelo

IPC-IBGE = 29,90%

3) diferença = 8,22%

Ou seja, 36,42% corresponde à manipulação do governo (8,22%) e ao "expurgo" pretendido por ele (26,06%).

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES (ANEXO 2)

FERIADOS - 1989

1º de janeiro	- Dia Mundial da Paz
07 de fevereiro	- Carnaval
24 de março	- Sexta-feira Santa
21 de abril	- Tiradentes
1º de maio	- Dia do Trabalhador
18 ou 25 de maio	- Corpus Christi
1º de junho	- Aniversário de Divinópolis
07 de setembro	- Dia da Independência
12 de outubro	- Dia de N. Sr ^a . Aparecida
02 de novembro	- Finados
15 de novembro	- Proclamação da República
25 de dezembro	- Natal" (29)

No dia 20 de outubro de 1988, a diretoria convocou assemblêia geral extraordinária, para apresentar a contraproposta patronal, encaminhada pela ACID. O asessor técnico do DIEESE explicou a propôsta, esclarecendo que ela significaria um pequeno avanço, mas que as empresas poderiam dar muito mais. A proposta não foi aprovada.

Os operários votaram novos itens, e pela continuidade das negociações até o final da semana, incluindo passeata na porta das fábricas, para que os patrões tomassem conhecimento da disposição dos operários de lutarem por um aumento real dos salários da categoria.

Em novembro de 1988, o acordo não foi possível. Os operários optaram pela greve. O presidente Luiz Roberto conta: "na greve de abril, soltamos boletins anunciando-a, marcando dia e hora. Este fato possibilitou aos industriais se organizarem e convocar batalhões da Polícia Militar, para a porta das fábricas. Desta vez mudamos o método. A greve não foi anunciada. Uma das táticas seria surpreender os patrões. A Pains estava mais ou menos preparada para a greve; as outras não se prepararam, isto foi um ponto favorável. A maior arma foi a surpresa. A própria polícia não sabia. O dia da greve só a direção sabia. Na assemblêia decidiu-se pela greve, mas ninguém sabia onde ia começar. A greve foi deflagada, o Sindicato contratou caminhões, para levar os metalúrgicos para a porta da fábrica. A diretoria falava: " vamos sair para as fábricas". Não dizia para onde iam tentando impedir que os fiscais avisassem os patrões, e a polícia antecedesse os grevistas. O caminhão saiu, circulando pelas fábricas, com o comando de greve dizendo onde parar. Um dia īamos para uma fábrica, no outro dia, para outra do outro lado da

cidade. Esta tática desmorteou a ação da polícia e a preparação do empresário. Finalmente, foi uma greve que nós podemos considerar vitoriosa, inclusive do ponto de vista econômico. Com a greve de novembro, os metalúrgicos de Divinópolis fizeram o melhor acordo do Estado. O reajuste foi de 96%, nas condições. Na Pains, 141%. Foi interessante, porque ela não parou, mas viveu um clima de pressão intenso durante uma semana, o que facilitou o acordo. A direção da Pains passou uma semana lá dentro convivendo, com a possibilidade de os operários chegarem a paralisarem a fábrica, a qualquer hora. A greve nas outras indústrias pressionava a Pains, por isto ela fez uma proposta que não permitia a greve. Uma proposta que não dava para fazer greve, nem se a diretoria do Sindicato pressionasse, não dava certo; para o momento era uma proposta razoável. E além do mais, até aquela data o Sindicato não havia conseguido acordo com aquele índice. Os trabalhadores da Pains tiveram 50% de ganho real da firma. Nas outras indústrias o índice variou." (30)

Quando perguntou-se à diretoria do Sindicato, quais as indústrias que mais resistiram à greve, um dos diretores disse que a direção da Pains tem toda uma política para evitar a paralisação, porque significa um prejuízo imenso; por isto ela é a que mais investe para resistir ao movimento grevista. Toda inovação em termos de resistência aos operários a primeira a fazer é a Pains. Por exemplo, a greve de abril, foi ela que lançou a idéia de improvisar uma infra-estrutura dentro da usina e manter os operários presos. As outras geralmente acompanham-na.

Alguns dos operários que participaram

(30) Depoimento do atual presidente do Sindicato, fevereiro/1989

da greve de novembro foram entrevistados e contaram alguns fatos, falaram do sentimento, de medo, o que julgou-se importante registrar:

"(...)O Sindicato fez uma assembléia e saiu para a portada fábrica. Na Siderúrgica São Cristovão, o Sargento da Viatura me chamou e pediu para tirar o povo; muitos operários estavam do lado de fora do portão. Eu disse que era a consciência deles. Então a polícia baixou o cacete mesmo." (31)

"(...)A violência foi maior na Valinhos, o pessoal estava dormindo; chegaram duas viaturas de polícia comandada pelo tenente Vieira, chegou e disse: "quem não quiser correr toma", e baixou o cacete sem dó, bateram mesmo! Machucaram vários operários. Foi uma violência!" (32)

"(...)Acho que está avançado, os trabalhadores começam a romper com a visão extremamente autoritária, que existe dentro da fábrica. Por exemplo, na Camargos, o Diretor responsável pela empresa aqui, tinha uma postura extremamente autoritária com os operários. Chegou a ironizar, que nós não tínhamos força, para parar uma carroça. E a usina parou. Houve uma pancadaria na portaria onde foram presos operários e alguns diretores do Sindicato, outras pessoas se machucaram, inclusive policiais, e ela parou, os trabalhadores abandonaram a fábrica por conta própria. Este fato quebrou por completo a relação autoritária, quebrou onde o autoritarismo existia, na direção da empresa. O dono da empresa que mora em São Paulo, mudou a direção; colocaram outras pessoas. Hoje o antigo diretor que respondia pela indústria, são

(31) Depoimento do operário, março/1989

(32) Depoimento do operário, março/1989

responde pela parte técnica." (33)

"(...) Antes da greve existe um proceso de negociação, tenta um acordo, uma negociação, uma conciliação, a greve é o último recurso, pelo menos no momento." (34)

"(...) A greve é deflagrada em assembléia, as condições objetivas são, basicamente, a justiça das reivindicações, que o trabalhador reconhece, como por exemplo, situação de trabalho, salários defasados. As reivindicações têm que ser reconhecidas como justas, e é preciso que o operário tenha consciência de que sua situação é de míséria. Estas são condições que tornam possível a greve." (35)

"(...) Para organizar uma greve podem-se utilizar vários métodos, como: a) píquete, quando os operários vão para a portaria dispostos a tudo para parar a fábrica. Este método é utilizado quando no interior da fábrica os operários não estão organizados. Greve de fora para dentro. b) arrastão: para seção por seção; o pessoal vai saindo da fábrica. Este exige um grau maior de organização. É a greve de dentro para fora. c) vaca brava: tem hora no sentido da fábrica, no sentido de ocupar a fábrica e parar lá dentro. Ela alterna a forma de paralisação, impedindo a produção. Existem vários outros métodos, mas aqui é mais utilizada na greve a paralisação de fora para dentro. É uma greve difícil de fazer, porque de fora para dentro você enfrenta a polícia, a repressão patronal, que tenta prender os operários no interior da fábrica. E, em Divinópolis, não existe

(33) Depoimento do operário, março/1989

(34) Depoimento do operário, março/1989

(35) Depoimento do operário, março/1989

um grau de organização para a greve sair de dentro da fábrica, a não ser que se invada a fábrica." (36)

"(..) Essa luta nós fizemos de tudo, mas não teve jeito, depois nós partimos para a segunda greve, tomamos cassetete, inclusive aqui no Sindicato tem um pedaço de cassetete pendurado na parede." (37)

"(..) A polícia violentamente nos ofendeu, machucou muita gente, negaram, disseram que ninguém machucou, que estávamos com pedaço de pau. É mentira! Nós temos a bandeira, um pedaço de pau que segura a bandeira." (38)

"(..) Nós conseguimos um tiquinho a mais, um salário melhor e manter a data-base, se precisar nós estamos forte. Neste greve fui ameaçado de ser mandado embora." (39)

"(..) Fui espancado na porta da Camargos, eles batiam para todo lado. Eu fiquei firme e forte, os companheiros viram aquilo e disseram "vamos embora", saiu todo mundo, fechou a Camargos, e eu me senti realizado." (40)

"(..) Na hora da greve eu sinto uma emoção, o patrão tem que reconhecer, aquilo que a gente passa. O patrão tem que fazer uma visita ao trabalhador carente, ele não sabe do que a gente precisa. O patrão não sabe se a gente alimenta a família, se precisa de alguma coisa. Ele não pergunta nada, se a gente leva almoço ou janta para o serviço. Então, realmente, o operário está sofrendo mais que

(36) Depoimento do operário, março/1989

(37) Depoimento do operário, março/1989

(38) Depoimento do operário, março/1989

(39) Depoimento do operário, março/1989

(40) Depoimento do operário, março/1989

tudo, com muita fraqueza." (41)

Numa entrevista com representantes das indústrias, um mais sensível fez a seguinte observação: "O que 5 operários faziam, hoje 50 operários não fazem". Perguntou-se o porquê. Ele respondeu: "Hoje a alimentação é muito pior, o operário come muito mal." (42)

"(..) Nós temos que fazer a greve e ganhar tudo, tudo que queremos: primeira coisa, alimento, conversar com os filhos, escola, coisa e tal. Hoje a criança fica na rua, o pai, a mãe quer dar apoio, mas dar apoio com essa miséria, fome? O filho tem que ir para rua, vender picolé, catar lixo, para sobreviver, então é por isso, essa greve..." (43)

"(..) Na hora da greve o coração bate mais forte, da vontade de eliminar todos aqueles caras que ficam lá para proteger o patrão. Dá vontade..." (44)

"(..) Sinto raiva, raiva de tudo, outro dia eu rasguei minha camisa de raiva, fui embora sem camisa, de raiva. Esta raiva que senti, foi porque no portão da fábrica fui cercado por dois capachos, e espancado em público, o povo vendo da janela. Eu não podia fazer nada. O patrão passou sorrindo lá de longe. Então isso dá uma raiva, que a gente tem vontade de chegar sozinho lá dentro e parar aquela firma." (45)

"(..) O companheiro que está lá dentro

(41) Depoimento do operário, março/1989

(42) Depoimento do patrão, março/1989

(43) Depoimento de operário, março/1989

(44) Depoimento do operário, março/1989

(45) Depoimento do operário, março/1989

e não pãra, a gente sente ele um covarde. Dã vontade de pe gar ele e trazer para fora, por bem ou por mal. Porque nōs estamos neste sacrifício e para ele mesmo, ē protegendo ele." (46)

"(...) É claro a gente foi um herōi, resistiu ā chuva, ao frio, dormindo lã no chão, sofrendo aqui lo. Então eles sabem que a gente ē um herōi. Então eu falo: — Por que vocēs não entram no nosso meio, por que vocēs não nos ajudaram? Eles ficam sorrindo, falam: — "Eles me mandam embora se eu participar." — Então eu falo: — "Como ē que eles não me mandaram embora?" Eles falam: — "Mas vocē ē di ferente". Eu falo: — "Sou igual a todo mundo, de carne e osso, eu não preciso deles, eles ē que precisam de nōs. Porque se nōs vivemos ē por eles, Então a gente estã nesta greve ē para fugir da miséria, desse salãrio. Quanto vocē ganha? Dã prã vocē viver? Deus me livre e guarde, uma família, se precisar de um remédio, tem que pedir ajuda ā conferência. O patrão não te ajuda não. Ele te manda embora, ele não estã te olhan do, não; estã ē sugando seu sangue. E vocē não participou porque não quis, vocē ficou com medo dele. Eu não tive medo dele não, eu participei, e estou ganhando um tiquinho mais." (47)

"(...) Quando tem greve o patrão orga niza os chefes, deixa tudo com eles. O chefe vai no operãrio e ameaça, diz que se ele faltar ao serviço, não precisa vol tar mais. Todo mundo fica com medo. O chefe vai a cada um di zendo: "cuidado, amanhã vou mandar um caminhão te pegar na

(46) Depoimento do operãrio, março/1989

(47) Depoimento do operãrio, março/1989

sua casa. Vou te proteger, porque na porta da firma tem pi-
 quete." Então o chefe manda buscar em casa. Na minha casa já
 foram me buscar. Eu neguei; "vou não, está de greve". Ele fa-
 lou: "Você é quem sabe." Respondi, "Eu sei de mim", e fiquei.
 O chefe faz isto porque é unido com o patrão. Eles são muito
 fracos, muito fracos, mesmo." (48)

"(..) Hoje tem serviço para todo mundo,
 fica à toa quem quer (...). infeliz o operário que fica do lado
 do patrão, sem pensar no salário dele. Teve uma greve que
 foi feito um palanque na porta do Sindicato, subiu um espíri-
 to de porco e falou: "Minha lata está vazia, minha lata lá
 em casa não tem nada, não quero saber de greve, não." Eu subi
 depressa e falei: "Nós queremos greve. Lá em casa não tem na-
 da mesmo, nada, absolutamente nada, mas vou à greve." E nós
 saímos em mutirão pela rua Pernambuco afora, e fomos para a
 Pains. De lá esparramamos, São João, São Cristóvão, Camargos,
 Valinhos." À noite, os covardes foram dormir, largaram a
 porta da fábrica e foram dormir para, no primeiro dia de gre-
 ve, ir para o trabalho. Estava um dia chuvoso, nós ficamos
 chocados com aquilo, a gente tomou muita chuva, tomamos esbar-
 rão do policiamento, sofreu e os companheiros enganaram a
 gente." (49)

"... É precisamente neste ponto que
 a produção acadêmica pós-78 represen-
 ta uma ruptura. Nesta, os trabalhado-
 res urbanos não são mais exclusiv-
 mente operariado organizado, embora
 continuem a ser, de todos os modos,
 priorizados, são "sujeitos sociais"
 que se expressam em múltiplas dimen-

(48) Depoimento do operário, março/1989

(49) Depoimento do operário, março/1989

sões, com formas de vida própria, estratégias de vida caracterizáveis, de finindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas formas de lazer, de religiosidade, de saber. São, sobretudo, sujeitos de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência, que se constituem na luta contra opressões específicas, não redutíveis a um único lugar dado pelo Estado fundador de uma dominação de classe unívoca e homogênea e que produzem, portanto, a imagem de sujeitos múltiplos, que não se subordinam a uma configuração única, para ganhar uma visibilidade que confere significado político às suas práticas." (50)

A atual diretoria do Sindicato que apenas com um ano de mandato, enfrenta duas greves, e tenta extrair do momento vivido lições para os próximos confrontos. Considera vários fatores decisivos num processo de greve que podem ser motivação ou desestímulo em relação aos próximos acontecimentos. A experiência que os trabalhadores adquirem é decisiva. "Na Pains, hoje existe uma experiência de paralização, da greve de 1979, que deixou marcas profundas. No ano passado, nas duas greves, a Pains não parou. Os operários têm uma visão de que a Pains é super-empresa, que ainda não é possível uma correlação de força com ela. Que não é possível derrotá-la. Que ela manda na cidade; eles possuem uma visão super-dimensionada. O principal fator é o acúmulo de forças, que os trabalhadores adquirem. Seja na sua organização interna, seja na sua experiência de luta, este aspecto é fundamental. Outro exemplo são os companheiros da Sinduminas, sem grande organização interna, adquiriram consciência suficiente para paralisar todas as vezes que no Sindicato foi deflagrada uma

ARQUIVO DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO / UNICAMP

greve. É uma das primeiras indústrias a parar, mesmo sendo a direção da empresa autoritária. Quando uma greve é deflagrada, o setor da usina que para primeiro é o dos altos-fornos. Geralmente a greve começa após assembleia à noite. O Centro Industrial Jovelino Rabello só funciona durante o dia. Assim, a paralisação começa nas indústrias que trabalham em revezamento. Na última greve, a participação do Centro Industrial foi decisiva." (51)

"Existe o operário que adere ao movimento, e existe aquele que vai trabalhar, que fura a greve. Este fica cabisbaixo, não olha de frente, principalmente para os diretores do Sindicato. Aquele que adere, veste a camisa do trabalhador; este extravaza muita coisa que está guardando. Ele xinga, se revela, fala contra o patrão. Tudo que ele foi engolindo no interior da fábrica aparece. O sentimento dele é exteriorizado; velhos, pais de família, enfrentaram a chuva e sol, passaram a noite inteira fazendo piquete na porta da fábrica. Eles põem toda angústia para fora, a revolta, a mágoa, tudo que eles guardam lá dentro." (52)

A greve representa para os trabalhadores momentos difíceis. Eles podem sair machucados, serem presos, podem morrer como na greve de 1979, podem ser demitidos. Todas estas situações, para serem enfrentadas, exigem organização e coragem. Entretanto ela deixa para os trabalhadores a certeza de que se não lutar, a vida não vai mudar. E nesta luta, nasce a solidariedade entre os trabalhadores, reforçando o sentimento de grupo, próprio das categorias pro

(51) Depoimento do presidente, março/1989

(52) Depoimento do operário, março/1989

fissionais que aprenderam seu espaço de luta. Eles, enquanto grupo, começam a se identificarem como sujeitos de seu próprio processo. Outro ponto a ser considerado, é a imagem do Sindicato. Os trabalhadores passam a vê-lo de forma diferente. O Sindicato deixa de ser a diretoria, para ser expressão da categoria, algo que extrapola a direção. A direção se torna assessora; emerge da condição de condutora, para prestadora de serviço, e junto com eles define, ou melhor, sistematiza suas necessidades, que são transformadas em reivindicações. A partir daí, definem o objetivo e estratégia.

Os operários não vão à greve motivados por questões secundárias, vão motivados por uma pauta de reivindicações, como as várias citadas, sentidas na prática, no seu fazer. Porém o mais importante não é a pauta em si é o que ela expressa: o objetivo e a estratégia de luta, porque ambos revelam a consciência grupal, as divisões internas na categoria e como os diversos subgrupos se expressam — no movimento global.

As greves fazem parte do processo de organização, de manifestação da consciência. Elas acontecem porque as contingências do momento exigem. Elas não nascem da vontade de uma diretoria; uma diretoria não pode, pela sua vontade, fazer uma greve. Ela vai sendo gerada dentro das indústrias, que oferecem condições precárias de trabalho, do autoritarismo e da radicalização dos patrões que subestimam, o papel da mão-de-obra no processo de produção. E não conhecendo o valor real da força de trabalho humana, que extrapola os muros da fábrica se estendendo ao local de moral, forma de lazer, de religiosidade, de saber, desconsidera as reivindicações dos operários. Acostumados ao poder e ao conceito do ope

rário que trabalha em silêncio que presta atenção, escuta, fica apático e acomodado, impedem o desenvolvimento de um processo democrático no momento das negociações. Acostumados ao papel de patrão ditador, ou diretor ditador, quando recebem a pauta de reivindicações, simplesmente ironizam.

O trabalhador acredita no momento em que o patrão, ou diretor, ao receber, uma pauta faça junto com sua assessoria técnica, de relações humanas, uma análise das reivindicações, como pontos limites na estrutura industrial.

Os operários tendo em vista essa perspectiva procuram se instrumentalizar para os enfrentamentos, que certamente terão, se quiserem sair da situação de objetos de trabalho. Eles sabem que o desejo que sentem de serem reconhecidos e valorizados como profissionais certamente não virá da consciência dos patrões ou diretores, também embrutecidos na luta pela manutenção do poder. Eles terão cada vez mais que ampliar seu espaço de luta.

Na assembléia de novembro de 1988, os operários votaram pela desfiliação do Sindicato à Federação. Foi a última assembléia do ano, e o único item da pauta. O rompimento com a entidade, que desde a fundação até a gestão de João Elói, interferiu na linha política do Sindicato, pressionou e submeteu todas as suas diretorias à tutela do seu presidente Humberto Cãhoni, significou para a diretoria atual um avanço, na busca de superação do peleguismo. Para eles, atitudes como esta, concretizarão aos poucos a proposta de um sindicalismo independente e combativo.

A primeira assembléia de 1989 foi feita no dia 28 de janeiro, às 16 horas, em Lagoa da Prata. O objetivo da mesma foi estender a base sindical dos trabalhadores metalúrgicos.

O presidente Luiz Roberto começou a assembleia falando sobre o "Plano Verão", decretado em 15 de janeiro de 1989, e das conseqüências deste sobre o salário dos trabalhadores brasileiros, ressaltando que ele significa perda salarial para todas as categorias profissionais, solicitando a união de todos, para dar um basta a esta situação de exploração dos trabalhadores, os verdadeiros construtores da riqueza do País.

A proposta de extensão da base sindical foi aprovada.

No mesmo dia, às 19 horas e 40 minutos, o Sindicato fez assembleia na sede própria. O item principal da pauta foi a situação de miséria em que se encontravam os operários da Fundação Minas Paulista, numa tentativa de encontrar uma saída.

O operário Tadeu se referiu ao jornal que o Sindicato editou, agradeceu e disse que as denúncias correspondiam à situação que eles estavam vivendo. Pediu mais sacolas de alimento para seus companheiros, para ele e seus filhos. Denunciou que, nas indústrias, os patrões estavam usando de barbaridade com os operários forçando-os a excederem a jornada de trabalho, com muitas horas-extras.

O operário José Lourenço falou que a assembleia não foi bem divulgada.

O presidente elogiou Joel, operário da São João, que estava coletando alimento com os companheiros para ajudar os desempregados da Minas Paulista.

O operário Geraldo elogiou o jornal do Sindicato, afirmando que o mesmo representava uma vitória.

Denunciou a Pains, dizendo que ela estava se negando a pagar insalubridade e, na firma em que trabalha, há 2 meses não pagavam a insalubridade.

O operário João disse que, na Minas Paulista os patrões estavam obrigando os operários a desdobrarem-se no serviço e pediu aos que estavam desempregados para não aceitarem serviço naquela firma, em sinal de apoio aos que lá estavam trabalhando.

O operário Rubens, referiu-se à diretoria atual do Sindicato, elogiando a interferência da mesma no encaminhamento dos problemas que a Minas Paulista estava causando a seus operários. Em sua análise da situação, disse que os operários estavam saindo vitoriosos, graças ao apoio que a diretoria estava dando. Citou o jornal, a assembléia. Sobre a Fundação Fulig disse que, quando chegava pedido de emprego, eles dispensam os operários que estavam trabalhando e contratavam os novos. Disse também que havia outras firmas, como a Siderúrgica Camargos, a Siderúrgica Mineira e a Fundação Guarany, que estavam fazendo o mesmo. Fez referência aos empregados da Pains dizendo: *"eles ficam me criticando pelo modo como eu em expresso, mas eles não deviam fazer isso, pois a Pains é também uma empresa, que dispensa empregados como as outras."* (53)

O operário Emilson pediu a palavra para dizer que o Governo e os patrões estavam sempre na televisão dizendo como a crise estava difícil de ser superada, mas, na verdade, estavam cada vez mais ricos. O difícil, segundo ele, eram os problemas que os operários, em todas as catego

(53) Entrevista com operário, fevereiro/1989

rias, estavam sofrendo de desemprego em massa, como no caso da Minas Paulista; os operários fizeram dívidas e não tinham como pagar.

O operário Francisco denunciou a firma onde trabalhava por não estar pagando em dia, mas fazendo vales em pequenas quantidades e não pagando o salário novo. Falou da existência de companheiros que foram dispensados há 3 meses e ainda não havia recebido.

Um operário contou que a firma onde trabalhava estava obrigando os operários a moldarem 40 tampões e bater areia, muito mais que o normal. Pediu que os companheiros não fizessem horas-extras, pois quando faziam horas-extras estavam contribuindo com o desemprego. E agradeceu ao Sindicato e à Igreja pelo que estavam fazendo em favor dos desempregados.

3 - Metalúrgicos em busca da identidade sindical

O Sindicato e a categoria

"O que os movimentos sociais ensinaram fundamentalmente aos que pensam sobre a sociedade brasileira é que a demoninação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem porque não têm outra perspectiva pela frente. Parece claro a estas alturas, que não há consumo passivo de padrões alienantes, que já estariam desde sempre prontos e seriam essencialmente eficazes na promoção da dominação." (54)

Os operários começam a expressar

seus problemas, a fazer denúncias e principalmente, a analisar o apoio da direção do Sindicato. A atual diretoria está tentando destituir-se do conceito e da prática de que a diretoria resolve. E foi sobre o papel da direção sindical na organização dos trabalhadores e uma nova perspectiva sindical, que entrevistou-se o presidente:

"... Encontramos uma estrutura sindical extremamente assistencialista, que obriga o Sindicato a gastar uma quantia volumosa de sua arrecadação, para mantê-la, e que necessariamente retira o poder de fogo do Sindicato. Ele fica impedido de investir em áreas que nós consideramos mais importantes, ou prioritárias, que são ligadas ao aspecto de organização da luta dos trabalhadores.

Nós temos procurado aparelhar o Sindicato, para que ele possa ser de fato, um instrumento de luta. Neste sentido investimos em um carro de som, já investimos em uma gráfica. Vamos investir num vídeo para formação dos trabalhadores. Contratamos um profissional na área de saúde, um profissional na área de impresso.

Mas nós entendemos que é preciso avançar mais, bastante mais, estamos muito além de quando assumimos o Sindicato; falta muito. Começamos a discutir o problema do assistencialismo, para se ter uma idéia, o Sindicato tinha um quadro com 5 (cinco) médicos e 5 (cinco) dentistas, que eram paggos na sua maioria, com uma subvenção do INPS. Nós estamos procurando uma forma de diminuir esse assistencialismo de baixa qualidade. Estamos procurando aumentar o salário dos profissionais e diminuir o número dos profissionais. Esperamos manter o gasto e melhorar a qualidade.

Outra proposta é levar o Sindicato pa

na dentro das indústrias através da CIPA, Cooperativa, Comissão de Fábricas, Delegado Sindical, todas as possíveis formas.

Nós percebemos que depois de um ano no Sindicato, a participação aumentou muito, a confiança na direção também, nosso trabalho tem sido reconhecido; os operários têm dado respaldo. Consideramos importante para o fortalecimento do Sindicato e para o processo de organização dos operários um trabalho consequente no interior da fábrica.

Existem dentro da fábrica grupos por afinidades, por trabalharem no mesmo setor, de ir e voltar juntos do trabalho, mas é muito superficial ainda, extremamente incipiente. As afinidades existem; eles às vezes jogam, tomam uma cachaça juntos. Nós temos procurado acompanhar esses grupos, principalmente descobrir seu caráter político. Hoje o Sindicato tem um grupo de uns 50 (cinquenta) ativistas trabalhando em várias fábricas e não deixa de ser uma forma de organização de grupo clandestino. Este grupo coloca em discussão os problemas das fábricas, da categoria, os problemas gerais, e se orientam. É um grupo ligado ao Sindicato, Neste sentido nós precisamos avançar, buscar autonomia, independência. Os grupos precisam existir cada vez em número maior, sem a tutela do Sindicato, neste sentido estaríamos rompendo com estrutura sindical que centraliza o poder nas mãos da diretoria. É preciso acabar com a visão de que a diretoria resolve.

Hoje a principal reivindicação, ou seja a que sustenta a luta dos operários, é basicamente a questão salarial. A política econômica do Governo Sarney, política de arrocho, leva a uma defasagem salarial enorme, faz cair o poder aquisitivo do operário.

Temos problemas referentes às condições de trabalho, às relações de trabalho dentro da indústria, de saúde, higiene, por exemplo autoritarismo das chefias com relação aos operários. A tentativa nossa de criar o Delegado Sindical, as Comissões de Fábrica, é uma forma de discutir o problema do funcionamento da fábrica. Na fábrica se confunde muito com o problema de autoridade com autoritarismo. Às vezes acontecem situações, por exemplo, o forneiro tem o conhecimento prático da usina, o engenheiro o conhecimento técnico. Sendo às vezes o conhecimento prático do forneiro muito superior e mais correto do que o conhecimento técnico do engenheiro. Mas pelo fato de ser engenheiro, ter diploma, a posição dele é imposta. Isto atrapalha o próprio funcionamento da empresa, isto é ruim. São problemas de forma muito aguda. Outro exemplo, são as relações com as chefias, há um extremo desrespeito das chefias nas diversas áreas com os operários. As relações hierárquicas dentro da fábrica são mantidas através de uma forte pressão física e emocional sobre os operários de produção.

Existe uma quantidade enorme de problemas básicos, que precisam ser enfrentados, e só será possível enfrentá-los organizando, discutindo esses problemas com os operários, e formas de encaminhamento." (55)

Continua o processo de transformação que procura romper com as estruturas que mantêm a distância entre os metalúrgicos e sua entidade como duas coisas distintas, com a imagem do Sindicato-poder, superior, a quem a categoria deve se submeter; com o percurso criado entre o Sindica

(55) Entrevista com o atual presidente, março/1989

to e fábrica como dois espaços de dominação alheios entre si e este mesmo processo faz emergir novas estruturas que sustentam o poder emanado da categoria e que se expressa através de sua entidade, o Sindicato.

Para os operários está clara a pressão econômica, física, psíquica, a que eles estão submetidos. Dominados, tentam criar nas condições de vida e trabalho, formas que mudem as relações sociais.

Eles mencionam entre os fatores que limitam a solidariedade entre os metalúrgicos a relação que se estabeleceu entre eles e as empresas, relações estas que extrapolam o espaço da fábrica. A Pains concentra de um lado, entre seus acionistas majoritários, o governo alemão; por outro lado, operários bastante organizado em relação ao movimento nacional. No entanto é na Pains que os operários denunciam formas radicais de pressão contra os mais combativos, e de lá que saem, por ordem dos diretores, as formas mais sofisticadas de resistência patronal em Divinópolis.

Perguntou-se ao presidente em qual siderúrgica o Sindicato é mais forte, tem maior respaldo. Ele disse: "Que são em algumas siderúrgicas de classe média. Hoje na Camargos existe uma situação de fortalecimento. Existem vários operários lá dentro, que hoje procuram encaminhar o trabalho sindical. Na Sinduminas, também de classe média, existe uma situação que poderíamos dizer, boa. Os trabalhadores têm uma afinidade muito grande com a direção do Sindicato.

Na São Cristovão também o Sindicato tem força. Em algumas siderúrgicas o trabalho está mais firme. No Centro Industrial, onde as condições de trabalho são piores, os trabalhadores, são mais combativos. O movimento

do Sindicato lã é muito bom.

Os problemas maiores são com a Pains. A Pains é uma situação interessante; é uma indústria com condições diferentes. Uma condição de trabalho melhor, paga um salário melhor do que as outras, e é um lugar, que a mão-de-obra é mais qualificada. É toda uma situação melhor em relação das outras que dificulta o trabalho lã dentro. Sendo que lã, quando existe votação secreta, os operários votam na proposta do Sindicato e derrotam a Pains. Por exemplo, se a direção da Pains passar um abaixo-assinado, como ela fez agora na questão da jornada de trabalho, todo mundo assina, porque tem medo de perder o emprego. É uma situação dúbia, contraditória. Por um lado, os trabalhadores confiam, mas por outro não manifestam essa confiança explicitamente, abertamente. É uma confiança manifesta de forma implícita. Nós temos muita dificuldade para fazer um trabalho geral, global, devido a situação peculiar da Pains.

Na Camargos, o Sindicato é mais forte. Mas os operários da Sinduminas e da São Cristovão, manifestam terem compreendido melhor a necessidade de participação no Sindicato. Não diria que é porque a direção é mais aberta às negociações, mais tolerante, isto é relativo, a exemplo, a Camargos que tinha uma direção autoritária, e os operários, na greve, depois da pancadaria abandonaram a fábrica. É uma série de fatores que levam a isto. O acúmulo de experiência dos trabalhadores quebra com o autoritarismo. Na Sinduminas, os operários conseguiram romper com o autoritarismo, lã os operários têm um código, é só falar o código e dizer que decretou a greve, que a usina para. Eles não acatam mais a postura autoritária da direção, param por conta pró

pr^opria. Como pode acontecer, um movimento não ser vitorioso, os operários não aderirem à greve. Na Sinduminas existe organização interna e maturidade, suficientes para deflagrar greve." (56)

O que hoje mais leva o trabalhador no Sindicato são as reclamações contra as condições de trabalho e as irregularidades praticadas em muitas indústrias. Os antigos funcionários do Sindicato, que permanecerem até hoje, confirmam que o número de sindicalizados com denúncias contra as indústrias está aumentando com essa nova diretoria; antes era bem menor. Antes, os operários mostravam desilusão com a entidade.

Hoje, o operário sabe que pode ir à sede do Sindicato e registrar suas denúncias, porque ele não vai ser "dedurado" na indústria. Os operários, como já foi dito, têm uma longa história de diretorias que ligaram para as indústrias e "entregavam" os operários que traziam denúncias. Com atitudes como estas, criou-se um medo no operário, medo do Sindicato, medo da diretoria. Superar esse medo, ganhar a confiança da categoria, é um grande passo, que a nova diretoria que dar.

Hoje, a organização do Sindicato dentro da fábrica ainda é muito inexpressiva. Existem operários de contato, que avaliam condições internas, o ânimo de luta dos operários, as pressões internas, mas são grupos clandestinos. O que os operários desejam, são grupos formais, legalmente instituídos, que tenham força, respaldo para negociar e sejam legitimados pela categoria, como exemplo foi citado a CIPA.

(56) Entrevista com o presidente, março/1989

Segundo o presidente, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) garante, para aqueles trabalhadores que são eleitos, estabilidade no emprego. Ela poderá ser um braço direito do Sindicato dentro da fábrica. Através dela pode-se verificar se o operário está usando capacete, luvas adequadas, são certificadas as condições de trabalho, se oferecem segurança, se existe risco à saúde ou de vida do operário. Além das questões de segurança, observa a resistência do operário no trabalho, se ele manifesta fraqueza, sono. Cabe à CIPA procurar o porquê e relacionar com questões gerais como: condições de vida, salários, jornada de trabalho, lazer.

"A CIPA tem uma história interessante; segundo os metalúrgicos existe um processo fantasma de eleições. Às vezes nem havia, e os representantes da CIPA eram indicados, forjavam uma ata, colhiam-se algumas assinaturas, e diziam que houve eleição. E se havia eleição, era organizada pela fábrica, os candidatos eram escolhidos a dedo, e o trabalhador tinha de votar entre o menos ruim e o pior." (57)

Os diretores do Sindicato estão procurando exigir das fábricas que o edital de convocação das eleições dos representantes da CIPA seja publicado e afixado em local visível, com prazo para inscrição de operários que desejam concorrer às eleições, e que exista um prazo de registro de chapas. Algumas siderúrgicas começam a fazer isto; é o caso da Camargos, onde os diretores do Sindicato dizem que já foram informados, já foram alertados, e estão com uma chapa montada para disputar as eleições, e vão fazer companhia.

(57) Entrevista com o presidente, março/1989

Hoje, no Sindicato existe uma comissão de saúde, que é composta por um médico e dois diretores. A intenção é ampliá-la com trabalhadores da base, que participam da CIPA, que trabalham na área de saúde.

Também as cooperativas dentro das fábricas têm sido uma proposta reivindicada em várias pautas de negociações com os patrões. Além da vantagem econômica, elas forçam o grau de organização entre os trabalhadores, e fornecem dados concretos nas discussões sobre custo de vida, inflação e arrocho salarial. E o operário que participa da cooperativa tem estabilidade garantida.

Os operários têm outras reivindicações que levam à sua organização dentro da fábrica, como as comissões de fábrica e o representante do Sindicato, o delegado sindical. No último acordo, começaram as discussões a esse respeito; em algumas indústrias houve uma pequena receptividade, em outras não. Segundo o presidente, *"existem ainda industriais que acreditam que uma comissão de fábrica é para tomar a fábrica dele, para ocupar a fábrica. Nós explicamos que numa sociedade capitalista, os trabalhadores não tomam a fábrica dos empresários. Isto é um processo de luta muito mais avançado, exige um grau de consciência e organização muito mais avançado, muito superior."* (58)

O que aqui foi escrito é o resultado de pesquisas em atas, documentos registrados no Sindicato, e muitas entrevistas, é a história de uma entidade criada de cima para baixa, e de baixo para cima.

Nesta história está escrita a resis

(58) Entrevista com o presidente, março/1989

tência de operários, que, pacientemente, foram aprendendo a lutar na clandestinidade.. Está também escrita a luta da oposição sindical, a repressão patronal, a vitória nas eleições de 1988, e a busca de novas formas que possibilitaram a emergência de um novo sujeito, os metalúrgicos. O que este sujeito constrói, com certeza, tornarão as relações de trabalho mais dignas e mais humanas.

C O N C L U S Ã O

Este texto poderá ser uma pequena contribuição, se ele propiciar aos que fizerem sua leitura questionamentos a respeito do que ele sugere. Não comporta conclusões, pois é uma tentativa de expressar a realidade através , de conceitos e análises como um processo contínuo. É aberto ao tempo e a modificações.

Este trabalho procurou compreender o processo de formação, reposição e resistência da mão-de-obra metalúrgica, e acabou também encontrando as indústrias como fator determinante na estrutura social divinopolitana. Estas extrapolam seus muros, a produção e o produto em si para provocar mudanças no perfil da cidade, na divisão dos bairros, dividindo homens estruturando classes.

O avanço tecnológico e as diretrizes administrativas provocam uma divisão profunda entre os trabalhadores diretos (que estão em contato com a matéria-prima , com os instrumentos de trabalho) e os trabalhadores indiretos (organização, planejamento, vigilância e controle).

Nos setores de produção os operários são conhecidos como: braçal, peão, semi-qualificado, o operário, pelas condições de venda de sua força de trabalho , é considerado por alguns autores como aquele que não pode ser vanguarda do movimento operário. No entanto, ao longo dos anos a seu modo, participou de todos os movimentos de luta.

Em muitos momentos quando ainda historicamente era percebido como subserviente, ele reivindicou,

empreendeu sua luta, resistiu. Reagiu quebrando peças, estragando matéria-prima, usando meios possíveis e acessíveis à sua ação imediata. Foi autor quando fez greves e participou da retomada do Sindicato.

O metalúrgico manifesta aspectos de sua consciência contraditória a partir de condições objetivas de uma realidade conflituosa e em permanente transformação.

Os metalúrgicos vivem entre as mais diversas pressões, no cotidiano, fora da fábrica: família, conselho de bairro, CEBs, pastoral operária, sindicato, e outros grupos comunitários, partido político, meios de comunicação; e dentro da fábrica: patrão, chefias, supervisores, fiscais, técnicos, companheiros de setor. Este conjunto de fatores, que chamamos de pressões, é o espaço de vida do metalúrgico. Cada um destes fatores são regidos por uma estrutura-interna-cognitiva-normativa que determina a visão de mundo do metalúrgico.

Para muitos autores, que são estudiosos do movimento operário e que analisam a forma como os operários reelaboram esse universo e o representam em seu fazer cotidiano é a manifestação de sua consciência, ora ingênua, ora espontânea, de classe, psicológica e passiva. Ao longo dos anos, os operários foram objeto de estudo e, apesar de tantas teorias, muito está por se fazer.

Os trabalhos publicados, por incorporarem a relatividade do momento histórico, exigem novas pesquisas que, captando as transformações das estruturas sociais onde o movimento operário se processa, sejam capazes de contribuir para a tão complexa, por isto mesmo polêmica, questão da consciência.

Não tendo recursos teóricos e dados suficientes, minhas observações se restringiram ao estudo local. Mesmo assim gostaria de deixar alguma contribuição ao estudo de tema tão controvertido.

Ao longo deste trabalho, tive acesso a uma realidade que me despertou questões com as quais me identifiquei. Evidenciaram que, como a vida é um processo, um movimento, as teorias também devem ser a expressão de um momento de totalidade sempre parcialmente. O operário apresenta aspectos contraditórios de sua "consciência", que se manifestam em determinadas situações, espaços e momentos, através de suas várias possibilidades, e não de acordo com o que os agentes externos pressupõem. Por isto o que foi possível registrar são aspectos que possibilitam compreender melhor o operário-metalúrgico enquanto sujeito.

As variadas formas da reapresentação da consciência se manifestam em determinadas circunstâncias, que não são a consciência, porém são as formas apreendidas no processo de "conscientização". A consciência "em si" não pode ser apreendida enquanto tal, porque ela não existe. O que existe são aspectos dela enquanto processo. Portanto, pode-se dizer que ela está sendo determinada e não subordinada. Assim percebida, ela é um movimento e não pode ser preconcebida, estabelecida e definida por níveis ou graus de consciência. Porém, pode ser percebida nas suas mais diversas manifestações históricas.

O metalúrgico, quando manifesta determinados comportamentos, o faz em relação a pessoas de grupos de poder econômico igual ou diferente ao seu, a situações que extrapolam seu domínio enquanto categoria, a valores comuns e

diferentes a seu meio, se identificando com ou negando determinadas teorias sociais. Seu comportamento se transforma na relação.

Assim sendo, a vontade^o do operário-metalúrgico se encontra prisioneira de determinações que extrapolam suas relações imediatas.

Se esta análise se confirma, a emergência do operário-metalúrgico, enquanto sujeito de seu processo histórico, só acontece quando o conjunto das diversas categorias profissionais interferem na transformação social. Neste momento, novos sujeitos entram em cena.

Quando se classifica a resistência operária de consciência espontânea é em relação a outros conceitos de consciência. No entanto, o que se pretendeu perceber foi onde, e em que condições a resistência manifesta ganhou forma e concreticidade na ação dos metalúrgicos. O que existe de novo na experiência histórica do movimento metalúrgico?

Geralmente usa-se o conceito de consciência em relação às várias determinações de consciência, em função de uma determinada concepção política do movimento operário. Essa necessidade de compreender o movimento operário à luz de uma proposta política de transformação da estrutura social vigente tem contribuído porque sempre apresentou análises importantes do movimento operário. Porém, devido a importância das diversas correntes políticas, muitos dos estudos do movimento operário condicionaram suas análises e o processo de transformação social e uma estratégia político-partidária, e toda produção apresentada passou a ser vista sob a ótica da revolução operária, deixando de lado aspectos im

portantes de sua realidade. Fatores que ao mesmo tempo conscientizam, impedem a manifestação do conscientizado enquanto sujeito do próprio processo.

Isto tem dificultado um trabalho de caráter científico despojado dos pressupostos acadêmicos e tem exigido coragem de indagar a realidade, descobrir na sua textura aquilo que está sendo produzido a partir da produção e não dos pressupostos teóricos.

E, por estranho que pareça, o objeto de estudo enquanto parte integrante na pesquisa pode abrir caminhos antes desconhecidos, tais como:

- A ação coercitiva dos dirigentes sindicais possibilita o surgimento de um novo sujeito

- A falta de espaço para os operários se manifestarem dentro das fábricas criou condições para se rebelarem

- A repressão fabril motivou os operários a fazerem do Sindicato um dos espaços de sua organização

- Os operários, para ampliarem seu espaço de luta além dos muros da fábrica, provocaram a crise no Sindicato

- Os metalúrgicos aproveitaram a aliança das direções pelegas com os patrões e o Estado para relativar suas carências salariais

- Foi o peleguismo que impediu a organização dos operários e contribuiu para que a resistência se aflorasse

- A crise do peleguismo foi provocada pela participação de uma vanguarda operária

- O que determina uma greve?

- A direção pelega não pode impedir a greve, uma direção autêntica no Sindicato não pode fazer a greve; é preciso que existam condições objetivas e a categoria decida

- O lado negativo do peleguismo foi analisado, sabe-se que existem vários fatores que o sustentam, no entanto, existe o lado positivo, e a forma como ele se expressou.

O parque industrial siderúrgico tem crescido e está crescendo trazendo benefícios para a cidade e a região, porém simultaneamente provoca profundas mudanças na natureza, na estrutura física, polui o ar, o rio, muda os valores sociais; impede que os operários e suas famílias tenham acesso aos benefícios condignos a seu papel social. Compete a nós, comunidade, avaliarmos esse crescimento, esses benefícios e exigirmos uma redefinição da estratégia de crescimento das indústrias para que nos atendam melhor enquanto população desta cidade. Vale a pena um crescimento que é a negação do social? Quais as conseqüências da desfiguração do perfil de uma cidade, de uma região de seus valores?

A produção do sujeito coletivo, o operário-metalúrgico, se expressou nos revelando sua identidade social. Saiu do bairro, dos muros da fábrica, para denunciar a exploração a que está submetido. A população viu e ouviu, mas se nega a reconhecê-lo enquanto produto que corre na outra boca-de-forno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah

1981 - A Condição Humana - Rio de Janeiro: ed. Forense

ARAÚJO, José Prata

1988 - O Movimento Sindical Brasileiro. Do Peleguismo a Luta pelo Socialismo. Belo Horizonte.

BAER, N.

1970 - Siderúrgica e Desenvolvimento Brasileiros. Rio de Janeiro: ed. Zahar.

BRAVERMAN, Harry

1977 - Trabalho e capital novo paulista, a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: ed. Zahar

BRUNI, José Carlos

1988 - Ideologia e Cultura, mimeo.

CACCIA, S.Bava

1983 - Prática Cotidianas e movimentos sociais. Dissertação de mestrado, USP.

CHAUI, Marilene

1981 - Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas, São Paulo.

CASTRO, Antonio B.

1971 - Ensaios sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro : ed. Forense, 2v.

1968 - 7 Ensaios sobre a Economia Mineira, in Diagnóstico da Economia Mineira. Belo Horizonte. Financiamento para publicação CNPq

CINCUNEGUI, J.E. e LOCATELLI, R.L,

1978 - Ensaio sobre a Economia Mineira

CODO, Wanderley

1984 - Relações de trabalho e transformação social, in O homem em movimento, vários autores, São Paulo: ed. Brasileira.

EVERS, T.

1984 - Identidade: a face oculta dos movimentos sociais, in Novos Estudos, Cebrap; ed. Abril.

FAYOL, Henri

1978 - Administração Industrial e Geral, São Paulo: ed. Atlas.

FURTADO, Celso

1971 - Formação Econômica do Brasil, São Paulo: ed. Nacional.

GIROLETTI, Domingos Antonio

s.d. - O Homem Tecido: Estudo da Formação da Disciplina Fabril, in Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte, publicação financiada pela CNPq.

IANNI, Otavio

1976 - Imperialismo e Cultura. Petrópolis, Rio de Janeiro : ed. Vozes, 2ª edição.

LEITE, Lopes José S.

s.d. - Sobre os Trabalhadores da Grande Indústria na Pequena cidade: Crítica e resgate da crise do Brasil Arcaico, in Cultura e identidade operária, coordenação Leite Lopes: ed. Maro Zero.

LEONARDO BOFF

1986 - E a Igreja se faz povo: ed. Vozes.

MAINWARING, Scott & VIOLA, Eduardo

1980 - Nes Social movements, political, culture and democracy:
Brasil and Argentina, int the, Telos, New York.

MARTINS, H.

1987 - Igreja e movimento operário no ABC - 1954-1975. Tese
de Doutorado - USP

MARX, Karl

1971 - O Capital, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V.3

MARX, Karl e ENGELS, Frederico

1978 - Obras Escolhidas: ed. Progresso Moscú, 3v.

MASCARENHAS, Geraldo Magalhães

1972 - in O Home Tecido: Estudo da Formação da Disciplina Fa
bril, op. cit.

MOISÉS, José Alvaro

s.d. - "Qual é a Estratégia,..."

NETO, Francisco Antonio de Abreu

1982 - Administração Rural e Extensão Rural. Dissertação de
Mestrado não publicada, apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em

NEUMAN, Franz

1969 - Estado Democrático e Estado Autoritário, Rio de Janei
ro: ed. Zahar.

PIMENTA, José Dermeval

1967 - Implantação da Grande Siderúrgica em Minas Gerais. Be
lo Horizonte: edição do autor.

PAOLI, Maria Célia

s.d. - Os Trabalhadores Urbanos na fala dos Outros, in op.
cit. 1.

PETRINI, J.C.

1984 - CEBS: um novo sujeito popular: ed. Paz e Terra.

POMPERMAYER, Malori José

1987 - Os Movimentos Sociais em Minas, Emergência e Perspecti
vas. Belo Horizonte, UFMG

SADER, Eder

1988 - Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janei
ro: ed. Paz e Terra.

SUZIGAN, W.

1975 - Industrialização e Política Econômica - Uma Interpreta
ção em Perspectiva Histórica. Pesquisa e Planejamento
Econômico. Rio de Janeiro.

TAYLOR, Frederick Winslow

1978 - Princípios da Administração Científica, São Paulo: ed.
Atlas, 7^a edição, 13 v.

TAVARES, Maria da Conceição

1972 - Auge e Declínio do Processo de Substituição de Impor
tações no Brasil. Ind: Da Substituição de Importações
ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro: ed. Zahar.

THOMPSON, E.P.

1968 - The Making of the English Working Class. Penguin Books,
Hamondsworth

TRAGTERMBER, Maurício

1980 - Administração poder e ideologia. São Paulo: ed. Moraes.

URWIC, Lindall & BRECH

1946 - E.F.L. The making of scientific mana gement.
Englant, 3v.